DESAFIANDO O
RIO-MAR
Epopeia Acreana
Tomo II
HIRAM REIS E SILVA

O Dr. pranteado poeta Francisco Mangabeira escreveu, desde o acampamento dos Expedicionários do Acre, em Capatará a seguinte Carta:

Sejam estas linhas humildes consagradas à memória dos que morreram com honra e, por modestos, ficam ingratamente esquecidos – às vezes, sem uma lágrima ou flor sobre a sepultura – à semelhança das folhas levadas para longe pelo vento, e depois confundidas no pó da estrada sob os pés inclementes do viajante que passa, pisa sobre elas, sem as ver, nem procurar depois arrancá-las da bota.

(O PAIZ, N° 7.110)

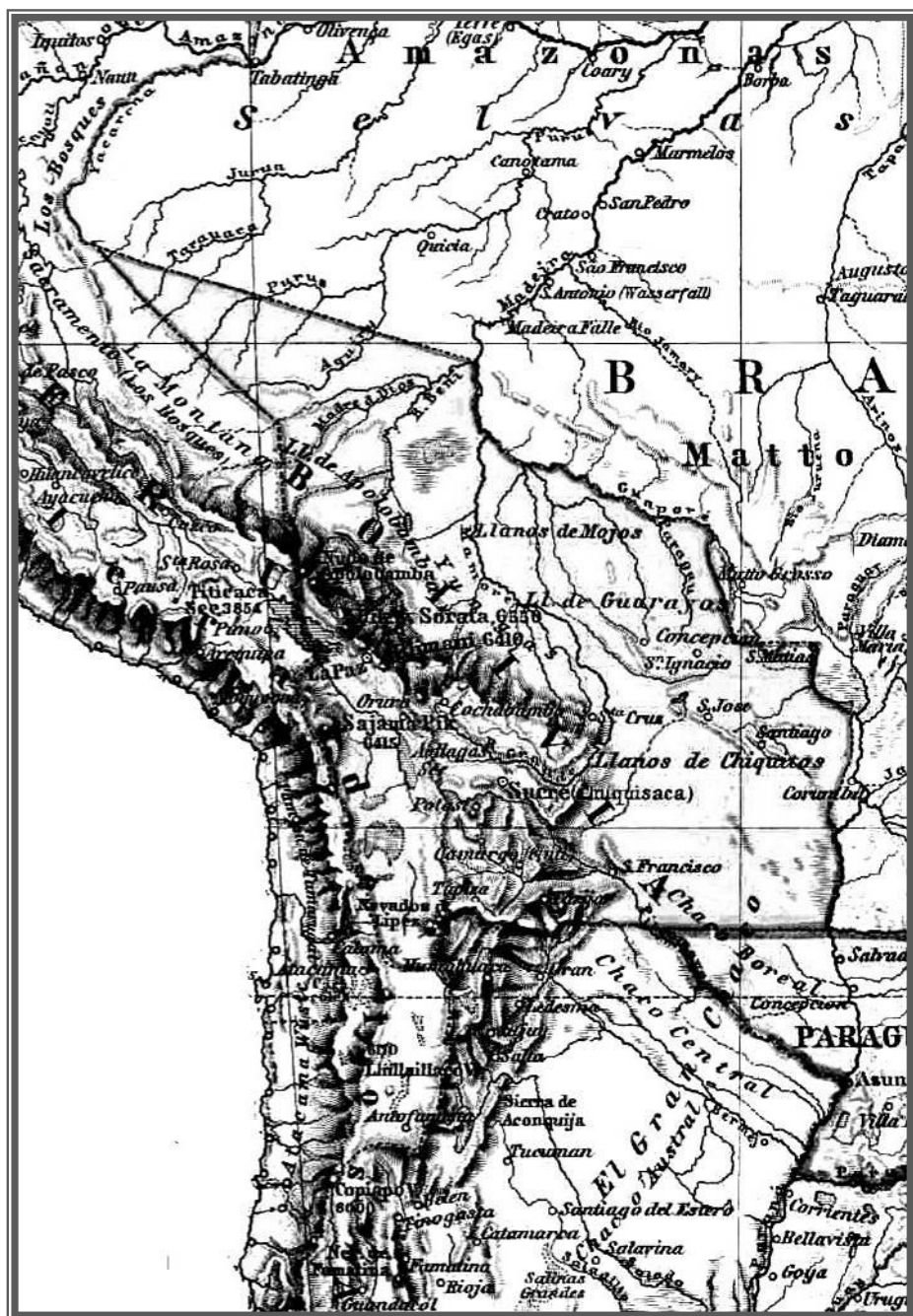



Imagem 01 – Mapa da Bolívia com o território do Acre

Sumário

Índice de Imagens

Índice de Poesias

Imagem 02 – No Talho, 31.10.1903

Hino do Município de Plácido de Castro

(Sandoval T. dos Anjos e João César de Morais)

Um gaúcho herói brasileiro,
Que lutou com a espada na mão,
Comandou e ganhou do estrangeiro,
O que é hoje o nosso torrão,
Este Acre que é terra gigante,
E de gente de bom coração.

Plácido de Castro,
És relembrado,
Tua glória é grande,
Nas terras do Norte,
Com toda alegria,
Te agradecemos,
Este pedaço,
Do Brasil tão grande e forte. [BIS]

Nordestinos formaram trincheiras,
Para assim defender o torrão,
Houve luta entre duas bandeiras,
E de grandeza entre dois irmãos,
Mas a sorte nos deu a vitória,
Que nos trouxe alegria e glória.

Plácido de Castro,
És relembrado,
Tua glória é grande,
Nas terras do Norte,
Com toda alegria,
Te agradecemos,
Este pedaço,
Do Brasil tão grande e forte. [BIS]

Inimigos na Trincheira!

Na Roça

(Alípio Bandeira [1])

Oh, que paz encontrei neste recanto!
Como agora os pulmões respiram bem
Nesta vida campestre cujo encanto
A cidade não tem! [...]

Depois, fechada a noite, a sericoia ([2])
Salta de vez em quando a voz loquaz,
Armo no alpendre, então, minha tipoia
Eis o silêncio e a paz.

Tenho em casa a borracha de água pura
Pederneira e farnel no matolão ([3])
Lá fora, a livre aragem da planura
E o cheiro do sertão

(Folha do Norte, 31.01.1915)

Comenta Genesco de Oliveira Castro, irmão de José Plácido de Castro:

> A ocupação do Acre Setentrional, Pelas Forças Federais ao mando do General Antônio Olympio da Silveira, foi feita de assalto, da mesma forma que a do Acre Meridional se fez um pouco mais tarde, por iniciativa do mesmo General. Os principais chefes do Exército de Ocupação, ao que parece, estavam convencidos de que o Acre era "*ultraboliviano*" e que o seu dever era submeter à soberania daquele país ([4]) o paisano que se arrogara ao papel de Bolívar, naquela inóspita região. (CASTRO)

---

[1] Alípio nasceu em Mossoró (RN), em 1873. Estudou na Escola Militar do Ceará e, em 1913, foi promovido Capitão. Foi agrimensor e trabalhou como auxiliar do Coronel Rondon.

[2] Sericoia: saracura (Aramides cajanea).

[3] Malotão: malote ou trouxa grande.

[4] País: Bolívia.

O Governo Federal, em toda Questão Acreana, mostrou-se omisso e fraco. Ruy Barbosa cobrava, na oportunidade, uma atitude mais enérgica da sociedade frente à alienação de seus governantes:

> [...] se este país não se estremecer, se não sentir roxas as faces, se não obrigar os seus governantes a um movimento eficaz, não é só a Constituição que é um trapo: também esta nacionalidade será um resto [...] (OLIVEIRA)

Ruy afirmava que nunca na História das Nações houve um caso de neutralidade governamental tão execrável frente à luta de uma de suas províncias contra a dominação estrangeira:

> Temos ali uma Revolução de novo gênero. Até agora o nome se aplicava exclusivamente aos movimentos tumultuários e criminosos contra o Governo Nacional. Ali é a guerra organizada contra a invasão estrangeira. (OLIVEIRA)

Ruy, no dia 04.09.1900, sob o título "*Traços Característicos*", denunciava a postura submissa assumida pelo Governo na "*Questão acreana*":

> Nossa situação diante da Bolívia: é a de vencidos confessos e resignados. (OLIVEIRA)

No dia 14.09.1903, Ruy chegou a afirmar, em arrebatada carta, que:

> Se a insistência da Bolívia fosse irredutível, seria melhor abrirmos mão das negociações, deixando-a entregue à sua fraqueza contra os insurgentes do Acre, mais capazes de resolver a Questão do que o Governo brasileiro, na situação a que o condena, por um lado, a debilidade lastimável dos nossos meios de

ação militar, por outro a repugnância invencível da nossa gente em ceder ao estrangeiro um palmo de terra, ainda recebendo em retorno a vastidão territorial de um novo Estado. (OLIVEIRA)

Ocupação do Acre pelas Forças Federais

Conta-nos Cláudio de Araújo Lima na sua obra "*Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo*":

> A certa altura do mês de fevereiro [1903], uma carta particular, escrita de Manaus, comunica ao chefe do Governo revolucionário que o Governo Federal ordenara a ocupação do Acre, ao Norte do Paralelo 10°20' – a parte do território chamada Acre Setentrional.
>
> Essa grande "*Expedição ao Norte*", aguardada na capital do Amazonas aos primeiros dias de março, é constituída por uma Divisão Naval composta do couraçado "*Floriano*", cruzador-torpedeiro "*Tupi*", caça-torpedeiros "*Gustavo Sampaio*" e outros barcos de menor importância, sob o comando do Contra-Almirante Alexandrino de Alencar.
>
> E uma Divisão do Exército integrada pelas forças de artilharia e de infantaria aquarteladas em Recife, Manaus e Belém.
>
> O comando supremo dos 3.000 expedicionários vem confiado a um chefe militar do mais alto conceito entre as classes armadas – o General de Divisão Antônio Olympio da Silveira.
>
> Capitão ao terminar a guerra do Paraguai, a sua fé de ofício conta referências altamente consagradoras à sua "*bravura e galhardia*", feitas pelo Duque de Caxias e o próprio Imperador D. Pedro II.

Para justificar, além de outros méritos, a sua escolha para a grande missão que conduz ao Acre, já a pena fulgurante de Euclides da Cunha burilara o seu perfil de "*valente tranquilo*" ([5]), nos entreveros mais terríveis da campanha de Canudos.

Plácido de Castro está combalido por uma grave recidiva ([6]) do seu impaludismo crônico. Mesmo assim, delibera medidas imediatas, consentâneas com a situação criada. Decide com rapidez sobre o que tem a fazer. Manda toda a tropa revolucionária para o Alto Acre, sob o comando de um oficial de sua confiança, o Tenente-Coronel José Brandão, a bordo do transporte "*Independência*", com ordem de aguardá-lo em "*Xapuri*", para onde seguirá tão depressa quanto seu estado de saúde o permitir. De fato, aos primeiros dias de março, ele se junta ao grosso de suas tropas, que imagina ter de mobilizar de um momento para outro.

Correm rumores de que forças bolivianas insistem em se encaminhar para o Acre, através do Tauamanu. Rumores que se acentuam dia a dia.

---

[5] Antônio Olympio da Silveira: Comandou a 3ª Brigada de Infantaria composta pelo 12°, 31° e 33° Batalhões de Infantaria e uma Bateria de Artilharia. [...] Realmente, os sertanejos revelaram uma firmeza de tiro incomparável. As descargas, nutridas, rolantes e violentíssimas, deflagrando pelos cerros como ateadas por um rastilho único, depois de abrangerem a tropa desabrigada bateram, convergentes, sobre a artilharia. Dizimaram-na. Tombaram dezenas de soldados e a metade dos oficiais. Sobre o cerro, varrido em minutos, permaneceu, entretanto, firme, a guarnição rarefeita e no meio dela, atravessando entre as baterias impassível como se desse instrução num polígono de tiro, um velho de bravura serena e inamolgável, – um "*valente tranquilo*", o Coronel Olympio da Silveira. Foi a salvação. Em tal emergência o abandono dos canhões seria o desbarato. [...] Olympio da Silveira, o chefe da artilharia, com o seu fácies de estátua, – face bronzeada vincada de linhas imóveis – realizava a criação rara de um locador modesto, impassível diante da glória e diante do inimigo, seguindo retilineamente pela vida entre o tumulto das batalhas, como obediente a uma fatalidade incoercível. (CUNHA, 1905)

[6] Recidiva: recaída.

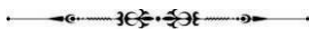
E tudo indica a probabilidade de serem verdadeiras as informações. Tanto que o caudilho já se dispunha a marchar em direção ao ponto onde, segundo notícias insistentes, estaria aquartelado o contingente boliviano, quando foi anunciada a chegada da Expedição sob o comando do General Olympio da Silveira para daí a uma semana. Plácido de Castro entrega a guarnição de "*Xapuri*", e toda a tropa ali acampada, ao mesmo Coronel José Brandão. E parte apressadamente para o Baixo Acre.

Em "*Porto Acre*", Plácido irá aguardar o General brasileiro. Não lhe poderá tributar as homenagens que lhe marcaram a recepção na capital amazonense, com ruas decoradas de bandeiras, chuva de flores e de palmas sobre o cabeça da Divisão Expedicionária. Mas haverá de recebê-lo com a mais respeitosa simpatia, que justificam o seu nome de militar ilustre e a honrosíssima investidura que lhe acaba de confiar o Chefe da Nação.

E só não lhe prestará as honras de estilo, porque, antecipando-se na obediência ao que fora deliberado na capital do país, queria que o chefe da Expedição já encontrasse inteiramente desocupado de revolucionários o chamado Acre Setentrional, cujo Governo – segundo as cartas particulares recebidas pelo caudilho – vinha assumir com os mais amplos poderes. E Plácido não queria criar um conflito com os governantes de seu próprio país.

Por isso mesmo, sua atitude no primeiro encontro com o comandante da Expedição, a 3 de abril, em "*Porto Acre*", caracteriza-se pela mais rigorosa serenidade. O General mostra-se lacônico, cheio de reserva, indisfarçavelmente preocupado em demorar pouco em "*Porto Acre*". Fala sempre de modo vago.

Não entra a fundo no assunto, como seria lógico, visto que Plácido de Castro encarnava a própria Revolução. E a Revolução era o único motivo de se encontrar por aquelas paragens, nesse momento, tão alta patente militar. Com alguns minutos de palestra, sempre acastelado na quase ostensiva discrição, o itinerante prepara-se para continuar viagem. A despedida, fiel ao propósito das frases de pura cortesia e destituídas de conteúdo explícito, limita-se a deixar nas mãos do chefe revolucionário um pacote de jornais da metrópole, como simples gesto de gentileza, que qualquer forasteiro faz a alguém que se sabe, há longo tempo, isolado dos seus semelhantes civilizados.

Partindo o General, Plácido precipita-se à leitura dos jornais a ele oferecidos tão displicentemente. Neles comprova o fato de que, a despeito do silêncio guardado durante o encontro, o General Olympio da Silveira vinha, de fato, assumir a governança do Acre. Do Acre que os acreanos haviam conquistado com os mais cruciantes sacrifícios de seus legionários. Do Acre, reintegrado na Pátria, sem – ou melhor – contra o próprio Governo Federal, que o considerara em protocolo diplomático firmado cerca de dez anos antes, como "*incontestavelmente boliviano*".

A 10 de abril, uma semana após o encontro de "*Porto Acre*", chega às mãos de Plácido de Castro um ofício do General, que vinha confirmar tudo que insinuara, sem caráter oficial, em seu conhecimento:

> Governo Militar do Território Setentrional do Acre.
>
> Quartel-General, 6 de abril de 1908.
>
> Sr. Cel. Dr. J. Plácido de Castro,

> Tendo, por determinação do Governo da União, dirigido em 3 do corrente uma proclamação aos habitantes do Território Setentrional do Acre, anunciado tê-lo ocupado militarmente e assumido o seu Governo, remeto-vos, inclusa, uma cópia da referida proclamação.
>
> Saúde e fraternidade, Gen Olympio da Silveira.

E anexa ao ofício a cópia da proclamação do chefe das forças de ocupação:

> Governo Militar Provisório do Território Setentrional do Acre.
>
> Quartel-General na Empresa, 3 de abril de 1903.
>
> Proclamação.
>
> Em nome do Governo dos Estados Unidos do Brasil, eu, o General Antônio Olympio da Silveira, Comandante das Forças Expedicionárias do Acre, obedecendo às ordens recebidas, Proclamo: o Território Setentrional do Acre, compreendido entre a linha geodésica que do marco do Madeira vai à suposta nascente do Rio Javari, o Paralelo de dez graus e vinte minutos e o Rio Iaco, é ocupado militarmente pela República Brasileira, até que seja resolvido o litígio sobre os limites com a Bolívia. Assumo nesta data o Governo do dito território que fica sob o regime das leis militares.
>
> Antônio Olympio da Silveira.

Plácido contém-se. Ninguém o excede na capacidade de dominar, em certas contingências, mesmo os mais calorosos impulsos. Simula não compreender a "*capitis diminutio*" ([7]) que lhe resulta do gesto do General. O caudilho é reprimido para um canto por alguns instantes.

---

[7] "*Capitis diminutio*": perda da autoridade.

E o homem de envergadura política flutua dominadoramente, permitindo-lhe agir com prudência e habilidade, a ver o que ainda pode salvar da grande Revolução libertadora. Nesse mesmo dia, baixa o:

> DECRETO N° 7
>
> O Coronel José Plácido de Castro, Governador do Estado Independente do Acre e Comandante em Chefe do Exército Acreano:
>
> Considerando:
>
> Que o Governo Brasileiro mandou ocupar militarmente a zona compreendida entre a linha "*Cunha Gomes*" e o Paralelo 10°20';
>
> Considerando: que é dever de patriotismo não embaraçar as negociações do Ministério do Exterior em virtude das quais se fez a referida ocupação;
>
> E tendo em vista: que para reivindicação de nossos direitos conspurcados pelo Governo Boliviano a luta tem de continuar como até aqui.
>
> Decreta:
>
> Art. 1° – Fica transferida para a cidade de "*Xapuri*" a sede do Governo do Estado Independente do Acre.
>
> Art. 2° – Fica transferida provisoriamente a Alfândega do Estado para o lugar "*Capatará*", até que seja determinado o ponto onde o Paralelo 10°20′ corta o Rio Acre.
>
> Porto Acre, 10 de abril de 1903.
>
> J. Plácido do Castro.

Transferida a sede do Governo revolucionário para "*Xapuri*", com esse destino parte Plácido de Castro poucos dias depois, a fim de reassumir seu posto de Comandante e Governador do Acre Meridional, onde não deveria chegar a influência das tropas de ocupação mandadas pelo Governo da República.

De passagem pela "*Empresa*" – que se tornara a sede do Governo Militar empossado pela proclamação de 3 de abril – conferencia com o General, que lhe havia mandado pedir informações acerca dos boatos que davam como próxima a chegada de uma monumental Expedição Boliviana ao Acre.

Realmente, a notificação oficial, feita do Rio de Janeiro ao General Olympio da Silveira, era segura e minuciosa.

Malgrado a nota diplomática do Barão do Rio Branco, datada de 27 de janeiro, o Ministro brasileiro acreditado junto ao Governo Boliviano informara à chancelaria brasileira o movimento de clamor público – quase de pronunciamento popular – a que dera lugar a notícia da capitulação de Porto Acre.

Para aplacar a fúria do orgulho nacional melindrado, o Governo fora obrigado a concretizar uma Expedição Monstro, destinada a vingar a Pátria ofendida.

E, a 26 de janeiro, sob o delírio do mais frenético entusiasmo patriótico, milhares de homens armados partiram de La Paz, em direção ao Acre, sob o comando pessoal do próprio Presidente da República, General José Manuel Pando, e do seu Ministro da Guerra, Coronel Dr. Ismael Montes.

Cientificado minuciosamente pelo Gen Olympio da Silveira, Plácido pôde afirmar-lhe que, até aquele dia os seus elementos de observação mais distante-mente colocados desmentiam que as forças do Gen Pando já houvessem atravessado o Rio Abunã.

Todavia, estava deliberado à assumir uma atitude, logo que chegasse a "*Xapuri*".

– Estou decidido a invadir a Bolívia novamente, pelo Tauamanu, para levar ao inimigo a perturbação que ele nos traria se invadisse o Acre Meridional.

O General pondera ao caudilho que seria conveniente evitar qualquer gesto capaz de agravar a situação de litígio criada entre os dois países amigos:

– Coronel Plácido, por que, em vez disso, não espera uma solução do próprio Governo Federal?

A resposta de Plácido de Castro é pronta e sincera:

– Simplesmente, General, porque não tenho a certeza de que esta solução venha algum dia.

Encerra-se a conversa com essa frase. E era muito seu concluir as palestras com frases incisivas, que lhe enfeixavam todo o pensamento. Parte. Mas as reflexões que o acompanhavam, ao deixar o ambiente das Forças de Ocupação, eram amargas. Repassadas da desconfiança que certas atitudes das autoridades enviadas do Rio de Janeiro lhe inoculavam no espírito, as quais denunciavam a influência de insidiosas intrigas.

Impregnadas do azedume que já lhe invadira a alma, e que ele registrou nos "*Apontamentos*", com a rudeza que usava pôr na exteriorização de seus pontos de vista.

A meio caminho de "*Xapuri*", recebe o caudilho importantes notícias procedentes do Rio Caramanu, onde mantinha, permanentemente, um destacamento para observação e vigilância. Pelas informações e por seus cálculos, as forças do Presidente General Pando deviam subir pela zona de "*Porto Rico*".

Dias de grande atividade para Plácido de Castro, a qual se denuncia até no estilo nervoso em que assinalou suas ocorrências no diário de guerra:

> Parti a todo vapor para o "*Xapuri*", fazendo baixar por "*Boa Fé*", próximo de "*Iracema*", toda a guarnição de "*Xapuri*", bem como o Batalhão que se achava próximo ao "*Igarapé da Bahia*" [Batalhão Acreano, sob o comando do Ten-Cel Xavier]. Com esta força, que foi paga de víveres para cinco dias, acondicionados em jamachis ([8]) e em alguns cargueiros, segui para "*Gironda*", tendo feito seguir na frente o Major Daniel Ferreira com cinquenta homens, com ordens de assumir o comando da vanguarda. Chegando eu a "*Gironda*", rompia a vanguarda fogo contra "*Porto Rico*", que logo é sitiado com forças que enviei. Fiz seguir também o piquete de descoberta para "*Lisboa*". Dispus tudo e baixei com o resto das forças no dia seguinte a fim de dar o assalto a "*Porto Rico*".

Está para findar o mês de abril. Com quatro dias de contínuo e intenso combate, as forças bolivianas começam a dar mostras de debilitação.

Ainda bem. Porque a situação dos revolucionários ameaça tornar-se inquietante. Em carta ao comandante do piquete estacionário em "*Boa Fé*", datada de 25, Plácido fizera "*sentir a necessidade de uma medida extraordinária, no sentido de melhorar os meios de transporte*", pois "*a fome é nossa inseparável companheira nesta região*". O problema é vencer a fome, que a vitória já se delineou de modo claro. O Exército do Gen Pando se encontra inapelavelmente sitiado. Pela frente e pelos flancos, envolvem-no os mil e duzentos acreanos sob o comando de Plácido de Castro.

---

[8] Jamachis: ou jamaxis. Espécie de cesto, feito de timbó, e em que os nativos transportam gêneros e mercadorias nas costas.

Na retaguarda, um grande Lago cujo limite extremo se continua por um pantanal intransponível ([9]).

Plácido considera iminente a hora da rendição do poderoso inimigo. Questão de mais um golpe de habilidade, que ele chega a esquematizar mas não pode levar a termo, porque um acontecimento de todo inesperado modifica integralmente a situação.

Chega o Major Gomes de Castro, do Quartel General das forças de ocupação, que traz um ofício do Gen Olympio da Silveira para Plácido de Castro:

> Governo Militar e Comando em Chefe das Forças de ocupação do Território Setentrional do Acre.
>
> Quartel-General na Empresa, 19 de abril de 1908.
>
> Sr. Cel. Dr. José Plácido de Castro,
>
> Saudações.
>
> Pelo jornal Amazonas, de 26 de março findo, que vos remeti, tereis tido conhecimento do convênio diplomático de 21 do dito mês, entre o nosso Governo e o da Bolívia.
>
> Tive confirmação oficial do mesmo e de acordo com ele tenho de tomar várias medidas que vos serão comunicadas verbalmente em "*Capatará*" pelo Coronel Torres Homem, Chefe do Estado-Maior junto a este Governo, esperando que ali comparecereis para o aludido fim.
>
> Renovo meus sentimentos de alto apreço e consideração.
>
> Saúde e fraternidade.
>
> General Olympio da Silveira.

---

[9] Esse fato, negado por alguns críticos militares da campanha de Plácido de Castro, é comprovado por uma carta do próprio General Pando, reproduzida no livro de Nicolau Suarez. (LIMA)

Sem perder um minuto, Plácido de Castro despacha o Coronel José Brandão para "*Porto Rico*" – agora com incumbência diversa daquela com que imaginava completar o sítio – sob a recomendação de dar à sua viagem a maior rapidez possível.

Brandão parte em canoa tripulada por vários remadores ágeis. Leva ordem de fazer cessarem incontinenti as hostilidades contra o invasor. Mas não o chega a fazer. Porque, ao aproximar-se do reduto das forças revolucionárias, já era alta noite, tornando-se impossível a comunicação imediata com o adversário.

E no dia seguinte, Pela manhã, quando se preparava para cumprir a missão, defrontou a bandeira branca, que o General José Manuel Pando mandara hastear, a fim de fazer ciente o inimigo de que também fora inteirado do "*modus vivendi*" estabelecido entre o Brasil e a Bolívia, por instrumento de 21 de março de 1903.

No dia imediato ao de sua chegada, 27 de abril, regressa o Major Gomes de Castro, levando ao General Olympio da Silveira a resposta de Plácido:

> ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE
>
> N° 8. "*Gironda*", 26 de abril de 1903.
>
> Ao Cidadão General de Divisão Olympio da Silveira.
>
> Rio Acre.
>
> Com prazer acuso o recebimento das vossas cartas de 16 e 19 do corrente, de "*Empresa*", que respondo:
>
> Tomei conhecimento do convênio a que vos referis, entre o Brasil e a Bolívia, e estou firmemente disposto a respeitá-lo integralmente, como todas as deliberações do Governo da minha Pátria.

Atualmente o Exército Acreano ocupa toda a região compreendida de "*Porto Rico*" para Oeste, pelo Rio Tauamanu acima, compreendendo "*Costa Rica*", "*Porvenir*", etc, sendo que me achava disposto a ocupar toda a fronteira do Estado Independente do Acre, sem, contudo, ultrapassá-la um palmo.

Em vista, porém, das comunicações que me fizestes do acordo, não irei além do ponto em que me acho, tendo ontem mesmo escrito um cartão ao comandante da guarnição de "*Porto Rico*" [pois já estava com essa praça quase em sítio], pedindo-lhe suspensão de armas até a chegada do vosso ofício.

Não me posso furtar ao dever de declarar-vos a agradável impressão que me causou a extraordinária pontualidade do Sr. Major Gomes de Castro, que com a mais nítida compreensão da sua delicada missão, atravessou a distância que nos separa do Acre em menos de três dias, vindo chegar no momento mais propício, pois com dez horas de tardança não teria evitado o assalto a "*Porto Rico*", e, por conseguinte, sério derramamento de sangue.

No momento em que esse oficial chegou, acabava de ser dividida a força para seguir a tomar posições. Ao Sr. Major Gomes de Castro instruí sobre as nossas posições e terrenos por nós ocupados.

Queirais, pois, deliberar se é conveniente ou não minha ida agora a "*Boa Fé*", antes da retirada do grosso das tropas acreanas para "*Xapuri*", ponto de aquartelamento.

Saúde e fraternidade.

J. Plácido de Castro.

Logo após a partida do Major Gomes de Castro, regressa o Coronel José Brandão, que fora mandado como emissário a "*Porto Rico*". Traz para ser lida pelo seu verdadeiro destinatário – o Comandante em Chefe das Forças Revolucionárias – o documento escrito pelo comandante da guarnição sitiada:

Ejército Nacional.

Jefatura del Batallón 5° de línea, Barraca Puerto-Rico, abril 26 de 1903.

Al Señor Jefe de las Fuerzas que atacan Puerto-Rico.

Banda del Río.

Señor,

Comunico á Ud. que el Señor Capitán General del Ejército boliviano me encarga de decir a Ud. que por acuerdo de 27 de marzo de 1903, suscrito en La Paz, entre el Exmo. Señor Eliodoro Villazon, Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia y el Exm° Señor Eduardo Lisbôa, Enviado Extraordinario del Brasil ante el Gobierno de Bolivia, ha quedado totalmente definida la situación internacional creada entre ambos países.

Tengo el honor de incluir a Ud. copia del mencionado acuerdo, impresa en La Paz e recibida hoy. Las tropas bolivianas no han avanzado del Orton, conforme el inciso b de la cláusula 3° del acuerdo.

Corresponde a Ud. retirar las suyas, a no ser un "móvel" ([10]) distinto y por mi ignorado, el que guíe sus procedimientos, de cuja ejecución Ud. será responsable.

Puede efectuarse con plena seguridad la retirada de sus fuerzas a Gironda y Chapury. Hemos permanecido a la defensiva y en ella nos mantendremos, siguiendo instrucciones del General Pando, Capitán General del Ejército.

Sin más objeto, tengo el honor de suscribirme a atento servidor.

German Cortes, Jefe del Batallón 5°.

---

[10] Móvel: termo escrito propositadamente em português. Poderia o missivista ter redigido a palavra "*motivo*" que possui igual grafia e significado em ambas as línguas.

Plácido de Castro agasta-se vivamente com a alusão pérfida – “*a no ser un ‘móvel’ distinto*” – e responde com azedume e energia:

> ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE
>
> Gironda, 27 de abril de 1903.
>
> A Germán Cortés, Chefe do 5° Batalhão e Comandante da Guarnição de Porto Rico.
>
> Às 11 e meia horas da noite de ontem, recebi o vosso ofício, datado também de ontem, comunicando-me o acordo havido entre os governos do Brasil e Bolívia e do qual tivestes a gentileza de enviar-me uma cópia. Ontem mesmo vos escrevi um cartão neste sentido, pois, tendo na tarde do dia anterior conhecimento do acordo, por comunicação que me fez o Sr. General Olympio, Comandante das tropas brasileiras no Acre, mandei incontinenti, à Força Acreana que ocupa posições em frente de Porto Rico, ordem para suspender as hostilidades, pedindo-vos no mesmo cartão idêntico procedimento.
>
> Isso fiz assim que chegou à minha presença o emissário do General Olympio, que segue agora para aí.
>
> Dizeis competir-me retirar as forças acreanas de frente de Porto Rico, a menos que “*um móvel por vós ignorado*” guie a minha conduta e que neste caso serei eu o responsável. Sinto que assim vos tenhais exprimido em um documento de paz...
>
> O móvel que guia meus passos nesta luta não deve ser por vós ignorado, mas se o é, vos declaro que luto pela autonomia do Acre.
>
> E, quanto à minha conduta, tem sido julgada pelos vossos patrícios vencidos como cavalheirosa.
>
> Quanto ao tornar-me responsável pelos meus atos, sempre o fui, mormente na luta que sustentamos.

> Sobre a retirada das tropas acreanas das posições que ocupam em frente de "*Porto Rico*", só depois que me entender com o General brasileiro poderei resolver, apesar de agirmos independentemente, como é natural supor. Suspendendo as hostilidades, passamos como vós à defensiva e vós e as vossas forças poderão confiar em nossa fidelidade.
>
> Saúde e fraternidade.
>
> J. Plácido de Castro, Comte. em chefe do E. Acreano.

E ainda não satisfeito, decide entender-se pessoalmente com o Capitão Germán Cortés, como se lê em cartão escrito por Plácido a 28 de abril.

Um cartão eloquentíssimo, aliás, para caracterizar o feitio simplório do caudilho, e por onde se vê que, só nessa altura dos acontecimentos, o comandante de uma tropa sitiante de forças chefiadas pelo Presidente de uma República, resolve lembrar-se de pedir que lhe remetam a espada e o fardamento!

> Coronel Hipólito: Acho-me a caminho para o nosso acampamento em "*Porto Rico*" onde vou entender-me com o Comandante da guarnição boliviana. Comigo também segue o representante do General Olympio. Mande-me com urgência um portador trazendo minha espada e meu fardamento, bem como as últimas notícias.
>
> Mande para cá o Tenente Dantas, ainda que esteja com parte de doente. Organize o serviço de comboios, pois a fome aqui já não vai muito fácil de suportar-se.
>
> J. Plácido de Castro.

Quer a espada. O fardamento. As botas também, como pede na carta de dias após, em que volta a referir as torturas da fome:

Coronel Hipólito:

Estamos em suspensão de armas.

Peço-lhe o obséquio de regularizar a vinda dos comboios a fim de não passarmos mais fome. Com o meu fardamento, mande-me as botas e espada. Mande-me também no comboio tabaco, sabão, sal e açúcar, além das demais mercadorias. Diga ao Gentil que não entre com gente, que siga para "*Xapuri*", e mande a lancha estacionar em "*Boa Fé*".

Plácido.

[Margem esq. do Orton, em frente a "*Porto Rico*"]

À medida que avançam os primeiros dias de maio, cresce a ansiedade de Plácido de Castro por ver chegar ali o Gen Olympio da Silveira. O Alferes Azevedo Costa, portador do ofício no qual o Comandante da Expedição propusera uma conferência ao Gen Pando, afirmara aos próprios bolivianos que o encontro se efetuaria dentro de três dias, impreterivelmente.

Chegara o Alferes poucas horas após a partida do Major Gomes de Castro e, entretanto, lá se iam duas semanas sem que o General Olympio desse sinal de vida. Plácido estava ansioso por vê-lo apontar àquela margem do Rio Orton.

Só assim, teria termo a série de surdos conflitos que principiavam a esboçar-se entre os legionários acreanos e os soldados do Exército de Ocupação. E a fome aniquiladora, cuja realidade não podia mais ser dissimulada com simples promessas de uma próxima chegada de recursos. Sem falar da atmosfera de constrangimento, resultante das insistentes e até mesmo irônicas interpelações dos oficiais bolivianos, consignadas nos Apontamentos:

> Os bolivianos diariamente, desde então, me perguntavam pelo General brasileiro, que não vinha. Para furtar-me à vergonha daquelas perguntas, motivadas pelas informações do Alferes, resolvi ir ao Acre falar ao General Olympio, o que fiz em menos de três dias.

No meio da viagem, um fato o alarma e obriga a suspeitar de que se trama contra ele:

> Em caminho, encontrei um oficial boliviano que, passando pelos nossos acampamentos, se dirigia a "*Porto-Rico*". Perguntei-lhe com que licença ia ele atravessando um caminho estratégico que acabávamos de abrir, ao que um oficial acreano, que o acompanhava, respondeu-me que com ordem do General Olympio [grande perfídia]. ([11])

Plácido não encontra o General. Mas comprova daí a pouco que certos elementos expedicionários, envolvidos pela felonia de alguns inimigos da Revolução, facilitavam o estado de coisas que indicava a iminência de conflitos muito graves entre os brasileiros.

> Os poucos soldados acreanos feridos pela indisciplina, que lhe sugeriam os oficiais do Exército, dividiram-se. Uma parte deles continuou a acatar as ordens dos oficiais acreanos, e a outra parte passou para o acampamento do 27° Batalhão. O comandante do 27° imediatamente oficiou ao General Olympio, relatando os acontecimentos da forma que lhe convinha. O General Olympio chega e, sem se entender com o Ajudante General do Exército Acreano, manda formar incontinenti o 27° Batalhão e, com a brutalidade que lhe é peculiar, cercou a casa em que se achava o meu Ajudante General e o Quartel Mestre, e os prendeu, injuriando-os com o epíteto de assassinos. Em seguida mandou tomar conta da flotilha acreana, cujas bandeiras foram arriadas.

---

[11] Perfídia: felonia, traição.

Os acontecimentos que se seguiram, Plácido os registrou nos "*Apontamentos*" com tamanho azedume, que mais vale guardá-los sob o silêncio. Picuinhas e perseguições de toda espécie moveram-se contra ele, partidas de seus próprios compatriotas que, envenenados por infantis ciúmes, esqueceram tudo que lhe devia o Brasil. Talvez nem soubessem, naquele momento tão próximo dos fatos, avaliar exatamente a medida do seu feito.

Cheio de amargura e de revolta, Plácido resolve tomar o rumo de "*Iracema*", depois de escrever uma carta ao General Olympio da Silveira:

> na qual lhe disse que, não compreendendo as razões do seu procedimento, havia resolvido não sair em "*Boa Fé*", minha base de operações, mas em "*Iracema*", onde tomaria, com os meus companheiros, o destino que a situação excepcional, que ele havia criado, me aconselhasse, ficando, porém, ele certo de que quem se tinha assim sacrificado pela Pátria, dificilmente se deixaria enxovalhar.

Na tarde de 12 de maio, chega com seus soldados ao seringal "*Iracema*". Daí a poucos minutos, sem ter ainda logrado repousar da viagem extenuante, e avisado de que acabava de aportar ali uma lancha do Quartel General das Forças Expedicionárias, trazendo como principal passageiro um Capitão do Exército, portador de um recado do General Olympio da Silveira.

Plácido recebe-o cortesmente. O emissário entra diretamente no assunto, que se prende à missiva que o chefe revolucionário escrevera dois dias antes:

> – O Sr. General manda dizer que está de posse da sua carta e lhe envia esta lancha para que vá ter uma conferência com ele.

O oficial faz uma pausa. Depois, acrescenta, à guisa de conclusão tranquilizadora:

> – E garante que o senhor não será desfeiteado.

É verdade que Plácido de Castro, quando se torna necessário, sabe refrear os mais indomáveis impulsos emocionais. Mas sabe também ter a bravura de os expandir, desde que a contingência do momento lhe sugira a hipótese de se estar pondo em prova a sua fibra. E, de cenho cerrado, o caudilho ferido envia um recado incisivo ao chefe das tropas de ocupação:

> – Capitão, queira dizer ao General que a conferência não tem mais cabimento, pois minha carreira militar e política está encerrada com a minha deposição por ele mesmo feita. Diga-lhe, enfim, que estou de posse do seu recado, que não aceito a conferência, e que também não me deixarei desfeitear.

"*O Capitão regressou*" – diz Plácido secamente, para encerrar a descrição do incidente, na última página dos "*Apontamentos*".

Vai alta a madrugada de 13 de maio. Na dramática noite de insônia, Plácido de Castro medita sobre a situação criada para sua autoridade de Chefe da Revolução triunfante.

O representante militar do Governo Federal abismou-se na vertigem do mando. Transgrediu os limites da missão que lhe fora traçada. Exorbitou e tornou-se inabordável. Suas Forças – de direito incumbidas de ocupar o Acre Setentrional – já invadiram, de surpresa, o Acre Meridional.

O transporte "*Independência*" tem agora sua guarnição integrada por elementos expedicionários. Três mil volumes de mercadorias entregues à sua responsabilidade pessoal, troféus de guerra dos revolucionários, e até objetos de sua propriedade particular – mobília, rancho, instrumentos profissionais – de tudo já se apossaram, violentamente, os comandados do General Olympio da Silveira.

Plácido tem plena consciência do que lhe restaria fazer, para vingar seu amor próprio. Conclamar seus legionários, desassombradamente. Adverti-los da afronta que, em nome da Pátria inocente, se está fazendo aos mais desprendidos patriotas. E marchar com eles, numa cartada de vida ou de morte, como já fizera contra a poderosa expedição que o Presidente da Bolívia comandara pessoalmente.

Mas, esse caudilho destemido, que escreveu com sua espada a epopeia da reação anti-imperialista contra o Bolivian Syndicate, é acima de tudo um patriota.

Compreende claramente que o gesto intempestivo redundaria em abrir uma luta civil contra as forças legais de seu país.

E a atitude de rebeldia seria a negação de todo o glorioso feito, que custara o preço de tantas vidas de brasileiros. (LIMA)

Nossos heróis acreanos, que conheceram a inércia do Governo Federal antes da chegada das Forças Federais, enfrentavam agora, a arrogância, os desmandos e a calúnia por parte das forças de ocupação brasileiras.

O General Olympio da Silveira, para estabelecer as vanguardas brasileiras e fazer contato com as Forças Bolivianas, destacou o Major Filinto Alcino Braga Cavalcanti para acordar com o Presidente José Manuel Pando Solares a maneira mais conveniente de cumprir a medida.

Descumprindo as ordens do Governo Federal que recomendava que os militares brasileiros se abstivessem de assuntos político-diplomáticos o Major Alcino discutiu, arvorando-se de plenipotenciário, assuntos relativos às questões de fronteira.

No relatório encaminhado ao General Olympio o Major Alcino deixa transparecer sua simpatia pelo Gen Pando e chama o Coronel Plácido de Castro de "*ex-chefe acreano*" tratando-o de modo extremamente depreciativo com evidente intenção de indispô-lo mais ainda com o comandante das Forças de Ocupação.

O General Olympio, contrariando ordens expressas de seus superiores, que haviam determinado incisivamente que devia "*manter em armas os acreanos para a defesa do 'status quo' durante as negociações*" e que "*ao Sul do Paralelo 10°20' continuará a exercer a sua autoridade o Governador [Plácido] aclamado pelos acreanos*", apropriara-se intempestivamente da flotilha, gêneros, armas e munições dos revolucionários.

Para que possamos melhor aquilatar a extensão da revolta que minou os corações e mentes dos revolucionários, após o Golpe de Estado perpetrado pelo Gen Olympio, reproduziremos a Ordem do Dia n° 2 com a qual José Plácido de Castro dissolveu o seu Exército:

ORDEM DO DIA N° 2

Comando em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre, 13 de maio de 1903.

Camaradas!

A presente Ordem do Dia é mais uma peça do luto que envolve os nossos corações do que um documento de guerra. Dirijo-me àqueles que tiveram nobreza bastante para afrontar todos os sofrimentos que nos oprimiram durante toda a luta que temos sustentado com suprema constância e altivez, sem nunca nos termos degradado com a prática da traição.

Ao chegar o Exército Nacional nesta região lhe prestamos todo o concurso material ao nosso alcance, tendo o seu serviço de correios, de observações e quase todo o de transporte sido feito por gente nossa. À vossa frente invadi o Tauamanu por "*Gironda*", mandei sitiar "*Porto Rico*", e já estávamos com cinco dias de luta, com sacrifício da vida de alguns companheiros, quando recebi uma carta do Sr. General Olympio da Silveira comunicando-me o acordo entre o Brasil e a Bolívia. Incontinenti mandei suspender as hostilidades, dando-lhe disso conhecimento em ofício n° 8, de **26** (abril de 1903) do passado, declarando-me firmemente disposto, como pessoalmente já lhe havia dito, a respeitar todas as disposições do Governo de nossa Pátria, embora fora dela.

O recebimento desse ofício me foi acusado em carta elogiatória, na qual o General pedia que me mantivesse nas posições tomadas até que ele pudesse para lá mandar forças. Apesar das privações que sofríamos, passando até fome, escassamente nutridos a milho seco torrado, pela dificuldade de abastecimento através da distância que nos separava dos

nossos armazéns à margem do Acre, lá fiquei mandando para a margem deste Rio apenas os enfermos, ao mesmo tempo que mandava abrir o caminho, que era péssimo, para a passagem da Força Federal, naturalmente inferior a nossa quanto à presteza de marcha.

Quando tudo isso fazíamos, suportando a fadiga e a fome, eis que recebo, com a maior surpresa, um ofício de um nosso oficial superior comunicando-me que o Major Carneiro, Comandante do 27° Batalhão acabava de recolher ao seu acampamento os soldados acreanos ali ["*Boa Fé*"] destacados a pretexto de estarem sofrendo grandes privações.

Recebi o ofício à meia noite do dia nove do corrente e uma hora depois dirigia-me em marcha forçada para o Acre, a fim de resolver essa grave questão.

Em caminho fui sabendo por oficiais e soldados que fugiram do acampamento do 27°, que o Ajudante General, Quartel Mestre General, Coronel Hyppólito Moreira e outros oficiais do nosso Exército se achavam presos, de sentinela à vista e incomunicáveis, tendo o Gen Olympio em pessoa feito a prisão do Cel Gentil a quem insultou publicamente chamando-o de assassino.

Soube que as presas de guerra do Exército acreano, bem como os armazéns que sob minha responsabilidade pessoal existiam no Acre para abastecimento das nossas Forças, toda a munição que tínhamos em avultada quantidade, mais de trezentos fuzis que tínhamos em depósito por falta de munição própria, um canhão e toda a Flotilha Acreana, haviam sido apreendidos por ordem do <u>General que em má hora veio representar o Governo de nossa Pátria</u>; que os oficiais e soldados acreanos que mandei para a margem do Acre eram logo desarmados como facínoras.

Que o General Olympio aproveitou para comandar um grupo de traidores e a esses soldados cuja divisas acreanas fazia arrancar o Tenente-Coronel José Antônio Duarte, que eu havia suspenso do comando por má conduta habitual [embriaguez]; que o mesmo General abrira um inquérito, forçando alguns oficiais acreanos a depor, enquanto os traidores o faziam espontaneamente, recolhendo, em forma de documento, torpezas contra mim e meus oficiais superiores.

Enfim, na tarde de 11 para 12 do corrente, meu piquete avançado deu sinal de aproximação de Força. Era um Tenente do Exército [a quem não imputo responsabilidade] comandando uma Força de Linha, apoiada por uma de soldados acreanos ao serviço do General e também comandada por um Tenente. Às cinco e meia da tarde a Força fez alto e o Tenente do Exército veio entender-se comigo, dizendo-me que vinha unicamente proteger o comboio que partira pela manhã do Acre [o qual há três horas antes já se encontrava no "*Ina*"].

A Força, evidentemente, era para prender-me, pensando naturalmente o General que a marcha rápida que, certamente, eu iria fazer, como a fiz, só seria possível sem Força. É essa a minha dedução. Resolvi sair no Acre por "*Iracema*" porque <u>não estava disposto a ser desarmado como um bandido</u> depois de tanto haver compartilhado dos sofrimentos dos meus leais companheiros de luta, oficiais e soldados. Comuniquei essa minha resolução ao General em um cartão que enviei por um rapaz acreano, que ficou preso apesar de ter ido no desempenho dessa Comissão. Ontem, 12, aqui se apresentou um Capitão do Exército trazendo preso o meu Quartel-Mestre General para entender-se comigo, como se um preso, ameaçado de morte, pudesse ter liberdade para falar.

O Capitão trazia-me um recado do General convidando-me para uma entrevista, oferecendo-me plenas garantias, sob sua palavra de honra, como se fosse lícito acreditar que tivesse tal virtude quem havia feito o que venho de expor. Respondi dizendo-lhe que não aceitava o seu convite, que minha carreira militar e política estava terminada com a minha deposição por ele feita.

Como vedes, fiéis soldados, aquilo que o inimigo não conseguiu fazer pelas armas, o General brasileiro alcançou pela traição.

Como expus, confiscados os nossos elementos de guerra, nada mais podemos fazer nem na defesa dos nossos próprios lares; só nos resta um caminho.

Sofreremos resignados a prepotência do mandatário do Governo da nossa Pátria, em nossas casas, se tal ainda nos for permitido.

PROMOÇÕES

Usando das atribuições de que me acho investido por meus concidadãos, e como última deliberação do Exército Acreano, cuja personalidade hoje finda, sem falar na bravura que revelaram, promovo por merecimento, pelo profundo devotamento à causa que defendemos, pela disciplina que sempre revelaram:

ao posto de Coronel os Tenentes-Coronéis José Brandão, Gastão de Oliveira, João Francisco Xavier, Gentil Norberto e Henrique Leão;

a Tenente-Coronel o graduado João Ferreira do Amaral e os Majores Antônio Augusto de Araújo e Antônio Francisco Jacaúna;

a Capitão os Tenentes Cyriaco Joaquim de Oliveira e Faustino Lopes;

e a Tenente o Alferes João Felippe da Silva.

EXCLUSÃO DO EXÉRCITO

Sejam excluídos do Exército Acreano pelo crime de traição ao Estado, e como traidores indignos de fazer parte da nossa corporação armada, o Tenente-Coronel José Antônio Duarte, o Major José Ribeiro, Ten Theodósio Vieira, Capitão Francisco M. Evangelista e os Alferes Joaquim Chaves e Raymundo Chaves; recomendando aos meus dignos companheiros de hoje o nome execrando de José Antônio Duarte como o protótipo da traição que tão bem soube encarnar em sua pessoa.

CONCLUSÃO

Diante dos motivos expostos, determino que fique dissolvido hoje o Exército Acreano, esperando que cada soldado continue a ser um cidadão zeloso dos seus deveres, para que no dia em que esta nesga da Pátria for novamente devolvida ao invasor, possamos de novo cumprir o nosso dever.

É bem triste lembrar que o dia de hoje, que tão significativo é na História de nossa Pátria; comemorando a proclamação da igualdade entre todos os brasileiros, para nós seja do mais degradante e lutuoso contraste: – de um cativeiro despótico, bem mais cruel do que o extinto há cinco lustros ([12]), neste mesmo dia.

E os nossos algozes são aqueles que oficialmente estão incumbidos de zelar pela nossa liberdade e pela honra da Pátria.

[a.] José Plácido de Castro (CASTRO)

---

[12] Lustros: quinquênios.

O Presidente Rodrigues Alves tomando conhecimento das trapalhadas promovidas pelos oficiais das Forças Expedicionárias expediu, contrariado, uma Nota, no dia 24.05.1903, ao Ministro da Guerra:

> Convém orientar bem o General Olympio da Silveira sobre a conveniência de não deixar que se perturbem as boas relações com Plácido e seus auxiliares. Se dentro do prazo de quatro meses estipulado no acordo com a Bolívia, não tivermos chegado a uma solução definitiva, ficará restringida a nossa ocupação ao Território Contestado, e Plácido poderá continuar a exercer a sua ação ao Sul da linha desse Contestado. É preciso muito tato para manter essa harmonia e convém que o General auxilie em tudo o que puder a Plácido, para que ele se conserve como amigo e em atitude de expectativa.
>
> O General deve agir com toda a discrição, servindo-se de auxiliares de confiança. A notícia da desinteligência com Plácido publicada aqui pela imprensa vai ser com certeza explorada contra nós na Bolívia. O Barão do Rio Branco teve ontem reclamação do representante dos acreanos contra o oficial Alcino.
>
> É preciso informar-se a esse respeito e não perder de vista que qualquer opinião manifestada imprudentemente em discurso proferido por oficiais é explorado em nosso desfavor.
>
> Transmita estas reflexões ao Gen Olympio em cuja capacidade e critério o Governo confia plenamente. (IMG, 24.05.1903)

Partilhava da indignação do Coronel Plácido de Castro o próprio Barão do Rio Branco que envia Carta, datada de 09.06.1903, ao Presidente Rodrigues Alves, temendo complicações nas negociações com a Bolívia:

Tendo o Gen Olympio da Silveira apreendido, em nome da União, todo o armamento, munições, flotilha e outros recursos dos acreanos, faz-se necessário repor as coisas ao estado anterior, e quanto antes, porque as instruções do Ministério da Guerra de 14 e 25 de março foram violadas, ficando transtornado e seriamente comprometido todo o plano que seguíamos nas negociações com a Bolívia.

Se fosse possível aprovar ou aceitar o que mal aconselhado fez o comandante de nossas tropas, ficaria o Governo Federal na obrigação de entregar à Bolívia os navios tomados pelos acreanos e todo o armamento e munições que o General Brasileiro arrecadou.

A opinião pública entre nós não poderia compreender ou desculpar semelhante procedimento, isto é, que tivéssemos mandado tropas ao Acre para que fossem operar no sentido dos desejos do Governo Boliviano, de acordo com o General Pando, com o fim de entregar a este, desarmados e indefesos, os Brasileiros que até então haviam ali combatido vitoriosamente.

Penso, pois, que é URGENTE e indispensável desaprovar, embora reservadamente, os atos do Gen Silveira, dar-lhe sucessor, retirar também do Acre os Majores Alcino e Carneiro e mandar repor as coisas ao estado anterior. Os acreanos que depuseram as armas foram iludidos, acreditando que as Forças Federais vão ficar ao Sul do Paralelo 10°20’.

O protocolo, mal compreendido pelo General, diz expressamente que findo os 4 meses contados de 21 de março [1903] as Forças Brasileiras devem evacuar o Acre Meridional. O dia 21 de julho, termo desse prazo, está próximo.

> PS: Devo dizer a V.Exª que há 20 dias o Ministro da Bolívia me pedia a restituição das lanchas bolivianas tomadas por Plácido de Castro. Respondi, então, que eram presas de guerra dos acreanos e que tinha ficado entendido que não desarmaríamos os acreanos e nem os despojaríamos das vantagens obtidas antes da suspensão das hostilidades.
>
> Como, porém, o Brasil não está em guerra contra a Bolívia, seria impossível, em Direito, reter armas, munições e lanchas de guerra apreendidas pelo General Brasileiro. Como território ainda boliviano, como é o do Acre Meridional, ou mesmo no nosso território, os acreanos que entravam em luta com o Governo da Bolívia podiam fazer isso mas nós não o podemos fazer. (AHI, 09.06.1903)

Rodrigues Alves tomou, então, medidas enérgicas com a finalidade de obstar a desastrosa política do Gen Olympio e de alguns de seus oficiais no Acre. Foi enviado o seguinte telegrama cifrado ao Comandante das Forças Expedicionárias:

> Essas Instruções foram violadas por vosso procedimento e particularmente pelas resoluções de 13.05.1903. [...] A declaração de que as Forças Federais são suficientes para manter a ordem no Acre Meridional mostra que infelizmente não compreendestes o pensamento do Governo e as instruções recebidas. Em virtude do acordo de 21 de março as Forças Federais devem evacuar o Acre Meridional e regressar para o Norte do Paralelo 10°20', findo curto prazo estipulado.
>
> Desarmados os acreanos e devendo as nossas forças voltar brevemente para o Norte ficariam esses nossos compatriotas inermes e indefesos, entregues às tropas do General Pando.

Imagem 03 – Cel Raphael Augusto da Cunha Mattos

O desejo do Governo boliviano ficaria satisfeito, mas as ordens do Governo Federal desatendidas. A consequência de vossa proclamação seria para o Brasil a obrigação de entregar à Bolívia os brasileiros que até então, sem a vossa intervenção, combatiam vitoriosamente contra ela, e também a de entregar a flotilha, o armamento, as munições e tudo quanto pelo seu esforço eles haviam conquistado em ações de guerra. A nação brasileira não podia compreender que todos sacrifícios feitos tinham por fim favorecer à Bolívia contra acreanos brasileiros.

O Governo Federal, salvando vossas intenções, deplora desacordos que se deram entre brasileiros, diante do estrangeiro, não pode aprovar atos praticados, mantém suas anteriores instruções e determina que sejam repostas as coisas ao estado anterior, restabelecida a autoridade do Governador aclamado pelos acreanos, chamados estes às armas e restituindo àquela autoridade tudo quanto foi apreendido por vossa ordem.

E não sendo isto possível por vosso intermédio deveis regressar a Manaus e aí aguardar ordens, assumindo o comando das Forças do Acre o Coronel Cunha Mattos.

Imagem 04 – Capitão Alípio Bandeira

> O Cel Zenóbio, Comandante do 4° Batalhão de Artilharia deve também recolher-se a Manaus, visto ser mais antigo que o Cel Cunha Mattos.
>
> Saudações. Na ausência chefe, General Medeiros. (AGE, 16.06.1903)

O Coronel Raphael Augusto da Cunha Mattos afirmou, ao assumir o Governo Militar Interino do Acre, que o General Olympio fora "*antipolítico, menos conveniente e inoportuno*" e era forçoso "*reconhecer e manter no Governo do Território Meridional do Acre e no Comando em Chefe das mesmas Forças Acreanas o Sr. Coronel Plácido de Castro*". Apesar das medidas saneadoras tomadas pelo Governo Federal coibindo as deletérias e criminosas ações levadas a efeito pelas autoridades federais, alguns simpatizantes seus lançaram, logo em seguida, mão de um meio mais sutil, tentando macular, através de diversos artigos publicados em pasquins da época, a honra e a dignidade do Cel Plácido de Castro e de alguns de seus seguidores, que foram prontamente rebatidos e desmentidos com veemência. Vamos repercutir uma série completa deles da lavra do Tenente de artilharia Alípio Bandeira:

Quo Vadis? ([13]), *n° 183*
Manaus, AM – Sábado, 17.10.1903

No País da Miséria

I

Uma noite, no Acre, acordei aborrecido e nostálgico: sonhara que o Barbosa, o Lobo e eu fôramos a um Rio do Amazonas tentar fortuna. Barbosa havia morrido. Lobo, no fundo de uma maca imunda, aguardava pacientemente a sua vez. Eu, meditando na queda de tantas ilusões que levávamos, contemplava com uma tristeza infinita aquela retirada lúgubre.

Este sonho foi como uma visão antecipada das misérias que eu devia testemunhar mais tarde na minha permanência de 7 meses na terra da traficância ([14]) e da febre. Bem certo é que eu já sabia que o Amazonas é uma miragem e uma pedra de toque ao mesmo tempo, como o são, aliás, todas as califórnias ([15]) conhecidas.

E se ao contato da água régia do caráter algumas almas de lei hão resistido e triunfado, duvido eu que da perseguição da miragem alguém haja saído completamente ileso. Sabia disso; e mais que o homem se degrada num trabalho como o da extração da goma elástica, no qual ocupa apenas um braço, em terras onde muitas vezes não tem espaço para andar, num meio em que não pensa, não luta, não ama.

---

[13] Quo Vadis?: jornal de Manaus, editado de 1902 a 1904. Seus redatores assumiam uma postura crítica extremamente radical.

[14] Traficância: negociata.

[15] Califórnias: riquezas.

Ah! Mas quem poderá imaginar o que seja o Acre sem tê-lo visto de perto com atenção e com amor! Contasse o homem o número de vidas que este Rio estraga ou devora anualmente, pensasse ao menos nessa dura verdade e compreenderia que fora melhor entregar às bestas feras todos esses seringais imensos enquanto não surgisse uma população capaz de torná-los habitáveis. Mas isso seria apenas uma medida a tomar em relação ao futuro. Pelo que toca ao passado, fora melhor que as águas reunidas das poderosas vertentes que cercam o Acre por todos os lados, houvessem um dia alagado de tal modo aquela terra maldita que nunca sobre ela aparecesse o rasto do homem. Porque não encontrareis em todo o Acre cousa que ateste a atividade do povo sobre o solo.

E, no meio dessa quebra da dignidade humana, ides ver o trabalhador, envolto na mais pungente penúria, esforçando-se debalde, por pagar o que deve; o patrão, cercado da mais fabulosa mentira, arrotando milhões que apenas figuram em livros, passar a mesma desgraçada vida cheia de privações e de estupidez. E trabalhadores, e patrões, e mulheres, e crianças, todos tocados, possuídos, escravizados, da mesma tristeza doentia da região, tão bruta e selvagem quanto monótona e bravia. Essa população de emigrantes, que abandona os seus estados em busca de lenitivo à fome, vai encontrá-la sob outro aspecto no Acre, depois de haver perdido a saúde, a liberdade, a coragem, o brio. Que se há de dizer, efetivamente, de pessoas macilentas, senão que não tem saúde; de indivíduos que se deixa amarrar a um tronco, senão que perderam a liberdade; de gente que odeia as revoluções e não reage contra elas, senão que não tem coragem; de homens que depois de espoliados em mulheres e filhos tratam amigavelmente os autores da sua desgraça, senão que são homens desbriados?

Tal seria a triste situação do Acre se não se devesse acrescentar a tudo isto as eternas contendas que a ganância prepara e desenvolve; o constante perigo de um clima onde ninguém está descansado acerca do que lhe sucederá no dia seguinte; a falta absoluta da mais rudimentar sociedade, a carência completa de alimentação digna de homem.

Não é que o autor destas linhas esperasse encontrar no Acre tipos de honestidade patriarcal; não é que sonhasse com um clima bem-aventurado, com uma sociedade cheia de confortos, com uma alimentação luxuosa em que jamais pensou e a que não deu jamais importância. Mas como se há de viver no meio das mais estranhas traficâncias, num clima traiçoeiro e vário, numa terra onde não há convivência de família e onde a alimentação se reduz a charque, feijão e farinha, tudo do que há de pior nos gêneros. Esta ainda não é, contudo, a existência no Acre. É necessário juntar-lhe mais as incontinências de toda sorte, especialmente do álcool, que ligadas ao paludismo implacável da região, vão acelerando continuadamente o trabalho de depauperamento, de declínio e de morte.

Ao pensar nessa existência infeliz, lamentei muitas vezes que a humanidade estivesse ainda na dura contingência de procurar a vida onde sabe que há de encontrar o aniquilamento; mas não supunha que ela mesma auxiliasse, inconsideradamente, a destruição justamente no ponto em que mais deverá temê-la. Espero e creio que muita gente descubra nas minhas palavras calculado exagero.

Não me surpreenderá a maldosa incredulidade dos interessados, nem a ingênua admiração dos que não podem crer naquilo que só se acredita vendo. Somente uma coisa sinto: vem a ser que a minha condição de militar não me permita dizer com fran-

queza tudo que sei do Acre, do seu povo, de suas revoluções. Também não escrevo para quem vive no Amazonas e conhece como eu essas coisas.

Dirijo-me a outros meios, onde possa vibrar ainda a piedade por um povo tão digno dela, não pelo que vale, senão pelo que sofre. Sirva este artigo de introdução a uma pequena série em que hei de expor as dolorosas impressões que trago do desolado "*País da Miséria e da Morte*".

Manaus, 14 de outubro de 1903.

Alípio Bandeira ([16]), 2° Tenente de artilharia (JQV, n° 183)

Quo Vadis?, n° 186

Manaus, AM – Quarta-feira, 21.10.1903

No País da Miséria – O Acre Intelectual

II

No artigo passado mostrei quanto foi escassa a natureza nos favores distribuídos ao Acre. Dessa descrição ligeira e sem outro intuito que não o de dar uma ideia aproximada da região, resulta que o país em questão não passa de um canto remoto da terra, lamentavelmente desprotegido, onde o espírito habituado à contemplação das grandezas naturais mal pode suportar a mesquinha fisionomia da penúria, da uniformidade e de rudeza.

---

[16] Alípio Bandeira: nasceu em Mossoró, RN, em 1873, estudou na Escola Militar do Ceará, em 1890, e trabalhou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) sob o comando do então Coronel Rondon.

Sob o aspecto intelectual o Acre é, entretanto, infinitamente mais desanimador. Seu povo só não vive como a infância da humanidade, porque, soube ignorar as mais rudimentares noções do mundo e das coisas, passa também indiferente a elas, o que não terá certamente sucedido aos primitivos habitantes do Planeta.

O exercício intelectual no Acre reduz-se a procurar cada um o meio mais fácil de enganar comercialmente quantos possa. Fora daí não há atividade mental, porque o preparo da borracha não o exige e o povo vive absolutamente dela.

Dificilmente, e ainda assim debaixo de versões extravagantes e errôneas, chegam até lá as notícias dos principais fatos que se desenrolam no seio mesmo da Pátria. Certo, dadas a Longitude e a dificuldade, sobretudo na vazante, de transporte, não é de estranhar esta falta de comunicação com o mundo.

O que admira e espanta a quem mal conhece o Acre, é ver o perfeito desinteresse do seu povo a esse respeito. Não quer isto, entretanto, dizer que o acreano se contente com o mundo que tem: significa apenas que ele habituou-se a uma vida quase vegetal, por isso que sua sociedade pouco difere da dos animais domésticos.

Mas que vale esse desprezo dos fatos exteriores, diante da profunda ignorância do acreano, em relação às próprias coisas que o cercam? Debalde perguntar-lhe-eis o nome de um pássaro, os hábitos de um animal, a distância de um ponto a outro, etc. Ele ignora tudo, o que não o priva de responder conforme imagina que vos agrada, ou de dar-vos respostas contraditórias, dependentes da fórmula que derdes à questão.

Se lhe perguntardes, por exemplo, assim:

– Daqui a tal ponto serão no máximo duas horas de viagem, não é?

Ele vos dirá:

– É o mais que pode ser.

Se em vez disto, tivésseis perguntado:

– Daqui a tal ponto são bem 5 horas, não acha?

Ele vos diria:

– São 7 ou 8 horas porque tem tantas voltas e tantos estirões.

Se, porém, houvésseis formulado direta e positivamente a pergunta:

– Quantas horas são daqui a tal ponto?

Ele vos responderia prontamente:

– Não sei.

E esta é a única verdade. Ele não sabe, ainda que tenha feito 50 vezes o trajeto. Numa viagem de 2 meses em canoa, que fiz ao Alto Acre, pude apreciar dezenas de vezes essa estúpida indiferença do povo acreano, por tudo que não seja a goma elástica.

Entre patrões e trabalhadores pouquíssimas são as pessoas que sabem ler. Ninguém ignora, porém, que mesmo desconhecendo o manejo do alfabeto, adquire-se no convívio humano uma infinidade de noções úteis, e daqui se infere que não é justo chamar de ignorante a uma pessoa simplesmente por não saber ler. No Acre mesmo as que sabem ler desconhecem essas noções.

Sirva de exemplo frisante a crença geral em que estão os coronéis e mais oficiais acreanos de que, acabada a folia da Revolução, passarão para o Exército Nacional com os postos que tem. Meteram-lhes isto na cabeça e nisto ficaram. De José Galdino, Coronel Comandante da Brigada em operações no "*Xapuri*" e um dos mais espertos oficiais acreanos, ouvi que a sua patente seria transferida para o Exército com a chegada de Plácido de Castro.

José Antônio Duarte, também Coronel e conquistador heroico de Porto Alonso, não quer mais do que comandar o 40° Batalhão de Infantaria, como Coronel Honorário do Exército.

– E o comandante do 40° que destino terá? Perguntei-lhe.

– Vem tomar conta do meu Barracão. Respondeu o ingênuo seringueiro.

Esse podia ser apresentado como o tipo geral do oficial acreano. Mas [porque me apraz a escrupulosa verdade] abrirei uma exceção em favor do Wenceslau Sallinas, chileno e Capitão das Forças do Acre. Este que é o único homem de coração e de comprovada energia que andou pela chamada Revolução, é também o único em que percebi uma inteligência sofrivelmente lúcida.

O sentimento de rivalidade nacional levou-o a tomar parte ativa na triste aventura acreana, mas tendo conhecido logo a espécie de gente que andava à frente dos comandos, malgrado o seu posto subalterno, não quis jamais tratar com os coronéis e nunca recebeu ordens senão de Plácido de Castro.

Do que fartas vezes arreceou-se, já porque Plácido não era tão estúpido que não reconhecesse a superioridade de Sallinas [o que lhe valeu ocupar os

únicos postos arriscados da Revolução] já também porque duas vezes esteve a ponto do ser fuzilado em virtude da obtusa prevenção dos coronéis.

Devo mais, e ainda por escrúpulo, excetuar o Sr. Alencar, Coronel e Diplomata, não porque possa fazer a seu respeito o mesmo conceito em que tenho Sallinas, mas porque não o conheço, nem vi jamais nenhum documento firmado por ele.

Outro tanto não sucede em relação a Plácido de Castro, cuja correspondência oficial, especialmente a de seu próprio punho, é da natureza daquelas em que a crítica infantil de qualquer estudante encontrará sempre imperdoáveis defeitos. Pobre na imaginação, claudicante no estilo, vergonhosa na gramática.

Mais primorosa é sem dúvida a de Gentil Norberto, Ajudante General do Exército acreano. Não negarei, pois, a sua superioridade intelectual sobre Plácido; mas para dar uma ideia dessa superioridade, aqui transcrevo o primeiro período de um ofício todo feito do seu punho:

> Sr. Alferes Francisco Chagas
>
> Determino-vos ir ao Barracão "*Mucumpe*", ex-propriedade do falecido Borges, e apreender toda borracha que lá encontrardes, etc.

O que fica dito bastaria certamente a uma descrição ligeira do Acre no ponto de vista intelectual. Não terminarei, porém, este artigo sem a apresentação de mais um fato característico:

> Ide à barraca de qualquer patrão ou seringueiro do Acre o perguntai-lhe se o clima aí é bom. Ele não só responderá que sim, como dirá que todo o resto do País, tudo que fica acima o abaixo, ou mesmo do lado oposto, é perigosamente doentio.

Na Aldeia do “*Xapuri*”, onde a confluência do Rio deste nome com o Acre forma três barrancos diversos; ouvireis aos habitantes de cada um deles falar da excelência do clima naquele em que moram e dos focos da moléstia que são os outros. E não penseis que seja isto um dos aspectos [que muitos há] da maldade acreana.

Não: é uma mania popular tão arraigada como a das proezas da “*Cobra Grande*”. Tal é, a traços largos, a lamentável situação intelectual da terra das revoluções e da ganância.

Manaus, 21 de outubro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Ten de artilharia (JQV, n° 186)

Quo Vadis?, n° 187
Manaus, AM – Quinta-feira, 22.10.1903

No País da Miséria – O Acre no Ponto de Vista Moral

III

A inteligência acanhada e inculta é a mais apropriada à moralidade deficiente e manca. Como há de o homem preencher bem os seus devores em relação à família e à sociedade, se os não compreende ou se não sabe quais sejam eles?

O sentimento pode em tais casos ser o mais nobre e mesmo o mais fervoroso. Debalde o é; porque ninguém pratica virtudes que não conhece. O Acre, no ponto de vista moral, é uma consequência lógica do Acre sob os aspectos intelectuais e físicos.

Mas, não se deve inferir destas palavras que a moralidade no Acre seja apenas defeituosa e mesquinha como o são a mentalidade do povo e o espetáculo geral da região. Para isso seria necessário que ele não passasse de um povoado comum, onde as especulações comerciais não encontrassem tão vasto campo de ação. E não é, escusava dizê-lo, o caso. No seu caráter de Califórnia, não podia o país furtar-se aos graves desvios que a ganância pecuniária por toda parte inventa; na sua qualidade de terra desprotegida e remota alimenta, como é natural, os crimes que a justiça ignora e os vícios que o isolamento inspira e desenvolve.

No Acre, pela ambição de fazer fortuna rapidamente, o homem começa perdendo os escrúpulos de honestidade que em outro meio menos orgíaco conservaria. Em seguida, sentindo as mais elementares necessidades materiais e sociais, entrega-se ao vício por desocupação ou para esquecer a miserável situação em que se encontra. Daí os casos frequentes de gulodice desenfreada, de libidinagem incontinente, de embriaguez contumaz. E, no correr dessa vida de depravação contínua, o trabalhador perde a maior parte dos dias, o patrão descura dos seus negócios, a mulher habitua-se ao desrespeito com que é tratada, as crianças permanecem abandonadas a si mesmas. Nos lugares mais povoados [Antimarí, Porto Alonso e Xapuri] passam as noites nas mais extravagantes bacanais em que consomem caixas e caixas de péssima cerveja, cujas garrafas são abertas a terçado e esvaziadas sem auxílio do copo. E a maldade campeia francamente no desconceito ([17]) da família, na explicação desairosa do todas as fortunas [aliás ilusórias] do Acre, na descoberta de secretos vícios, em todas as intrigas que um pequeno povo desmoralizado imagina e cultiva.

---

[17] Desconceito: descrédito, desrespeito.

Da Boca do Acre até o Igarapé da Bahia, isto é, um quase todo o curso do Rio, não conheço um homem [excetuado um Sr. Vieira do Xapuri] a quem não tenha ouvido chamar de trapaceiro ou gatuno. E há, certamente, razão para se terem em má conta, indivíduos que vendem latas de leite condensado a 13.000 réis, latas de sardinha a 10.000 e mercados ([18]) de canela a 7.000 réis. Mas não penseis que quando o acreano chama Fulano ou Cicrano de gatuno refere-se a esse exagero de preços absolutamente natural para ele.

Não! Trata de fatos incomparavelmente mais graves que vos narra por miúdo, apresentando o necessário testemunho. O que não o impossibilita, entretanto, de manter as melhores relações de amizade com as pessoas de quem fala mal e mesmo de elogiá-las na presença como sendo modelos de honestidade.

Dessa perfídia quase inconsciente, à força de habitual, abundam em exemplos os chefes locais da revolta, ora criminando tudo quanto ela há feito, ora desculpando-lhe todas as depredações, segundo a opinião das pessoas que os ouvem. O espírito da velhacaria e trapaça chegou no Acre ao ponto de seus habitantes estranharem ou confundirem as mais espontâneas noções de justiça. Num dos dias do julho passado apresentou-se à Delegacia Policial do Xapuri um indivíduo queixando-se de que outro queria comprar-lhe, contra sua vontade, um burro.

Chamado esse outro à presença do Delegado, difícil coisa foi convencê-lo de que devia restituir o burro ao seu amargurado dono, por isso que o violento comprador pensava firmemente que lhe assistia o direito de obter o animal, quisesse ou não quisesse vendê-lo o possuidor.

---

[18] Mercados: venda.

José Galdino, a quem já fiz referências, deixou de pagar alguns empregados de sua casa sob pretexto de serem soldados, visto que um Decreto de Plácido de Castro, tornara militares todos os habitantes do Acre. Citado em audiência do Delegado do Xapuri e provando os queixosos que passaram todo o tempo da revolta trabalhando, com ordenado fixo, na propriedade de José Galdino, sem nunca serem alistados, decidiu o Delegado que o Cel pagasse o que devia. José Galdino achou esse julgamento tão arbitrário e vexatório que tomou uma canoa e foi-se a "*Empresa*" queixar-se ao Gen Olympio. Essas, todavia, e mais as que se limitam a aumentar continuamente o débito dos trabalhadores a fim do que não tenham saldo nunca, são traficâncias que não prejudicam senão a bolsa dos seringueiros.

Há também as que se estendem até à violência física por intermédio do tronco, do vergalho ([19]) e muitas vezes pela eliminação do indivíduo. No Acre não é raro surrar-se um homem pelo fato de reclamar sua conta afim de saber em que condições está, como não é extraordinário que se mande assassinar outro por ter saldo, não obstante todas as fraudes do patrão. Mas isso não é ainda o que de pior tem produzido a ganância aliada à desonestidade. Faz-se mais esta transação infinitamente nefanda: tomam-se a mulher e os filhos a um seringueiro para dá-los a outro que desde então, e por isso, obriga-se a pagar a dívida suposta ou verdadeira do espoliado! Eu sei que a imaginação humana é fértil na inventiva do mal. Sei que há na história inúmeros exemplos de maiores e mais repelentes monstruosidades. Não me espanta, pois, este caso de depravação moral, mas contrista-me, como a qualquer homem de coração, vê-lo passar sem um protesto, sem uma digna repulsão, ao menos por parte da vítima.

[19] Vergalho: açoite feito de pênis de boi ou cavalo.

No Acre o indivíduo tão brutalmente ofendido naquilo que tem de mais sagrado limita-se a mudar de patrão e poucas vezes de lugar. E não são somente os trabalhadores que passam esta vida do odioso cativeiro. Um dia batem à porta do patrão um juiz, um promotor e um advogado: instauram-lhe um processo, muitas vezes por crime não cometido, e o pobre homem não se vê livre dele senão depois de ter-lhes dado alguns contos de réis em borracha. José Joaquim de Mattos, morador em Campinas, pagou no ano passado seis contos de réis a um negociante de Antimarí sem nunca ter tido negócio com este homem.

Em compensação José Joaquim de Mattos tornou esta vingança tão tremenda quanto solene: pregou na porta do Barracão de sua residência o recibo competentemente selado que lhe passou o desconhecido credor! Acrescente-se a todas as misérias descritas as eternas disputas oriundas do direito de propriedade e ter-se-á uma ideia aproximada do que seja o Acre no ponto de vista moral. Ali não há, com efeito, dono de Seringal que não tenha questões com todos confinantes ([20]) de sua pessoa. E, em virtude, das extravagantes noções que tem da agrimensura ([21]), ou antes por causa da ideia preconcebida e fixa da velhacaria, não basta para resolver as que façam demarcações em regra, que se dividam os lotes em polígonos regulares com picadas largas e marcos em todas as linhas quebradas. Fora preciso que estivesse à frente daquele povo um homem de valor e de chicote em punho, uma espécie de Francia ([22]) que concentrasse nas próprias mãos todos os poderes para distribuí-los com energia e justiça.

---

[20] Confinantes: próximos.

[21] Agrimensura: medição de terras.

[22] José Gaspar Rodríguez de Francia: com a independência do Paraguai, em 1811, Francia, o "*El Supremo*", assumiu o poder estabelecendo uma República Popular – a chamada "*Ditadura Perpétua*".

Porque, em verdade, a população do Acre pouco difere dos selvagens que o eminente paraguaio teve de chamar à disciplina, ao trabalho e à ordem. Tal homem não teria, certamente, nada que temer, mas muito que corrigir. O acreano é fraco, obediente e tímido, mas é também manhoso, relaxado e reincidente no delito. Nada lhe falta para ser desgraçado material, intelectual e moralmente.

Manaus, 17 de outubro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Ten de artilharia (JQV, n° 187)

Quo Vadis?, n° 188
Manaus, AM – Sexta-feira, 23.10.1903

No País da Miséria – A Revolta

IV

Um povo que não pensa e não ama, que não cuida senão de ganhar dinheiro e que, com o espírito preso a esse ideal da riqueza, sofre as maiores privações e se sujeita ao mais rude rebaixamento, não pode ter ambições de glória, não anda queimando incenso nas aras da liberdade e menos se agita em assomos de patriotismo.

Da glória [porque conhece a sua profunda insignificância] nem cogita, nem trata; da liberdade apenas sente os benefícios através de reflexões mais ou menos confusas; de patriotismo somente sabe que nasceu numa certa nação. Um, tal povo não tem entusiasmos nem tem agonias. A vida para ele resume-se nos fatos que o cercam e dos quais depende.

Pode, a política tomar todas as feições, a liberdade Pátria periclitar ([23]) e até desaparecer nas garras da conquista; a integridade nacional ressentir-se dos mais infensos cortes.

Para ele Pátria reduz-se ao canto da terra em que exerce a sua atividade e no qual permanecerá satisfeito, desde que o deixem trabalhar, ainda que mude de dono.

E se as condições geográficas do País, que habita são tais que o isolem do resto do mundo, todo esse desinteresse transforma-se em verdadeira indiferença. Os ecos das grandes lutas humanas não chegam até ao seu deserto; não o incita; pois, o alheio exemplo do heroísmo ou do amor. Tudo lhe parece bem, inclusive a própria desgraça. Nada se lembra de concertar na ordem social, nem mesmo aquelas injustiças que o ferem diretamente.

Porque não basta sentir: é necessário agir também e um povo assim não tem capacidade para a ação, à falta de exercício. Quando lhe chega a hora do sofrimento, sofrerá murmurando, mas sofriam sem reagir. Não tem abnegação, não tem coragem, não tem aspirações. Os sonhos de patriotismo, os ideais de liberdade, ambições de poder e de mando, a fé, o ardor, a pertinácia, a bravura não encontram guarida no seio de tal gente.

A própria dignidade torna-se então uma coisa convencional senão postiça. O pensamento dorme, oblitera-se o sentimento e a atividade só se desperta para a costumeira labutação. Este é o povo do Acre, o qual não desejou nem fez jamais Revolução por gosto.

---

[23] Periclitar: correr perigo.

Logo que lhe bate à porta o aventureiro de mal entendida glória ou de inconfessados interesses, logo entrega-se e vão para a luta, não como o soldado entusiasta e decidido, mas como a ovelha medrosa sobre a qual derreou-se o lobo voraz. No Acre um homem qualquer de medíocre energia arrasta do primeiro Seringal a que chega 20 ou 30 homens e com esses toma dos outros todo o pessoal que quiser. Encontrará, sem dúvida, muita má vontade, tanto entre os recrutados, como no meio dos patrões, porque sabem por experiência que nada tem a ganhar.

Esta oposição, porém, não passa de falatório mais ou menos indiscreto, conforme a índole dos prejudicados e a opinião dos ouvintes. Mas essa não foi, é força dizê-lo, a marcha da última revolta. O povo estava perfeitamente bem na situação em que se encontrava. As autoridades eram tiradas, ao que parece, da ralé boliviana. Não se faziam distinções: o seringueiro bebia e jogava em comum com os juízes e com os delegados. Não havia para os deboches ninguém tão respeitável que não pudesse assisti-los, nem tão baixo que não merecesse um convite.

Os juízes eram tão interessados nos negócios como outro cidadão qualquer. A tropa pouca, os impostos pequenos, o relaxamento completo. A polícia fechava os olhos aos delitos, ou punia-os com extrema severidade, conforme queriam os patrões. A falta de pudor administrativo chegava ao ponto de se fiarem os direitos de exportação.

E cada qual tinha livre o campo para praticar as traficâncias que pudesse. Era a situação que convinha ao povo desmoralizado e cediço ([24]) do Acre.

---

[24] Cediço: putrefato.

A revolta precisou, pois, de um protesto que servisse para iludir até certo ponto os patrões e que viesse ecoar cá fora como um rasgo simpático do patriotismo. Aproveitou-se do arrendamento americano. Chegando a Xapuri Plácido de Castro convenceu facilmente os negociantes daquela aldeia de que contava com altas proteções, que tinha tido conferências com pessoas poderosas, que todo o Baixo Acre, finalmente, estava em armas. Era um embuste, ao menos no que se refere ao movimento do Baixo Acre, mas serviu aos seus fins.

José Galdino e Joaquim Maia, acenados ainda com as patentes de Coronel, deram-lhe o primeiro pessoal com quem devia descer o Rio para entrar em ação. Era quanto bastava. De então por diante não lhe faltaram soldados. Onde chegasse fazia requisição e era atendido com fingido agrado. Ele tinha efetivamente, mais gente do que necessitaria para tomar à força a que lhe fosso negada, e o povo do Acre era bastante medroso para arriscar uma recusa. Contudo o decantado chefe distribuiu a torto e a direito uma infinidade de patentes que prometeu [coisa irrisória!] transferir para o Exército no momento oportuno.

Dono de seringal era Coronel ou Tenente-Coronel, conforme lia melhor ou pior; aviadores ([25]) eram Majores e Capitães, trabalhadores que soubessem ler eram Tenentes e Alferes. E esse homem que andou alguns meses pelas guerrilhas do Rio Grande do Sul e que na Escola Militar de Porto Alegre aprendeu certos rudimentos de organização militar, dividiu as suas forças em Brigadas, distribuiu comandos, teve Ajudante e Quartel-Mestre-Generais ([26]), Comandantes de Distritos, etc.

---

[25] Aviadores: comerciantes abastados da praça de Manaus ou Belém que forneciam mercadorias, a créditos extorsivos, aos seringalistas.

[26] Quartel-Mestre-General: QMG – oficial do Estado-Maior encarregado da administração e logística de um Exército.

Mas no fim da organização chegou a esta coisa ridícula: um Batalhão de coronéis e majores que, por não prestar para nada e não querer sujeitar-se às fadigas da campanha, foi considerado fidalgo, chamado Batalhão dos Cadetes e comandado por um Sargento! Também não era de estranhar essa posição contraditória e dúbia. No restante das forças acreanas havia capitães e Alferes corneteiros. Mas não bastava o pessoal; a revolta precisava, é claro, de gêneros alimentícios.

Por onde passava o Exército acreano não ficava boi, nem porco, nem bode, nem galinha de pé. O Acre, porém, era, como hoje, pouco sortido desses animais. Fizeram-se requisições de comestíveis a troco de vales com promessa de ótimo resgate. Os patrões mais espertos enterraram suas mercadorias para não serem consumidas; outros deram as que não puderam com subterfúgios, negar. Só o desgraçado trabalhador, não teve licença de possuir mais nada. Tomaram-lhe o feijão, o milho, o rifle e mesmo as latas de, conservas que tinham em casa.

"*Além de queda, coice*" ([27]) – é a expressão popular. Ele ia para a revolta porque, não tinha coragem de negar-se, ou porque não teve tempo do fugir para o Iaco. E além dessa situação cheia de angústia e medo, deixavam-lhe a mulher e os filhos sem ter o que comer. Como era natural, cedo lavrou o desgosto nas fileiras acreanas e a par do desgosto, o despeito e a ambição. Os "*vagabundos do Bagaço*" [nome que dão no Xapuri a meia dúzia de desocupados quis tem vivido dos motins do Acre] nada tinham que dar à revolta, mesmo a certeza de um bom discurso individual, mas não queriam ser menos do que coronéis.

[27] "*Além de queda, coice*": provérbio português empregado quando o azar é dobrado – além de cair do cavalo, você pode levar um coice.

Plácido fez-lhes a vontade e os chefes do Alto Acre ficaram despeitados. Era tarde, entretanto, para, recuar, além de que as promessas de grandes lucros no fim, manteve-os em reserva e debaixo de aparente satisfação.

Os soldados, porém, tendo pouca esperança, muito medo e cuidados pela sorte da família, atravessavam de Soledade em fuga para o Iaco, ou metiam-se em ocultos papiris ([28]) nas matas. Começaram, então, os castigos dos desertores. Plácido mandava surrar; Gentil e Brandão esfaqueavam.

E o desgraçado seringueiro apavorado pelo espetáculo dessas punições diárias, vendo muitas vezes inutilizados pelo "*espicha*" companheiros seus, que outro crime não tiveram senão o de fugir, começaram a habituar-se à nova vida, não pela volta da calma, nem por efeito de resignação, mas por medo. Tal foi a gente e tais foram os recursos com que Plácido de Castro marchou para "*Empresa*" a dar o seu primeiro combate.

Manaus, 17 de outubro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Ten de artilharia (JQV, n° 188)

Quo Vadis?, n° 189
Manaus, AM – Sábado, 24.10.1903

No País da Miséria – Ainda a Revolta

V

[28] Papiris: ou tapiris, abrigos improvisados cobertos com folhas de palmeiras para proteção temporária.

Ao ouvir a narrativa das façanhas acreanas da última revolta lembra a gente aquele heroísmo selvagem dos montanheses da Escócia tão magistralmente descrito nos romances de Scott ([29]), ou recorda comovido os tempos fabulosos de Morven através da lira contestada e nostálgica de Ossian ([30]). São homens que abandonam os lares sem dar ouvido às súplicas da esposa, desprezando as lágrimas dos filhos para lutar com honra, entoando no momento sublime da queda o Hino Santo da liberdade, Brigam dez contra cem, não lhes importando no ardor da peleja a hipótese do desastre, a agrura do martírio, a certeza da morte.

São trincheiras de pedra desalojadas à ponta de baioneta; posições conquistadas a ferro e fogo no choque violento de peitos generosos; navios apresados nas águas traiçoeiras do Rio, malgrado a metralha que corta o espaço e os monstros que fremem no fundo do abismo. Abatem-se pontes sob um chuveiro de balas, ardem barracas no incêndio da flecha indígena, escalam-se barrancos em duelos de morte, corpo a corpo, a terçado e a faca!

Depois, um montão de cadáveres que apodrecem pelas ribanceiras desertas uns, outros que a corrente arrasta para longe, pelo Purus, até largá-los nas águas legendarias do Solimões. E o Solimões geme de mágoa e vai deixá-los, quem sabe onde? E a fogosa imaginação do ouvinte revive o tipo de Burley ([31]) para afogá-los nos remansos do Acre, levando pelo gasnete ([32]) o inimigo feroz.

---

[29] Scott: Sir Walter Scott, o criador do verdadeiro romance histórico.

[30] Ossian: na mitologia céltica, Ossian, é o Rei de Morven, na Escócia. Em 1760, James MacPherson divulgou o resultado de uma pesquisa pelas Highlands através de um poema épico, escrito por um bardo chamado "*Ossian*".

[31] Burley: um dos tipos mais comuns de tabaco produzidos na Virgínia.

[32] Gasnete: gasganete ou garganta.

E o espírito inclinado à poesia nebulosa remira compungido a espada enferrujada que flamejou nos pulsos dos heróis com aquela sagrada bravura da raça divina de Fingal ([33]). Mas oh! Como é diversa a história! Fácil tarefa seria despir dessa autoridade de lenda os poucos encontros que a revolta teve de sustentar com um inimigo digno dela nos intuitos, na ignorância, na vilania e na fraqueza. Era esse o nosso primeiro intuito. Mas: pretendíamos analisá-los à luz da estratégia e da tática e além disso contar a história da Expedição Olympio, do desarmamento das Forças do Plácido, dos pretensos prejuízos acreanos, da miséria, da fome e da morte que tantas vezes contemplamos na infinita desolação das terras do Acre. Não o fazemos já. Certo, não nos arreceamos das prováveis contradições nem nos incomoda a desaprovação deste ou daquele indivíduo, ainda quando se trate de um amigo desinteressado da chamada causa acreana.

Manaus, 17 de outubro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Ten de artilharia (JQV, n° 189)

***Quo Vadis?*, n° 229/230**
Manaus, AM – Domingo e Quarta-feira, 06 e 09.12.1903

No País da Miséria – Ainda a Revolta ("*Reeditada*")

VI/VII

[33] Fingal: em 1829, Felix Mendelssohn Bartholdy passa o verão na Escócia e, ao visitar a Ilha de Staffa – arquipélago das Hébridas, conhece a "*Gruta de Fingal*" que o inspira a compor o poema sinfônico "*As Hébridas*".

À luz da estratégia e da tática disse eu que examinaria as lutas da Revolta Acreana, inadvertido de que não é possível entrar com os ensinamentos da arte militar na apreciação de um bando de desordeiros armados sem disciplina, sem ordem, sem determinação e sem ideal.

Se, é certo, que com Wenceslau Sallinas algumas explorações e reconhecimentos para os lados de Porto Rico, Gironda e Palestina tiveram o cunho militar reduzido à prática que esse cidadão adquiriu em várias guerrilhas das Repúblicas Americanas do Sul, não é menos exato que afora isso, tudo que fez a Revolta não passa de ataques desprovidos de prévia concepção, de cálculos estratégicos, de disposições táticas, como os fariam e como os fazem os chamados cangaceiros do Norte.

Tenho, pois, que retirar a promessa para limitá-la ao que é possível fazer dadas as circunstâncias. Cingir-me-ei, portanto, a contar a história verdadeira dos tiroteios acreanos, pelo que tenho de despi-los da auréola de heroísmo com que correu mundo para gáudio, proveito e fama dos chefes.

A 4 reduzem-se esses decantados feitos de guerra: o 1° e o 2° tiveram lugar na Volta da "*Empresa*", o 3° em Porto Alonso, o 4° no Barracão Bahia, junto ao Igarapé do mesmo nome. No 1°, comandado por Plácido de Castro, da parte dos acreanos e pelo Coronel Rojas do lado oposto, travou-se a luta em igualdade de condições – desprezada a fadiga em que devia estar a gente de Rojas que acabava de fazer uma longa travessia a pé em caminhos cheio de dificuldades como são todos os do Acre.

Plácido chegava por um varadouro ao Barracão "*Veneza*", do francês Leon, ao mesmo tempo em que por outro varadouro oposto entrava Rojas.

Encontraram-se os dois no pequeno campo à frente da casa. Era manhã. O Major acreano Júlio Jataí, ao ver surgirem na orla da mata os primeiros bolivianos, deu aviso ao seu chefe no momento em que este subia a escada do citado barracão. Plácido desceu imediatamente, dispôs a sua força e, em poucos minutos, travou-se a ação. Meia hora depois, Plácido estava completamente derrotado e fugia quase só por um caminho que vai ter a Empresa, ponto em que tomou uma canoa que foi deixá-lo em Catuaba, à 6 horas de viagem, descendo o Rio. Dos 140 acreanos que comandava ficaram mortos 30, parte foi sair em "*Bagé*" na margem esquerda à 3 horas de subida, parte em "*Capatará*" muito acima e o resto desertou para o Iaco, inclusive o Major Jataí que ainda hoje lá estaria se não tivesse ido ao Acre a Expedição Olympio. Augusto Maria da Rocha Neves, prisioneiro da Revolta e amigo de Plácido ou pelo menos grato às atenções que diz ter recebido ele durante a prisão conta que, estando a tratar de uns feridos nos fundos do Barracão, quando cuidou em si estava só e deitou a fugir indo encontrar Plácido pelo meio da mata, já perto da "*Empresa*".

O 2° feito deu-se entre os mesmos chefes. Rojas, vencedor, em sua vez de ter perseguido o inimigo, como lhe ordenavam aliás as regras mais elementares da arte militar, deixou-se ficar na "*Volta da Empresa*" a consumir o resto da cerveja que os acreanos não puderam acabar do Barracão Leon. Não tinha feito trincheiras e nem ao menos se lembrara de defender a parte do Rio que dominara e onde somente encontraria água para beber.

Suas forças estavam reduzidas à metade pela moléstia e pelos maus tratos. Plácido voltou com o dobro da gente de Rojas, cercou-o e 6 dias depois rendia-se o chefe boliviano depois de ter curtido três de fome e sede.

Morreram aí 7 acreanos. No 3° encontro os bolivianos dispunham de uma posição magnífica. Porto Alonso fica sobre uma vasta esplanada a cavaleiro do Rio que nesse ponto não tem mais de 70 metros na enchente. Tinham trincheiras na frente, no flanco direito e na retaguarda e uma espécie de fortins que dominava o flanco esquerdo ladeado por uma entrada do Rio. Plácido ocupava na margem oposta este flanco e à frente e graças ao valor e à habilidade de Sallinas e um pouco também à bravura de José Antônio Duarte, conseguiu manter-se 9 dias, depois dos quais se rendeu Porto Alonso tendo ainda munição de boca e de guerra para uma semana. Plácido tinha maior número de soldados e perdeu aí 18 homens.

No 4° tiroteio comandava a Força do Barracão Bahia o Major acreano Joaquim Nunes, preposto ([34]) de José Galdino, o qual dispunha de 80 e tantos soldados. Era uma bela posição descobrindo ao mesmo tempo o Rio e a mata, com um campo de 600 metros de frente por 300 de fundo aproximadamente e tendo alguma importância estratégica, por isso que daí parte um varadouro que vai ter a porvenir ([35]) no Tauamanu – Rio de que é principal proprietário Nicoláo Suarez, boliviano e um dos mais temidos inimigos da Revolta. Nunes, como era de costume entre os acreanos [e nisto consistiam suas trincheiras] abriu grandes valados ([36]) em frente da casa, para o lado do Rio, portanto, e nele se distava ([37]) com sua gente todas as vezes que ouvia rumor. A gente de Suarez veio pela retaguarda e a de Nunes meteu-se nos buracos, de onde apenas botava a cabeça de fora para responder ao fogo inimigo.

---

[34] Preposto: representante.
[35] Porvenir: desembocar.
[36] Valados: vala pouco profunda para defesa de uma propriedade.
[37] Distava: ficava.

Com esse sistema de atirar, compreende-se facilmente, era necessária uma enorme quantidade de disparos para as trincheiras acreanas pela retaguarda e pelo flanco esquerdo. Nos próprios valados ficaram mortos 40 e tantos Soldados de Nunes, afora os que tendo-se rendido foram aí mesmo fuzilados. Calculam exageradamente em 70 o número de acreanos perdidos nesse tiroteio do Igarapé da Bahia. Tal é resumidamente a narração verdadeira dos "*Combates da Revolução*". Dela se conclui:

1° que mesmo incluindo os fuzilados e as vítimas do "*espicha*" Gentil & Brandão, os quais montam a 15 ou 16, não chega a 150 o número dos mortos acreanos;

2° que a única vez que Plácido de Castro bateu-se em igualdade de condições com um militar, foi vergonhosamente batido e fugiu;

3° que no segundo feito da "*Empresa*", Plácido lutou com o mesmo militar efetivamente bravo, mas desleixado e incompetente, o qual tendo apenas a metade da Força de que dispunha o Chefe acreano, carecia de recursos de boca e de guerra e ocupava uma posição imensamente longe de qualquer socorro;

4° que a Wencesláo Sallinas por um lado e por outro à cobardia da gente boliviana do Porto Alonso, se deve a tomada dessa Praça;

5° que o desastre da Bahia foi uma triste amostra da estupidez e do medo, da desordem e da fraqueza acreana;

6° finalmente, que Plácido será, como dizem, um homem valente, mas não teve em que dar prova de sua bravura.

Sei que além desses decantados "*combates*" muitos outros inventou e propagou a Revolta do Acre.

Para que não me chamem de ignorante no assunto, e a fim de que se perceba o motivo por que os não cito, contarei história de alguns:

> Um dia o comandante do "*Rio Afuá*", sendo avisado do que os acreanos pretendiam apossar-se do seu navio, dirigiu-se ao Coronel Rojas pedindo-lhe garantias. Rojas deu-lhe 8 soldados que foram para bordo. O navio estava encalhado defronte da "*Empresa*". Plácido atracou-o com 80 e tantos homens, a guarnição rendou-se e o "*Rio Afuá*" ficou desde então considerado presa boliviana de guerra e serviu à Revolta com o nome sugestivo de "*Independência*". De outra vez Sallinas comandava uma pequena Força em reconhecimento perto do Porto Rico. Plácido chegou acompanhado do Alexandrino e de um Tenente-Coronel Alencar [não é o diplomata] que envergava uma vistosa farda de galões dourados. Estavam dentro de uma mata na qual havia uma vedeta ([38]) boliviana, que vendo Alencar destacar-se dos outros pela elegância do dólmã ([39]) supôs naturalmente que esse era o chefe e fez-lhe fogo. Alencar, impulsionado pela violência do choque, deu um grande pulo o caiu morto. Plácido e Alexandrino [conta Sallinas, amigo aliás, de ambos] atiraram-se ao chão e foram se arrastando até a primeira sapopema ([40]) para esconder-se enquanto a invisível sentinela fugia por sua vez.

Pois bem, esse fato é narrado como uma proeza acreana e o pobre homem vítima da sua vaidade pueril – apontado como um herói da Revolução. E deste modo o resto. Em torno de acontecimentos simples como esses se inventaram-se lendas, sagraram-se mártires num exagero calculado e fabuloso e os jornais, como é de hábito, propalaram aos quatro ventos os grandes exemplos acreanos de coragem, de patriotismo e de abnegação.

---

[38] Vedeta: sentinela.
[39] Dólmã: túnica usada pelos oficiais do Exército.
[40] Sapopema: raiz tabular que cerca o tronco de muitas árvores.

Hyppólito Moreira, que era uma espécie de correio da Revolta e Francisco Oliveira, um Rio-grandense do norte entusiasta que nunca entrou em fogo e que, parece, agir de boa-fé, foram a princípio os ecos principais dessas mentiras de guerra que tanto faziam rir um caçador da "*Empresa*", Felix Gralhada, conhecedor minucioso da gente e das manhas acreanas. Que boa gargalhada não daria ele, o Felix, se lhe dissessem que um almanaque do Rio calcula em 200 o número de mortos e em 400 o de prisioneiros bolivianos de porto Alonso! Assim se escreve a história entre os chamados amigos da chamada Causa Acreana. Que bom proveito lhes faça. Mas que o País conheça essa história tal como é para não andar entoando loas disparatadas a meia dúzia de aventureiros que nunca de virtudes deram provas, senão de uma ganância intransigente e funesta.

Manaus, novembro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Ten de artilharia (JQV, n° 229/230)

Quo Vadis?, n° 232
Manaus, AM – Sexta-feira, 11.12.1903

No País da Miséria – Os Prejuízos Acreanos

VIII

A acreditar-se o que dizem alguns chefes da revolta não é com pouco dinheiro que se conseguiria indenizá-los dos prejuízos que tiveram. O mesmo espírito de exagero com que transformaram em atos de heroísmo os simples tiroteios de buraco e em verda-

deiras catástrofes a morte de meia dúzia de caboclos anima os acreanos – oh, com maior vigor ainda! – no tocante às perdas pecuniárias que sofreram e que abnegadamente encaram. Não há no Acre quem não se diga arruinado pelo sorvedouro da Revolução que ninguém poupou. E se os patrões calculam por centenas e milhares de contos de réis a contribuição que lhes coube, não é de admirar que os pobres trabalhadores, que foram de fato, as verdadeiras vítimas, orcem por dezenas a sua. Hyppólito Moreira, Coronel e correio acreano, por ordem de Plácido de Castro, acompanhou de Porto Alonso até Empresa o primeiro contingente da Expedição Olympio, composta do 4° Batalhão de Artilharia e da ala esquerda do 15° Batalhão de Infantaria.

A bordo, em palestra com oficiais do 4° disse Hypólito que quando rebentou a Revolução abriu seus armazéns e entregou-lhe 200 contos de réis em mercadorias. E ao chegar à palavra "*armazéns*" Hypólito fez um gesto circular como para indicar que muitos eram. José Galdino calcula em 3.000 contos a soma por ele despendida com a revolta. Rôla, de "*Benfica*", em 180 contos o seu prejuízo. E nesse diapasão de contos o mais curioso é que cada um assegura ter sido o maior, senão, o único contribuinte. Não é isso, contudo o que dizem outros chefes e menos é o que afirmam os pobres seringueiros e os desolados turcos efetivamente esbulhados nas ninharias que possuíam. Segundo esses, os tais prejudicados apossavam-se de tudo que lhes caia nas garras e nada do que era deles deixavam resvalar nos misteriosos cofres da "*Revolução*". Assim, de acordo com a opinião geral, Hyppólito era, como seus irmãos, um simples cargueiro da "*Empresa*" sem fundos de reserva conhecidos, quando foi associar-se a um velho analfabeto do "*Bagaço*", que sentindo perto a morte queria regularizar os seus negócios.

Morto o velho do "*Bagaço*", Hypólito ficou com uma pequena fortuna que em pouco tempo esbanjou, de sorte que ao rebentar a revolta andava comendo na cauã alheia por não ter o que comer na sua e por não achar quem lhe vendesse fiado.

José Galdino ([41]), ao passo que enterrava as suas mercadorias para não serem consumidas pela soldadesca, arrecadava quanto feijão e milho encontrava nas barracas dos trabalhadores e até quinquilharias e sedas requisitou de espanhóis e turcos para consumo da tropa. Rôla ([42]), finalmente, cujo negócio não chegava para repartir com as despesas da força acreana, conseguiu encher um seu armazém de mercadorias compradas para a revolta com dinheiro dela. De modo que a verdade vem a ser afinal de contas esta: que as pessoas que nada perderam e muito lucraram com a última aventura acreana, são justamente aquelas que de maiores prejuízos se queixam.

Houve, sem dúvida, patrões que por gosto ou contra vontade tiveram de concorrer com alguma coisa, sobretudo no começo da rebelião, quando ela não dispunha ainda dos recursos que tantos foram mais tarde.

---

[41] José Galdino D'Assis Marinho: José Plácido de Castro, em fevereiro 1902, estava demarcando o Seringal "*Vitória*", de José Galdino, Alto-Acre, quando foi convidado a assumir comando das Forças Acreanas.

[42] Coronel João de Oliveira Rôla: é um dos gloriosos veteranos legionários da velha guarda do inolvidável Plácido, ele que é um dos mais beneméritos fundadores do Território e como tal, no Acre, um dos homens mais justamente prestigiosos; não desse prestígio fictício, oriundo das posições oficiais e como elas transitório, mas prestígio de verdade, cuja explicação está, principalmente, na honradez do seu nome, na pureza dos seus sentimentos, na discrição de sua natural modéstia, na cordura de sua índole, na bondade de seu ânimo, virtudes estas já experimentadas e postas à prova durante quase três lustros de sua laboriosa existência no Acre. (OAP, n° 293)

Maia e Leite do "*Xapuri*", Raymundo Vieira Lima, Francisco Antônio e Theotônio, de "*Iracema*", José Dias, do "*Riozinho*", etc. deram, a princípio por vontade e por força depois, gêneros e víveres para sustento da tropa. Mas todos eles multiplicam por 10 o prejuízo sofrido e depois desta fácil operação aritmética acrescentam ainda coisas de que não fazem cálculo por não valer a pena em comparação da enorme importância principal. E ninguém estranha, ainda que critique, a mentira; nem há mesmo que estranhar diante da audácia de um Hyppólito Moreira ou de um José Galdino.

Para que se faça uma ideia justa do que são as reclamações do Acre e também para acentuar ainda uma vez o caráter do seu povo, contarei o seguinte fato característico: em viagem de canoa para cima eu e o Major acreano Júlio Jatahy descansamos em casa de um caboclo cearense que sustentava com o seu trabalho um pobre negro aleijado e cachaceiro. Logo que chegamos começou o negro a queixar-se dos prejuízos que lhe dera a revolta e que andavam em 50 contos de réis.

– E quem era o senhor? Perguntou-lhe Jatahy.

– Eu era fornecedor e ... outras coisas da Revolução – respondeu o negro velho espichando a conjunção das outras coisas.

No Acre o indivíduo habitua-se facilmente a arrotar fortuna que nunca teve e além disso vicia-se em querer tudo de graça e nada ceder do que é seu. O Dr. Paula Freire, médico do Exército, que por ordem do General Olympio não só tratou dezenas de patrões e seringueiros, mas forneceu-lhes gratuitamente medicamentos muitas vezes caríssimos, desejando levar para o Sul um saco de caucho encomendou-o e pediu a quantos clientes teve.

Pois esse homem, apesar dos 6 meses que demorou na "*Empresa*", teria voltado do Acre sem o desejado saco se na última hora Francisco de Oliveira não lhe mandasse um. Nas vésperas de sua partida passou-se pela porta conduzindo um par de sapatos de borracha, um seringueiro a quem mais de uma vez tratou de moléstias.

O Dr. para experimentá-lo perguntou-lhe se não lhe dava os tais sapatos e o caboclo respondeu prontamente que custavam 8:000 rs [8.000 réis]. Não é meu intuito [e isso seria uma flagrante injustiça] dizer que os patrões do Acre nenhum prejuízo tiveram na manutenção da Força Armada. Para que perdessem bastava que fosse diminuindo o fabrico da borracha, o que naturalmente resultou do desvio do pessoal com que contava.

O que eu quero tornar claro é que os principais chefes, Plácido de Castro, Gentil, Gastão, Hyppólito Moreira, Brandão, José Galdino, Alexandrino, Rôla, etc., esses nada perderam mesmo porque nada tinham a perder.

De todos José Galdino é o único que por ser negociante podia passar por pessoa abastada. Mas ninguém ignora no Acre que José Galdino deve 1.115:000$000 réis, a Fiúza, do Pará 90 e tantos a neves, 11, a Joaquim Esteves, comandante do "*Maria Thereza*", afora uma infinidade de outras contas menores; como também ninguém ignora que os dois seringais que possui deve-os ainda a Augusto Neves e aos herdeiros de Victor Maia.

Os demais, excetuados Plácido, Gentil e Rôla, fazem parte dos chamados "*vagabundos do Bagaço*", que caracteriza não só a falta de ocupação mas também a de meios pecuniários.

Quanto ao trabalhador esse perdeu tudo quanto tinha desde o feijão até o rifle e ficou a dever o que comeu durante a revolta. De sorte que acaba ele o seu débito estava aumentado de 5 ou 6 contos de réis, além de que era preciso comprar de novo as coisas mais necessárias.

Bode expiatório de todas as traficâncias comerciais, compra mercadorias avaliadas por preços fabulosos e recebe pelo produto do seu trabalho o preço que lhe marca o patrão em falsas contas de venda. Mas esta miséria não satisfaz a ganância acreana.

Inventam-se revoluções. E o rude seringueiro tem que fingir-se soldado, há de sujeitar-se a todos os desmandos oriundos da estupidez a serviço de más índoles e perde o tempo e perde o trabalho e perde a saúde, que já tinha precária e é feliz! – oh muito feliz! – quando não perde a mulher.

E na própria terra da promissão atrás da qual esperançoso correra deixando longe o velho telheiro paterno e amigo, aí mesmo é que vai ser torturado pela escravidão, pela moléstia e pela fome, até que um dia três fúnebres tiros de rifle anunciem pelos arredores a chegada da morte.

E lá fica o desgraçado num barranco remoto, na infinita nostalgia do mato, num canto ignorado e triste Canaã ([43]) negra do Acre. Povo infeliz, cujo sofrimento compunge, cuja cobardia revolta!

Manaus, outubro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Tenente de Artilharia (JQV, n° 232)

---

[43] E nos trouxe a este lugar, e nos deu esta terra (Canaã), terra que mana leite e mel. (Deuteronômio 26:9)

***Quo Vadis?*, nº 234**

Manaus, AM – Domingo, 13.12.1903

No País da Miséria – A Expedição Olympio

IX

O velho General, em cujo ardoroso coração vivem ainda as lembranças guerreiras do Paraguai e em cuja alma generosa a má-fé não encontra guarida, supôs a princípio que aquela gente tinha algum valor e que era animada de intenções patrióticas, por ventura mal entendidas, mas sinceras. A ilusão, entretanto, não podia durar. Dotado de uma atividade espantosa em pouco tempo tinha percorrido toda a extensão que vai da Boca do Acre à Foz do Xapuri, informando-se minuciosamente de tudo que dizia respeito à população, seus hábitos e seus desejos.

E, ao passo que travava relações com os patrões e conhecia o caráter dos chefes e do povo, recebia de toda a parte queixas e reclamações que bem lhe deixavam patentes os verdadeiros intuitos da pretensa Revolução. Mas a sua missão no Acre não lhe permitia tratar como fora de justiça e de necessidade os gananciosos mandões, cuja má vontade em breve conheceu. Assim tratou-os sempre como pessoas com quem não queria intimidade mas a quem de nenhum modo desejava hostilizar.

Esse procedimento aumentou o despeito dos chefes que logo perceberam não poder contar com o General para auxiliá-los na continuação das suas aventuras e que viam nele uma testemunha demasiado austera das misérias acreanas.

O General, contudo, não se preocupava desse desagrado que lhe era perfeitamente indiferente, senão vantajoso. Nas obras do acampamento e nos sofrimentos da Expedição tinha de sobra em que empregar sua atenção, sua incomparável atividade e a protetora solicitude do chefe verdadeiramente desvelado. Chegara ao ponto escolhido para a ocupação militar a 3 de abril e nesse mesmo dia começaram os grandes trabalhos do acantonamento e construção de armazéns e enfermarias.

Em poucos dias a mata da "*Empresa*" tinha recuado consideravelmente e no fim do mês o acampamento apresentava o aspecto de uma cidadela perdida na margem direita do Acre. A soldadesca ocupada no corte de madeira para as obras tinha também de descarregar os navios que chegavam diariamente e cujos comandantes, por medo da acelerada vazante do Rio, queriam ser prontamente despachados.

Sob um chuveiro eterno, que não conseguia, contudo, abrandar a canícula da região, devastavam as matas ou carregavam volumes das 6 horas da manhã às 6 da tarde numa fadiga desumana mas absolutamente necessária. À noite caia geralmente uma umidade intensa a que dão o nome de "*friagem*" contra a qual não havia agasalho eficaz. E o Rio secava pavorosamente. E o General temendo os estragos, pela chuva, dos poucos e maus gêneros alimentícios da Expedição, apressava cada vez mais a construção de grandes galpões para armazenagem.

O "*Tapajós*", que levava os melhores gêneros e também ferramentas e objetos necessários aos serviços do acampamento, ficara encalhado no Rio Purus por inépcia ou desleixo dos respectivos práticos. O gado não passava de 300 cabeças, que ainda assim davam grande trabalho para serem alimentados em virtude da falta de campo.

A farinha d'água era a única que havia por ser impossível – segundo se dizia – a conservação da branca. Os Soldados habituados ao tratamento regular das guarnições, começaram a estranhar a alimentação limitada a charque, feijão, arroz e farinha, exceto nas quintas e domingos – dias de carneação dos pobres e famintos garrotes. Esses mesmos mal satisfaziam a fome acumulada, por isso, que além de ser pequena a ração não havia na "*Empresa*" nem temperos e nem verduras.

Passados os primeiros dias e, não podendo mais tragá-los, os soldados procuravam negociar a carne seca e a farinha recebidas ou deixavam-nas pelas matas se não queriam sujeitar-se às traficâncias da população.

Porque ainda uma vez [e até nisso!] manifesta-se a miséria acreana: os vendilhões, ao passo que cobravam 2.000 réis por quilo de macaxeira ([44]) e 500 por uma laranja, ou recebiam por uma ninharia o charque e a farinha dos soldados ou esperavam para apanhar na mata a ração dos mais orgulhosos.

A caixa militar ([45]) não aparecia e o General esforçava-se debalde escrevendo e mandando portadores a Manaus em busca de recursos para a tropa. Em breve a grande maioria da soldadesca estava reduzida a alimentar-se de feijão e arroz nos dias em que não havia a carneação.

Ainda assim, e malgrado as fadigas do dia, eram de ver à noite os animados batuques dos caboclos pernambucanos do 27° ([46]). Ao som de qualquer lata velha formava-se o grupo dos cantadores e, enquanto o mestre puxava a cantiga:

---

[44] Macaxeira: mandioca.
[45] Caixa militar: recursos pecuniários.
[46] 27°: 27° Batalhão de Infantaria.

Quando eu vim da minha terra
Não trouxe o meu coração
Porque o deixei guardado
Num canto do meu sertão.

O mavioso coro respondia harmoniosamente:

Olê, olê, olê, olê,
Num canto do meu sertão.

E aquelas doces canções cheias da dolente cadência das modinhas sertanejas, chegavam do outro lado do Rio nos acampamentos do 4° e do 36° como uma evocação saudosa da terra da Pátria tão amada e tão longe ou como uma nênia ([47]) da morte que já tantas vezes e tão cruelmente visitara a Expedição.

Ah! Eles bem sabiam – pobre gente! – que no dia seguinte talvez algum dos cantadores houvesse de ficar no fundo da mata para ser vir de repasto aos abutres da noite numa terra onde não se cavavam 3 palmos sem dar n'água. Mas o Soldado brasileiro é assim mesmo: valoroso nos momentos difíceis e sempre e em qualquer caso de uma resignação elevada até a sublimidade. A 13 de abril, começara com efeito a dízima da morte.

Uma tarde, o Sargento Ajudante do 4° sentiu-se mal, pôs-se a vomitar, baixou à enfermaria e 4 dias depois nos braços do Tenente Lobo morria de beri-béri numa agonia infinita. Foi a primeira vítima. Daí por diante raro era o dia em que não faleciam 2 ou 3 Soldados.

Em meados do mês começaram a circular notícias extravagantes a respeito das Forças bolivianas que se aproximavam do acampamento brasileiro.

---

[47] Nênia: canto fúnebre.

Os acreanos, por medo ou velhacaria, propalavam esses boatos ao mesmo tempo que Plácido de Castro escrevia de Porto Rico ao General, dando-lhe a conhecer os seus temores da Coluna de Pando ([48]), contando o estado miserável da sua gente e pedindo-lhe que fizesse uma demonstração de forças por aquelas bandas.

O General, como era de esperar, deu a esses boatos e a esse pedido a importância que mereciam, quer dizer, não os tomou em consideração. Tendo desde o princípio dado ordens e regulado todas as providências necessárias à defesa do acampamento pouco lhe importava, para efeitos de guerra, que Pando ficasse longe ou viesse perto. Não o apanharia de surpresa. Todavia o General não era homem que se deixasse ficar na ignorância do terreno em que talvez tivesse de operar. Ordenou, pois, reconhecimentos, aberturas de estradas, construções de pontes, etc.

O acampamento do 15° Batalhão de Infantaria na "*Volta da Empresa*" foi ligado aos outros e ao Quartel General por um largo caminho de 10 min. Ao Capitão Uchoa encarregou de fazer a estrada para "*Antimarí*" e ao Ten Bernardino, a de "*Gavião*". A 1ª devia servir para transporte no tempo da seca e era ao mesmo tempo uma linha de retirada; a 2ª estabeleceria comunicação com os centros para os lados da ocupação boliviana. Cessaram, entretanto, os boatos, por não produzirem efeito e por falta de verossimilhança ([49]), dado o conhecimento que a Expedição adquirira do terreno.

Entretanto as moléstias progrediam desoladamente. Apanhando a soldadesca cansada pelo trabalho excessivo e depauperada pela péssima alimentação,

---

[48] Pando: General José Manuel Pando Solares.
[49] Verossimilhança: probabilidade.

o beribéri e as febres palustres aumentavam diariamente o número de baixas e de mortos.

A 22 de abril, o 27° de infantaria seguiu para "*Boa Fé*" e dos três Batalhões restantes na "*Empresa*" morriam em média 6 homens por dia. Muitas vezes um oficial que trabalhava com uma turma certa e que à noite despachava todos os Soldados perfeitamente ou aparentemente bons ao notar na manhã seguinte a falta de um ou dois tinha como resposta a notícia da morte. E era assim.

O beribéri matava tão depressa o mais robusto como o mais fraco dos homens. Uns começavam a definhar, reduziam-se a múmias e em 3 ou 4 dias estavam enterrados. Outros inchavam, inchavam disformemente e dentro de 48 horas morriam. Outros, finalmente, sentiam-se mal do estômago, entravam a vomitar e a sentir dores violentíssimas, gritavam como desesperados e com o último grito ia-se-lhe também a vida. Esses nunca duravam 24 horas.

As enfermarias contavam diariamente de 80 a 100 doentes afora os que ficavam pelos acampamentos por não haver lugar nelas. A Expedição não tinha camas; o Hospital dispunha de 5 pratos e 5 talheres para servir a 80 ou 100 homens. Na "*Empresa*" e nos lugares mais próximos não havia louça para comprar e que houvesse! Para todo o serviço do Rio o General apenas tinha a lancha "*Acre*" desprovida dos mais indispensáveis acessórios.

À noite a umidade intensa que caía sobre as cobertas das casas como uma chuva constante apanhava os infelizes enfermos sem um cobertor que os protegesse daquele frio medonho. Os navios que por esse tempo desciam o Acre vinham carregados de oficiais e praças doentes que iam morrendo às dezenas pelo caminho.

Em fins de abril e princípio de maio aumentou o número de baixas para Manaus. Já nessa época tinham voltado 227 Soldados e 21 Oficiais. E a morte continuava desapiedadamente a destruição. No Hospital metia pena ver-se o estado e as condições dos esqueléticos enfermos.

O General visitava-os todas as manhãs e muitas vezes aquele coração habituado às grandes agonias das campanhas comoveu-se até as lágrimas diante do espetáculo de tanta penúria. E o velho guerreiro que trazia do Paraguai e Canudos a fama da mais imperturbável coragem não escondia o seu pranto que caía no seio da tropa como um bálsamo de consolação.

Sim, ele bem quisera e bem trabalhava para que a Expedição não sofresse as angústias que contemplava. Mas que poderia fazer além do que fez? A morte ameaçava todos, o luto entrava em todos os corações. Todavia ninguém desanimava no acampamento, porque todos confiavam no valor e na solicitude do chefe.

O General, diante da impotência de sua vontade para remediar tantos males e pela sensibilidade do seu generoso coração, era, porventura, quem mais sofria.

Foi nesta situação aflitiva, que lhe chegou de "*Boa Fé*" na noite de 8 de maio a notícia da prisão de Gentil Norberto, motivada pela inaudita arrogância desse presunçoso Coronel que tantas vezes antes e ainda algumas depois deu provas sobejas da mais lamentável pusilanimidade.

Manaus, novembro de 1903.

Alípio Bandeira, 2° Ten de Artilharia (JQV, n° 234)

Quo Vadis?, n° 235

Manaus, AM – Terça-feira, 15.12.1903

No País da Miséria – Ainda a Expedição Olympio

X

No dia seguinte [09 de maio] chegava um novo portador, o Capitão Jansen, trazendo mais positivas comunicações. O General embarcou nesse mesmo dia para "*Boa Fé*" e aí chegando soube do seguinte: Gentil e Gastão quiseram tomar à força uns burros pertencentes a um tal José da Costa ([50]), este queixou-se ao Major Carneiro, Cmt do 27° o qual pediu a Gentil que dispensasse Costa dessa contribuição.

Foi o suficiente para que Gentil e Gastão rompessem em hostilidades dizendo que a Expedição Militar só entrara no Acre porque os acreanos consentiram, que formariam a sua força e expulsariam de "*Boa Fé*" o 27°, e outros iguais disparates.

O Major Carneiro prendeu-os, e os soldados acreanos, que esperavam apenas o momento da liberdade que não tinham coragem de preparar, baldearam-se para as Forças Federais aos gritos de – "*Vivas ao Exército*" – e insultos aos chefes da revolta. Para quem, pois, aprecia os fatos de longe esta será a causa primordial do desarmamento da gente de Plácido.

---

[50] Por uma notícia ultimamente publicada no "*Amazonas*", sabe-se agora em Manaus como o ódio acreano vingou-se de Costa. O que talvez não se saiba é que é absolutamente falso que o Gen Olympio houvesse dado a esse cidadão armamento tomado aos acreanos como também publicou a referida notícia (A. Bandeira – JQV, n° 235)

Pelo que toca a Gentil Norberto poder-se-ia dizer também que o seu desgosto datava do dia em que foi pelo General impedido de surrar um velho de 70 anos que já tinha amarrado a um tronco pelo simples fato de ter esse homem se queixado ao General de que ele Gentil Norberto lhe tomara para servir à revolta o seu único filho de 16 anos de idade.

Mas quem estava no Acre sabe que a má vontade dos chefes acreanos começou a manifestar-se abertamente desde a instalação da Mesa de Rendas de Porto Alonso. Ao chegar a esse ponto o Sr. Enéas Valle, chefe da referida Mesa de Rendas, Rodrigo de Carvalho opôs-se à referida instalação dizendo que o Acre era um Estado independente, conquistado pelas armas revolucionárias e que só a eles pertencia.

Enéas Valle seguiu até "*Boa Fé*", onde se achava então o General Olympio e de lá voltou a 30 de abril acompanhado do Alferes Manoel Rodrigues que com um contingente de 20 praças foi a porto Alonso tornar efetiva a Posse da autoridade aduaneira. Rodrigo de Carvalho arvorou no "*Independência*" a bandeira do "*Estado Independente do Acre*", embarcou em Porto Alonso tudo que quis e subiu o Rio com o fim de estabelecer em "*Capatará*" a alfândega acreana.

Antes, porém, de chegar ao seu destino soube do desastre de "*Boa Fé*" e abandonou o navio, retirando dele ainda tudo quanto quis. O General, dada a situação da Força revoltada que, sobre ter abandonado as fileiras, declarava não mais obedecer aos seus antigos chefes, mandou três vezes chamar Plácido de Castro, uma delas pelo próprio Coronel Gastão, a fim de resolverem o incidente. Mas Plácido, que vinha então de volta de Porto Acre, por medo ou despeito, recusou-se a ir ao acampamento do 27°, escreveu ao General declarando terminada a sua missão, e em vez de passar por "*Boa Fé*", centro de

suas operações e caminho natural do seu trajeto, foi sair abaixo, em “*Iracema*”, de onde desceu o Rio a 20 de maio na lancha “*Itamarati*”.

Diante dessa inesperada fuga o General mandou arrecadar o armamento acreano de “*Boa Fé*” distribuiu pelos soldados de Plácido a pouca mercadoria que restava naquele ponto e licenciou-os. Ele quis com essas medidas evitar o que poucos dias depois deu-se em “*Xapuri*”, onde ao saberem os acreanos da retirada de seu chefe arrombaram e saquearam um barracão cheio de mercadorias compradas com dinheiro da revolta e que sob a firma pessoal de Plácido de Castro ficavam armazenadas enquanto os soldados de Porto Rico alimentavam-se de milho torrado e frutos de palmeiras.

Ao chegar à “*Empresa*”, Plácido não quis saltar em terra; vinha um tanto lamentoso e, segundo dizia, disposto a não voltar mais ao Acre. Não se esqueceu, contudo, de satisfazer o seu despeito num vergonhoso ofício que deixou em mãos de um amigo com a recomendação de só entregá-lo ao destinatário um ou dois dias depois de sua partida.

Nessa triste peça esse homem tão ignorante quanto curto de inteligência julgou-se autorizado a chamar o General de Sargentão, esse dono, sem escrúpulo, de uma mulher e de um armazém de mercadorias alheias não trepidou em chamar de bandidos e bêbados aos oficiais do 27° de Infantaria ([51]) que nunca se meteram nos deboches do Acre.

Mas não se lembrou de que punha em dúvida a sua apregoada coragem quando só de longe e fora do alcance dos ofendidos atirava sobre o General e a oficialidade do 27° os seus grosseiros insultos.

---

[51] Mentiras deslavadas do autor!!!

Esta será entre os acreanos, mais uma prova da sua bravura. O General, entretanto, tinha mais o que fazer do que dar atenção aos ofícios agressivos de Plácido de Castro. Em meado de maio, com efeito aumentara a falta de gêneros alimentícios e com ela o número de baixas e de morte.

Chegava de baixo a notícia do desastre da "*Rede-linda*" que fora a pique com um carregamento de 100.000 réis, e correspondência acumulada de três meses. Chegava igualmente a comunicação da morte do Capitão Cícero Ramos, do Alferes Leocrácio e 20 praças do "*Independência*" e do "*Lucania*" encalhados. De Porto Alonso escrevia o Alferes Manoel Henriques, dando parte da morte de alguns soldados do seu Destacamento, do embarque de outros por doentes para Manaus e do lamentável estado de sua saúde. Subia, então, a 44 o número de oficiais e a 331 o de soldados que voltavam enfermos. O inverno tinha diminuído um pouco mas a "*friagem*" ([52]) recrudescia.

O Hospital estava cheio de Praças, mulheres e crianças. Três médicos somente faziam todo o serviço dos acampamentos e das enfermarias. O beribéri tornara-se uma verdadeira epidemia, contra a qual baldavam-se todos os esforços. Em fins de maio posto que as tropas estivessem mais habituadas com o espetáculo da penúria e da morte, já não havia na "*Empresa*" quem não tivesse a lamentar a perda de um amigo ou parente.

Em princípio de junho fez-se um grande forno para fabricação de pão e deste modo melhorou-se um pouco a alimentação da soldadesca. A moléstia, no entanto, continuava a destruição.

---

[52] Friagem: normalmente a friagem aparece em maio ou junho, na mudança da estação, mas pode surgir em julho, agosto ou setembro, notadamente nas Bacias dos Rios Acre e Iaco.

Já nessa época os embarques para Manaus faziam-se em batelões rebocados por pequenas lanchas quando apareciam ou trazidos a varejões até Cachoeira, no Purus.

Metia ([53]) verdadeira pena verem-se aquelas grandes levas de doentes atirados no fundo de um barco incomodo, debaixo de um Sol implacável, sem recurso algum, inclusive de dinheiro porque a Expedição não era paga desde o seu embarque em março. Assim viajou o Capitão Uchôa completamente paralítico de um golpe que apanhou sobre a espinha dorsal na abertura da estrada de Antimarí. Assim, doente de beribéri, viajou e morreu o 2° Ten Gurgel do Amaral, antes de chegar à Boca do Acre. Assim morreram dezenas de pobres servidores desclassificados da Pátria. E nessa situação desgraçada, debalde o velho General continuava a mandar portadores a Manaus.

Do Alto Acre chegavam novamente notícias aleivosas ([54]) de próximos ataques bolivianos. Wenceslão Sallinas oficiava ao General pedindo garantias para 2.000 brasileiros residentes em "*Igarapé da Bahia*" e "*Porvir*" ameaçados – dizia – pela gente de Nicolão Suarez. De "*Xapuri*" vinha também a comunicação do escandaloso saque nas mercadorias de Plácido de Castro e de inventadas desordens. O Alferes Paes Barreto ([55]), numa penosa viagem de canoa, é mandado como Delegado a "*Xapuri*", onde encontrou as antigas e costumeiras traficâncias daquela terra.

---

[53] Metia: Dava.

[54] Aleivosas: caluniosas.

[55] Das Forças no Acre: Manaus, 18. – O General Olympio deixou as forças do Acre assim distribuídas: em "*Iracema*", 30 praças, ao mando do Alferes Lima Mindello; em "*Xapuri*", 15, ao mando do 2° Ten Alípio Bandeira; em "*Igarapé Bahia*", 20, comandadas pelo Alferes Paes Barreto; em "*Gavião*", 25, comandadas pelo Alferes Pinto Monteiro. (JDB, n° 231)

O autor destas linhas embarca para "*Bahia*" ([56]), onde em vez dos bolivianos de Suarez e dos 2.000 brasileiros de Sallinas, viu apenas a destruição do incêndio e do roubo, tendo de dormir à beira do Rio por não haver casas nem moradores.

Nesta viagem de 2 meses em canoa, tocando, por assim dizer, em todas as casas, desde "*Empresa*" até "*Bahia*", não encontrei uma pessoa à exceção de Rôla de "*Benfica*" [um dos melhores aquinhoados, ao que se diz, pela revolta] que não tivesse queixas dos chefes acreanos. De muitos Coronéis e majores, cujos nomes deixo de citar por não parecer desleal, ouvi que se Plácido voltasse ao Acre mandá-lo-iam assassinar em algum barranco deserto. Não o farão, certamente. Não por escrúpulo dessa vingança traiçoeira, mas por medo, em caso de insucesso.

A 11 de agosto, cheguei, à "*Volta da Empresa*". O General tinha embarcado para Manaus a 02 desse mesmo mês. O estado sanitário melhorara desde princípio de julho. A morte do Capitão Mariano Campos em 4 dias de febre, foi a última e triste perda de fins de junho. O hospital contava apenas 10 ou 12 homens diariamente. O número de doentes que embarcava era uma insignificância diante das grandes levas do princípio.

Contudo o acampamento da "*Empresa*" tinha o aspecto de uma cidadela morta, onde apenas se encontrassem visitantes de finados. A tristeza invadira a própria soldadesca, inclusive os divertidos caboclos pernambucanos do 27°.

[56] Bahia: Igarapé Bahia.

O General embarcara, disseram-me, no meio das maiores manifestações de carinho por parte da Tropa Federal e do povo acreano. Às lágrimas de comovida gratidão juntaram-se, naquele dia, as da saudade que deixava o velho chefe da Expedição e amado libertador dos torturados do Acre. Amanhã, estes últimos atirarão apodos ([57]) sobre seu nome. Será um modo de agradar aos chefes acreanos; um resultado do medo, que não do ódio, que não da indignação. Do honrado General brasileiro não se contarão traficâncias, nem crueldades, nem cobardias.

Manaus, novembro de 1903.

A. Bandeira, 2° Tenente de Artilharia (JQV, n° 235)

Quo Vadis?, n° 236
Manaus, AM – Quarta-feira, 16.12.1903

No País da Miséria – "*Ultima Verba*" ([58])

XI

Uma tarde, de volta da Bahia, na "*Empresa*", onde já não encontrei o General Olympio, andava eu pelo acampamento do 36° de Infantaria a ver um teatrinho que os Soldados tinham feito e em cujo pano de boca – diziam-me – desenharam uma alegoria ao Cap Mariano de Campos, morto de febre perniciosa na Expedição do Acre. O acampamento estava silencioso, quase deserto e tão triste aspecto tinha que eu, que já de mágoas andava farto, em poucos minutos deixei-o.

---

[57] Ápodos: frases depreciativas.
[58] Ultima Verba: Palavras finais.

Encaminhei-me para um pequeno Lago vizinho que muitas vezes gostava de apreciar uma basta vegetação aquática que lhe tornava a superfície completamente e encantadoramente rósea. Mas os passos me levavam para nova tristeza. À beira do Lago, com os braços em cruz sobre os seios, uma mocinha de 15 anos mais ou menos passeava lentamente de um para o outro lado absorta e pensativa. Aproximei-me mais e vi que chorava. Chorava sem ruído, num pranto silencioso e recôndito que assim soe ser o das grandes agonias. Seu rosto suave e melancólico, o olhar errante e longínquo, a expressão de incontentada angústia, fizeram-me instintivamente lembrar aquela sombra maviosa que pelo purgatório dantesco passa cantando:

"*Amor; che nella mente mi ragiona*" ([59])

E era, efetivamente, o amor que andava divagando naquele crepúsculo nostálgico, dentro daquele coração amargurado. A pobre menina tivera até poucos dias pai, mãe e noivo que era soldado, morrera de beribéri no acampamento. O noivo, no dia seguinte ao dessa perda dolorosa, foi recrutado para a nova organização da Força Acreana. E foi-se assim a sua única esperança, que a pobre velha doente que lhe deixaram em breve faria também a sua grande e triste o eterna retirada na campanha da morte. Ah! Ela não via mais à frente da coluna infeliz o chefe tão desvelado quanto austero, que não protegia aventuras nem pactuava com traficâncias.

Aquele que não só velava pelo bem estar da sua tropa e sofria com ela as privações que não podia remover, mas tinha ainda muito coração para se interessar pela sorte das pobres mulheres que

[59] Amor; que em minha mente pondera: Rime di Dante, Trattato Terzo – The Canzoniere of Dante Alighieri – London – John Murray, Albemarle Street, 1853.

acompanharam a expedição por terem nela pai, marido, ou irmão ou filhos, ou por não terem ninguém no mundo! [...] Alma dorida e cativa! Que a miséria acreana, que não se condoeu da tua desventura, respeite ao menos a tua desprotegida castidade!

Contei do Acre coisas que vi ou que me relataram pessoas fidedignas. Algumas vistas e ouvidas deixei em silêncio por não se compadecerem com o decoro ou com o pudor da minha pena. Sei que muitas pessoas não gostaram da minha narrativa. E, posto não fosse propósito meu desagradar, nenhum arrependimento sinto, porque, também não escrevi para agradar ninguém. Quisera eu não ter contemplado nunca a vida lamentável do Acre, seria uma dolorosa recordação a menos nesta existência tão cheia de dissabores e desilusões. Aos que me chamaram de apaixonado responderei que efetivamente o sou, neste sentido: que não passei indiferentemente pelo "*País da Miséria*" e da morte.

Antes senti, como qualquer homem de coração, aquela imensa degradação, que eu não julgara tão grande nem tão atroz. E tamanha foi a mágoa que me ficou da apreciação de alheios sofrimentos que só numa hipótese voltaria eu satisfeito ao Acre: era se me encarregassem da expulsão dos aventureiros. Que as palavras que me ditou um sentimento de piedade intensa, à semelhança de uma trombeta de guerra, ecoavam longe como um aviso e um protesto, até que os poderes competentes encontrassem meios do melhorar a sorte de tantos desgraçados, o só deste modo ficaria eu compensado do meu pequeno mas ingrato trabalho. O Acre [e assim os outros Rios longínquos da Amazônia] não é como se julga, inacessível aos benefícios da civilização.

Se é certo que a Longitude, a deficiência de transportes e a intratabilidade do clima, dificultam sobremodo a implantação da disciplina do trabalho e da ordem nossas regiões remotas, não é menos certo que tudo isso seria conseguido com um tanto de boa vontade e um pouco mais do amor pelas infelizes populações disseminadas no vasto interior. Uma legião de incompetentes não seria, certamente, capaz de tal obra, como a não faria uma assembleia inteira de políticos alheios às verdadeiras necessidades do povo e às graves funções governamentais.

Mas nem de uma legião nem de uma assembleia se precisa no caso. *Um homem* – *eis tudo*.

Um governante, um político – nada mais. Um que se preocupe pouco de traficâncias eleitorais e muito da responsabilidade do cargo. Que ponha acima da conveniência de quem quer que seja os interesses e a honra do Estado. Que saiba compreender o seu papel na ordem social e estude, e trabalhe, e sofre, e lute por bem desempenhá-lo. Que seja no exercício do poder o coração que sente, o cérebro que distingue, o braço que executa, e não o manequim de caprichos partidários e de estranhas explorações.

Que tenha alma para condoer-se do infortúnio alheio e fibra para castigar o alheio desregramento. Um político que conheça a história dos progressos humanos e possua a clarividência dos destinos da espécie; um governante que não vacile na prática dos atos correspondentes a esses grandes destinos; um homem que no choque violento de contratempos diversos seja como o piloto à proa da nau, sereno e calmo em plena tempestade. E tenha amor e coragem, energia e atividade. E seja insensível à vaidade, superior ao orgulho, contrário à bajulação.

Sim; mas onde estará esse que não se deixe envolver no torvelinho das paixões; que não se faça ludibriar pelas quimeras palacianas que não vergue, que não dobre, que não transija diante do seu próprio sacrifício? Não sei. Sei que a vida no Acre é uma vergonha e uma penúria da humanidade. E sei mais que ela podia ser grandemente melhorada mesmo no que diz respeito às condições climatéricas da região. É fácil de imaginar, com efeito, que o desbravamento das grandes matas brutas em torno das habitações, a limpeza do Rio [sorvedouro comum de todas as imundícies], a abertura de estradas que facilitassem os meios de transporte, a criação do gado vacum que normalizasse a alimentação, a cultura agrícola do solo – tudo isso concorreria para enfraquecer a ação das moléstias endêmicas. E, porque já não é lícito duvidar da influência do moral sobre o físico, não menos contribuiriam também para o mesmo fim o bem estar do povo, a confiança, o sossego e a paz, resultantes do estabelecimento da justiça e da lei.

Hoje a bala do rifle é a primeira e a última razão do Acre, como a traficância é a primeira e a única preocupação. Mas nesse Estado de contínua e degradante desonra debalde procurareis o resultado pecuniário da ganância. No Acre não há uma pessoa rica, nenhuma mediocremente abastada. Inútil sacrifício, pois, o dos que tanto sofrem e tanto se degradam por amamentar-se do leite impuro das sifônias ([60]).

Manaus, novembro 1903.

A. Bandeira 2° Tenente de Artilharia. (JQV, n° 236)

---

[60] Sifônias: O homem bebe o leite da vida sugando os vasos túmidos das sifônias. (Os Sertões - Variabilidade do meio físico - Euclides da Cunha)

Imagem 05 – Marechal Antônio Olympio da Silveira

Seria a provável que as raízes da inconteste hostilidade do General Antônio Olympio da Silveira em relação ao líder da Revolução Acreana José Plácido de Castro tenham sido plantadas por suas participações totalmente antagônicas na Revolução federalista de 1893, ocorrida no Rio Grande do Sul? Plácido de Castro combatera, na época, ao lado dos federalistas ou "*maragatos*" enquanto Olympio da Silveira ombreou com os "*pica-paus*" vinculados ao Governo Federal.

O currículo profissional do velho líder militar é praticamente irretocável exceto no que tange à sua trágica participação na Guerra de Canudos onde todo o tipo de abuso e excessos degradantes contou com a conivência, omissão ou aquiescência dos chefes militares. Teriam essas ações marcado profundamente a alma do veterano guerreiro e obnubilado indelevelmente a razão do grande militar? Encontrei uma pequena biografia do Marechal Olympio da Silveira no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, publicado por ocasião de seu falecimento aos 73 anos de idade.

Jornal do Commercio, n° 140
Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 20.05.1912

Marechal Antônio Olympio da Silveira

Teve o desenlace esperado e previsto a enfermidade que há dias prostrava no leito o ilustre e bravo militar Marechal Olympio da Silveira, que faleceu pela madrugada de ontem.

Incorporado às fileiras do Exército por intervenção de um ato mal Intencionado e que visava apenas prejudicá-lo no momento em que foi recrutado, ele aí conquistou um nome e uma reputação das mais invejáveis mercê da força irrefutável dos destinos e graças ao valor pessoal que sempre levou ao destaque os mais obscuros e apagados, por mais longa e difícil ao acesso que se lhes antolhe a escala a galgar.

Soldado, logo que se declarou a guerra contra o Paraguai, foi dos primeiros a apresentar-se para a linha do perigo, na qual soube conservar-se valorosa e corajosamente, sem o menor receio, impondo-se ao dever, ao respeito e à admiração dos que o viam reunindo as mais positivas e aproveitavas virtudes militares.

Vieram os galões, vieram as medalhas condecorativas, levando-o, de degrau em degrau até à mais alta patente, na qual se reformou.

É ainda de poucos anos um dos seus últimos serviços prestados a cooperação dos seus dotes de militar para a jugulação da revolta dos jagunços, em Canudos.

Nas brilhantes páginas em que Euclides da Cunha contou a história sinistra dessa campanha ficou imortalizado o nome do bravo soldado cujo valor, numa trágica emergência, encontrou condigna moldura de destaque e realce na prosa admirável do autor de "*Os Sertões*".

A morte, pois, veio achar nesse velho soldado encanecido do serviço da Pátria, a resistência contra a qual nada podem os seus golpes, de um passado de atividade, de bravura, de valor e de integridade moral, isso tudo que sobrevive à sua ação destruidora.

Foi um velho servidor que até ao último momento da baixa por morte, ainda se conservava em plena atividade, através de uma longa vida de dedicados serviços à Pátria.

O Marechal reformado Antônio Olympio da Silveira era filho de José Luiz da Silveira, tendo nascido em 13 de abril de 1839, no Estado de São Paulo. A sua vida militar foi uma das mais acidentadas. Residindo em Itaguaí, foi, na idade de 22 anos, mandado recrutar por malevolência de um seu inimigo político.

Preso e recambiado para o Rio de Janeiro, assentou praça no Batalhão de Engenheiros, jurando bandeira a 10 de dezembro de 1861. Passando a pronto no ensino de recruta, obteve licença do Governo para estudar na Escola Central, frequentando as aulas da Escola Preparatória anexa à Militar.

Era furriel, quando declarada a guerra contra o Governo do Paraguai, e por sua livre vontade, pediu para seguir para a campanha, o que não lhe foi negada, embarcando a 26 de abril de 1865 no vapor "*Princesa*".

Sempre na vanguarda do Exército tomou parte nos principais combates, distinguira-se sempre pela sua bravura e natural sangue frio. Nos sangrentos combates de Angustura, Humaitá, Assunção, Peribebuí, Itororó, Passo da Pátria. Barreiros Grande [até completa derrota do inimigo] e 24 de maio, o valoroso soldado pôs em prova o seu valor de guerreiro, sendo pelos seus feitos agraciado, promovido e elogiado em ordem do dia do Exército. Em fins da campanha, o Marechal Olympio, então Capitão em Comissão, foi elogiado em Ordem do Dia do Exército por Sua Alteza e Príncipe Conde d'Eu, Comandante em Chefe do Exército em operações pela resignação e disciplina com que suportou prolongadas privações em S. Joaquim, Capivari, e nas margens insalubres de Jejui-Guassú, e Jejui-Merim.

A 30.05.1871, regressou para o Brasil. continuando seus estudos na Escola Militar, onde tirou o curso de artilharia. Pertencendo a essa arma servir, sempre arregimentado, e comandou por muito tempo o 5° Regimento. As suas promoções foram sempre por merecimento. Comandando o 5° Regimento de artilharia, seguiu para a campanha de Canudos, onde o seu valor como militar foi comprovado com a derrota completa do inimigo. Fazem parte ainda dos seus valorosos serviços de guerra às campanhas da Argentina, Oriental e Revolta de 6 de Setembro.

Sobre o peito da sua nobre farda, ostentava, além das condecorações que foi agraciado pelo Imperador, as medalhas de Campanha, com passador n° 5 e mérito militar, de ouro. Em tempo de paz foi sempre distinguido pelos governos que, com a maior confiança lhe confiaram o desempenho de árduas comissões, nas quais sempre se houve com a maior distinção e lealdade.

Dentre essas comunicações poderemos mencionar comandos de diversos corpos da sua arma; comando das fronteiras de Mato Grosso e Cucuí; comando da Expedição Militar e forças expedicionárias para impedir, na região do Acre a invasão dos Bolivianos. Inspecionando Corpos no Norte e Sul da República, desempenhando por fim o cargo de Intendente Geral da Guerra, onde os seus serviços foram assinalados.

Reformado em Marechal, a 2 de janeiro de 1908, foram ainda aproveitados os seus serviços como Comandante Superior da Guarda Nacional, cargo que deixa por morte. [...] (JDC, n° 140)

Reproduzo, a seguir algumas réplicas aos artigos do falacioso Tenente de artilharia Alípio Bandeira:

***Quo Vadis?*, n° 187**

Manaus, AM – Quinta-feira, 22.10.1903

No País da Miséria

Ao Sr. Tenente A. Bandeira

Diretamente interessado, quer como brasileiro, quer como amigo do bravo Plácido do Castro, no que se tem passado ou passa no Acre, leio tudo quanto se publica a respeito, por isso, tenho acompanhado os seus artigos no "*Quo Vadis*", nos quais presumia que o fim seria inevitavelmente o que se encobre nos entrelinhados ([61]), além do que claramente está expresso, no de hoje.

---

[61] Nos entrelinhados: nas entrelinhas.

Oficial do Exército, ser-lhe-ia antipático deixar o conforto da guarnição para embrenhar-se pelo interior tido Brasil, fosse o Acre ou Canudos; eis a razão por que para S.S.ª a Revolução do Acre é uma aventura gananciosa.

Deixando, porém, de parte este assunto por excessivamente escabroso e porque tempo virá em que se trará à luz da publicidade a mais ampla, passo a tratar do intuito de deprimir os chefes da Revolução Acreana, que transpira do seu artigo a que esta serve de reparo.

S.S.ª sem nunca ter trocado uma só palavra com o engenheiro civil Ten-Cel Gentil Tristão Norberto, com o Cel Antônio Antunes de Alencar, antigo estudante da Academia de Medicina da Bahia e com o Cel José Plácido de Castro, avaliou a sua instrução pela do Cel José Galdino, que atingiu a este elevado posto na Revolução pela sua bravura e amplos recursos pecuniários.

Plácido de Castro, realmente não cursou aulas de nenhuma Academia, mas se, "*mesmo desconhecendo o manejo do alfabeto adquire-se no convívio humano uma infinidade de noções úteis, e daqui se infere que não é justo chamar de ignorante a pessoa simplesmente por não saber ler*", porque S.S.ª o classifica como tal – à Plácido de Castro – que, além de ter cursado as aulas de preparatórios da Escola Militar de Porto Alegre, tem um longo traquejo social nas primeiras rodas do seu Estado natal, desta capital e de outros lugares onde tem residido?

Ignora, porventura, S. Sª. que Plácido de Castro foi um dos heróis do Exército Libertador, que no Rio Grande se bateu com denodo contra a tirania positiveira do Sr. Júlio de Castilhos e no qual conquistou, pela sua bravura o posto de Tenente Coronel?

Julgando ter cumprido o meu dever rebatendo as aleivosas que contém em seu artigo e, tanto mais satisfeito por ser espontâneo e desinteressado, permito-me aconselhar ao Sr. Ten um pouco mais de ponderação quando tiver de referir-se a pessoas inteiramente desconhecidas por S.S.ª Do juízo suspeito e parcial de S.S.ª sobre as virtudes guerreiras de José Plácido de Castro e seus companheiros eu apelo para o dos Coronéis bolivianos Rosendo Rojas e Lino Romero por eles batidos no Acre.

Manaus, 21.10.1903.

Domingos Alves Pereira de Queiroz (JQV, n° 187)

Quo Vadis?, n° 239

Manaus, AM – Sábado, 19.12.1903

No País da Miséria – Catão ou Tartufo

Seção Livre

Terminou, afinal, o Sr. Tenente Alípio Bandeira a série de artigos com a sugestiva epígrafe – No País da Miséria – com os quais pretendeu exibir-se perante a sociedade amazonense, que o não conhecia, e, sem resultado, felizmente, macular a reputação de Plácido de Castro.

Venho hoje, de uma só vez, dizer quem é esse sr. Alípio Bandeira e destruir as suas calúnias infamantes contra o heroico chefe acreano.

Certo estou de que, se o Ten Alípio Bandeira refletisse um só momento, não viria atacar a Plácido

de Castro em matéria de moralidade porquanto, diz o rifão ([62]): "*quem tem telhado de vidro...*" ou por outra, quem só amasia com a legítima mulher de um pobre camarada, a quem devia respeitar, além do mais, pela sua posição do superior hierárquico do marido vilipendiado, não pode piar... piar, sequer, Sr. Tenente, tratando-se de moralidade; tanto mais quando, conscientemente, lançava uma calúnia.

Sobre a questão do dinheiro, fez bem o sr. Tenente de tratá-lo de leve, passando como gato por brasas, sem referência seria, que mereça resposta; por isso limito-me a chamar a sua atenção para o relatório publicado pelo Cel Rodrigo do Carvalho, da receita arrecadada pela Revolução e das despesas efetuadas, do qual lhe remeterei para Óbidos um exemplar na primeira oportunidade, e para um balancete que publiquei no Amazonas, em julho próximo passado.

Fez bem, repito, em não ir a fundo contra Plácido de Castro, neste assunto, porque S.S.ª que tanto bisbilhotou da sua vida, deve ter ficado sabendo que o dinheiro da Revolução Acreana só passou pelas mãos do Coronel Rodrigo de Carvalho e pelas do signatário deste artigo, na sua qualidade de Procurador de Plácido e, mesmo porque, recordando o prolóquio ([63]) já citado, eu poderia contar certa história que motivou tornar-se antipático a seus camaradas; lembra-se?

Sobre depredações, a que aludiu insidiosamente e perfeitamente conhecedor de que nenhuma houve praticada ou autorizada por Plácido de Castro, pois os gêneros necessários à alimentação das suas tropas foram adquiridos por compra, mediante a borracha que os chefes acreanos, proprietários de seringais, subscreveram, ou por meio do requisições

---

[62] Rifão: adágio.
[63] Prolóquio: adágio.

assinadas por quem de direito, sob o compromisso, em parte, grande parte já satisfeito, de serem pagos com o produto dos impostos de importação e exportação arrecadados pela Revolução, cumpre lembrar ao Sr. Ten Alípio Bandeira que, uma Revolução, pela sua natureza própria, só dispõe dos elementos que o local lhe oferece, e que, se alguns abusos houve, foram severamente punidos, como S.S.ª não ignora e só de má fé ocultou em seus artigos verrinas ([64]).

Terminada a questão, a exemplo do que já se fez com a publicação do Relatório acima referido e do balancete, o Cel Plácido de Castro, fará publicar tudo quanto houver referente a assunto do dinheiro, escrupuloso como sempre se tem patenteado por idiossincrasia própria. Disse S.S.ª que, à luz da estratégia e da tática modernas iria analisar, etc. mas não cumpriu a sua promessa. Porque? Seria muito mais bonito que o fizesse. Em vez das "*estratégias*" anunciadas com tanta ênfase; desembestou por um acervo de calúnias, que só demonstram a sua leviandade, ignorância, ou perversidade.

É porventura, suportável que um Tenente qualquer, sem nenhum título a recomendá-lo, se arrogue no direito de chamar covardes aos acreanos que se bateram pela independência do Acre? Pois não chega até à petulância querer pôr em dúvida a bravura de Plácido de Castro? Ora, sr. Alípio Bandeira...

Os acreanos tem os seus padrões de glórias e de valor atestados por fatos recentes, que ninguém ignora, apenas S.S.ª finge desconhecê-los; e Plácido de Castro tem, além do que fez no Acre, para a sua reputação de bravura, dois anos de campanha no Rio Grande do Sul.

---

[64] Verrinas: de crítica exacerbada.

Envio-o, entre outros, ao livro que o doutor Ângelo Dourado ([65]) publicou sob, o título – "*Os Voluntários do Martírio*", – donde poderá tirar elementos para julgar com acerto a José Plácido de Castro, a alma, o coração e o braço da Revolução do Acre. E S.S.ª o que nos pode apresentar como atestado do seu valor militar? Certamente não virá dizer que escondeu vergonhosamente na Escola Militar do Ceará, por ocasião da deposição do inesquecível e bravo General José Clarindo de Queiroz.

Pouco falta para patentear que os seus artigos, miseráveis de verdade, de imaginação e de coerência, como o título que os encima, nada valem, nem mesmo como defesa ao Exm°. Sr. General Olympio da Silveira, que, estou certo, dispensar-lhe-ia de bom grado. S.S.ª não deve ter esquecido ainda dois relatórios que apresentou, dos quais fez alarde, lendo-os a muitas pessoas, exibindo-os como "*grandíloquos produtos*" da sua genial cerebração ([66]). Pois bem, lembra-se do que escreveu sobre o Major Sallinas no primeiro?

Chamou-o de transviado e outras coisas ainda mais belas, arrastou o seu nome pelas ruas da amargura, com a mesma simplicidade ou "*sans façon*" ([67]) com que agora assaca calúnias sobre os acreanos e, principalmente, sobre Plácido do Castro, o alvo predileto das suas diatribes! No segundo relatório dizia já que o Major Sallinas era o único homem de valor real no Acre! Nega a incoerência destes seus dizeres? Faltar-lhe-á o senso moral a esse ponto? Como explica a duplicidade do juízo sobre o mesmo indivíduo em tão curto espaço de tempo?

---

[65] Ângelo Cardoso Dourado: médico baiano radicado em Bagé, RS, que participou, como Plácido de Castro, da Revolução Federalista, que eclodiu, em 1893, no Sul do país.

[66] Cerebração: atividade intelectual.

[67] "*Sans façon*": sem cerimônia.

Não percamos ainda a esperança do ver Plácido de Castro endeusado pelo Sr. 2° Tenente Alípio Bandeira...

Porque S.S.ª não declara pelos jornais, como fez no Acre, que, se não tivesse família no Brasil, se bandearia para a Bolívia?

Porque, não confessa que a sua indignação contra os habitantes do "*País da Miséria*" provem de não ter podido realizar os seus sonhos de riqueza?

Ora, Sr. Tenente Alípio Bandeira, tome mais cuidado nos seus dizeres; seja mais criterioso, que tem obrigação de o ser; lembre-se que veste e que merece mais respeito de sua parte a farda do glorioso Exército Brasileiro.

Antes S.S.ª se ocupasse em escrever alguma coisa sobre a forma do abastecimento ao nosso Exército em campanha, demonstrada, como ficou, ser a atual deficientíssima, ou sobre a sua artilharia; mas, parece, para estes problemas de imediato interesse da sua classe, S.S.ª não tem embocadura, nem competência.

Repito, ao terminar, a pergunta com que epigrafo estas linhas, escritas espontaneamente em defesa daqueles que, sem poderem prever o desfecho da luta, a ela se expuseram para reintegrar o solo da Pátria, conspurcado pelo estrangeiro: Catão ([68]) ou Cartufo ([69])?

Manaus, 17 de dezembro de 1903.

Domingos Alves Pereira de Queiroz (JQV, n° 239)

---

[68] Marco Pórcio Catão Uticense: político romano célebre pela sua inflexibilidade e integridade moral.

[69] Tartufo: personagem de Molière que encarna um hipócrita e dissimulado devoto.

Jornal Comércio do Amazonas, n° 002
Manaus, AM – Segunda-feira, 04.01.1904

Plácido de Castro

A "*Revista da Semana*" acaba de publicar o mais recente e belíssimo retrato do intrépido chefe dos Acreanos. Das suas raras qualidades militares de comando, da exemplar disciplina em que sabe manter as suas tropas, têm falado ou escrito com louvor soldados da maior competência, que conheceram de perto o heroico rio-grandense, como são os Generais Henrique Valladares e Pinheiro Machado, os Coronéis Siqueira de Menezes, Salles Torres Homem e Cunha Mattos, o Major Gomes de Castro e outros que poderíamos citar. Ainda há dias, um dos mais considerados oficiais superiores do Exército Brasileiro, portador de um nome ilustre, publicava o seguinte em artigo assinado "*Um Soldado*":

> [...] Também não poderíamos, se sucedesse o contrário, deixar de repelir devidamente quaisquer doestos ([70]) que fossem lançados à reputação do brilhante chefe da Revolução Acreana, Cel Plácido de Castro, que em plena mocidade tem revelado, como acontece às individualidades extraordinárias, um admirável tino militar, político e administrativo.

O Major Gomes de Castro, em relatório de 1° de maio, escreveu:

> Ao meio dia de 25 de abril, fiz a minha entrada em "*Gironda*", sendo recebido por Plácido de Castro com a gentileza e a camaradagem que lhe são peculiares. Imediatamente, fiz-lhe entrega da vossa carta e dei-lhe ciência das instruções que lhe enviastes.

[70] Doestos: injúrias.

Só então o Chefe Acreano teve conhecimento do acordo diplomático de 21 de março. É dever de justiça declarar-vos o modo cavalheiresco peio qual o Chefe Acreano deu-se pressa em cumprir as deliberações do nosso governo. Com as próprias mãos, Plácido preparou a bandeira branca, o símbolo sagrado da paz, que foi mandado arvorar imediatamente na posição acreana, confronte à trincheira boliviana de Porto Rico.

Ao comandante dessa trincheira enviou ele um cartão comunicando a suspensão das hostilidades por efeito do convênio preliminar e a aproximação de um oficial do nosso Exército com o ofício do General brasileiro, propondo conferência parlamentar...

O Quartel General de Plácido de Castro pouco distante daquele em que fica o Vice-Consulado alemão, assinalado pela respectiva bandeira.

Afim de evitar os desastrosos efeitos do sítio, agravados pela circundação ([71]) do Campo pelas matas, Plácido de Castro, ao invés de colocar a sua gente num mesmo ponto aplica a engenhosa tática de distribuí-la em pequenos grupos em torno do Quartel General, abrigados pelas matas, em tapiris e outros meios de bivacamento ([72]).

A segurança de seu campo é completa, devido a um meticuloso serviço de vigilância. De "*Gironda*", por "*Bela Flor*", até pouco acima de Porto Rico, onde o Orton faz uma imensa volta, se estendem as linhas acreanas, tolhendo completamente o passo ao inimigo. Tendo seguido a marchas forçadas, Plácido de Castro estava reduzido a alimentar suas tropas com milho torrado, enquanto esperava pelos comboios de mantimentos que daqui ["*Boa Fé*"] irão partir. (JDC, n° 002)

---

[71] Circundação: ação ou resultado de circundar; cercamento.
[72] Bivaque: acampamento ao ar livre.

Jornal Comércio do Amazonas, n° 017

Manaus, AM – Quinta-feira, 21.01.1904

Ineditoriais – O Acre

Vergastemos as impudentes faces do
caluniador soez com "o látego da verdade" ([73])
Audax omnia perpeti, gens humana
ruit per vetitum nefas. ([74])

O descaroável ([75]) e trêfego ([76]) Alípio Bandeira, 2° Tenente de artilharia, pago pelo Governo com o suor do povo, para nas fronteiras da Pátria, defender a integridade do solo nacional, não cumpre seu dever; transforma-se em lacaio e em salão da caserna dá a mais evidente prova de sua indisciplina, atacando o Governo, desmoralizando o Exército, a que pertence, e, mais que isto, infamando sua Pátria perante o mundo inteiro, nas pessoas de seus irmãos, os mártires acreanos.

Destes nem o lar doméstico foi respeitado, pois que pelos monturos, onde soe escabujar ([77]), o degenerado arrastou a honra das famílias acreanas e a honorabilidade de seus chefes.

---

[73] Ratifica-nos, mais tarde, Bazílio Telles no artigo "*A Questão Religiosa*" transcrito na Revista Católica Mensal, em 01.01.1914 – "*Em vão alguns prosélitos tem querido cingir a auréola de sábios autênticos; o esbravejar da crítica desnuda-os, o látego da verdade fustiga-os e desprestigia-os*".

[74] Horácio, Odes, Livro I, 3, 26 – "*a raça humana, na sua cega ousadia, tudo suporta, sendo até capaz de cometer sacrilégios para atingir seus objetivos*".

[75] Descaroável: desagradável.

[76] Trêfego: ardiloso.

[77] Escabujar: estrebuchar.

Ingratamente assim paga este dementado ([78]) o lisonjeiro acolhimento e os benefícios que recebeu daqueles que em tão má hora dispensaram atenções a quem tão indigno é de entrar em casa de família.

> Com extrema vileza tenta ridicularizar a gloriosa Revolução acreana e prenhe de feroz despeito e de injustificável despeito, atira-se contra os heróis do Acre. Em linguagem de arrieiro ([79]), ou melhor, de alcouce ([80]), busca, baldadamente, macular a honra e marear a glória do prestigioso e denodado chefe Plácido de Castro. [...]

O Ten Alípio, que, pela arrogância, provavelmente, pertence à plêiade "*ilustre*" dos degoladores ([81]), receberá, mais tarde, perante os tribunais o preço de, tanta "*galhardia*", e ficará sabendo que os acreanos não são jagunços. Enganou-se, inteiramente, Ten Alípio Bandeira, os acreanos já tendo dado robustas provas de que não temem fanfarronadas, nem correm de caretas de bicho, lhe respondem que se defenderão em toda altura, fazendo-o sair corrido desta questão que tão despojadamente provocou.

---

[78] Dementado: demente, louco, imbecil.

[79] Arrieiro: malcriado.

[80] Alcouce: bordel.

[81] Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. [...] Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça e esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido. Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. [...] Antes, no amanhecer daquele dia, comissão adrede escolhida descobrira o cadáver de Antônio Conselheiro. [...] Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita – e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma espada jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles "*triunfadores*". (Os Sertões – CUNHA, 1905)

O leitor certamente desculpará a rudeza de frases e termos, porque a brutalidade da ofensa plenamente justifica a energia da defesa.

É preciso dizer alguma coisa que provoque a manifestação da vergonha em termos que produza o efeito do ferro em brasa chiando nas faces lívidas do caluniador audaz. O Tenente Alípio tem, com certeza, "*as costas quentes*" ([82]), [o que pouco ou nada importa], e quem lhe pague os artigos, o que bem se compreende porque o soldo de Tenente não dá para fazer bernardices ([83]) de légua e meia, vomitadas nos jornais, nem de seu primitivo ofício de ourives guardou reservas, porquanto se este fosse tão próspero, [atenta sua grande ambição] não o teria abandonado para ser soldado.

Ninguém julgue certas minudências questão de pouca monta, é preciso esmiuçar, dissecar este aborto, fibra por fibra, para e conhecer-se a natureza do monstro; além disto, toda defesa é justa contra inimigo tão desleal.

Esta afronta feita aos acreanos, como os prejuízos que temos sofrido, tudo devemos a, indébita e grandemente nociva intervenção do General Olympio da Silveira em assuntos somente afetos aos acreanos. Esta questão já teria sido posta em "*pratos limpos*", se não devêssemos atender a "certas *conveniências*", sendo o principal motivo porque nos calamos à promessa feita ao Coronel Plácido por personagem altamente colocada e comprometida, de que não se tocaria na questão.

---

[82] "*As costas quentes*": protegido de seus superiores hierárquicos.

[83] Bernardices: disparates. Os frades Bernardos eram tidos como homens pouco ilustrados. Talvez dessa circunstância se derivasse a palavra – bernardice – para significar tolice (Contos Tradicionais do Algarve, 1905).

Entretanto o Ten Alípio, sem atender a conveniência alguma, por má índole e para se vingar de sua sorte e da incômoda viagem ao Acre, sem ver satisfeita a sua desmedida ambição, vem, de modo insolente provocar a questão nas barbas do Delegado do Governo, desabridamente os acreanos atacando e expondo-os aos olhos do mundo como um povo infame! É demais!!!

Fique bem gravada na memória de todos isto: não fomos nós que provocamos esta questão que vai causar grandes desgostos e dar pasto a muitas almas ruins amantes de escândalos: temos tudo sofrido e tolerado a fim de não serem conhecidos certas fatos altamente comprometedores dos créditos de personagens que não pertencem à comunidade dos acreanos. *Alea jacta est ([84]).*

Aceitamos a provocação do Ten Alípio e discutiremos tudo, tudo virá à luz. Ainda chegamos a tempo.

O Cel Plácido, brevemente irá perante, os tribunais e perante o país defender a sua honra, vilmente ultrajada e a causa pela qual tão nobremente se bateu: para isto não poupará esforços e lançará mão de todos os meios, até da publicação [se tanto for necessário] de documentos de suma importância, os quais deveriam ficar em eterno olvido.

Além de um protesto comum, serão publicados diversos protestos individuais, pelos quais se poderá avaliar a indignação que em todo o Acre causaram os ultrajes feitos às famílias acreanas pelo caluniador 2° Tenente de artilharia Alípio Bandeira. Em uma série de artigos que tenciono publicar, provando quanto fica dito, farei uma apreciação sobre os monstros dados ([85]) à luz pelo caluniador 2° Tenente Alípio e

---

[84] Alea jacta est: A sorte está lançada.
[85] Os monstros dados: as monstruosidades dadas.

lhe transmitirei os agradecimentos dos generosos acreanos, que juram vencer esta indecorosa campanha de descrédito com mais facilidade que a contra os bárbaros bolivianos.

"As obras de um homem são o espelho de sua alma". Esta insólita arremetida contra os que tanto o obsequiaram dá, não somente a medida exata do caráter do 2° Tenente de artilharia Alípio Bandeira, mas também a mais triste cópia de sua educação, mostra sua completa falta de escrúpulos, extrema pobreza de senso comum, absoluta míngua de critério e supina ([86]) ignorância.

Fou de tête écorné, Aussi sage à trente ans
que le jour qu'il est né. ([87])

Dr. Baptista de Moraes, Coronel chefe do serviço médico do Exército acreano. (JCA, n° 017)

Jornal Comércio do Amazonas, n° 024
Manaus, AM – Sexta-feira, 29.01.1904

O Acre

Escreve-nos o nosso companheiro Dr. Gentil Norberto:

Resposta ao 2° Tenente Alípio Bandeira

Em breve farei publicar a minha defesa das infames acusações que me fez o 2° Ten Alípio, pelo jornal "*Quo Vadis?*" desta capital.

[86] Supina: alto grau de.
[87] Louco da cabeça, tão sábio aos trinta anos como no dia em que nasceu. (Le Roi s'amuse – Victor-Marie Hugo, 1832).

Entretanto para desenganar algumas pessoas que ainda acreditam na honestidade e seriedade de Alípio transcrevo abaixo tópicos dos dois relatórios apresentados ao Gen Olympio e Cel Cunha Mattos pelo pretensioso farsante.

O fato passou-se assim: por ordem do General Olympio e depois de nossa descida do Acre seguiu Alípio para o "*Xapuri*" com o fim de prender o Major Sallinas, aliás um dos nossos mais esforçados companheiros e fazer um inquérito rigoroso sobre as acusações de que era alvo aquele oficial. Alípio inicia o inquérito e todas as testemunhas são unânimes a favor de Sallinas, não obstante o positivista Alípio escreve o primeiro relatório com a data de 03.08.1904. Alípio desce trazendo Sallinas preso. Em caminho sabe que o Gen Olympio baixara, passando o Governo a Cunha Mattos. Alípio que supõe ser Cunha Mattos amigo dos revolucionários solta imediatamente Sallinas e zás ([88]) escreve o 2° relatório com a data de 13.08.1903. Diferença de datas – dez dias.

1° Relatório apresentado ao General Olympio da Silveira pelo 2° Ten Alípio Bandeira em 03.08.1903.

> Examinando-se o presente inquérito verifica-se que [...] Inteligência sofrivelmente lúcida, espírito aventureiro e algo enérgico, tendo fugido do lar paterno e da Pátria aos 13 anos de idade, percorrendo desde então até hoje vários países em que se ocupou de profissões várias, não seria de admirar que Sallinas transigisse um pouco em questões de honestidade e de honra, sobretudo atendendo-se a insuficiente educação doméstica que recebeu, o que resulta do abandono que fez da família em tão verdes anos.

[88] Zás: rapidamente.

> Entretanto nenhuma das culpas ficou provada neste inquérito...

2° Relatório apresentado ao Cel Cunha Mattos em 13.08.1903 pelo 2° Ten Alípio Bandeira, inspetor policial do Território do Acre...

> Salinas ([89]) que é incontestavelmente o homem de maior valor, de maior capacidade e de melhores sentimentos que andou pela chamada Revolução Acreana, certo da constante regularidade do seu procedimento, acompanhou-me até Iracema, onde ficou tratando de negócios [...] Ouvi, em suma, um queixume geral mesmo entre os ex-chefes da Revolta no Alto Acre. Só de Sallinas ouvi faltar sempre bem, na choupana ou nos barracões, entre soldados Acreanos, entre trabalhadores, e entre patrões.

Eis o que é o Ten Alípio Bandeira, retratado pelas suas próprias palavras. Estes dois relatórios foram remetidos pelo Coronel Cunha Mattos ([90]) ao Coronel Plácido de Castro por se tratarem de um oficial da Revolução Acreana e este Coronel deu-me a cópia que ora publico.

Manaus; 28 de Janeiro de 1904.

Gentil Norberto. (JCA, n° 024)

---

[89] Repercutido anteriormente no Jornal "*Quo Vadis?*" – n° 239, de Sábado, do dia 19 de dezembro de 1903, na "*Seção Livre*" sob o título sugestivo de "*Catão ou Tartufo*".

[90] Plácido de Castro vive em plena harmonia de vistas com o Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos. No mais perfeito entendimento – diga-se mesmo: em visível camaradagem – aguardam o desenrolar dos acontecimentos diplomáticos na capital do país. (LIMA)

Jornal Comércio do Amazonas, n° 032
Manaus, AM – Domingo, 07.02.1904

Resposta ao Tenente Alípio Bandeira

Caluniai, caluniai, porque da calúnia
sempre fica alguma coisa ([91]).

Foram estas as palavras que serviram de inspiração ao Tenente Alípio Bandeira para escrever no Jornal "*Quo Vadis*" desta capital uma série de artigos, cada qual o mais infame e indigno, contra tudo e contra todos do Acre. Homens e coisas, até as próprias mulheres, nada escapou à sua bílis venenosa de nulo ([92]) ardendo em desejos de aparecer, de ver o seu nome escrito em letras redondas nos jornais diários. O ilustre clínico Dr. Batista de Moraes está dissecando pelo "*Amazonas*" esse cadáver moral; com o bisturi da verdade, sem temor ou tibieza, rasgando as carnes aqui e ali, vai mostrando ao público admirado as podridões do Alípio. O público que me perdoe algumas expressões enérgicas de que venha a me utilizar no decurso destas linhas. Mas nós fomos caluniados, fomos dolorosamente feridos em nessa honra individual por este novo "*Apulcro de Castro*" ([93]) que, aproveitando-se da nossa ausência [nem

[91] Frase de Pierre-Augustin Caron de Beaumarchais em "*O Barbeiro de Sevilha*".

[92] Nulo: fracassado.

[93] Apulcro de Castro: Foi em 1884, no Rio de Janeiro. Um jornalista, ou melhor, um "*alucinado*", criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na Corte do antigo império; e tendo respingado sobre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam todas as classes, do último cidadão ao monarca, foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, a justiça fulminante e desesperadora do linchamento. (CUNHA, 1905)

esta atenuante o caluniador tem] vazou contra nós toda a peçonhenta bílis que o despeito e a inveja tinham acumulado em sua alma ferina.

Caluniou Alípio um povo nobre e generoso, caluniou uma Revolução gloriosa que acaba de integrar a Pátria brasileira, caluniou indefesas mulheres que tinham cometido o grande crime de tratá-lo com carinho quando o infeliz andava de barracão em barracão mendigando uma hospitalidade que nunca lhe foi negada.

Prostitutas! Eis generosas cearenses como Alípio pagou os vossos desvelos. Mas estais vingadas! O mísero afogou-se na lama que quis lançar contra vós. Covarde – o povo acreano, diz Alípio em seus pasquins. Mas não sabe ou finge ignorar Alípio que o povo acreano é composto em sua quase totalidade de cearenses [95%] e que chamando aquele de covarde atira a mesma pecha a estes.

Lança a tua vista sobre o grande mapa do Amazonas e Pará e verás por toda parte gigantes evidentes de uma luta titânica entre o homem e a natureza, verás nas margens dos grandes Rios e dos pequenos Igarapés os marcos miliários formados pelas cruzes implantadas sobre as sepulturas dos que tombaram; e estas são milhares e milhares!

Dize Alípio, se um povo que com tanto heroísmo afronta a morte em procura de trabalho honrado merece a pecha de covarde que tu lhe lançastes! Povo indolente – continua Alípio, pega em qualquer estatística comercial e a verás: borracha exportada pelo Amazonas e Pará – vinte e seis milhões de quilos por ano, isto é, metade da produção do mundo inteiro! Será indolente, quem tanto produz? E tu deves saber: Alípio, que 95%, dos seringueiros são cearenses. Povo sem sentimento...

Quem reuniu de novo à Pátria brasileira o território do Acre que tu e outros como tu entregam à Bolívia? Foi o cearense, porque o Exército acreano era composto em sua maioria de filhos daquele heroico Estado Brasileiro. Foram eles que fizeram dos seus peitos uma muralha contra a qual nada puderam as hostes bolivianas. E um povo que assim procede é um povo sem sentimentos? Deixando de parte estas e outras diatribes de Alípio, vou entrar no verdadeiro assunto deste artigo – a minha defesa pessoal. Antes, porém, farei uma resenha dos acontecimentos que precederam a atual Revolução Acreana.

Em 1899, o sr. Paravicini, Ministro boliviano, tomou posse do Acre em nome da Bolívia, após a assinatura do Tratado Cerqueira – Paravicini. Este encontrou da parte dos brasileiros que habitavam aquela região a mais decidida má vontade contra a sua ocupação. Retirando-se por doente o sr. Paravicini deixou em seu lugar o sr. Moysés Santivañes, que estabeleceu a sua residência em Porto Alonso, hoje Porto Acre. As medidas vexatórias postas em execução pelos bolivianos, exasperaram o povo que, afinal, revoltou-se, apoderou-se de Porto Alonso, expulsando os empregados da Alfândega boliviana.

Em julho desse ano [1899], chegou ao Acre o espanhol Galvez com oito ou nove companheiros da mesma nacionalidade, os quais encontrando grande animosidade da parte do povo acreano contra o domínio boliviano, proclamaram em 14 de julho ([94]) a independência do Acre. Essa Revolução burlesca durou apenas alguns meses, terminando com a prisão do Galvez por forças enviadas pelo Governo brasileiro. A questão do Acre, até então, passara completamente desapercebida. A prisão de Galvez deu ensejos a grandes discussões na imprensa.

---

[94] Aniversário da tomada da Bastilha (14 de julho de 1789).

Publicados e discutidos os Tratados, algumas pessoas chegaram à conclusão que o Acre era, de direito, brasileiro tendo sido entregue a Bolívia por inépcia da nossa chancelaria. Formou-se, então, um pequeno partido que levantou por toda parte a campanha da reivindicação do Acre. E no princípio de 1900 subi para esse Rio a bordo do vapor "*Rio Affuá*", hoje "*Independência*". No dia de minha chegada a "*Bom Destino*", lugar de residência do cidadão Domingos Carneiro, houve uma reunião de proprietários e nela ficou resolvido proclamar de novo a Revolução.

De fato, ficou constituído o seguinte Governo: Cel Antônio de Souza Braga, Presidente, Cel Joaquim Victor, Vice-presidente, ambos importantes negociantes daquele Rio. Em setembro desse mesmo ano, a Bolívia enviou para o Acre uma Expedição de novecentos homens, todos soldados de linha, sob o comando-geral do Coronel Ismael Montes, já naquele tempo Ministro da Guerra do General Pando.

Acompanhava a expedição, na qualidade de delegado especial D. Lucio Velasco, atual Vice-presidente daquele país.

Os acreanos, ou antes o Coronel Joaquim Victor julgando não ter elementos preparados para resistir às Forças bolivianas que entraram no Acre pelo varadouro de "*Capatará*", assinou com estes um Tratado de Paz, entregando-lhes de novo o domínio do Acre. Este ato do Coronel Joaquim Victor causou grande descontentamento na população. Nessa ocasião eu estava no "*Xapuri*", e ao saber da invasão dos bolivianos desci imediatamente até a "*Boa União*" tendo conferenciado com a maioria dos proprietários. Destas conferências nasceu a nova Revolução que pôs em iminente perigo as forças bolivianas de ocupação do Acre. [...]

Os oficiais Coronel Alexandrino e Hyppólito Moreira assinaram com o Ministro da Guerra, já solto, um novo Tratado de Paz, contra o qual eu protestei em carta que dirigi a D. André Muñoz.

Ei-la:

> Exm° Sr. D. André Muñoz. – Caquetá, 11.01.1901.
>
> Pelo vapor "*Cidade do Pará*" soube de uma nova pacificação feita entre os revolucionários acreanos e os vossos soldados acampados na Boca do "*Riozinho*".
>
> Em nome dos verdadeiros revolucionários, em nome daqueles que preferem tudo à desonra, eu protesto contra a "*Pacificação do Riozinho*". O Acre é dos brasileiros que foram os seus exploradores. O Tratado de 1867, quer se considere o "*uti possidetis*", quer interpretado tecnicamente, garante ao Brasil a posse dessa região que vós ambicionais porque não tendes saída para o Pacífico. Que culpa temos nós que o Chile se tenha apoderado dos vossos portos? Infelizmente encontrastes um Ministro brasileiro ([95]) que não estando na altura do cargo que ocupava fez com a vossa Pátria um convênio em que tivestes tudo a ganhar.
>
> O povo, entretanto, teve conhecimento que o enganavam e protestou com armas na mão, defendendo os seus legítimos direitos. A pacificação de hoje nada representa de duradoura, porque não é a vontade do povo e sim a venalidade de um comandante que coloca os seus mesquinhos interesses pessoais acima da honra da sua própria Pátria. Judas continua a ter muitos prosélitos! Revolucionário convencido, eu, não posso e nem quero abandonar uma causa com a qual estou identificado.

---

[95] Olinto Máximo de Magalhães: sucedeu de Dionísio Cerqueira no cargo de Ministério das Relações Exteriores (1899-1902), no Governo de Campos Sales, atuou na pasta até o final do Governo, quando foi substituído pelo Barão do Rio Branco. Sua infeliz gestão reconheceu oficialmente a soberania boliviana sobre as terras acreanas.

> A pacificação de hoje é uma farsa, uma comédia, cujos atores o Brasil em breve conhecerá. Eu desço para Manaus e irei até o Rio de Janeiro para ver se consigo abrir os olhos do meu Governo em relação ao vosso procedimento no Acre. Deixo por enquanto as margens deste Rio, não abandono, porém, a luta. Por toda a parte hei de proclamar alto e bom som, com a convicção que dá a tranquilidade da consciência. O Acre é dos brasileiros; a Revolução é o direito dos oprimidos.
>
> [assinado] Gentil Norberto.

A Bolívia aparentemente triunfava. O delegado, de então D. André Muñoz ([96]), atual Ministro da Bolívia no Brasil, era realmente um homem honesto e bondoso, e muitas simpatias captou. Depois dele vieram outros que só trataram de enriquecer o mais depressa possível. Novos impostos foram lançados, os juízes não tinham nenhum escrúpulo em vender as causas que julgavam.

Os comandantes de navios e negociantes, desiludidos das promessas do Governo Boliviano, e que ainda não eram revolucionários, tornavam-se neutros na questão.

O Contrato Aramayo, vendendo o Acre a um Sindicato norte-americano ([97]), exasperou o povo acreano e atraiu para nós as simpatias da opinião pública do Brasil. Aproveitando este estado de coisas assinei com outros o seguinte documento:

---

[96] 19.10.1900: em "*Bagaço*" Gentil Norberto aprisiona o Vice-presidente e o Ministro da Guerra bolivianos, mas volta atrás e liberta as autoridades bolivianas.

[97] Bolivian Syndicate: Uma companhia [...] com direitos absolutos de administração fiscal e policial. Exclusividade para as iniciativas de exploração do território. Poderes para manter um Exército. E uma pequena esquadra também. Enfim, uma promissora organização no gênero das "*chartered companies*". (LIMA)

> Nós abaixo assinados, convencidos da absoluta necessidade de levantar de novo a Revolução na região acreana, com o fim de a libertar do domínio boliviano e contrário à nossa dignidade de brasileiro e aos nossos interesses comerciais, tomamos o compromisso de honra de auxiliarmos pessoalmente e em tudo que estiver ao nosso alcance qualquer movimento revolucionário que tenha em vista este "*desideratum*" ([98]). Para garantia, ao que assinamos este documento, se honra, com inteira liberdade de ação, convencidos como estamos dos nossos direitos e dos justos fins a que almejamos.
>
> Belém, 20 de março de 1902.
>
> [assinados] Gentil Norberto.
> Joaquim Alves Maia.
> José Galdino de Assis Marinho.
> Martinho Rodrigues de Souza.
> André de Albuquerque Arco-Verte.

E a junho de 1902 subi para o Acre. Pouco antes de mim, subia pela primeira vez o Cel Plácido de Castro, o qual já gozava naquela região de muita popularidade pelos elogios que faziam de sua pessoa aqueles que o conheciam.

Em reunião que houve em Caquetá, Plácido de Castro, conhecedor da "*Arte da Guerra*", pois fizera toda a campanha no Exército federalista, exercendo sempre cargos de confiança, foi aclamado pelo povo acreano comandante em chefe das Forças da Revolução que ia rebentar.

De fato, no dia 6 de agosto, no Xapuri, Plácido de Castro prendia as autoridades bolivianas e proclamava o "*Estado Independente do Acre*". No dia 24.01.1903, Porto Acre, o último baluarte dos bolivianos caia em poder dos acreanos.

---

[98] Desideratum: desejo.

A Bolívia quis tentar um último golpe. O General Pando a frente de dois mil homens marchou contra nós.

O Governo brasileiro fê-lo parar em seu caminho, bem a contragosto nosso que desejávamos experimentar as nossas Forças com as do quixotesco General.

Foi então que partiu para o Acre o Ten Alípio Bandeira. Como ele mesmo diz em seu primeiro artigo, ia com a alma repleta de "*ilusões doiradas*". Nós, porém, não podíamos satisfazer essas ilusões do "*garboso e valente*" Tenente. Revolução feita exclusivamente com o sacrifício do povo, nós os revolucionários não podíamos saciar o apetite voraz dos muitos corvos que nos cercavam.

Daí essa campanha difamatória levantada contra o Coronel Plácido e contra mim pelo Tenente Alípio Bandeira. O Coronel Plácido, descerá em breve e dará ao farsante a reposta conveniente. Limitar-me-ei, pois a rebater as acusações que me fez.

Uma delas é de ter inutilizado dezesseis soldados acreanos com castigos corporais que lhes infringi. É uma infâmia. Jamais mandei castigar corporalmente um só acreano, soldado ou seringueiro que fosse. Entretanto, aqueles que comandam forças arregimentadas sabem muito bem que é um castigo necessário para certos indivíduos refratários a qualquer outro.

A imprensa registra fatos dessa ordem todos os dias, que nos corpos do Exército, quer nos navios da armada. O Governo fecha os olhos porque sabe que os proibindo a indisciplina brotará por toda a parte. Não ordenei nunca tal castigo porque felizmente não tive necessidade de aplicá-lo para a disciplina. [...]

Os fatos de "*Boa Fé*" foram miseravelmente deturpados pelo "*valente*" Tenente. Eu não fui preso pelo Major Carneiro. O General Olympio prendeu-me à frente de sua oficialidade armada no dia em que chegou a "*Boa Fé*".

Dois dias depois soltou-me e convidou-me para tomar conta das mercadorias da Revolução no valor superior a 700 contos de réis. Agradeci o convite do General e escusei-me porque era solidário com o Coronel Plácido de Castro. A fábula do velho de 70 anos amarrado por mim é uma invenção do caluniador Tenente Alípio Bandeira.

Considerações de ordem elevada impedem-me de contar detalhadamente os fatos que se passaram em "*Boa Fé*". Só um irresponsável como Alípio Bandeira não compreende estas coisas. Com o intuito perverso de fazer recair sobre a minha honestidade suspeitas desairosas publicou o bilioso Tenente uma ordem minha mandando apreender dois mil quilos de borracha no Barracão "*Mucuripe*".

O fato passou assim: tendo falecido o proprietário de "*Mucuripe*", o sr. Borges, deixou uma declaração escrita dizendo que no terreiro do seu barracão existiam dois mil quilos de borracha pertencentes a D. Conceição de tal, mulher com quem vivia há muitos anos e que lhe serviu até os últimos momentos de enfermeira desvelada.

A pessoa que ficou encarregada dos negócios do falecido recusou entregar a borracha à pobre mulher. Esta apela para o Coronel Plácido de Castro o qual, como era de justiça, manda entregar a borracha a quem de direito. Eis a origem da ordem que dei.

Conceição de tal deve residir hoje em Belém ou Cametá.

> A borracha foi embarcada por ela e em nome dela a bordo do vapor "*Arinos*", cujo comandante pode dizer se é verdade ou não o que afirmo. Chama-me o Ten Alípio de D. Juan.

Com tua licença, Tenente! Pois tu, que vives amasiado com a mulher de um dos teus subalternos, podes chamar alguém de D. Juan? É irrisório, não é?

Eis a que ficaram reduzidas as infames acusações do Tenente Alípio Bandeira. Nada provou do que disse. Conseguiu, entretanto, o seu fim – tornar conhecido o seu nome.

Alípio Bandeira é hoje tido e havido como o último dos caluniadores; é uma triste glória, em todo o caso sempre é uma glória. Eu poderia publicar cartas de negociantes e passivas de todo o crédito para provar o que mas, para que? Os fatos são demasiadamente conhecidos. [...] (JAC, n° 32)

Jornal Comércio do Amazonas, n° 063

Manaus, AM – Domingo, 13.03.1904

Contra um Farsante

O Dr. Gentil Norberto pede-nos a publicação do seguinte em resposta ao artigo do Sr. Alípio Bandeira:

De novo voltou o farsante Alípio Bandeira pelas colunas da "*Folha do Norte*" com um artigo onde, a par de muitas asneiras, reeditou a série de calúnias que tornaram o seu nome [dele Alípio] conhecido e decantado em toda a Amazônia. Não se defendeu o pretensioso Tenente das graves acusações que lhe fiz. Não citou, sequer, um "*documento em seu favor*", uma só "*testemunha*" que viesse confirmar os seus infames dizeres. Caíram por terra todas as suas mentiras, e aqueles que compraram as descomposturas do Alípio devem estar amargamente arrependidos.

Alípio – o fujão, Alípio – o covarde, com poucos dias estarás na Capital Federal, rindo gozando o dinheiro dos tolos que tiveram a ingenuidade de comprá-lo para descompor os chefes acreanos e suas famílias, como se a palavra de um tipo sem caráter, como Alípio, pudesse influir na opinião pública. É admirável a fatuidade ([99]) deste tolo pretensioso, positivista manqué ([100]).

Querendo fazer espírito e dar noções de erudição barata, Alípio atira contra os "*coronéis acreanos*" algumas palavras desairosas, filhas do despeito e da inveja que nutre deles.

Os "*coronéis acreanos*", saiba o Ten Alípio, tinham sob suas ordens mil e tantos soldados, dispunham, na ocasião, de mais elementos que as Forças Federais, e foram tacitamente reconhecidos pelos governos do Brasil e da Bolívia em virtude do convênio assinado em La Paz, e mais de que tudo isso, foram eles, exclusivamente eles, com os seus bravos companheiros, que integraram a Pátria brasileira, que restituíram aos vinte mil brasileiros que residem no Território do Acre as leis e a bandeira que tinham perdido com a anuência criminosa dos poderes públicos.

E o que representa Alípio Bandeira? Nada na ordem das coisas! Daí o feroz despeito do detrator das famílias acreanas. Alípio é um covarde, disse. Com efeito, aproveitando a nossa ausência de Manaus, escreveu uma série de artigos, que o público desta cidade conhece, contra as famílias acreanas, de quem tinha recebido carinhoso agasalho no Acre, e contra os acreanos, a quem pedia instantemente as demarcações dos seringais, pois as "*ilusões*

[99] Fatuidade: empáfia.
[100] Manqué: fracassado.

douradas” de que fala em sua primeira carta, nunca o abandonaram.

Ao termos conhecimento, “*três meses depois*”, das infâmias de que éramos vítimas, descemos imediatamente para Manaus e começamos a provar pela imprensa desta cidade, a falsidade das alegações do biltre ([101]) Alípio Bandeira, que ainda ali se achava.

Em uma ocasião azada para sustentar as suas acusações. Pois bem, não fugiu nem mugiu, apesar de alguns artigos atacarem com provas a sua honra de militar.

Já nas vésperas de partir para o Rio, Alípio embarcou no vapor “*Maranhão*” que por aqui passou para o Sul em 20 deste mês, escreveu o artigo que foi publicado na imprensa de Manaus, quando eu ali já não estava, e reproduzido na Folha do Norte.

Entretanto, o meu artigo, atacando Alípio, foi publicado em Manaus no dia 28 do mês passado.

Esperei “*doze dias*” pela resposta e como ele não aparecesse vim ter ao Pará: onde me chamavam negócios particulares. Alípio, como está provado, fugia de ter uma discussão direta comigo.

Diz Alípio que se quisesse ir ao Acre obteria, como nós, assinaturas em seu favor. Por que não experimentou? Continuo, como tenho feito até agora, a opor às palavras de um biltre, documentos firmados por pessoas conceituadas.

Belém, 29 de fevereiro de 1904 – Jornal do Comércio.

---

[101] Biltre: infame.

Eis os documentos:

Acampamento da Força Federal de ocupação da região Setentrional do Acre na "*Empresa*", 14.09.1903

Ilustre am°. Sr. Coronel Dr. Gentil Norberto

Antes de tudo, tenho como sempre a satisfação de cumprimentá-lo.

De posse de vosso precioso favor ([102]), expedido do Xapuri em data de 7 do corrente e em que o amigo me felicita pela solução a que chegou o grande patriota Rio Branco, com relação ao Acre, eu, possuído de grande: contentamento, por tão monumental, quanto desejado acontecimento, retribuo ao amigo as felicitações que me enviou: e, valendo-me da oportunidade, peço ao amigo aceitar e também ao Sr. Coronel Plácido e demais chefes acreanos, a quem o Brasil deve a reivindicação do seu direito à posse da região do Acre, as minhas sincera congratulações, pelo referido acontecimento e com elas um abraço como selo aos protestos de confraternização, amizade e muita consideração dispensados reciprocamente por pessoas dos nossos sentimentos que colocam o engrandecimento e glória da Pátria acima de tudo quanto é dado imaginar-se.

Agora que o caminho necessário ao progresso da região acreana está desbravado, nas condições de ser a referida zona administrada colam felicidade para o administrador e seus auxiliares e, conseguintemente, para bem da União, que imenso necessita da mais vigorosa fiscalização na arrecadação das rendas públicas, resta-me a mim que sou um descrente, fazer votos para o que o Governo se inspire exemplarmente, dando "*a César o que é de César*"

[102] Favor: bilhete.

pertencer aproveitando nos altos cargos da administração os amigos Sres. Plácido e Gentil que tudo fizeram pela integridade da Pátria, que afinal venceu devido ao não pouco sangue derramado pelos amigos e seus comandados, que, além disso, são credores de toda estima, admiração e consideração pelo muito que sofreram sob os rigores da peste, da fome e, até, de indébitas humilhações, filhas da mais hedionda ingratidão, sem que, entretanto, houvessem articulado um queixume sequer, dado a conhecer o muito desalento que decididamente lhes invadiu a alma de verdadeiros patriotas.

Já tendo amolado por demais, fazendo ponto, abraçando ao amigo e pedindo-lhe para transmitir meus cumprimentos e um abraço aos Sres. Coronéis Plácido e Alexandrino Alencar.

Do amigo, amigo certo e afetuoso criado Cypriano Alcides. [...]

Ilm° Sr. Dr. Gentil Norberto.

Respondo o seu prezado favor de hoje.

O juízo que o sr. Coronel Cunha Mattos expendeu com relação aos dois relatórios do Tenente Alípio Bandeira, de que fala a sua carta foi o mais desfavorável ao dito oficial, por isso que ali estava bem caracterizada a sua desorientação, documentos inteiramente contraditórios entre si, e que portanto, a contradita que fez o Dr. às asserções, dos ditos documentos oficiais foi a pura expressão da verdade.

Desta minha resposta podereis fazer o uso que vos convier.

Amg. e crd. obrg. Ananias Reis.

Belém, 29.02.1904 [...] (JCA, n° 063)

Encerramos este capítulo com um texto, do autor José Francisco de Araújo Lima, na sua obra "*Amazônia – a Terra e o Homem*", que resume fielmente a aurora e o ocaso desta estrela fulgurante da nacionalidade que foi Plácido de Castro:

> A ação militar dos Batalhões de Voluntários patriotas, que combateram os bolivianos no Acre e os peruanos no Alto Purus, caldeou uma alma heroica, brava e audaz, que galvanizou na história Pátria uma das mais inequívocas expressões de coragem cívica e de capacidade para a luta.
>
> E esse estado de espírito expurgou, defecou a alma daquela gente de todos os intuitos malsãos, de todos os instintos ferozes, de todos os estigmas aviltantes, que uma ancestralidade criminosa lhes houvesse por ventura infiltrado no ser moral.
>
> Os hábitos guerreiros, incrementados pela reação contra a ocupação e as invasões estrangeiras, poderiam ter deixado o fermento do caudilhismo ou, pior, do cangaceirismo, nos costumes das populações do Alto Amazonas. Nada mais propício do que o meio físico para cumpliciar-se nos assaltos e nas correrias; a mata é um intrincado labirinto em cujas malhas estreitas se ocultam e disfarçam as feras e os homens; os rios correm aceleradas milhas a favorecerem a fuga precípite ([103]); os furos, os sacados, os atalhos, são pousos e esconderijos estratégicos para as tocaias e as emboscadas.

[103] Precípite: veloz.

Ali não há as estradas nem as encruzilhadas forçadas; há sim o emaranhado protetor da floresta, em cujo tecido o homem se refugia e se segrega, escapando à caça e à batida. Planta exótica, estiolou-se no seu novo habitat aquela bravura selvagem, incidentemente criminosa, que faz o chamado heroísmo dos bandidos. E daquele tronco, por fenômeno de transmutação psicológica, brotou uma floração sadia e opulenta de patriotismo reivindicador. A valentia, adormecida na latência de um atavismo recalcado, exercitou-se em sã bravura e despertou sob a forma de heroísmo autêntico, patriótico e restaurador da soberania nacional.

A tendência ao cangaceirismo foi contrariada, regenerada pelo salutar ambiente de labor indefesso, na luta e na paz. Também não vingou ali a semente do caudilhismo. Veiculado na energia dominadora de Plácido de Castro, o levedo do caudilhismo transporta-se das planícies enxutas dos Pampas para as planícies encharcadas da Bacia Amazônica; mas só fermenta no ardor bélico de Plácido de Castro, que tinha dentro em si a chama ardente a iluminar a alma coletiva, a inflamar aqueles corações túmidos de brio rubro e nacionalista, de patriotas que, desde 1899 com Luiz Galvez, aspiravam à liberdade da região, conclamavam os brasileiros contra o descaso da nossa chancelaria e repeliam a ocupação estrangeira e a afronta à soberania pátria, sonhando com a fantasia da República do Acre.

Guião ([104]) sereno, arguto e estrategista, Plácido de Castro dominou aqueles falangiários ardorosos, no sentido de uma melhor tática de guerra, e denodadamente levou-os à vitória.

---

[104] Guião: estandarte.

Coroada a sua obra por um feito que dilatou a glória diplomática do nome de Rio Branco, o herói-guerreiro sentiu o ambiente muito mais propício ao trabalho do que à luta, trocou o fuzil pelo teodolito e aventurou-se à conquista pacífica das terras, onde avaramente se escondiam os mananciais, os filões de ouro líquido. E dentro em pouco era possuidor do maior seringal do Acre.

Foi quando o despeito e a cobiça, gerados por interesses mal satisfeitos, aliançaram-se para derrubar o General dos exércitos acreanos. Vitimou-o o egoísmo desenfreado, no entrechoque de ambições exaltadas, já então pacificada a região; aplacado o furor guerreiro do herói, é despertado em seu espírito o sentido utilitário da vida em face da riqueza amazônica. (ARAÚJO LIMA)

Plácido de Castro

(D. Plabo)

Dos inóspitos climas acreanos,
Depois de porfiar meses inteiros
Em luta contra febres e guerreiros,
Praticando prodígios sobre-humanos;

Apôs trabalhos ásperos e insanos,
Voltas de novo aos lares prazenteiros
Ó tu, Plácido – para os brasileiros –
Ó tu, Terrível – para os bolivianos –

És recebido agora entre banquetes,
Ao concerto de vivas e foguetes,
Enchendo, de alegria a nossa terra:

– Bem mereces por tuas aventuras
Tantos banquetes, festas e doçuras
Tu que chegas do Acre duma guerra!

Atentado à Vida de Plácido de Castro

JORNAL DO COMMERCIO

Propriedade de J. Rocha dos Santos

ANNO 2 — Manáos—Quinta-feira 28 de Setembro de 1905. — NUMERO 552

Placido de Castro

Foi-nos mostrada, hontem, uma carta vinda de Nova Olinda, e dirigida a pessôa conceituada desta capital, noticiando que fôra assassinado, a tiros de rifle, o coronel Placido de Castro e uma outra pessôa que o acompanhava.

Referia a carta que o facto se passara em territorio boliviano e que o individuo que levara a noticia á Empreza ali ficara detido para averiguações.

A carta é datada de 29 de agosto.

Imagem 06 – "Morte" de Plácido de Castro (JCA, n° 552)

O ano de 1905 foi pródigo em notícias de atentados à vida do herói acreano. As notícias que pipocavam sistematicamente, na imprensa nacional, eram, em seguida, desmentidas. Uma delas porém, um atentado perpetrado em um hotel da capital manauara, apesar de verídica passou praticamente desapercebida da mídia e pesquisadores ao longo dos tempos.

Correio do Norte, n° 058

Manaus, AM – Quinta-feira, 29.03.1906

Coluna Acreana – Território do Acre

[...] Vamos hoje examinar as garantias de liberdade, de vida e de propriedade de que gozam os habitantes do Amazonas desde o tempo em que ele está sob o governo dos Ramalhos.

Já tivemos ocasião de descrever o nosso caso pessoal – fomos perseguido, espoliado, proibido de exercer a nossa profissão de engenheiro civil e quase assassinado.

Ramalho I não admitia o exame de seus atos, assim é que mandou a sua polícia empastelar ([105]) os jornais "*Pátria*" e "*Manaus*". Os redatores do primeiro, os Srs. Carlos Eugênio Chauvin e Demétrio de Oliveira tiveram que abrigar-se sob a proteção do Capitão do Porto de Manaus. Infelizmente, porém, esta proteção não se tornou efetiva, pois Ramalho I os reclamou e eles foram entregues à polícia para serem assassinados. Não fosse a generosidade do Sr. Mesquita, sócio da casa Andresen & Ciª, a mesma cuja firma Ramalho I havia falsificado em uma letra de 28:000$, conforme já descrevemos, não fosse a generosidade do Sr. Mesquita, dizemos, que exigiu de Ramalho I a soltura do preso, sob pena da publicação de sua infâmia, e teria sido consumado esse duplo assassinato.

Mas, deixemos Ramalho I e tratemos de Ramalho II. O jornal "*A Federação*", de propriedade de Euclydes Nazareth, que havia sido o órgão do partido dos Ramalhos, ousou intentar uma pequena oposição ao governo de Ramalho II, publicando as bases desse escandaloso empréstimo externo de que falamos em nosso último artigo.

[105] Empastelar: inutilizar temporariamente oficina gráfica, redação de jornal ou revista, danificando-lhe o equipamento, misturando ou danificando seus tipos e matrizes.

Não foi preciso mais, o Sr. Néri, ou melhor Ramalho II, mandou comprar por um amigo o prédio em que funcionava esse jornal. No mesmo dia foi lavrada a escritura e o novo proprietário obteve um mandado de despejo. A polícia, sob a direção em pessoa do chefe de segurança pública, tornou efetivo esse mandado, e o material foi recolhido ao depósito público e os tipos empastelados pela própria polícia.

Foi o que se poderá chamar – um empastelamento judicial! Mais tarde foi o jornal "*Quo Vadis?*" a vítima da sanha de Ramalho II. Mas desta vez o processo empregado foi outro. Os Ramalhos são férteis nesses processos.

Era preciso dar um exemplo que perdurasse na memória de quantos assistissem esse ato de autoridade de Ramalho I: o edifício onde funcionava o "*Quo Vadis?*" com todo o seu material foi incendiado!

Ramalho II quer o Acre e para conseguir os seus fins não olha processo, tudo lhe serve, até mesmo o assassinato do chefe dos acreanos.

Quando, após a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Coronel Plácido de Castro veio a esta capital, teve necessidade de demorar-se alguns dias na cidade de Manaus.

Estava hospedado no Hotel Cassino e, quando, em um dia, escrevia em uma pequena mesa junto à sala das refeições, foi procurado por uma mulher de cor negra.

O Coronel Plácido continuou sentado e a mulher que, apesar do calor, tinha sobre os ombros um chalé, sob o qual ocultava as mãos, subitamente, aproveitando-se de um momento de distração do Coronel Plácido, com um revólver Smith & Wesson, deu-lhe um tiro no rosto. Felizmente, apenas a pólvora lhe chamuscou a face.

Eram 11 horas da manhã e a sala das refeições estava completamente cheia de hóspedes. O Coronel Plácido subjugou a mulher, tomou-lhe o revólver e explicou da porta, a qual havia cerrado, aos curiosos que acudiram, que não havia sido nada, que o seu revólver havia disparado. A mulher lhe declarou que por forma alguma diria quem a havia mandado assassiná-lo. O Coronel Plácido manteve o mais completo silêncio sobre esse atentado à sua vida, mas não haviam decorrido 10 minutos e batia à porta de seu quarto um Sr. Simões, português e repórter do jornal "*Amazonas*".

Havia ido dizer ao Coronel Plácido que Silvério, ou Ramalho II, acabava de dar todas as providências para que a sua vida fosse garantida em Manaus e que estava pesaroso pelo que se havia passado. O Coronel Plácido respondeu que nada se havia passado e que estava surpreendido da emoção do Sr. Simões, e que podia dizer ao Sr. Governador que ele mesmo, Plácido, era o zelador de sua vida, a qual o Sr. Silvério não podia garantir nem dela dispor.

Este fato nos foi fielmente narrado pelo Coronel Plácido. Eis as garantias de vida asseguradas pelos Ramalhos do Amazonas.

Nos dispensamos de fazer comentários, mas o público não se admire se ler algum telegrama de Manaus, agora que para lá foi o Coronel José Plácido de Castro, dizendo que foi feita uma nova tentativa de assassinato ou que o Coronel Plácido foi de fato assassinado, pois Ramalho III é irmão de Ramalho II. Já viu o público que no Amazonas não só se rouba – assassina-se também quando há necessidade de facilitar o roubo. O acreano conhece todas estas misérias. E com tais exemplos poderá ainda alguém acreditar que os acreanos não protestarão, até com as armas na mão, para se livrarem de semelhante quadrilha?

Continuaremos.

Orlando Corrêa Lopes ([106])

Rio, 2 de março de 1906. (CDN, n° 58)

[106] Orlando Correa Lopes: em novembro de 1900, comandou uma força, que ficou conhecida como "*Expedição dos Poetas*" ou "*Expedição Floriano Peixoto*", que tinha como objetivo tomar o Acre da Bolívia e criar uma República Independente. Essa Expedição foi equipada graças à intervenção pessoal do Governador do Estado do Amazonas, Silvério Néri.

O Leão Enfermo
(Múcio Teixeira)

À semelhança dos Heróis antigos
De que rezam as lendas gloriosas,
Que tombavam nos braços dos amigos,
Contemplando com vistas dolorosas
As montanhas, o espaço, a natureza,
– Tudo cheio de nuvens de tristeza –
E o Oceano – a lutar eternamente...
E o Sol, que é sempre o Sol, mesmo no poente!

Ei-lo prostrado, o forte – não vencido –
Lucrando sempre por se erguer de novo;
Às vezes, cai exausto, – adormecido
No coração sincero do seu povo!
Depois – ergue-se, forte como outrora,
Qual águia altiva pelo azul distante,
Dourando a pátria com clarões de aurora
O seu olhar de olímpico gigante!

Nas horas em que a febre lhe marulha
Em confusão no cérebro as ideias,
Um alvo pombo no seu peito arrulha,
E há nos seus lábios versos de epopeias!
Ele não tem os tétricos delírios
Desses que espalham prantos e martírios;
Tem sonhos de poeta: e voga, em cismas,
Num lago manso de serenos prismas.

Só nas horas de acesso, quando o susto
Nos assalta [pois nós nada sabemos],
É que pode sonhar tranquilo o justo;
Sem sofrer por saber que sofremos! [...]

Assassinato de Plácido de Castro

O assassinato de José Plácido de Castro foi um assassinato político, um linchamento à brasileira, porque ele ousara em documento público censurar a violência, o assassinato e o roubo praticados no Acre pelas autoridades federais e seus "xerimbabos" ([107]*). Foi um assassinato político, uma execução sumária encomendada pelo Governo Federal e por isso prescreveu o crime sem que por decoro da justiça ou por hipocrisia ao menos se fizesse o mais ligeiro inquérito a respeito. Foi o resultado do conluio de uma quadrilha que, revestida de autoridade federal, invadiu o Acre desde que este ficou pertencendo ao Brasil. Compunham-na perigosos assassinos de diversas origens, ladrões de todos os matizes, jogadores e libertinos, na sua grande parte oriundos da falange de degradados sociais que o Governo da União exportara para aquela infeliz terra. (Genesco de Castro)*

Genesco de Castro no livro "*O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excertos Históricos*" editado pela Tipografia São Benedito, em 1930, apresenta-nos uma intrincada conspiração arquitetada por um Governo Federal corrupto, omisso e conivente. Relata Genesco de Castro:

O assassino de Manoel Felício e do desgraçado de que fala o Coronel Azcui no seu livro "*Campañas del Acre*" ([108]), que é o sátiro de que me ocupo em capítulo especial, o ladrão de gado de que fala Plácido em seu relatório e que foi consultor jurídico dos Prefeitos Jesuíno e Besouro; o mansíssimo diplomata e impenitente jogador, o homem da "*cagacite crôni-*

[107] Xerimbabo: animal selvagem que se apanha novo e cria desde pequeno.

[108] Coronel Benjamín Azcui: Resumen Histórico de las Campañas del Acre (1899-1903) – La Paz – Intendencia de Guerra, 1925.

ca" de que falo adiante, o estelionatário que o Cel Besouro teve como Delegado de polícia e na defesa de cuja pureza brigou com autoridades judiciais do Acre – o mesmo que assassinou impunemente Oscar de Hollanda, em Manaus; o homem que escrevia cartas difamatórias para os seus inimigos, passando-as para o copiador e rasgando-as em seguida, somente para que os seus desafetos ficassem difamados depois de sua morte, que é o mesmo indivíduo que em fins do século passado fugiu para o Acre com 24 contos de réis dos Srs. Moraes, Tinoco & C. da praça do Rio de Janeiro; o indivíduo que assassinou o comerciante Teixeira Jumento para roubar, como roubou; e tantos outros que fastidioso seria enumerar – eram os elementos que atuavam junto ao Governo Federal e o do Amazonas e junto da imprensa, insinuando habilmente as maiores infâmias contra Plácido, e que se acercavam dos Prefeitos do Acre, desde a nomeação até chegarem à sede da Prefeitura, bajulando, metendo-lhes mil coisas nos ouvidos contra Plácido, isolando-os de todo o convívio que lhes pudesse ser salutar no desempenho do cargo que iam ocupar.

Reforçando esse bando de foragidos da justiça de diversos estados, os prefeitos nomeados levavam sempre uma carga de parentes e de protegidos com o fim único e louvável de fazerem economias, carga que completavam com um grupo de celebridades nos anais do crime, que rebanhavam durante a viagem e que eram chamados os "*cabras de confiança do Prefeito*".

E tudo isso porque os seus amigos, os seus conselheiros, os bajuladores que os cortejavam conven-ciam-nos de que iam governar um povo de gente ruim, perversa, que sob a influência de Plácido lhes ameaçava a segurança individual e perturbava a administração pública.

Antes mesmo do Acre ser brasileiro, já o primeiro representante do Governo Federal que pisou no seu livre solo, o fez com o coturno gaulês, com a autocracia de um Brennus ([109]), que lançando a sua pesada durindana ([110]) sobre o prato da balança contrária aos interesses acreanos, repetiu o "*vae victis*" ([111]), que fez tremer o povo romano cerca de quatro séculos antes de Cristo.

Desde então o Acre passou a pagar pesado tributo para manter o Exército de ocupação e o povo foi reduzido ao cativeiro.

Do momento em que o "*Estado Independente do Acre*" passou a chamar-se "*Território do Acre*" até hoje, o povo rebelde, que se levantou contra a soberania boliviana para adotar a brasileira, não teve mais direito a coisa alguma: até a sua opulenta indústria desapareceu com a sua liberdade.

Tratados como beligerantes enquanto era necessário disfarçar a conquista territorial, os acreanos passaram bruscamente a viver sob um férreo governo militar conducente a miséria que hoje campeia naquela região, porque os prepostos do Governo Federal iam pobres para o Acre rico e voltavam ricos do Acre devastado. (CASTRO)

---

[109] Brennus: chefe celta, que habitava a costa do Adriático, na Itália. Em 387 a.C., ele liderou o exército gaulês que capturou e saqueou a cidade de Roma.

[110] Durindana: espada de Rolando, herói da "*Chanson de Roland".*

[111] "*Vae victis*" (*ai dos vencidos*): o derrotado está à mercê do vencedor. Palavras de Brennus, ao atirar a espada ao prato da balança onde deveriam ser colocados os pesos com que se deveria pesar o ouro do resgate romano.

A cada dia, numa faina sutil, solerte e eficiente, os adversários de Plácido teceram as tramas intrincáveis de que existia uma arregimentação de homens, para os lados de "*Capatará*" com o objetivo de convencer as autoridades de que ele representava um perigo iminente à ordem e à administração pública.

Criaram boatos de que o herói acreano estava estocando material de guerra no seu Seringal onde na surdina arquitetava uma futura rebelião. Acusaram-no até de estar planejando uma operação insurgente que permitiria uma invasão destinada a restaurar a soberania boliviana na região. Genesco de Castro, no capítulo "*Provocações*" de sua obra, conta-nos:

> A 14.07.1908 fui à sede da Prefeitura do Alto Acre alterar, por escritura pública, uma das cláusulas do contrato social que tínhamos com Daniel Ferreira Lima, sobre o Seringal "*Bagaço*". Cheguei à Vila à tardinha e fui hospedar-me em casa do Dr. Leorne Menescal.
>
> O Coronel Gabino estava à janela, em companhia de Augusto Bacurau, e me viu chegar, mas não o cumprimentei, porque, duas vezes que, por insinuação de Plácido, tentei aproximar-me de sua pessoa, recebeu-me de tal modo que me obrigou a retirar-me quase que imediatamente; e porque, nesse tempo já as hostilidades contra Plácido eram tão ostensivas que não deixavam margem para fingir que não as compreendíamos. Eu andava só, e assim que me livrei da poeira de uma viagem de muitas horas de bom trotar, fui ao Cartório dar ao Tabelião Cardoso a nota da alteração a fazer no contrato, porque desejava regressar no dia seguinte, o mais cedo possível.

Ao deixar o Tabelionato, fui ao hotel "*24 de Janeiro*" tomar uma refeição e voltei para a casa do Dr. Leorne, que regurgitava de hóspedes. Armei minha rede de viagem junto à porta dos fundos, atrapalhando a passagem, porque não havia mais espaço adequado. Tive algumas visitas e fiquei palestrando até tarde da noite.

Por volta das 23h30, tornou à minha presença o nosso dedicado amigo Antônio Rebello, coproprietário do hotel onde jantei hoje, Tabelião de Notas de Rio Branco, para prevenir-me que alguma coisa de grave se tramava contra mim àquela hora da noite, na Prefeitura, aconselhando-me a abandonar imediatamente a Vila.

Afirmou-me que um seu empregado de confiança surpreendera o Tenente Luiz Sombra ordenando a minha prisão e que ele em pessoa verificara ser isso verdade, se bem que não tivesse ouvido pronunciar o meu nome.

Tão absurdo julguei o emprego de qualquer violência do Prefeito contra mim, que não houve argumento do meu dedicado amigo que eu não refutasse. E tão sincero lhe estava sendo que, quando desanimado pelo insucesso da entrevista comigo, retirou-se, não procurei, sequer, saber onde havia deixado minha Winchester.

Pouco depois de meia noite, chegou o Sr. José Corrêa de Mello, também interessado pela minha pessoa, e que, por não sermos íntimos, procurou o seu coestaduano ([112]) Dr. Leorne, pedindo-lhe que, sem perda de tempo, me prevenisse que eu ia ser preso, havendo grande reboliço contra mim na Prefeitura, chefiado pelo Tenente Sombra.

---

[112] Coestaduano: do mesmo estado.

Imagem 07 – O Malho, RJ, 10.08.1907, n° 256

Plácido: Foi o diabo V. Exª não ter incluído o Acre na sua viagem de inspeção ao Norte.

Penna: Deixe-se de brincadeiras, hein?

Plácido: Não se zangue, Exm°! Nada lhe aconteceria, salvo as ferroadas dos mosquitos, e V. Exª teria ensejo de ver os horrores que por lá existem.

Penna: Olhe, seu Plácido! Para ver mosquitos por corda não preciso sair do Catete.

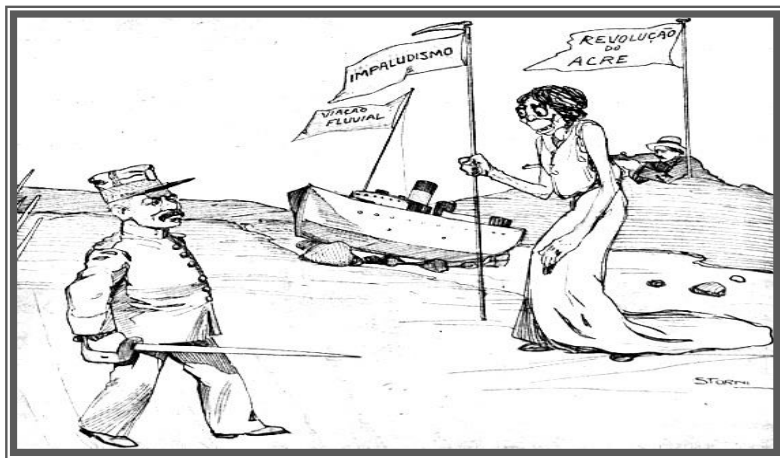



Imagem 08 – O Malho, RJ, 25.05.1912, n° 506

"*O governo expediu ordens terminantes que sigam batalhões do exército para o Acre, com o fim de sufocar o movimento revolucionário naquela região*"

Não é com batalhões de exército atirando a esmo por essas regiões inóspitas, sem recursos, insalubres e sem comunicações, que o governo conseguirá manter o seu prestígio; e sim com o desenvolvimento regular da viação, o saneamento radical e uma seleção rigorosa de homens criteriosos que saibam corresponder às aspirações daquele nosso povo, que é digno de ser melhor governado!

Imagem 09 – O Malho, RJ, 01.11.1913, n° 581

"Foi aberto e apreendido na Alfândega de Manaus um caixote com algemas niqueladas destinadas aos seringais do Acre" (Telegramas de Manaus)

Zé Povo: Mas que grossa patifaria e que vergonha! Em vez de instrumentos agrícolas, que representam o progresso, importam instrumentos de suplício, que atestam barbaria e escravidão! Decididamente, é preciso agarrar os importadores e fazê-los experimentar as delícias das algemas [...]

Imagem 10 – O Malho, RJ, 02.01.1915, n° 642

Apesar de, por uma convenção internacional, estarem isentos de direitos os produtos da Bolívia e do Brasil que, na fronteira, transitarem de um para outro país, a "*Mesa de Rendas do Acre*" taxa com quarenta e seis mil réis por cabeça a entrada do gado boliviano. O Delegado do ministério da Agricultura no Acre, pediu por telegrama de novembro último, que o ministro respectivo pedisse ao da Fazenda que mandasse suspender esse imposto, afim de baratear um pouco a vida naquelas longínquas paragens. (Diário Oficial de 01.12.1914) [...]

Conversavam ainda do lado de fora, poucos passos afastados da porta onde eu estava, quando um estranho tropel dominou o silêncio da noite, pelos quatro pontos cardeais. Era um troço ([113]) de homens armados, composto de soldados do Exército, remadores de embarcações surtas ([114]) no porto, violentamente recrutados, e de bandidos ao serviço de Alexandrino José da Silva, subdelegado de polícia, sustentados pela Prefeitura.

O alarido que fizeram, as grosseiras chalaças que se misturavam ao retinir dos ferrolhos de algumas dezenas de carabinas que recebiam carga – me fizeram reconhecer a gravidade do momento que atravessava, justamente por não ter crime algum que me fizesse acreditar no emprego de qualquer violência contra mim por parte da primeira autoridade daquela tão vasta quão infeliz região.

A casa foi posta em apertado cerco e os palavrões da soldadesca desenfreada me fizeram supor que forçariam a entrada. Saltei sobre uma adaga curta que me acompanhava e um pequeno revólver que estavam no chão, ao lado da rede, e esperei o assalto. Este não se realizou.

Convencido de que me queriam assassinar, como um preâmbulo do assassinato de Plácido, resolvi forçar a saída, quebrando à bala os elos daquela cadeia humana. Eu era exímio atirador e me parecia impossível perder um tiro sobre os meus agressores. Levei a arma ao rosto para arrebentar a cabeça de um dos que mais próximos estavam da porta, três ou quatro metros de mim, mas tive repugnância de abater um ser humano, completamente irresponsável, com o mesmo sangue-frio com que abateria uma onça; e

[113] Troço: bando.
[114] Surtas: ancoradas.

como tivesse ouvido pronunciarem o nome de um chefe, resolvi começar a caçada por este.

Foi nessa ocasião que um dos hóspedes, percebendo a minha disposição, agarrou-se comigo, pedindo que não atirasse sobre os assaltantes, porque poria em sério perigo a vida de todos que se encontravam dentro do prédio, todo de madeira.

Ele tinha razão e outros o secundaram ([115]).

Nesse momento angustioso, entrou o Dr. Leorne Menescal, que, em companhia de José Correa de Mello foram detidos do lado de fora, e me disse que se tratava da minha prisão por ordem do Coronel Gabino Besouro.

Respondi-lhe que não me entregava àquela gente, mas que me entregaria ao Tenente Álvaro Conrado Niemeyer, que fora meu colega na Escola de Guerra.

O Dr. Leorne saiu e, logo depois, voltava acompanhado do Tenente Niemeyer, que parecia fazer parte do grupo e que, imediatamente, fez cessar o aparato bélico que me cercava, concordando que eu deixasse apenas a Winchester e levasse comigo as armas de cintura que me acompanhavam.

Fui conduzido por ele à casa onde funcionava a Secretaria da Prefeitura, que regurgitava de gente valente e dos intrigantes que viviam apegados às ilhargas ([116]) do Prefeito, a quem fui apresentado. Contrafeito, desempenhando mal o seu papel de farsante, o digno preposto do Dr. Afonso Pena me perguntou gaguejadamente o que eu ia fazer na Prefeitura àquela hora da noite! Ao que lhe respondi:

---

[115] Secundaram: apoiaram.
[116] Às ilhargas: à proteção.

– Então o senhor não sabe que, por sua ordem, acabo de ser arrancado violentamente de casa por uma força de armas embaladas?!...

– Mas o senhor entrou disfarçado [vestido de roupa de azulão, como sempre andei no Acre], à noite, aqui na Vila...

– Disfarçado, Coronel? Porque visto esta roupa! [E, agarrando com a destra o punho da manga esquerda, levei-o até junto do rosto do meu interlocutor]. Isto é roupa de quem trabalha, de quem não lhe vem incomodar com pedidos de emprego, Coronel!

O Prefeito recuou dois ou três passos, dirigindo-me algumas palavras de elogio com referência ao meu tempo de Escola Militar, desaparecendo em seguida.

Na madrugada de 17 de julho de 1908, atracou em "*Riozinho*" uma lancha fretada pela Prefeitura, desembarcando um forte contingente de homens armados, composto, em sua maioria, de soldados do Exército, sob o comando do célebre Tenente Figueiredo Aranha, reforçado por troços de facínoras que a Prefeitura sustentava, conhecidos como "*os cabras do Coronel Alexandrino*" que estavam sob as ordens imediatas de seu digno chefe, nessa memorável noite de horror.

E todos estavam à disposição de Josias Lima, Delegado de Polícia do Sr. Besouro, estelionatário refugiado no Acre, e pronunciado pelo crime de tentativa de homicídio contra a pessoa que ele tinha, essa noite, licença ou ordem para assassinar oficialmente, servindo-se da Força Pública e até de um oficial do Exército Nacional. [...]

A sinistra quadrilha galgou as barrancas, venceu o declive e, chegando ao barracão, arrombou a porta do armazém, sem ser pressentida, e foi concentrar-se debaixo do quarto que supunham ser o da vítima escolhida, mas que de fato era o simétrico ao desejado, com frente para o Acre, onde pernoitava apenas uma criança de cinco anos, de nome Patrício. Os comandantes e o médico que os acompanhava, com a respectiva carteira cirúrgica ([117]), ficaram do lado de fora, e assim que tiveram comunicação de que a força já havia tomado disposição de combate, isto é, já estava em baixo do quarto de Dias Pereira, o Delegado Josias Lima deu sinal de fogo, que foi um tiro da sua perigosa "*matadeira*". As armas foram voltadas para o teto, que era também o assoalho do pavimento superior, e a fuzilaria quebrou o silêncio da noite, numa cerrada descarga que se prolongou depois por alguns minutos. O assoalho do pavimento superior ficou crivado de balas que, na sua maioria, transpuseram os obstáculos, fizeram percurso através das telhas de zinco e fugiram do bando sanguinário. As mercadorias ficaram pesadas de chumbo e a parede comum à cozinha, bordada de orifícios. Essa parede, do lado da cozinha, era munida de pregos onde penduravam utensílios culinários que ficaram inutilizados, na sua maior parte, sendo que alguns receberam mais de um ferimento. Neste quarto, ao lado das mercadorias, no canto interno dos fundos, pendia uma pequena rede, onde pernoitava o menino Patrício de cinco anos de idade. Dormia "*decubitus dorsal*" ([118]), quando foi despertado por um projétil que, penetrando na região lombar, foi sair do lado oposto, abrindo um tal rombo que deu franca passagem às vísceras abdominais.

---

[117] Carteira cirúrgica: Kit de instrumentos cirúrgicos.
[118] "*Decubitus dorsal*": de barriga para cima.

A esse preâmbulo, seguiu o assalto geral, a invasão do andar superior, onde pernoitavam alguns empregados da casa, quatro ou cinco mulheres e alguns enfermos, em estado grave, um dos quais, português de origem, foi barbaramente espancado, morrendo dias depois.

Foi no momento em que os chefes invadiram o quarto de Dias Pereira, então ocupado pelas mulheres que se achavam no estabelecimento – que o inocente Patrício deu entrada por entre eles, com as mãozinhas ensanguentadas, sopesando os próprios intestinos e dizendo:

> – Mamãe, estou ferido. Olha as minhas tripas, mamãe...

E, quando a desventurada mãe fitou o desgraçado filhinho, reduzido a frangalhos, voltou-se para o médico que fazia parte dos assaltantes – o célebre Dr. Freire Cavalo – e gritou:

> – Salve meu filhinho, pelo amor de Deus, doutor!

Este se limitou a dizer:

> – Isto não tem importância...

O saque ao estabelecimento completou a obra dos representantes do Governo Federal. (CASTRO)

Publicamos, a seguir, uma série de correspondências trocadas entre o Coronel Plácido de Castro, o Juiz João Rodrigues do Lago, o Coronel Francisco de Oliveira e o Coronel Gabino Besouro para início e realização da paz. Escreve, no dia 17 de julho, o Juiz João Rodrigues do Lago ao Coronel Plácido de Castro:

Alto Acre, 17 de julho de 1908

Ilmº sr. Coronel José Plácido de Castro

Queira aceitar as minhas afetuosas saudações.

Na qualidade de Juiz de Direito desta Comarca do Alto Acre, tomei a deliberação de dirigir a presente carta à V.Sa. para tratar de assuntos que dizem respeito a este Departamento, por cujo progresso tanto tem mostrado se interessar. Não influiu em meu ânimo senão o muito interesse que tenho pela paz e progresso deste futuroso Departamento, que hoje faz parte do território Nacional, devido em grande parte aos esforços de V.S.ª.

É bem de ver, portanto, que a ninguém mais do que V.S.ª, cujas responsabilidades, pelo papel saliente que representou como chefe da Revolução Acreana e pelos grandes interesses que aqui tem, deve interessar o progresso e desenvolvimento desta zona. Confiante nisto e sabendo quanto deseja o desenvolvimento do Alto Acre, por amor do qual não duvidou jogar a vida, e, não me fazendo portador de boatos, é que venho pedir à V.S.ª no sentido de fazer desaparecer o sobressalto em que se acha grande parte da população, receosa de uma luta armada.

Em todos os tempos e em todos os lugares, os vultos mais salientes estão sempre sujeitos a apreciações, das quais não podem escapar. Os próprios amigos, muitas vezes, emprestam-lhes opiniões e dizeres, que nunca lhes passaram pela mente. Nos meios pequenos, essas opiniões atribuídas às pessoas salientes, são exploradas por todos os meios e sob todas as formas. Não é de estranhar, portanto, que o nome de V.S.ª tenha aparecido nos boatos que circulam nesta Vila.

Convicto, porém, de que de modo algum o autorizou, é que me animo a pedir a V.S.ª para empregar prestígio e influência de que dispõe no sentido de fazer voltarem à calma e a tranquilidade ao espírito público. Na certeza de que prestará este serviço à causa pública, subscreva-me com estima e consideração.

Admirador e Criado [assinado] – João Rodrigues do Lago.

Nesse mesmo dia, o Dr. Lago dirigiu também um ofício ao Prefeito Gabino Besouro:

Juízo de Direito da Comarca do Alto Acre, em 17 de julho de 1908.

Exm° sr. Dr. Gabino Besouro, Prefeito do Departamento do Alto Acre – Em vista dos acontecimentos que vão desenrolando neste Departamento cuja vida normal se acha profundamente alterada, resolvi me transferir com os funcionários do Foro para Porto Acre onde provisoriamente se acha instalado o 1° Termo, e lá aguardar a comunicação de V. Exª sobre a conclusão dos mesmos acontecimentos.

É certo que V. Exª, no ofício 289, ofereceria a este Juízo todas as garantias, mas diante do pânico que se vai apoderando do espírito público, entendi que aqui não deveria permanecer.

Retirando-me, como faço, deixo sob a guarda de V. Exª o arquivo do Cartório, cuja chave acompanha este, bem como peço à V. Exª garantia para a casa onde resido.

Queira V. Exª com protestos de minha consideração, aceitar os votos que faço para que em breve a calma volte aos espíritos e restabelecimento da ordem seja completo.

Saudações [assinado] – João Rodrigues Lago.

Somente no dia 19 de julho, chegam, às mãos de Plácido, as duas cartas, uma do Juiz João Rodrigues Lago e outra do seu amigo Coronel Francisco de Oliveira, dono do Seringal "*Catuaba*", informando-lhe que se apresentara ao Prefeito Gabino Besouro para ser o mediador da situação litigiosa. Plácido responde à ambas com altivez. Ao Juiz João Rodrigues Lago:

Capatará, 19 de julho de 1908.

Exmº sr. Dr. João Rodrigues do Lago, M. D. Juiz de Direito da Comarca do Alto Acre.

Chegando neste momento à casa, deparei com a carta de V.Exª, que passo a responder. Ainda que não tivesse o prazer de ser particularmente conhecido, por V.Exª tenho vida pública pela qual posso ser julgado. Entrando o Território do Acre para a comunhão brasileira, recolhi-me à vida industrial e comercial, que absorve quase toda a minha atividade. A dúvida e o temor que diz V.Exª pairarem sobre essa região, para mim tão querida e talvez na iminência de uma conflagração geral, deve ser mais intensa ainda no meu espírito, que sou alvo do ódio e talvez dos punhais daqueles que chegados aqui ontem se julgam com mais direitos de viver nesta terra do que eu e os que como eu regam-na com suor honesto.

Como disse, tenho vida pública, e por ela posso, talvez, afirmar que se alguém nesta terra entrou pela porta da honra e do sacrifício, esse alguém, desculpe-me a falta de modéstia, fui eu. Com que indignação e com que dor não devo assistir, como agora, os representantes do Governo de minha pátria calcando sob coturnos os mais sagrados direitos de pessoas que me são tão caras – irmão e amigos.

Meu irmão, arrancado alta noite de casa pela soldadesca de armas embaladas, os meus amigos com a casa indefesa, assaltados em pleno dia por essa mesma soldadesca, a tiros de Mauser, vendo-se obrigados a abandoná-la para não serem assassinados.

O apelo não deve ser feito às vítimas para impedir a luta, sim ao agressor. Esses fatos são eloquentes demais para não se ignorar quem é o perturbador da ordem pública, o responsável por essa nuvem lutuosa que se estende sobre o Território do Acre.

Quem vai enlutar esta terra pela qual tenho tanto carinho, não sou eu, Exm°. Sr.: é o representante do Governo de nossa pátria, é o depositário do poder público!

Quando penso que os que praticam essas violências são os mesmos de Canudos, que o autor dos "*Sertões*", pintou com tão vivas cores, vejo que bem contra minha expectativa e vontade é chegada para mim a hora suprema da suprema resolução.

Entretanto, se o depositário do Poder Público entender que não deve continuar a mandar assaltar a casa de meus amigos inermes e suspender esse aparato bélico dentro da própria paz que ele acaba de perturbar, não serei eu quem vá interromper a marcha pacífica da vida acreana, na qual a minha responsabilidade moral é maior que a dele.

Se cessar a agressão, terei o prazer de ir pessoalmente apertar as mãos de V.Exª

Do cordial admirador. [assinado] – Plácido de Castro.

Responde ao amigo Cel Francisco de Oliveira:

Capatará, 19 de julho de 1908.

Amigo Francisco de Oliveira:

Recebi tua carta de 17 do corrente, que respondo. Tu que estás bem a par de minha vida nesta terra, e onde pela qual tanto temos trabalhado, bem sabes qual a posição que tenho mantido e qual o meu espírito de ordem. Não te podes esquecer de que, quando vi o Prefeito descer à arena de ódios e lutas mesquinhas onde soa unicamente o eco da intriga, eu te pedi que te aproximasses dele, esforçando-se por abrir-lhe os olhos.

Pois bem, não mudei, ainda penso assim e faço questão de transigir em benefício público. Somente para minha honra e a minha vida me reservo o direito de fazer preço, e eu seria indigno de mim mesmo se nesta hora não soubesse o meu lugar. Devo dizer-te que estranhei que ao invés de me pedires uma conferência não tivesses vindo em minha própria casa, onde tu não poderias duvidar de tua segurança pessoal. Amanhã estarei no "*Benfica*" às tuas ordens; mas se de fato não queres ver sangue de irmão, não leves força armada contigo nessa entrevista de amigo.

Plácido de Castro.

No dia 21 de julho, responde o Prefeito Gabino Besouro ao Coronel Francisco de Oliveira:

Rio Branco, 21 de julho de 1908.

Ilm° sr. Coronel Francisco de Oliveira.

Saúdo-o afetuosamente.

Eu compreendo bem as suas inquietações, que são hoje as de todos os habitantes deste Departamento. Os desejos por V.Sª. e por outras pessoas, que em comissão me procuraram, manifestado no interesse da tranquilidade pública, são também os meus.

E nem se pode compreender que outros sejam de minha parte, quando para aqui vindo, desconhecendo coisas e pessoas, sem ligações de interesses subalternos, sem paixões e sem ódios, outros propósitos não trouxe, senão os de fomentar quanto em mim coubesse, o progresso material do Departamento, sem me subordinar a interesses de luta estéril, procedendo com justiça e equidade e a todos tratando com considerações e cortesias.

Deste programa diz-me a consciência não me ter afastado e espero não me afastarei.

Daí o não compreender a razão das notícias alarmantes de preparativos contra a minha autoridade sem nenhuma causa justificável.

É verdade que nenhum interesse pessoal de ordem material me liga a esta terra; mas ligam-me a ela outros de ordem moral, não menos importantes, como brasileiro que deseja, investido da confiança do governo, fazer algumas coisa por seu progresso.

Intermediário que V.Sª. teve a bondade de se prestar ser junto ao sr. Coronel Plácido de Castro, de quem está hoje dependendo a tranquilidade e harmonia deste povo, pois V.Sª. sabe que os boatos e as notícias alarmantes giram em torno de sua individualidade, ninguém melhor está nas condições de avaliar da gravidade ou não da situação e concorrer com os bons ofícios para que todos voltem aos labores normais.

Na carta que o Ilm°. Sr. Coronel Plácido de Castro dirigiu a V.Sª., fala em agressão de que foi vítima, dizendo assim justificar a posição de defesa em que se acha. Não sei se o sr. Cel Plácido refere-se à agressão sofrida de minha parte. Quero crer que não, pois desde que aqui estou, não pratiquei ato que pudesse sequer molestá-lo, quanto mais de agressão, que justifique essa atitude, ignoro completamente e nem sequer disto sei como fato público.

O sr. Coronel Plácido afirma a V.Sª. que se puder assumir o compromisso de não mais continuar a faltarem-lhe as garantias constitucionais por parte das autoridades, que na mesma hora deixará de fazer sentinela à sua casa, reassumindo de novo os seus labores habituais.

Realmente nunca ao meu conhecimento chegou a notícia da queixa de qualquer violação dos direitos de que o sr. Coronel Plácido fala; mesmo, como quer que seja, eu não me sinto convenientemente apto para assumir o compromisso a que se refere V.Sª, mesmo porque é o meu dever, não só relativamente à sua pessoa, como à de qualquer cidadão.

E eu jamais toleraria uma autoridade que provadamente se desviasse do dever do respeito aos direitos alheios.

Se disto está dependendo a tranquilidade e a harmonia do povo acreano, que precisa de paz para o seu útil labor, tenho certo que será uma realidade essa tranquilidade de que necessita também o governo do Departamento, para poder enfrentar e resolver os problemas de administração que devem garantir o seu progresso moral e material. Quanto à conferência de que V.Sª. me fala, com o sr. Coronel Plácido de Castro, cabe-me declarar que estou ao seu inteiro dispor em qualquer ocasião que julgar oportuna.

Queira V.Sª. aceitar; os protestos de estima e consideração. De v.v. att° ven° am° e obgm° [assinado] Gabino Besouro.

Relata-nos Cláudio de Araújo Lima que, logo depois de responder às cartas do Juiz Lago e do amigo Francisco, Plácido de Castro, escreve, já na madrugada de 20, a um amigo de Manaus esta carta, exprimindo claramente o temor que assaltava seu espírito:

[...] Escrevo-te estas linhas dentro de um verdadeiro acampamento de guerra e bem contra a minha vontade. Por minha correspondência anterior já deves saber que a única preocupação do atual Prefeito é botar-me fora do Acre por todos os meios [...] Em vista destes acontecimentos, nada mais podia o Genesco duvidar sobre a nossa sorte, e, apesar de achar-me no Xapuri, reuniu gente imediatamente em nossos seringais e despachou um próprio ([119]) em minha procura, que me encontrou já em viagem a meio caminho.

[119] Próprio: mensageiro.

> Aqui cheguei e, tomando conhecimento de todas estas misérias e bem à contragosto, resolvi botar para fora estes bandidos; fiz avançar piquetes até além do Guarani e dentro de quatro dias eu saberia qual o meu destino ou o desse Besouro, que tanto me tem zumbido. Mas, felizmente, hoje veio um emissário dele e de alguns amigos meus, a me proporem que detivesse a minha marcha, que Besouro, por sua vez, se desarmaria. Que para mim, que ia fazer um morticínio, bem contra a minha vontade, somente em defesa própria e de amigos meus assaltados, e não uma revolução, isto será o verdadeiro maná caído do céu. Oxalá cheguem a duradouro acordo.
>
> Teu amigo, Plácido. (LIMA)

No dia 21 de julho, o amigo Francisco de Oliveira assenta-lhe as bases da pacificação, e, cheio de esperanças, mostra a Plácido a carta recebida de Besouro. Aparentemente a missiva indicava que o Prefeito concordava com os termos de Francisco de Oliveira. Conta-nos Genesco de Oliveira Castro:

> Cheguei a Capatará no dia 23, à noite, depois de haver percorrido cerca de cem quilômetros em canoa, e três vezes mais de caminhos terrestres, alguns péssimos e perigosos, como o de "*Batávia*" a "*Bagaço*". As minhas primeiras palavras sobre a pacificação foram reprovando-a, porque achava que, uma vez que havíamos armado gente para reagir, forçados pela conduta do Prefeito, devíamos ir até o fim.

Mas, Plácido me ponderou:

– Lembra-te de que eles são irresponsáveis e queimam pólvora alheia. Eles nada têm a perder, e nós, tudo. Eles nos fazem guerra à custa dos cofres públicos, e nós a temos que fazer à nossa custa... Eu tenho responsabilidade, estou ligado a esta terra e, a atitude que éramos forçados a tomar, seria a nossa ruína [...]

Ele tinha muita razão: tudo era contra nós. Passamos a noite quase em claro, discutindo a situação em que nos encontrávamos, de constantes sobressaltos e de contínuos prejuízos comerciais, devidos à tenaz perseguição que lhe moviam todos os Prefeitos do Acre, e meu irmão concordou em abandonar a terra que ele entregara livre à comunhão brasileira e que, desde então, gemia sob a mais desumana escravidão. (CASTRO)

Reporta-nos Cláudio de Araújo Lima:

Quando a madrugada vai alta, uma ideia já se antepôs às outras, dominadoramente. O libertador do Acre tem como definitivamente deliberado que, logo após a conferência com Besouro, se retirará de uma vez do Acre que tanto estremece. Transferirá todo o ativo e passivo de sua casa comercial a Genesco. Regressará ao Rio Grande do Sul, para casar-se e iniciar outra vida. Talvez assim seja feliz. E mais feliz, sem sua presença, se torne também o Acre.

AFINAL A PACIFICAÇÃO

A 7 de agosto, realizou-se na sede do governo prefeitural do Alto Acre – em Vila Rio Branco – a conferência ajustada entre o Coronel Gabino Besouro e Plácido de Castro.

Do que se discutiu e deliberou entre quatro paredes, até hoje nada se apurou ao certo. Só o que se pôde ouvir, à hora da despedida, foi esse fim de diálogo, que prometia ao Acre uma nova era de tranquilidade:

> – Coronel Plácido, espero que este abraço seja o selo da paz entre nós no Acre.

Ao que Plácido de Castro retorquiu, com aquela sua inata tendência a prolongar indefinidamente (**?**) o fôlego dos ressentimentos:

> – Assim seja, Coronel. Mas V. Exc.ª era quem queria a guerra.

Devia ser a paz. Mas o fato é que a dissipação da borrasca era apenas aparente. Senão, Genesco de Castro não teria datado desse mesmo dia a carta-aberta que decidira dirigir – se com o beneplácito do irmão, não se sabe – ao Chefe da Nação:

> Sr. Presidente da República:
>
> Se os crimes que venho denunciar ameaçassem simplesmente a minha vida, eu não viria, creia, à vossa presença denunciá-los, porque daria um atestado de covardia de minha parte, ou mostraria estar sofrendo da mesma enfermidade [mania de perseguição], que o vosso escolhido para administrar este infeliz Departamento.
>
> Nos primeiros dias do mês passado fomos prevenidos de que o Prefeito deste Departamento havia presidido um concílio de assassinos, onde se resolveu fossem assassinados Plácido de Castro, José Maria Dias Pereira e Dr. João Rodrigues do Lago, coincidindo essa notícia com a nova aqui espalhada pelo subprefeito, que o "*Coronel Gabino Besouro havia recebido do governo reservadas e severas instruções sobre a pessoa do Coronel Plácido por causa da atitude do Correio do Norte*".

> Quinze dias apenas, depois de havermos sabido da resolução do Prefeito, já se havia inventado uma revolução na Prefeitura, tentado duas vezes contra a vida de Plácido de Castro e uma contra a de Dias Pereira, sem que providência alguma fosse tomada!
>
> Mesmo porque os heróis dessas façanhas são o subprefeito Simplício de tal, o Delegado Josias Lima e o subdelegado Alexandrino José da Silva, bêbado contumaz, criminoso relapso e íntimo do Coronel Besouro!
>
> Esse estado de coisas pareceu serenado por alguns dias, mas o fato de mais um conhecido assassino ser chamado para a administração Besouro, levanta uma atmosfera de traição e de perversidade em torno da sua autoridade como Prefeito deste infeliz Departamento, cuja sede se acha transformada num covil de bandidos, e faz supor que, de fato, alguma coisa muito grave, se não perversa, está sendo executada à sombra do representante do vosso governo, Sr. Presidente.
>
> Tanto assim que, na qualidade de irmão de Plácido de Castro, sentindo o peso desta atmosfera sanguinolenta, indo eu à presença do Sr. Gabino relatar-lhe os graves acontecimentos que impressionam, ele justificou esses atentados traiçoeiros e absolveu os criminosos!
>
> É nessa contingência, Sr. Presidente da República, que vos peço providências que ponham a pessoa de meu irmão, a salvo do punhal da primeira autoridade deste Departamento!
>
> Empresa, 7 de agosto de 1908.
>
> Genesco do Castro.

No dia seguinte – 8 de agosto – Plácido de Castro ainda se encontra na Vila. Disposto que está a viajar para o Sul, com o propósito íntimo de não mais voltar ao Acre, aproveita a estada em Rio Branco para fazer seu testamento.

[...] Plácido prepara-se para regressar a "*Capatará*" no mesmo dia. Em sua companhia viajarão também dois amigos particulares – José Alves Maia e o Promotor Dr. Barros Campelo – ambos convalescentes de enfermidade grave, e que pretendem refazer-se na confortável e salubérrima zona dos campos, onde há leite abundante e clima magnífico. Nos campos "*Esperança*" encontrarão um verdadeiro sanatório.

À última hora, porém, Alves Maia desiste de acompanhá-lo, nessa viagem noturna que Plácido decidiu fazer, por estar avisado de que seriam atacados numa emboscada. O gaúcho sorri, e lembra ao amigo temeroso a cena que tivera lugar na véspera, quando de sua chegada para a entrevista com o Prefeito.

Ao defrontar Alexandrino, que chilreava numa roda de moradores da Vila, aproximou-se dele com ar de superioridade, interpelando-o em voz alta para que todos o ouvissem:

> – Então, Coronel Alexandrino? Soube que o senhor andou dizendo que ia me matar, onde me encontrasse. A ocasião é ótima. Aqui está a sua vítima.

A coragem de Plácido desnorteia o facínora. Este se descobre com ar respeitoso, esboça um sorriso amável e responde, em voz alta:

> – Isto é uma "*caluna*" que me "*levantaro*", seu "*Coroné*".

E Plácido ainda lhe atira, cheio de desprezo, uma última frase, repisando a torpeza de sua prosódia ([120]):

> – Pois se é "*caluna*"! Melhor para você. (LIMA)

---

[120] Prosódia: vocalização correta das palavras.

Jornal Comércio do Amazonas, n° 1.609
Manaus, AM – Segunda-feira, 14.09.1908

Assassinato de Plácido de Castro

A Notícia do Fato – Como se Deu – Os Antecedentes – Detalhes de um Jornal Acreano – Últimos Informes

Por intermédio de estimado cavalheiro Sr. Álvaro Leitão, ontem chegado a esta cidade tivemos a notícia de haver sido assassinado no Alto Acre o Coronel Plácido de Castro. O lamentável fato ocorreu às 08h00 do dia 9 de agosto, no lugar fronteiro ao Seringal "*Benfica*", de propriedade do Coronel Rola ([121]), quando Plácido, acompanhado dos senhores Genesco de Castro, José Maria e Dr. Barros Campello, Promotor público, seguia a cavalo para o seu Seringal, denominado Capatará.

Nessa ocasião, do mato, partiu uma descarga que teve por alvo o Coronel Plácido, ficando este ferido no estômago. Mas ainda assim, apesar de haverem fugido os companheiros, tomados então de terror, Plácido, com uma coragem inaudita, dirigiu o animal para o ponto onde vira a fumaça. Aí nova descarga veio feri-lo no braço.

Plácido, já esvaindo-se em sangue, saltou do animal e sentou-se num pau onde foi buscá-lo em uma rede seu irmão Genesco que o fez conduzir para a residência do Coronel Rôla.

[121] Rola: João de Oliveira Rola.

Foi logo medicado e tendo melhorado um pouco mandou chamar um tabelião, para, fazer seu testamento em que contemplou sua progenitora com a terça [terça parte da herança], D. Maria Conrado com a quantia de dez contos de réis, ficando o resto da fortuna para seus irmãos. Faz também outras declarações entre as quais a de que fora vítima de uma emboscada de que fazia parte o Cel Alexandrino José da Silva, cujo vulto conseguira reconhecer.

O Cel Alexandrino foi dos mais dedicados companheiros de Plácido na Revolução contra a Bolívia e ultimamente estava de relações cortadas com Plácido, chegando a dizer, dias antes, em um estabelecimento comercial; que dos dois um era demais e devia desaparecer. Resta-nos dizer, conforme nos informaram que a primeira descarga foi de treze tiros e que o Coronel Plácido só veio a falecer às 4 horas da tarde do dia onze de agosto.

O "*Regimen*" de Prefeituras – Dez Dias de Revolução? – Prisões e Tiroteio – Morte e Sofrimento

É triste e bem triste, termos de registrar os últimos acontecimentos que, trazendo o pânico ao Departamento, e tiveram quase a conflagração, numa luta, que seria um desastre arruinador para o seu comércio e indústria.

Boatos falsos e perversas intrigas, levaram a administração do Departamento a preparativos contra ataques de revolucionários imaginários, e por pouco seria necessário a luta contra ataques reais de forças armadas, mas tão somente armadas para resistir ao ímpeto belicoso dos que rodeavam a autoridade administrativa.

Imagem 11 – O Malho, RJ, 26.12.1908, n° 315

No dia 14 de julho findo, para tratar de negócios comerciais, veio a esta Vila o Dr. Genesco de Oliveira Castro, irmão do Coronel Plácido de Castro, chegando aqui ao anoitecer, acompanhado do comerciante Coronel Domingos Caetano Leitão.

Tendo pressa de partir no dia seguinte pela manhã, procurou o Dr. Genesco o Tabelião público, Capitão Antônio Lemes Cardoso Filho para registrar a reforma de uma cláusula de seu contrato comercial. Isto feito, dirigiu-se à casa de amigos seus, onde nos achávamos e aí palestramos até nove horas aproximadamente.

Separando-nos, seguiu o Dr. Genesco para a residência do Dr. Leorne Menescal e Capitão José Alves Maio, onde se hospedara.

À uma hora da manhã foram todos os que dormiam sobressaltados pelo barulho de armas. A casa achava-se cercada por forças do exército comandadas pelo Tenente Niemeyer, que, procurando o Dr. Genesco, o convidou a acompanhá-lo à presença do Coronel Gabino Besouro, Prefeito deste Departamento, afim de prestar-lhe algumas informações. Para o mesmo fim foram presos os senhores Coronel Domingos Leitão, que dormia em casa de um negociante desta Vila, e os Capitães José Alves Maia e Antônio Lopes Cardoso Filho.

Pela manhã foram todos postos em liberdade, sem terem sigo interrogados. Os senhores Dr. Genesco e Coronel Domingos Leitão montaram em seus animais e seguiram para Capatará. Correram boatos alarmantes de revolução e houve preparativos bélicos, sendo notificados quase todos os moradores desta Vila para se armarem, afim de ser organizada a defesa da autoridade. Os boatos corriam sempre e afluía gente das vizinhanças chegando o Coronel Alexandrino José da Silva, com o seu pessoal e os fregueses do Tenente Francisco Pinto Monteiro, vindo depois gente de um aviador do Coronel J. Dias. Assim se passaram os dias 15 e 16.

O regatão ([122]) Cyríaco de Oliveira queixara-se ao Cel Besouro, que o Cel J. Dias mandara cortar paus no Riozinho para obstar o trânsito de regatões. Procurando saber a verdade e tomar providências, determinou o Prefeito fosse feita uma diligência composta de forças do exército; sob o comando do Tenente Aranha e paisanos, sob o comando do Cel Alexandrino. Informaram-nos ter passado de 30 o número de homens da força, com a qual seguiram também o sr. Josias Lima, Delegado auxiliar de polícia, e o médico Dr. Freire de Carvalho.

[122] Regatão: vendedor que usa barco para percorrer uma região.

Embarcada na lancha "*Joca*", à noite, pelas 04h30, chegava a expedição à Boca do Riozinho, onde desembarcou, deu cerco a casa e [...] leia-se a carta que dirigimos aos empregados do Coronel J. Dias, cuja resposta foi escrita na presença de testemunhas, por empregado do mesmo senhor, ditada pelo sr. Arthur Silva, guarda livros da casa, que depois negou-se a assiná-la:

> Ilustríssimos Srs. empregados de J. Dias e residentes na Boca do Riozinho. Rogo-vos, a bem da verdade, me respondais às seguintes perguntas:
>
> **1ª** Estáveis na Boca do Riozinho em casa do sr. J. Dias quando foi esta tiroteada?
>
> **2ª** A que hora aproximadamente foi atacada a casa e que tempo durou o fogo?
>
> **3ª** Quantos homens válidos estavam no lugar?
>
> **4ª** Houve tiros partidos contra os assaltantes?
>
> **5ª** Houve desastre a lamentar?
>
> **6ª** O sr. J. Dias estava no barracão?
>
> Agradecendo antecipadamente a boa vontade e favor que me concedais, subscrevo-me com estima, atenciosamente, Octávio B. de Gusmão Fontoura.

Boca do Riozinho, 26 de julho de 1908

Ilm° sr. Octávio B. de Gusmão Fontoura, redator do "*Estado do Acre*".

Com prazer passamos a responder sua presente carta da forma que segue:

À **1ª** pergunta – Achava-nos na Boca do Riozinho em casa do sr. J. Dias na madrugada de 17 do corrente, quando foi esta tiroteada por praças vindas da "*Empresa*", sob o comando do sr. Tenente Aranha, após o tiroteio e busca geral na casa, seguimos quatro de nós presos para "*Empresa*". Acompanhavam a força o Delegado auxiliar Josias Lima, o Coronel Alexandrino e o médico Dr. Freire de Carvalho, com sua carteira e medicamentos.

À **2ª** pergunta – A casa foi atacada às 04h30 aproximadamente durando o fogo uns cinco minutos, mais ou menos.

À **3ª** pergunta – Contando com o cozinheiro, cargueiros e mais empregados, fazíamos o total aproximado a doze pessoas, incluindo enfermos.

À **4ª** pergunta – Não houve quem disparasse um só tiro, contra a força da Prefeitura.

À **5ª** pergunta – Houve além dos prejuízo materiais a morte do menor Patrício, de cinco anos de idade, filho de Maria da Conceição, que dormia em uma rede, atingido por uma bala partida de debaixo da casa, ferindo-o na região lombar, varando e arrastando, ao sair, os intestinos, vindo a falecer o dito menor, três horas depois. Maltrataram barbaramente o padeiro na ocasião do assalto, ferindo-o na testa.

À **6ª** pergunta – O sr. J. Dias achava-se em seus seringais na manhã do tiroteio em sua casa, para onde havia seguido na tarde de 16 do corrente.

Boca do Riozinho, 26 de julho de 1908.

O Coronel J. Dias, sendo prevenido, fugira na véspera do tiroteio.

Continuavam os boatos cada vez mais alarmantes de ataque à autoridade. Os senhores Dr. João Rodrigues do Largo, Juiz de direito da Comarca, Dr. Barros Campello, Promotor público, Dr. Souza Leão, Juiz preparador do 1° Termo e o Capitão Antônio Lopes Cardoso Filho, tabelião, e outros senhores, retiraram-se para Porto Acre, por não terem garantias aqui, em vista da exaltação que reinava, voltando à noite, depois de tudo serenado.

O Dr. Genesco de Oliveira Castro, tendo sabido do ataque à casa do Coronel J. Dias, e ouvindo os boatos de que auxiliares do Coronel Gabino Besouro, que são inimigos do Coronel Plácido de Castro, pretendiam atacar Capatará, expediu um próprio ([123]) para o Xapuri, afim de prevenir seu irmão do que se tinha passado, e reuniu os seus seringueiros que armou e ficou na defensiva.

O Coronel Plácido subira no dia 14 para Xapuri, com duas canoas tripuladas, cujo pessoal teria de trazer balsas de borracha do sr. Alves Braga & C., de quem é procurador. Ao chegar em Iracema, já de baixada, encontrou o Coronel Plácido de Castro o próprio que fora expedido pelo Dr. Genesco e, apressando a viagem, chegou a 19, à noite, em Capatará, aprovando os atos de seu Irmão.

No dia 20 o Coronel Francisco de Oliveira, negociante no Baixo Acre, chegando a esta Vila, ofereceu-se ao Coronel Gabino Besouro para servir de intermediário e propor uma acomodação ao Coronel Plácido de Castro. Já dias antes, a 17, o Coronel Gabino, numa conferência que teve com o Dr. João Rodrigues do Lago, pedira-lhe escrevesse ao Coronel Plácido no sentido de acalmar os ânimos, [...]

[123] Próprio: mensageiro.

Na fronteira do Capatará o Coronel Plácido de Castro recebeu pela última vez o Coronel Francisco de Oliveira, com quem acertou as condições de paz que lhe ia propor. O Coronel Gabino Besouro, voltando o Coronel Francisco de Oliveira com a segurança de que o Coronel Plácido de Castro nada intentaria e de que mais não desejava do que a garantia de seus direitos constitucionais, desarmou a força e mandou retirar os paisanos.

Houve ainda, depois de tudo o que fica relatado, uma noite de sobressalto nesta Vila, mas infundado, como o foram todos os boatos que circularam sobre o Coronel Plácido de Castro, que, somente, no dia 19, à noite, chegou à sua casa, fora da qual se achava tratando de seus negócios comerciais. Não podemos deixar de cumprimentar o Cel Francisco de Oliveira e o Dr. João Rodrigues do Lago, que tão ardentemente trabalharam e conseguiram evitar a erupção do vulcão preparado por malévolas intrigas, e que decerto conflagraria este Território, já tão assoberbado pela desoladora crise comercial que atravessamos.

A Emboscada

Ainda devido aos últimos acontecimentos uma desgraça ia enlutando este Departamento. Na noite do dia 16 do mês próximo passado, quando chegou à cidade do Xapuri, o Coronel Plácido de Castro, espalhou-se o boato de que ele ia assaltar a cadeia e agredir o Delegado de Polícia, Coronel Simplício Costa.

Isto fez com que a autoridade armasse algumas pessoas e fosse esperar o Coronel Plácido, de regresso da residência do Coronel José Soares. Tendo o Coronel Plácido pernoitado ali, regressou somente o Dr. Sylvio de Lima que o tinha acompanhado à residência daquele cavalheiro. Quando o Juiz Preparador do 2° Termo em companhia do sr. Joaquim dos Santos subiu o barranco da cidade de Xapuri, foi surpreendido com a presença de indivíduos armados de rifles que ao avistarem-no, correram bala para agulha da arma e iam alvejando-o.

Reconhecendo o perigo que corria a sua vida, o Dr. Sylvio perguntou assustadamente o que era aquilo. Nessa ocasião apareceu-lhe o Coronel Simplício que lhe pediu desculpas, explicando que não era a ele que esperava e sim ao Coronel Plácido de Castro. Não comentamos o fato, apenas damos graças a Deus por ter escapado de uma desgraça, perdendo a sua preciosa vida, o jovem Juiz Preparador do 2° Termo de Xapuri.

Emboscada – Assassinos Cobardes – Contra a Vida do Cel Plácido de Castro

A mais dolorosa notícia que podia espalhar-se por esta terra foi a que recebemos hoje no momento em que a nossa folha entrava para o prelo. Um portador expressamente vindo do Seringal "*Benfica*" veio comunicar a diversas pessoas aqui residentes, que hoje pela manhã, às 07h30, quando o Coronel Plácido de Castro, em companhia do Dr. Barros Campello, Promotor Público, do seu irmão Dr. Genesco de Oliveira Castro e do advogado José Alves Maia, seguiam em caminho do Seringal "*Capatará*", pelo varadouro pouco acima do "*Riozinho*", foi alvejado por uma descarga de tiros de rifles, que lhe deram pessoas escondidas na mata.

Uma das balas atravessou o baixo ventre e outra feriu o braço esquerdo do malogrado herói acreano, o ídolo daqueles que, com a consciência sã, trabalham pelo engrandecimento desta terra. Em estado gravíssimo, foi o estimado Coronel Plácido de Castro conduzido em rede para o Seringal "*Benfica*", onde imediatamente recebeu os primeiros socorros prestados pelo Cel João de Oliveira Rôla, por sua Exmª esposa e pessoas da casa. Esta notícia espalhou-se de uma só vez por esta localidade.

Os Drs Leorne Menescal e Caribé da Rocha logo que receberam o infaustuoso aviso partiram a galope, afim de tentar o último esforço para salvar a preciosa vida desse homem, cujo valor tão elevado o colocou no lugar do primeiro vulto do Acre, quer como o mais brilhante defensor deste recanto da pátria no tempo da revolução, quer como a mais saliente figura política de todo o Acre. O Coronel Plácido de Castro que recebeu o primeiro tiro botou o cavalo em que ia montado em direção da fumaça recebendo em seguida mais 12 tiros, um dos quais o feriu no braço esquerdo.

O tiroteio dispersou os seus companheiros pelo que o Coronel Plácido mesmo gravemente ferido, com a sua inexcedível calma, seguiu em caminho do "*Benfica*"; porém, como estava perdendo as forças, apeou-se e sentou-se num pau. Daí foi ele conduzido para a residência do Coronel Rôla. Apesar do estado em que o postaram as balas dos cobardes assassinos, o Coronel Plácido não perdeu os sentidos, narrando o atentado e declarando quais os bandidos que conseguiu reconhecer quando jogou o seu cavalo contra eles.

Os médicos não abandonaram mais a cabeceira do querido chefe acreano e há esperanças de que ele escape, para bem desta terra.

Os autores de tão hedionda, quanto cobarde emboscada, pessoas que vilmente se escondem de tocaia atrás do pau, por não terem a coragem bastante de enfrentar o homem que os faz tremer com a sua presença como é público, nestes últimos dias, ontem mesmo, não faziam segredo da criminosa intenção que lhes minava o cérebro obcecado pelo ódio originado de uma paixão baixa, filha da inveja e de degradantes sentimentos. Que fazer? Resta aos acreanos, a todos que amam e vivem nesta terra consternar-se e implorar a Providência Divina, melhores dias, melhores fases para este pedaço da pátria, cuja independência se deve ao herói que logrou escapar das balas alvejadas por aqueles que com ele combateram lealmente, peito a peito para tombar atingido pelos tiros dos assassinos, que acabam de manchar com lodo e sangue as páginas da história acreana. É esta a segunda vítima das paixões inconfessáveis; a primeira foi uma criança que alimentava as esperanças de sua pobre mãe viúva, a segunda é aquele que representa fielmente a esperança dos acreanos. O sr. Prefeito foi cientificado do atentado. (JCA, n° 1609)

Jornal Comércio do Amazonas, n° 1.612
Manaus, AM – Quinta-feira, 17.09.1908

Plácido de Castro – Novas Informações

– A Chegada do Juiz de Direito e do Promotor Público a esta Cidade – O que narram – Depoimento do Irmão da Vítima – O que Dizem Cinco Testemunhas – A Atitude do Juiz de Direito do Acre

A bordo da lancha "*Rápido*", chegaram ontem do Acre os Dr. João Rodrigues do Lago, Juiz de Direito da Comarca e Barros Campello, promotor daquele Distrito Judiciário.

Ambos hospedaram-se no "*Grande Hotel*" onde fomos procurá-los e pedir notícias sobre o assassinato do Coronel Plácido de Castro. Gentilmente recebido o nosso colega entreteve com os dois magistrados amistosa e longa palestra narrando eles em seus mínimos detalhes os acontecimentos, de que aliás fora testemunha de vista o Dr. Campello. Disse-nos esse cavalheiro que o Coronel Plácido, depois de ferido, não se mostrou desanimado, pedindo instantemente ([124]) ao Dr. Caribé da Rocha que o salvasse porque ele precisava fazer uma hecatombe no Acre, a vista do ato covarde de que acabava de ser vítima.

Que, lamentando o fato, chamou, minutos antes de morrer, o seu irmão Genesco e disse-lhe que antes de dar a sepultura o seu cadáver, mandasse extrair o coração, cortasse-o em dois pedaços iguais e mandasse-os, um à sua mãe e o outro à sua noiva residente na cidade de Petrópolis; que finalmente liquidasse todos os seus negócios e se retirasse do Acre, fazendo, porém, antes, todo o possível para vingar a sua morte.

O Dr. Campello disse ao nosso companheiro que, Plácido fora ferido por uma bala de Mauser, a qual penetrara na região lombar transpassando a pleura e alojando-se no estômago, e esvaindo-se em sangue vendo seu irmão saltar do animal, gritara: não, Genesco! Monte de novo. Vamos no encalço do inimigo!

---

[124] Instantemente: com urgência.

E saíram, sem nada conseguir. Estando, porém, Plácido muito fraco, saltou do animal, sentou-se em um pau e juntou a cabeça sobre uma das pernas do Dr. Campello e assim se conservou até o regresso do pajem que fora ao Seringal do Coronel Rôla buscar uma rede para conduzi-lo. O Dr. Campello, que se acha seriamente enfermo, segue com o Dr. Lago, no "*S. Salvador*" para o Rio de Janeiro e ali entregará ao Dr. Afonso Pena uma cópia depoimento de Genesco de Castro, bem como, em original, uma justificação processada perante o Dr. Souza Leão, Juiz preparador, em que depuseram cinco testemunhas. Desses documentos extraímos o que se segue:

Depoimento de Genesco

Disse: que está convencido de que o autor da tentativa de assassinato de seu irmão, Cel Plácido de Castro é o indivíduo Alexandrino José da Silva, atual subdelegado de polícia do Sr. Gabino Besouro, Prefeito deste Departamento, auxiliado pelos inúmeros bandidos que tem a seu dispor e que com eles tem servido em todas as diligências "*perigosas*", que os últimos Prefeitos de Departamento têm entendido fazer. Que desde a administração Jesuíno, Alexandrino declara publicamente as suas tenções homicidas contra a pessoa ora vitimada e que todos os moradores deste Departamento têm conhecimento deste fato.

Que nos primeiros dias do mês passado tanto o depoente como o seu irmão foram avisados que em reunião realizada na "*Empresa*", com a presença do Sr. Prefeito fora resolvido o assassinato de Plácido de Castro para se apoderarem de uma precatória que estava em seu poder expedida contra o indivíduo de nome Manoel Leopoldino Pereira Leitão Cacella e

para "*tranquilizar a administração deste Departamento*"; – e que na mesma reunião fora resolvido o assassinato do Comerciante José Maria Dias Pereira, contra quem o Delegado Josias Lima já praticou um atentado de homicídio, e ainda o Dr. Juiz de Direito deste Departamento. Que a resolução deste tríplice assassinato, com ou sem o consentimento ou a cumplicidade do Coronel Besouro, é desde há muitos dias a convicção do depoente, tanto assim que ousou externar ao Sr. Presidente da República em carta aberta, que lhe dirigiu por intermédio do "*Correio da Noite*", pedindo providências, que pusesse o seu irmão a salvo do punhal dos seus representantes aqui. Que a sua convicção se firmou com o atentado praticado em Xapuri contra a pessoa do Dr. Sylvio Gentio de Lima, pelo subprefeito chefiando três ou quatro gatos pingados, na noite de dezesseis de julho findo, julgando que assaltava a pessoa de Plácido como declarou, pedindo desculpas quando reconheceu haver se enganado.

Que ainda pelo fato de haver o indivíduo Alexandrino José da Silva, num encontro que teve com Octávio Fontoura, no varadouro que vem da "*Empresa*" a "*Benfica*", ao enxergar aquele senhor, puxado bala para a agulha de uma Winchester [rifle], declarando ao reconhecer-lhe que tinha feito aquilo porque supunha fosse o Coronel Plácido a quem pretendia matar, porque o "*Coronel Gabino Besouro lhe declarara que o Coronel Plácido pretendia assassiná-lo, bem como ao Coronel Simplício Costa, para tomar conta do Acre*". E como nada mais disse nem lhe foi perguntado mandou a dita autoridade encerrar este auto depois de lido e achado conforme, que assina com o respondente. E eu, Antônio Rebello, Escrivão "*ad hoc*" ([125]), o escrevi.

---

[125] "Ad hoc": para isso.

Em tempo. Disse mais, que interrompeu o seu depoimento para assistir o passamento do seu irmão, mas continua agora dizendo que a última tentativa de assassinato do comerciante José Maria Dias Pereira, praticada por força do Exército sob as ordens do Delegado Josias Lima, que uma vez já tentara assassiná-lo; que essa hedionda tentativa, onde sucumbiu uma criança e ficou gravemente ferido um empregado, impune como ficou, é mais uma prova da cumplicidade do Sr. Prefeito nesta tragédia que o macula.

Que o fato do Sr. Prefeito haver negado força a este Juiz de Paz para efetuar a prisão dos criminosos e colocar os seus soldados de prontidão e de piquete assim que soube do assassinato de Plácido de Castro, é mais um fato que muito depõe contra a sua pessoa e muito reforça a suposição da sua culpabilidade; que o fato do Ten Luiz Sombra, empregado da Prefeitura, haver dito aos Srs. Manoel Henrique de Lima e José Martins Ferreira que o Cel Plácido não tinha sido vítima de uma emboscada, como se dizia, mas sim de "*uma armadilha para anta e com uma bala podre tão safada que nem deu para matar*" é a prova mais evidente da revoltante culpabilidade dos representantes do Poder Público deste Departamento. Que na antevéspera da prática do crime de que se ocupa ainda o respondente levou ao conhecimento do Prefeito uma série de fatos, que fazem crer a premeditação desse crime conhecido e oficial, e a iminência em que estava de realizar-se e que o Prefeito ao invés de tomar medidas para evitá-lo, parece haver acelerado a sua execução, porque assim que seu irmão Plácido chegou à Vila Rio Branco o Sr. Gabino Besouro mandou chamar o seu Subdelegado Alexandrino que foi a sua presença, mesmo bêbado, como costuma andar, e saiu dizendo que ia para fora da Vila, onde o Prefeito lhe disse que ficaria com toda liberdade.

ANNO III — RIO DE JANEIRO --- TERÇA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1908 — NUM. 653

DIARIO DA TARDE

O SECULO

Director e proprietario---BRICIO FILHO

Redacção e Officinas-Avenida Central, 175

Cartas do Amazonas

Manáos, 17 de setembro de 1908

O traçoeiro e vil assassinato de Placido de Castro emocionou dolorosamente a cidade, formando-se opinião geral muito desfavoravel á attitude do prefeito Gabino Besouro, cujo genio atrabiliario e cruel tem sido objecto de vehementes censuras.

Si não ordenou directamente o barbaro attentado que roubou á terra acreana um dos seus mais ardorosos defensores e o mais valente campeão das gloriosas lutas ali travadas, trazendo-nos em resultado a brilhante conquista diplomatica do «Tratado de Petropolis», tambem não impediu os preparativos do crime, como era dever da primeira autoridade do Departamento.

A impunidade dos indigitados criminosos, á frente dos quaes se acha o subdelegado de policia do sr. Gabino, é um facto provado e revoltante, que não commentamos pela certeza deque, ao chegarem ahi estas linhas, já seja o caso considerado de «materia velha», dada a intensividade da vida carioca, onde as tragedias sanguinarias se succedem, disputando primazia nos horrores.

Cartas do Amazonas

Manaus, 17 de setembro de 1908

O traiçoeiro e vil assassinato de Plácido de Castro emocionou dolorosamente a cidade, formando-se opinião geral muito desfavorável à atitude do prefeito Gabino Besouro, cujo gênio atrabiliário e cruel tem sido objeto de veementes censuras.

Se não ordenou diretamente o bárbaro atentado que roubou à terra acreana um dos seus mais ardorosos defensores e o mais valente campeão das gloriosas lutas ali travadas, trazendo-nos em resultado a brilhante conquista diplomática do "Tratado de Petrópolis", também não impediu os preparativos do crime, como era dever da primeira autoridade do Departamento.

A impunidade dos indigitados criminosos, à frente dos quais se acha o subdelegado de polícia do sr. Gabino, é um fato provado e revoltante, que não comentamos pela certeza de que, ao chegarem aí estas linhas, já seja o caso considerado de "matéria velha", dada a intensividade da vida carioca, onde as tragédias sanguinárias se sucedem, disputando primazia nos horrores.

Imagem 12 – O Século, n° 653, RJ, 13.10.1908

Em vista do exposto e de muitos outros fatos está convencido de que o principal assassino de seu irmão é o Subdelegado Alexandrino José da Silva, com a cumplicidade do atual Prefeito que nem ao menos se dignou disfarçar o seu crime, tomando as cenográficas providências, que outros menos confiantes da sua impunidade praticariam em igual circunstância. Que agora no modo de ver do respondente resta ao Sr. Prefeito mandar quanto antes executar o assassinato do Sr. Dr. Juiz de Direito, do comerciante Dias e do respondente, que certamente já entrou para o rol dos que embaraçam com o trabalho "*honrado*" a sua

nefasta administração. E como mais não disse nem lhe foi perguntado mandou a dita autoridade encerrar este auto, que depois de lido e achado conforme assina com o respondente. E eu, Antônio Rebello. Escrivão "*ad hoc*", o escrevi.

Primeira Testemunha
Antônio da Silva Rebello

Disse: Que mais de uma vez no seu hotel 24 de janeiro, na Vila do Rio Branco, viu e ouviu Alexandrino José da Silva declarar publicamente que mataria o Cel Plácido de Castro, que quase sempre Alexandrino apareceria na Vila com uns cabras reconhecidamente criminosos, entre os quais a testemunha conhece os de nome Francisco França, apontado como assassino, Porfírio de tal, Antônio de tal e Luiz Paula, aquele seringueiro de J. Dias e um parecido com João da Matta, uma das pessoas que o falecido Cel Plácido pensou ser um dos que se achavam em emboscada e os dois últimos que falqueando uma mesa do hotel da testemunha no dia 23 de julho passado, declararam em estado de embriaguez que matariam o Cel

Plácido de Castro e qualquer "*Placista*" que ali aparecesse, isto dizendo um deles, o de nome Antônio puxava a bala para a agulha de uma carabina com a qual se achava munido; que conhece também o sicário de nome Eugênio, tirado da cadeia por Alexandrino de quem raramente se separava, criminoso esse de toda a confiança de Alexandrino. Que Renato de Souza, escrivão de Alexandrino também fez muitos distúrbios no hotel da testemunha e, em uma das vezes declarou que vendia a vida do Coronel Plácido de Castro a quem a quisesse comprar, asserção essa que foi presenciada pelo Tenente do Exército Nilo Guerra, que sabe, por ter ouvido em seu hotel, do

próprio Alexandrino que ele ou Plácido tinha de morrer. Que soube do Advogado José Maria que Francisco Corrêa havia dito a este ter de morrer ou o Coronel Plácido ou o Coronel Alexandrino. Que sabe ter o Dr. Genesco de Castro estado com o Prefeito e feito queixa a este de Alexandrino que o andava a provocar por diversos modos; que no dia 8 de agosto corrente o Coronel Plácido esteve a negócio na Vila do Rio Branco onde se achava Alexandrino que se retirou poucas horas depois da chegada do Coronel Plácido; que nesse mesmo dia à noite o Coronel Plácido se retirava da Vila do Rio Branco para regressar a seu Seringal "*Capatará*" em companhia do Promotor Público Dr. Barros Campello, do Dr. Genesco de Castro e do Advogado José Maia.

Que no dia seguinte, às 13h00, soube em seu hotel que o Coronel Plácido havia sido atirado de emboscada na altura do Seringal "*Flor de Ouro*", onde negocia o Coronel Alexandrino; que como todos na Vila, já esperava a emboscada de Alexandrino José da Silva e tanto assim é que a testemunha verificou no local do crime o esconderijo onde se achavam os assassinos, que é atrás de um grosso pau do qual sai uma pequena vereda que, seguindo a praia do Rio, vai ter até em frente ao porto do Seringal "*Flor de Ouro*" onde reside Alexandrino. Que há uns dez dias se acha Alexandrino na casa do Prefeito; que sempre que sai à rua é disfarçadamente acompanhado de seus sequazes, atrás referidos; que não há nenhuma dúvida na impunidade dos assassinos do Coronel Plácido de Castro, falecido a 11 do corrente e se fosse na sede da Prefeitura a testemunha não se atreveria a depor por temer ser pelos mesmos espancado, pois o Coronel Roberto Moraes que depôs no inquérito aberto pelo Juiz de Paz Manoel de Albuquerque Saldon fugiu da Vila do Rio Branco onde até anteontem era procurado a fim de levar uma surra.

Que o justificante Genesco de Castro está bem arriscado de ser assassinado pelo mesmo Alexandrino, que gozando da proteção do Prefeito conta com a impunidade dos crimes que tem feito. Que a testemunha serviu de escrivão num inquérito aberto pelo Juiz de Paz referido e por isso sabe de ciência própria que o Prefeito em ofício dirigido àquele negou força para prender os criminosos. Que até a presente data o Dr. Gabino Besouro conserva seus soldados armados e paisanos de piquete nos varadouros, tendo assim transformado a Vila do Rio Branco numa Praça de Guerra.

Segunda Testemunha
José Alves Maia

Disse: que por mais de uma vez viu o subdelegado Alexandrino José da Silva, conhecido da testemunha como assassino, que no ano de mil e novecentos matou um trabalhador do Seringal "*Humaitá*", cortando o cadáver em pedaços, dizer publicamente que assassinaria o Coronel Plácido de Castro. Que diversas vezes aparecia Alexandrino na Vila Rio Branco, sempre acompanhado de uns cinco ou seis desordeiros, dentre os quais a testemunha ouviu dizer haver um por nome Eugênio, que fora arrancado da cadeia pelo subdelegado Alexandrino, e uma vez absolvido pelo júri.

Que de seu primo José Augusto Maia, coproprietário do Hotel Vinte e Quatro de Janeiro, ouviu que Luiz de Paula e Antônio de tal, capangas do referido subdelegado, entraram em um dos dias do mês de julho findo, no aludido hotel, e ali fizeram toda a sorte de desordens, ficando ambos tão enfurecidos por não aparecer uma pessoa que se dissesse amiga do Coronel Plácido, a ponto de crivar de faca uma

das mesas do estabelecimento, gritando ambos que matariam o Coronel José Plácido de Castro; que rara vez vira Alexandrino sem ser embriagado, e assim, nesse estado, em todas as tabernas onde entrava na Vila do Rio Branco, dizia em alto e bom tom, que mataria o irmão do Dr. Genesco. Que na véspera da emboscada, que sofreu o Coronel Plácido, Francisco Corrêa, casado com uma sobrinha de Alexandrino disse a testemunha que, ou o Coronel Plácido ou Alexandrino tinha de morrer.

Que viu quando o Dr. Genesco de Castro foi se queixar ao Prefeito Gabino Besouro, de diversas provocações feitas pelo subdelegado Alexandrino, que a testemunha assistiu a uma dessas provocações de Alexandrino ao Dr. Genesco. Que no dia 8 de agosto corrente chegaram a Vila do Rio Branco o Cel Plácido, onde também se achava Alexandrino, que logo esbravejou por toda a parte matar o Cel Plácido; que nesse mesmo dia a testemunha viu o cavalo de sela de Alexandrino ensanguentado e soube que ele havia dado uma facada naquele animal, dizendo não pode-lo fazer na mesma hora ao Cel Plácido. Que nesse mesmo dia 8, Alexandrino retirou-se da Vila, declarando a todo mundo que mataria o Coronel Plácido.

Que a testemunha doente, foi convidado pelo Cel Plácido a ir se restabelecer nos seus campos denominados "*Esperança*", convite este que a testemunha aceitou, mas com a condição de não ir com o dito Coronel, que saia da Vila na noite do mesmo dia 8, por temer assistir a uma descarga de bala no caminho; que o Cel Plácido insistia com a testemunha para irem juntos, alegando que o Promotor Dr. Barros Campello, também ia se tratar, e, em face disso, a testemunha resolveu fazer a viagem juntos e partiu na noite do aludido dia 8 de agosto indo pernoitar na Foz do "*Riozinho*", onde dormiram.

Que ao amanhecer do dia 9, partiu com seus companheiros com destino ao Capatará, para daí seguir para os Campos, seguindo na frente o Dr. Genesco, em seguida o Coronel Plácido, logo após o Promotor, Dr. Barros Campello, e, por último a testemunha. Que durante a viagem não se cansou de falar sobre emboscadas, temendo a cada instante, uma descarga de balas detonadas de dentro do mato por Alexandrino e seus sequazes; que ao passar com seus companheiros de viagem o Igarapé "*Distração*", um pouco adiante, uma descarga de balas partiu de dentro do mato, indo dois dos projéteis ferir mortalmente o Coronel Plácido de Castro; que nessa ocasião a testemunha apeou do animal em que ia montado e internou-se no mato, onde se perdeu, conseguindo somente chegar a "*Benfica*", onde se achava o ferido, uma hora depois.

Que em "*Benfica*" esteve até o dia 11 de agosto, data em que faleceu o referido Coronel Plácido; que passados sete dias da emboscada, Alexandrino e seus sequazes, com assombro do povo da Vila, entrou cinicamente pelas ruas, indo hospedar-se no mesmo prédio onde habita o Prefeito Dr. Gabino Besouro, que, segundo dizem é cúmplice no assassinato do referido Coronel Plácido; e tanto isso parece ser verdade quanto é certo que até agora não houve providência alguma para capturar os criminosos e mais negou força ao Juiz de Paz, Manoel de Albuquerque Soldon, para prender os delinquentes.

Que desde o atentado contra o Cel Plácido, o Prefeito pôs a Vila do Rio Branco em pé de guerra; que absolutamente não fazia o presente depoimento na Vila do Rio Branco, pois arriscar-se-ia pelo menos a ser agredido a golpes de espada pelos oficiais do aludido Prefeito.

Terceira Testemunha
Tenente do Exército, Agrimensor de Terras Públicas e Advogado, Nilo Guerra

Disse: que Alexandrino José da Silva, que tempos atrás cometera um assassinato em Humaitá, manifestara desejos de assassinar o Cel José Plácido de Castro, como ele próprio declarou no Hotel Vinte e Quatro de Janeiro, na manhã de um dos últimos dias do mês passado, na presença do Capitão Antônio da Silva Rebello, do Cel José Augusto Maia, proprietários do mesmo hotel, e da testemunha.

Que Alexandrino José da Silva andava acompanhado de indivíduos de má nota ([126]), dentre os quais o indivíduo Eugênio de tal, que no ano passado fora submetido a júri, por crime de homicídio.

Que esses indivíduos, pública e notoriamente sabido, de maus costumes, tinham como mais salientes, no desejo de assassinar o Coronel Plácido de Castro, o de nome Renato de Souza, Escrivão do subdelegado de Polícia, Alexandrino José da Silva, Luiz Paulo e Antônio de tal, os mesmos que no dia 23 de julho passado, em almoço no Hotel Vinte e Quatro de Janeiro, armados de faca e rifle, desafiavam com impropérios a quem quer que se manifestasse amigo ou partidário do Coronel Plácido, sendo que o mais audacioso dos facínoras era o referido escrivão do subdelegado, que não obstante amigo do conhecido desordeiro Bruno Barbosa, mereceu ser este advertido.

[126] Má nota: vagabundos, meliantes.

Que ouviu dizer do Advogado José Alves Maia haver-lhe declarado Francisco Corrêa, empregado na Prefeitura e aparentado do aludido Alexandrino, que o Cel Plácido ou Alexandrino tinha que morrer, isso na véspera da conhecida emboscada de "*Benfica*", de que foi vítima o mesmo Cel Plácido. Que em um dos primeiros dias do corrente mês viu o Ten Genesco de Oliveira Castro comunicar ao Prefeito Gabino Besouro que Alexandrino José da Silva insultara seu empregado Francisco em casa do Dr. Leorne Menescal ameaçando-o para brigar. Que no dia 8 do corrente, estando em companhia do Cel Plácido, viu passar Alexandrino a cavalo, alcoolizado, que vinha de conversar com Francisco Simplício F. Costa, subprefeito do Acre e Delegado de Polícia no Xapuri, que se achava hospedado em casa do Prefeito devendo nesse mesmo dia 8, à tarde, partir com rumo pelo local da emboscada, que é perto de sua residência em "*Flor de Ouro*". Que o referido Simplício é o mesmo que pretendeu assassinar, a tiros de rifle, no porto do Xapuri, em um dos últimos dias do mês de julho, ao Cel Plácido, segundo publicou e ficou sem contestação o n° 1 do jornal "*O Estado do Acre*".

Que se publica na Vila Rio Branco; que no dia 9 de agosto, pela manhã, foi vítima dos tiros partidos da emboscada de "*Benfica*", de que faleceu no dia 11 do corrente; que dentro da lei os indícios de que Alexandrino é o assassino de Plácido de Castro, são mais que veementes, como poderá averiguar a polícia, no inquérito que lhe cumpre fazer, que o indigitado ([127]) assassino Alexandrino, com seus comparsas criminosos continuam como anteriormente, em plena liberdade, a receber especiais considerações do Cel Gabino, Prefeito do Departamento e do Delegado Auxiliar de Polícia Antônio João de Barros Alencar, o mesmo que, sob o protetorado do Governo do

[127] Indigitado: apontado.

Amazonas, cometeu um infame assassinato de um seu companheiro de casa na Vila Floriano Peixoto, de onde fora, pouco antes do assassinato do Coronel Plácido, chamado pelo Prefeito Coronel Gabino para exercer a atual função de Delegado.

Que o conhecido assassino Alexandrino continua a exercer a função de Delegado de polícia do "*Riozinho*" e campeia ostensivamente pelas ruas da sede da Prefeitura, acompanhado de conhecidos criminosos, dentre os quais o já referido Eugênio; que até o presente a ação da polícia, só tem sido benéfica aos assassinos do Coronel Plácido e muito perseguidora não só das testemunhas que depuseram no inquérito feito perante o Juiz de Paz da localidade da emboscada, como dos amigos e admiradores do Coronel Plácido, sendo que a testemunha Tenente-Coronel Roberto Severiano de Moraes sofreu ameaças de morte, sendo obrigado, para conservação de sua vida, a fugir da Vila Rio Branco.

Que evidentemente, com maus intuitos, está o Prefeito Coronel Gabino Besouro, porquanto desde o meado do mês passado até o presente, tem mobilizado Força Armada, mantida com dinheiro que lhe fora confiado para o melhoramento do Acre, não só em desperdícios com as compras de armas e munições como com a alimentação e pagamento exagerado de diárias para os civis desencaminhados de seus empregos, que se acham ao seu serviço e que se com maus intuitos, é ou não, a prova está em tudo quanto aí fica referido, prova mais que clara e indícios mais que veementes de que o aludido Coronel Gabino, o mesmo que já se levantara contra o poder constituído do país, o mesmo ainda que fora recusado por sua terra natal, é o insuflador e conivente em todos os distúrbios que ora fazem paralisar o comércio do Acre e levantar pânico em sua população.

Em aditamento, disse mais: que nos primeiros dias do corrente mês levara ao conhecimento do Coronel Gabino Besouro, que no Hotel Vinte Quatro de Janeiro, onde mora a testemunha, estava ele, testemunha, constantemente provocado de morte por assassinos, companheiros de Alexandrino José da Silva, pelo simples fato de não acompanhar nem aprovar as violências que contra o Coronel Plácido pretendia o referido Prefeito praticar, fazendo-lhe mesmo ver que algumas dessas provocações publicamente feitas no hotel eram presenciadas pelo Delegado de Polícia; e que o Coronel Gabino nenhuma providência deu para cessar essas ameaças que dia a dia mais avultaram e como ele, testemunha se sentisse sem garantias legais retirou-se da sede da Prefeitura para se pôr a salvo aqui onde faz este depoimento.

Quarta Testemunha
João Damasceno Cavalcante

Disse: que é público e notório na Villa Rio Branco, que foi o autor da emboscada que vitimou o Cel Plácido de Castro, o cearense Alexandrino José da Silva e seus capangas; que logo que a testemunha soube da emboscada não teve dúvida alguma de atribuir a Alexandrino, porquanto este quando embriagado, nunca deixou de dizer horrores do Coronel Plácido em sua ausência, jurando de, um dia com ele, Coronel Plácido, se encontrar. Que no penúltimo domingo Alexandrino entrou na Vila Rio Branco com seus capangas e se hospedou no mesmo prédio onde habita o Prefeito; que a testemunha tendo de voltar para a Vila Rio Branco, de onde se ausentou para prestar este depoimento, teme ser agredido por ter narrado a verdade dos fatos, e por isso nada mais adianta.

Quinta Testemunha
Bemvindo Soares de Oliveira

Disse: que é público e notório na Vila do Rio Branco o fato de Alexandrino José da Silva declarar que no Acre haveria de habitar ou ele ou o Coronel Plácido. Que todas as vezes em que aparecia na Vila era sempre acompanhado de seus capangas, entre os quais o de nome Eugênio Francisco da França que respondeu ao júri no ano passado. Que no dia nove de julho passado, fora ao Purus e por isso não sabe de ciência própria das desordens feitas no Hotel 24 de Janeiro, mas em chegando no dia 19 do corrente à Vila do Rio Branco; soube que Luiz Paulo e Antônio de tal bem como Renato de Souza fizeram distúrbios naquele estabelecimento onde gritavam que se aparecesse um amigo do Coronel Plácido, que o matariam.

Que soube do Advogado José Maia, que Francisco Corrêa, casado com uma sobrinha de Alexandrino dissera que o Coronel Plácido ou Alexandrino desapareceria; que em caminho de Senna Madureira para cá, soube do assassinato do Coronel Plácido, e a propósito tem importantes revelações a fazer. Que João Dantas, irmão de Raymundo Dantas, arrendatário do Seringal "*Bagé*", e Ângelo Dumont, ambos encarregados das estradas de seringueiras do mesmo Seringal, encontraram-se com a testemunha e confidencialmente narraram que Alexandrino José da Silva tinha entregue uma carta a um preto de nome Victal, morador no Seringal "*Amapá*" a fim deste levá-la a Maurillo de tal, seringueiro do "*Bagé*" a Raymundo Dantas, vendo aquele preto no centro do Seringal foi ao seu encontro e fê-lo voltar, sendo-lhe pedido pelo mesmo preto que ao menos dissesse que Alexandrino mandara chamar Maurillo.

Que este ao saber do recado disse que já sabia para que era o recado; que ele, Alexandrino, mandara chamá-lo para perseguir o Cel Plácido de Castro até tirar-lhe a cabeça. Que isto contando a testemunha a João Dantas e a Ângelo, acrescentara mais que antes de qualquer pessoa saber do assassinato do Coronel Plácido, já Maurillo narrava o acontecimento, sendo de notar que no domingo, nove de agosto corrente, dia em que se deu a emboscada, Maurillo não se achava em casa, e tendo dela saído montado em burro, voltou a pé, segunda-feira, dez do corrente, indo pelo centro do Seringal "*Bagé*", narrando que havia sido assassinado o Coronel Plácido. Que João Dantas e Ângelo findaram a sua narração dizendo que não havia dúvida de Maurillo ter tomado parte no crime, tanto mais quanto este indivíduo vivia aos serviços infamantes de Alexandrino José da Silva.

Que atualmente se acham morando na Vila do Rio Branco Alexandrino José da Silva e seus sequazes; que há muito a testemunha sabia da emboscada que Alexandrino preparava pois, tendo mandado a Manoel Nobre de Lima e Antônio Nunes seus empregados, buscarem umas reses nos campos de "*Capatará*", em caminho, no varadouro do "*Riozinho*" para "*Benfica*", no Igarapé Distração, quando aqueles seus empregados tratavam de estivar a ponte do mesmo, para dar passagem ao gado, viram dentro do mato passarem dois homens armados que atribuíram ser caçadores mas depois, quando procuravam paus bons de cortar, para fazer a estiva da ponte viram Francisco França e Eugênio Francisco da França armados de Mannlicher e um outro que não conheceram, armado de rifle.

Que os dois primeiros conversavam com Manoel Nobre e Antônio Nunes, dizendo muito desconfiadamente que andavam a procura do varadouro que ia para a "*Flor do Ouro*".

Que os empregados da testemunha acrescentaram quando narraram o fato acima que aqueles conhecidos criminosos estavam ali de emboscada para alguém, pois, conhecedores como eles são de todos esses varadouros era aquela história muito mal contada. Que em face do exposto, a testemunha esteve no dia trinta de julho passado, três dias ou quatro depois do encontro a que já se referiu, com o Cel Plácido de Castro, em Capatará e fez-lhe ver o perigo que corria sua vida nas emboscadas preparadas nas matas que ficam fronteiras ao Seringal "*Flor de Ouro*", onde se achava Alexandrino José da Silva.

Que a autoria do crime perpetrado contra o Coronel Plácido, não há dúvida alguma que recai na pessoa de Alexandrino, Francisco França, Eugênio Francisco da Franca, Maurillo de tal e outros sicários às ordens do primeiro: que a vista da impunidade dos delinquentes, que estão descobertos, a testemunha presume ser conivente no crime o Prefeito do Departamento, Cel Gabino Besouro. Que sabe de ciência própria que Alexandrino goza da proteção do Prefeito, tanto assim é que não sabendo Alexandrino ler nem escrever foi nomeado subdelegado de Polícia do "*Riozinho*", cargo que ainda continua a exercer.

Quatro Ofícios

Damos a seguir a cópia de um ofício do Juiz de Direito Dr. João Rodrigues do Lago:

Exm°.

Sr. Cel Dr. Gabino Besouro, Digníssimo Prefeito do Alto Acre. – Levo ao conhecimento de V. Exª que nesta data passo o exercício do cargo que ocupo ao Dr. Procurador do 1° Termo e que me retiro da Comarca.

Assim procedo não só pela absoluta falta de garantia que existe em todo Departamento, mas também pelas ameaças que pesam sobre a minha cabeça, ameaças de que se fazem eco auxiliares de V. Exª, sem que encontrem da parte da polícia repressão alguma. Não é mistério para ninguém que pessoas da intimidade de V. Exª declaram em toda parte que do Coronel José Plácido de Castro já estavam livres, e que agora se fazia mister o meu desaparecimento.

Diante da inércia de V. Exª eu não podia nem devia confiar em promessas de garantias, que costuma fazer, quando vi a propriedade alheia assaltada à mão armada, assassinadas crianças, proibido o direito de locomoção, eliminados de emboscada cidadãos prestigiosos e tantos outros fatos que bem caracterizam a administração de V. Exª. Sirva, pois, este meu ofício de protesto contra a pressão que V. Exª quer exercer sobre o Poder Judiciário, não escolhendo os meios para atingir o fins.

Saudações. – João Rodrigues do Lago. [...] (JCA, nº 1.612)

Genesco repercute no seu livro uma representação do Dr. Sylvio Gentio de Lima a Affonso Penna:

Exmº. Sr. Dr. Affonso Augusto Moreira Penna – M. D. Presidente da República.

Usando do direito que me confere o art. 72 § 9º da Constituição, venho, na dupla qualidade de cidadão e magistrado, representar a V. Exª contra os atos de prepotência praticados pelo Sr. Coronel Gabino Besouro, Prefeito do Departamento do Alto Acre, e os seus prepostos, atitude que sou forçado a assumir, fazendo, aliás, não pequena violência no meu tem-

peramento, sempre inclinado ao esquecimento das ofensas e ao perdão das injúrias. Farei uma sucinta descrição dos atos que se me afiguraram ilegais e atentatórios dos direitos do cidadão, praticados, uns diretamente pelo Sr. Prefeito, outros por funcionários de sua imediata confiança, e com o seu assentimento tácito, e para ela solicito, imploro e suplico a preciosa atenção de V. Exª de antemão assegurando a V. Exª, com os olhos em Deus de que tudo quanto alego é a expressão genuína da verdade.

Nomeado por V. Exª para exercer o cargo de Juiz Preparador do 2° Termo da Comarca do Alto Acre, cuja sede é "*Xapuri*", para lá segui em companhia de minha família, tendo, antes de entrar em exercício desse cargo, ocupado por alguns dias [de 9 a 15 de maio] o juizado de direito vago pela ausência do respectivo Juiz, Dr. João Rodrigues do Lago.

Comparecendo esse magistrado deixei a Vara de Direito, e só entrei no exercício do cargo de Juiz Preparador no dia 14 de junho, por ter ficado na "*Empresa*" [Rio Branco], sede da Comarca, 15 dias à espera de condução para o "*Xapuri*".

Poucos dias depois de ter passado o exercício ao Dr. Juiz de Direito da Comarca, deu-se entre S. Exª. e o Sr. Prefeito o atrito que deu causa ao rompimento das relações oficiais entre os dois, e cuja origem foi a seguinte: tendo o Dr. Lago necessidade de informações policiais para orientar-se a respeito de determinado processo sujeito a seu julgamento, oficiou nesse sentido ao Sr. Gabino Besouro para que lhas fornecesse, fazendo-lhe sentir que não as solicitava do Delegado Auxiliar em exercício Josias Lima, porque este indivíduo figurava como réu de "*crimes infamantes em processos que corriam pelo seu juízo*", além de já se achar "*pronunciado por tentativa de homicídio*".

Essa atitude do Dr. Juiz de Direito, absolutamente digna e moralizadora, irritou por tal forma o Sr. Prefeito que em ofício dirigido àquele magistrado verberou em linguagem descortês e cheia de insidiosas indiretas ao seu correto procedimento. Devo dizer a S. Exª com franqueza e lealdade o motivo pelo qual o Dr. Lago considerava o Delegado Josias Lima ainda sob a ação da pronúncia. Tendo sido esse Sr. processado e pronunciado pelo crime de tentativa de homicídio na pessoa do Negociante J. Dias Pereira, conseguiu ser julgado e absolvido por um júri adrede preparado, presidido por um suplente de Juiz de Distrito nomeado pelo encarregado do expediente da Prefeitura, na ausência do Prefeito. Releva notar que o Promotor Público Sr. Santa Rosa, depois de ter interposto o recurso de apelação da sentença absolutória, desistira do mesmo ilegal e criminosamente.

O Dr. Juiz de Direito considerou, e muito legalmente, insubsistente um tal julgamento, não somente por ter sido o júri de camaradagem organizado com preterição de formalidades essenciais, como porque o dito suplente não podia ser nomeado pelo encarregado do expediente da Prefeitura. Que o juiz de direito procedera com acerto, prova a decisão do Tribunal de Apelação, anulando o julgamento e mandando submeter o réu a novo júri, o que até à data da minha partida não havia sido feito, nem sequer recolhido o mesmo à prisão.

Deixei o Sr. Josias exercendo como rábula a advocacia na "*Empresa*" e no "*Xapuri*" e blasonando ([128]) a proteção, neste ponto simplesmente criminosa, que lhe dispensa o Sr. Prefeito. (CASTRO)

[128] Blasonando: alardeando.

PROTESTO DO ACRE

"*Tem chegado ao Acre vagabundos e vagabundas vindos principalmente do Rio de Janeiro. O povo de lá está contrariadíssimo com essa nociva imigração, tão prejudicial ao seu crédito e ao seu futuro*". (Dos Jornais)

Acre: É isto! Dou dinheiro em penca à União e a União não me dá cousa alguma que preste! Vai-se-me o rico dinheirinho pela esquerda e mandam-me vagabundos de ambos os sexos, pela direita... Isto aqui não é monturo! E se a coisa continua assim, eu viro bicho e faço um rolo dos diabos!

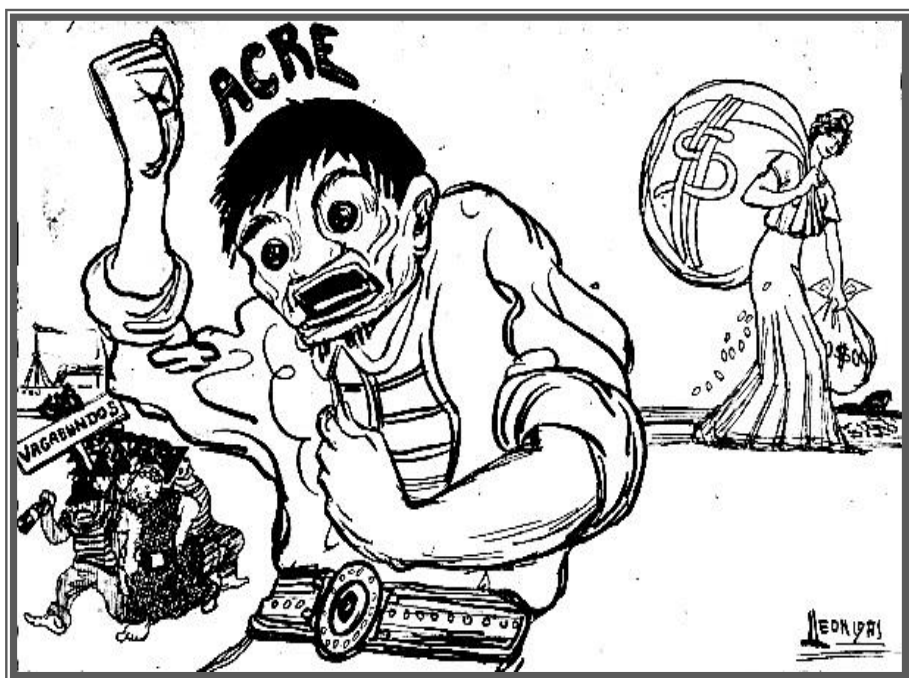



Imagem 13 – O Malho, RJ, 08.04.1911, n° 450

Conclui Genesco de Oliveira Castro no seu livro "*O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excertos Históricos*":

> Perseguido e injuriado, Plácido assistiu ainda o Governo Federal distribuir com os seus fâmulos ([129]) o fruto de quase 2 anos de uma luta titânica dos acreanos contra a Bolívia e contra os rigores de um clima letal; viu o Governo Federal cingir alheia cabeça com os louros colhidos pelos acreanos em uma série de sangrentos combates, e, finalmente, caiu traspassado pelas balas assassinas, em uma emboscada composta de um troço de bandidos sustentados pela Prefeitura do Alto Acre, e capitaneados pelo subdelegado Alexandrino José da Silva, comensal e homem da confiança do Prefeito Besouro.
>
> Com a decidida e ostensiva proteção do Dr. Affonso Penna e dos seus sucessores ao logo depois General Gabino Besouro, os assassinos de Plácido ficaram impunes e foram, mesmo gratificados uns e galardoados outros pelo serviço que prestaram à República e a política do Dr. Affonso Augusto Moreira Penna. O crime prescreveu sem que as autoridades federais consentissem na abertura do mais ligeiro inquérito a respeito.

O túmulo de Plácido de Castro, é um monumento extremamente simbólico e contestatório às autoridades locais e federais que permitiram que os seus assassinos, conhecidos por todos, permanecessem impunes. Projetado na Itália, é talhado em granito rosa e mármore branco. A deusa Têmis, que o encima chama a atenção por sua curiosa aparência. A justiça tem os olhos bem abertos, e a venda, que normalmente lhe cobre a visão, foi afastada para a testa.

[129] Fâmulos: funcionários.

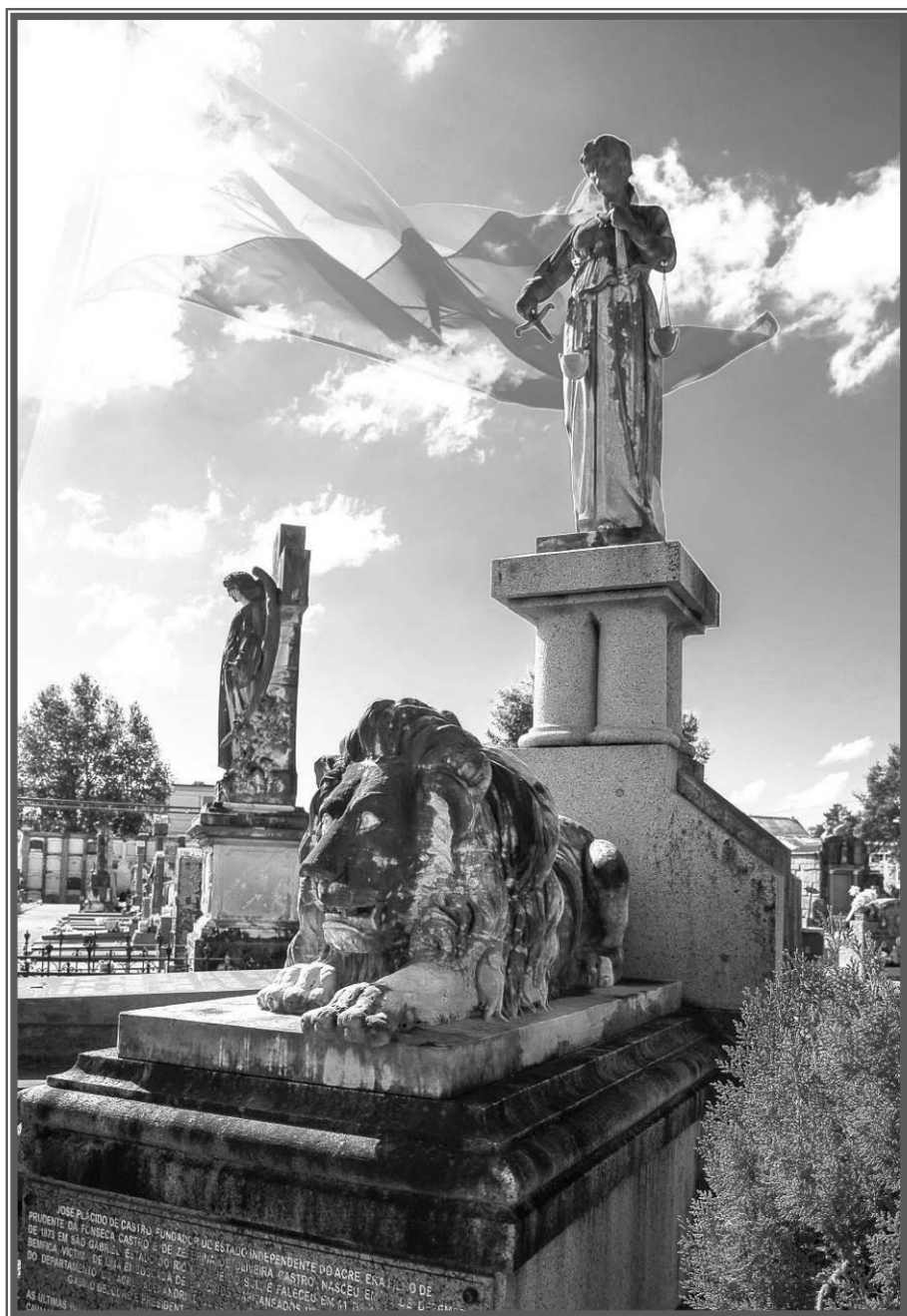



Imagem 14 – Túmulo de Plácido de Castro

Têmis segura na mão esquerda a simbólica balança e com um punhal, na mão direita, força um dos pratos repleto de ouro para baixo em contraposição ao outro onde se encontra o Código das Leis. Agonizando aos seus pés um imponente leão, simbolizando o herói libertador do Acre, mostra perplexidade no seu olhar por ter sido alvejado pelas costas, em pleno coração.

Reporta-nos Genesco de Oliveira Castro:

> O túmulo de J. Plácido de Castro é um monumento simbólico. Como se vê da fotografia, consta de um pedestal de forma paralepipédica reta, de base retangular, encimado pela figura de um leão e pela de mulher que se eleva sobre uma coluna composta de quatro colunatas. As estatuas são de tamanho natural e executadas em mármore de Carrara, e o corpo do monumento e a coluna, são de granito róseo. O leão, ferido pelas costas, com uma seta cravada no flanco direito, representa o Fundador do Estado Independente do Acre, e lembra como foi ele assassinado pelos homens do Prefeito Gabino Besouro. A mulher ([130]) sustenta uma balança na mão esquerda e um punhal na direita. Em um dos pratos da balança, há um livro representando as leis brasileiras e no outro, um saco cheio de ouro, sobre o qual ela firma o olhar concupiscente e a ponta do punhal sanguinário, fazendo inclinar o prato para o lado da conveniência, do ouro. Assim quis eu representar a justiça que por muitos anos dominou o Acre, protegendo os ladrões e os assassinos e perseguindo os justos. (CASTRO)

[130] Mulher: justiça.

Na parte frontal do monumento, há uma longa inscrição onde os nomes dos principais mandantes do crime se confundem com o do executor. Do lado oposto, há um mapa do “*Estado Independente do Acre*” gravado em mármore negro, onde graficamente se destaca a área perdida com o Tratado de Petrópolis. Em uma face do monumento lê-se:

> José Plácido de Castro, fundador do Estado Independente do Acre, era filho de Prudente da Fonseca Castro e D. Zeferina de Oliveira Castro. Nasceu a 9 de dezembro de 1873 em S. Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul, e faleceu em Benfica, vítima de uma emboscada de bandidos, capitaneados pelo subdelegado de polícia do Departamento do Alto Acre, Alexandrino J. da Silva. Era Prefeito do Alto Acre o Coronel Gabino Besouro e presidente da República o conselheiro Affonso Penna.
>
> Não houve inquérito o crime ficou impune e o Coronel Besouro foi promovido a General. As últimas palavras do herói acreano, foram “*Tanta ocasião gloriosa de morrer, e estes cavalheiros me matam pelas costas! Mas em Canudos fizeram pior?!*”

A imagem da justiça com a espada apontada para o prato da balança com um saco cheio de ouro remete-nos a uma lendária passagem histórica patrocinada pelo General Gaulês Brennus. Brennus foi o chefe da tribo celta dos Sênones que, em 387 A.C., liderou o exército gaulês que capturou e saqueou a cidade de Roma, depois ter vencido os romanos na Batalha do Ália. Os romanos concordaram com o pagamento de um resgate para que a cidade fosse libertada. Como não se chegasse a um acordo sobre o peso do ouro a ser pago pelo resgate, Brennus lança sua pesada espada de ferro na balança e pronuncia a célebre frase – “*Vae victis*” (“*Ai dos vencidos*”).

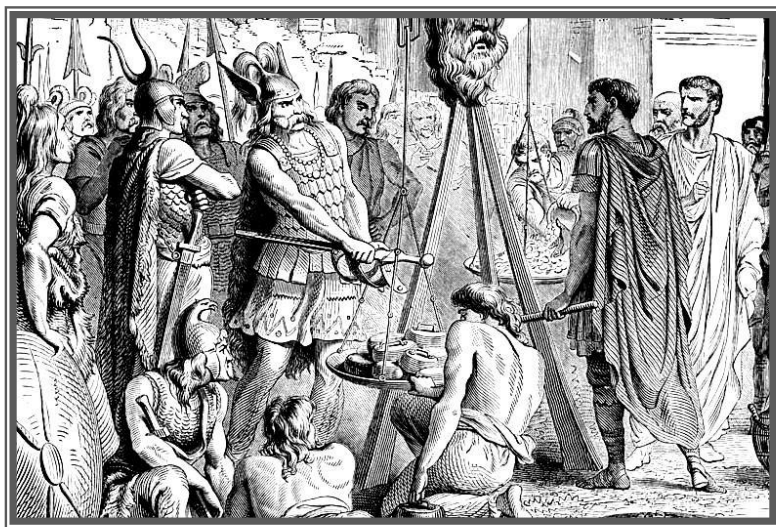



Imagem 15 – Brennus, Chefe da Tribo Celta dos Sênones

O poeta e escritor José Jorge Letria, na obra "*Quem Assim Falou – Grandes Frases de Todos os Tempos*", faz a seguinte colocação sobre a frase:

"Desgraça Para os Vencidos!"

Ainda não existia o conceito do "*politicamente correto*" que recomenda que se acautele a honra dos vencidos, para que na hora da retaliação não sejam demasiado cruéis e destrutivos como foram, por exemplo, os nazistas quando quiseram, e conseguiram, vingar a humilhação imposta pelo Tratado de Versalhes, no fim da I Grande Guerra. O episódio que está na origem desta frase que a História registrou ocorreu em 387 a.C. e teve como protagonista um chefe gaulês de nome Brennus, que era, de resto, o nome atribuído genericamente pelos romanos a todos os chefes vindos da Gália. Depois de vencer os romanos junto de um afluente do Tibre, Brennus avançou com os seus homens até Roma e saqueou a cidade, tendo mantido debaixo de um feroz cerco as forças que resistiam no Capitólio.

Contudo, as forças sitiadas conseguiram resistir durante sete meses, o que levou Brennus a optar pela retirada, não sem que primeiro impusesse como condição para libertar a cidade o pagamento de mil libras de ouro. O valor do tributo foi calculado da seguinte forma: Brennus colocou a sua pesada espada numa balança e exigiu que lhe fosse entregue o valor em ouro correspondente ao peso da arma. Já no momento da retirada, contrariado com o desaire ([131]) que sofrera apesar de ser força situante ([132]), gritou: "*Vae victis!*", o que pode traduzir-se por "*Desgraça para os vencidos!*" (LETRIA)

I-Juca-Pirama
(Gonçalves Dias)

X

Um velho Timbira, coberto de glória,
Guardou a memória
Do moço guerreiro, do velho Tupi!

E à noite, nas tabas, se alguém duvidava
Do que ele contava,
Dizia prudente: - "Meninos, eu vi!
Eu vi o brioso no largo terreiro
Cantar prisioneiro
Seu canto de morte, que nunca esqueci:
Valente, como era, chorou sem ter pejo;
Parece que o vejo,
Que o tenho nesta hora diante de mim". [...]

Assim o Timbira, coberto de glória,
Guardava a memória
Do moço guerreiro, do velho Tupi.
E à noite nas tabas, se alguém duvidava
Do que ele contava,
Tomava prudente: "Meninos, eu vi!"

---

[131] Desaire: inconveniência.
[132] Situante: sitiante.

Pátrio Dever

(Quintino Cunha)

Não basta adoração, amor não basta,
Vênias augustas, méritos reais,
Para a grandeza imensamente vasta
Dos belicosos seres imortais.

O ferro, o bronze, que a Ciência gasta
Nos vultos dos heróis que a vida faz,
Ah! nunca mais que, tu, morte nefasta,
Nunca mais o consomes, nunca mais!

Escreva pois a Pátria esta sentença,
Grande na forma, de pensar extensa,
Escreva a Pátria, em tímidos alardes,
Em nossa História – espaço de mil sóis:
– Seja de lodo a sombra dos covardes,
<u>Seja</u> <u>de</u> <u>bronze</u> <u>a</u> <u>sombra</u> <u>dos</u> <u>heróis</u>!

O Herói Plácido de Castro

ALTO PURÚS

Orgam dos interesses geraes do Departamento

Departamento do Alto Purús — DIRECTOR—PASSOS GALVÃO — Territorio do Acre

ANNO VII | Senna Madureira, Domingo, 9 de Agosto de 1914 | Numero 305

Placido de Castro

Desgraçados

Imagem 16 – Alto Purus, n° 305 – 09.08.1914

Plácido de Castro

Sobrevive, porém, na história
eu vejo-o hoje maior do que nunca.
(Soares Bulcão [133] – Jornal do Ceará, 12.08.1910)

Já se vai escoando nas sombras do tempo, para ficar pairando na imaginação dos seus pósteros, como num nimbo de legenda, a figura lendária do grande sacrificado do Acre. Não a sua memória, que essa, de tão grata que nos é, mais se avulta e se nos impõe ao espírito, quanto mais longínqua se vai ficando a história dos seus feitos, quanto mais benéficos se vão demonstrando os resultados de sua obra.

Da ação que ele exerceu no Acre, que cada vez se nos afigura mais meritória, muito se já disse e escreveu, porque o seu nome, de obscuro que fora, andou, nesta banda Meridional da América, enchendo vantajosamente um decênio no século que corre.

Como revolucionário, que o foi em toda plenitude de sua vida acidentada e aventurosa, herdeiro e representante que era do velho caudilhismo platino, cava-

[133] José Pedro Soares Bulcão: nascido na Uruburetama ou Vila do Arraial, num 13 de maio precursor da áurea data brasileira. [...] Poeta lírico e mavioso, atestam-no "*Parêmias*", estreia de 1910. Vocações artísticas, tão altas, são gigantes do bosque, que não requestam cultivadores para crescer nem frondejar; consigo trazem o dom, assim como os cedros ou os nossos juazeiros em seu verde admirável e opulência. No Instituto do Ceará, onde ocupou desde 1929 a cadeira n° 13, destacou-se Bulcão, o pesquisador das genealogias mais intentadas, mais difíceis de nossa terra. Político, deputado, fez-se jornalista, e advogou neste foro e no acreano. Pobre a ocupar em fim modesto encargo federal, a sua biblioteca semelha ermida ou pequenino templo, santuário votivo das Ciências e das Letras, que tanto ele amou e dignificou. (GOMES)

lheiresco e sanguinário, ele soube ser o guerrilheiro incansável, o estrategista perspicaz e audacioso, o ferrenho dominador de povos, aliando, todavia, à fereza de sua autoridade despótica, à rigidez de sua disciplina desumana, uma bondade paradoxal de camarada generoso, nas folgas da guerra e no remanso da paz, e a fidalguia do vencedor magnânimo para com os vencidos, depois da vitória.

Como administrador, ele também o foi numa revelação surpreendente de estadista, organizando politicamente o Estado Independente do Acre, após a capitulação definitiva dos bolivianos, em 24.01.1903 e no governo do Acre Meridional, que lhe coube, em 21 de março, em virtude do "*modus-vivendi*" que precedeu o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro do mesmo ano, e, ainda posteriormente, na interinidade do governo prefeitural daquele Departamento, de 24.06.1906 a 26 de março do ano seguinte.

O seu relatório, apresentado, nesta data, ao então Ministro da Justiça, Dr. Tavares de Lyra, é um atestado vibrante da sua extraordinária atividade, da clarividência do seu patriotismo, sereno e seguro, e, sobretudo, da desassombrada coragem que lhe animava a palavra, da altanaria ([134]) dos seus conceitos, fustigando a inépcia e o crime, o abuso e a desonestidade.

Nele se acha delineada com as cores vivas da verdade e da indignação, num grito de revolta e de piedade, a história edificante do Acre, do "*regimen*" das Prefeituras, dos delegados que o governo lhes envia, do martirológio, daquele povo infeliz, das suas aspirações insatisfeitas, e do eterno problema que continua sendo, insolúvel ao desinteresse criminoso dos poderes da União.

---

[134]Altanaria: altivez.

Foi probo e autoritário; probo, digo-o eu, dentro da acepção lexicológica do vocábulo: de caráter integro; justo; honrado; reto. O seu caráter não admitia dúvidas. Tinha a integridade que vem da coragem cívica, da convicção do próprio valor; a sua justiça não conhecia complacências subalternas: pronta e decisiva, se errou, foi sempre em obediência aos ditames da sua razão: honrado, se honradez consiste em servir bem a consciência, ter o culto da verdade, a inteireza de princípios e o respeito de si mesmo, ninguém o foi mais que ele, que só dela se ufanava, com ela se fez invulnerável aos ataques dos seus inimigos, e ainda, por ela, se impôs ao respeito dos seus coetâneos ([135]): e da sua retidão, mais que palavras vãs, di-lo, na lógica dos fatos, a inquebrantabilidade da retilínea que se traçou, e seguiu, imperturbavelmente, toda a sua curta vida. Honesto, foi-o quanto possível e quanto devia, com o orgulho da sua missão exemplificadora, com a soberbia da sua altivez inteiriça, fechando ouvidos à maledicência, que o não poupou, filha que era do despeito e da inveja, e nunca se subordinando a defesas que parecessem justificativas. Não me defenderei, disse-me ele, certa vez, sobranceiramente magoado com um ataque que lhe fizera a imprensa de Manaus – "*a quem acusa compete dar as provas do que alega, e, quem se defende, algo de culpa se reconhece, e aceita em parte a acusação que se faz: eu desprezo esses miseráveis que me mordem*". Ficou sem defesa, escudado na marmórea impassibilidade do seu brio, no soberano desdém que votava à calunia e à difamação; mas não indefensável para os que lhe devassassem a vida, para os que a estudassem, de espírito desanuviado, sem a sugestão maligna do falso deslustre que lhe emprestavam.

[135] Coetâneos: contemporâneos.

A sua honestidade, como governo, era uma obsessão de egoísmo, um tormento de usurário, uma preocupação doentia de avarento, traduzindo-se na ativa vigilância que exercia em torno dos haveres públicos, no zelo desmedido pelos bens da comunhão, no ciúme feroz de tudo que estava sob a sua guarda, na sovinagem com que dispunha das verbas, na redução dos empregados que o serviam, e na mesquinhez dos seus ordenados, numa eterna ânsia de poupar, como se andasse no amanho ([136]) cobiçoso da sua própria fortuna. Valeu-lhe este cuidado, que parecia uma manifestação de ganância, mais que essa malsinada riqueza que tanto se avolumou na imaginação dos seus detratores, a suspeita de improbidade, a pecha de desonesto, labéu ([137]) infamante que o acompanhou em vida, e vai perdurando, injustamente, sobre a sua memória.

O autoritarismo, que lhe dava uma fisionomia de rispidez e antipatia, era de resto, afeição proeminente do seu temperamento arbitrário; tinha a presunção máscula da sua força, a nobre vaidade do seu prestígio, e, embora transigindo, no cotejo dos seus argumentos, ponderados e medidos, num exame íntimo e meditado, nada o sustinha na execução do seu intento, menosprezando-lhe as consequências, desatendendo quaisquer opiniões outras, que não fossem as da sua própria razão. Assim agiu sempre, mesmo nas suas relações particulares, com esse vislumbre de prepotência invertendo-lhe a índole justiceira, dando aos seus atos de administração, como governo, esse cunho odioso de despotismo que tanto lhe prejudicou a reputação.

---

[136] Amanho: trato.
[137] Labéu: mácula.

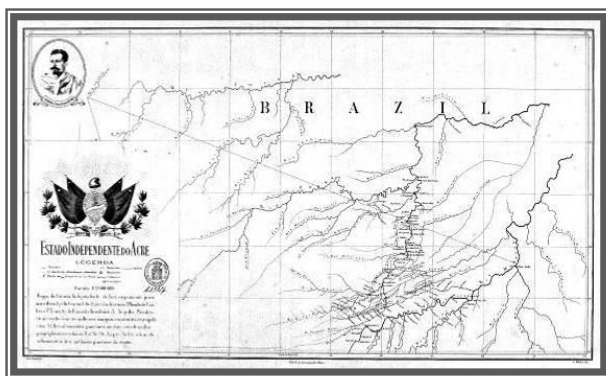



Imagem 17 – Mapa do Estado Independente do Acre

Para comprovar sobejamente esta qualidade, que lhe acarretou a animadversão ([138]) da maioria dos seus cabos de guerra, a quem negara os favores da parcialidade, reclamados com exigências e alegações de serviços prestados à campanha, aí ficaram, além dos seus decretos de sábia organização administrativa, as sentenças de perfeita equidade e desabusada justiça, com que, arbitrariamente, fulminava, dentro da razão natural e da lógica dos arrazoados, a chicana e o sofisma, as delongas e as escapatórias da advocacia amparada na controvérsia dos códigos e na citação de decretos e leis contraditórias.

Conhecedor da região, cuja geografia lhe não tinha segredos, confeccionador que fora de um mapa minucioso daquela zona, que ele percorrera em todos os seus meandros, nas marchas e contra marchas do seu exército, Plácido, mais que ninguém, estava aparelhado para decidir com justiça, de qualquer litígio de fronteiras entre os seringais limítrofes. E no comércio, não foi sem grande pesar e amargas decepções, mas com firme resolução, que teve de condenar devotados camaradas de peleja, em querelas de dívidas com as praças de Pará e Manaus, cuja razão reconhecia aos credores, ludibriados que vinham

[138] Animadversão: ódio.

sendo nos seus direitos, pelos devedores relapsos, há tantos anos acobertados com a imunidade das revoluções, e consequente desorganizarão da justiça, desde o primeiro levante, em 1899, na periodicidade delas e durante a vigência do domínio boliviano.

Para com alguns, que desonesto proveito esperavam dos seus serviços à guerra, a sua justiça foi inexorável, e daí o clamor que contra ele se foi levantando no Acre, num crescendo alarmante, entre os seus antigos auxiliares da revolta. Inexorável também se o poderia julgar, na punição de crimes contra a vida e contra a honra, se os seus autores, de tão avezados ([139]) na prática deles, e no gozo da impunidade que lhes dera tão largos anos de desordem, mais não merecessem, senão pela reincidência e contumácia, pela desfaçatez com que afrontosamente os alardeavam.

Dessa sua austera justiça e da retidão dos seus julgamentos, de uma imparcialidade que parecia, às vezes, propósito hostil contra os seus mais afeiçoados companheiros, acarretando-lhe prevenções odiosidades que foram, mais tarde, habilmente exploradas para o fim trágico que lhe deram, nasceu-lhe a excessiva confiança de que gozou no alto comércio aviador, em detrimento do seu prestígio no Departamento. Daí também a origem desse crédito ilimitado, que o fez, dentro em pouco findo o período revolucionário, procurador geral das maiores casas aviadoras do Acre, e do qual, descortinasse-lhe logo as grandes vantagens, se utilizou largamente, para as arrojadas operações comerciais que começou de fazer com a aquisição do Seringal "*Paraíso*", cuja margem direita ocupou.

[139] Avezados: acostumados.

Convém dizer, para que se julgue com segurança da licitude dessa transação e do seu apoucado valor, que foi, aliás, o início da sua tão discutida fortuna, que esse Seringal, a esse tempo, era uma propriedade em demanda, deteriorada pelo desamparo em que a deixaram os litigantes, desvalorizada na sua improdutividade onerosa, sem administração e sem freguesia, reduzido à faixa marginal do Acre, com os fundos entregues à ganância usurpadora dos vizinhos, que o iam assediando, desfrutando-lhe os produtos, sem ônus de arrendamento, e apossando-se afinal da fácil conquista.

De um acordo entre as partes, que a influência de Plácido facilmente conseguiu, e em transação com a casa Alves Braga & Ciª, do Pará, que o houvera em liquidação de dívidas, com os herdeiros de Mileno Benevenuto de Santiago, veio-lhe a posse dele, naturalmente, e legalmente, sem lesão e sem vantagens, senão as inerentes à solução pacífica de um longo litígio, fatigante e prejudicial, não só aos interesses particulares, mas ao sossego da comunidade ao progresso do Território.

Custara-lhe cerca de 25 contos de reis, a crédito, importância porquanto fora oferecida anteriormente a J. Dias, do "*Riozinho*", sendo que a firma vendedora o recebera por sessenta, mais ou menos, em pagamento de dívidas só por ele amparadas. De feito, concluída que foi a transação e de posse dele, iniciando reformas radicais, em contraposição à rotina e à precariedade de sistemas até então seguidos no Acre, entregou-se Plácido à sua exploração, enchendo-o de fregueses, ao mesmo tempo que fazia avultados pedidos de mercadorias. Para isto apesar do crédito de que dispunha individualmente, pois, além de outras de igual conceito, só a firma B. Antunes & Ciª, de Manaus, lhe abrira um de seiscentos contos de reis, não o querendo fazer só

por si, que para tanto lhe sobrava escrúpulo, organizou uma sociedade mercantil com o capital de sessenta contos de reis, com a firma P. Braga & Cia, da qual faziam parte os coronéis Pedro Braga e João Rôla, assumindo ele mesmo a gerência da casa.

E, no ostracismo, a que se recolhera desde o estabelecimento da prefeitura, em agosto de 1904, na reorganização do seu Seringal que recebera no abandono, a sua atividade tomou proporções assombrosas. Jamais se viu no Acre, na labuta da vida, que ali se faz incessante, mas com os lazeres que o meio fácil autoriza e a canícula reclama, maior esforço de trabalho fecundo, de ação interrupta, de afanosa diligência, para adquirir e acumular fortuna.

Naquele clima depauperante, tão hostil à saúde e ao vigor, o organismo mais robusto sente-se invadido por um torpor mórbido, um amolecimento de preguiça, um desejo invencível de inércia, que é como uma compensação necessária à seiva perdida; Plácido, apesar de ter sido atingido pelo impaludismo que o vinha minando sem conseguir abatê-lo, parecia imune a essa influência. Nunca se o viu reclamar descanso, e o repouso, se o tinha, era o suficiente à meditação e à elaboração dos temerários planos de combate com que se aventurava à conquista da vida. Resoluto e tenaz, na execução deles, levava-os por de avante, ao Sol ou à chuva, dias e noites a fio, quer em viagens a soalheira ou às desoras ([140]), pelo Rio, em canoas remadas com o seu próprio concurso, quer em explorações pelo intrincado das matas, na abertura de campos e varadouros intermináveis, através dos seringais que ia descobrindo, no legítimo afã de aumentar, ou na demarcação deles, que logo a executava, cuidoso que era em saber o que possuía.

---

[140] Desoras: altas horas.

Como a margem esquerda do “*Paraíso*” lhe oferecesse pouca vantagem, explorada que era e confinada por seringais já demarcados, logo a vendeu, em fevereiro de 1904, ao sr. Lesko Araújo, proprietário do Seringal “*Iza*”, seu confinante, por trinta contos de reis, restringindo a sua atividade à outra margem, que denominou “*Capatará*”, nome de uma barraca já existente ali. Previdente e expedito, foi seu primeiro cuidado, ocupando o “*Capatará*”, reivindicar-lhe os limites que o longo abandono deixara invadir; e nas extremas com a Bolívia, delimitadas pelo Tratado de Petrópolis, entrando na selva inculta, além do Rapirran, fez explorações de terrenos baldios, tão dilatados e valiosos, num largo trecho do Rio Abunã, que logo se constituiu possuidor do maior Seringal da região, sendo que no Brasil lhe ficava somente a décima parte dele. Numa viagem à cidade de “*Ribera Alta*”, foz do “*Madre de Dios*”, no interior daquela República, porventura um dos mais temerários e audaciosos lances de sua vida, penetrando desacompanhando o cenário das suas recentes investidas guerreiras, onde o ódio contra o seu nome sangrava ainda no coração daquele povo vencido, requereu pessoalmente a posse legal desses terrenos, que lhe foram prontamente concedidos. Assim aparelhado, rico que se tornará com tão dilatado domínio, e com as vantagens especiais que ele lhe oferecia fácil se lhe tornara conseguir o que ambicionava, que nem lhe falecia a coragem para os grandes empreendimentos, nem lhe faltavam as fortes qualidades de administrador.

Valeu-lhe, sobretudo, para o êxito do seu plano, o ascendente moral que mantinha sobre o pessoal que o servia, seringueiros que vinham das fileiras do seu exército, afeitos à obediência passiva, autômatos à sua vontade indiscutível, ativos e sóbrios, esquecidos

já das larguezas ociosas e da prodigalidade esbanjadora de outros tempos. Na organização da sua freguesia, o seu "*regimen*" continuava opressivo como fora na campanha; o freguês dizia-se livre, mas a sua liberdade era como um favor, uma concessão protetora ao trabalho, à docilidade, ao seu bom comportamento. O crédito, que no Acre fora um desvario e um atentado à probidade, não o tinha ele além do que pudesse produzir; o tempo, tinha-o contado; as horas aproveitadas para os misteres da agricultura, a que estava obrigado, nas folgas que lhe deixava a exploração da borracha; a economia condição obrigatória, regulada pelo crédito e pela fiscalização. Além disto, estava sujeito a um regulamento rígido, medindo-lhe os atos, quer nas relações comerciais e industriais como freguês e arrendatário, que era de estradas gomeiras, quer nas particulares, como subordinado, sujeito ao serviço das armas, se tanto exigisse a defesa da casa, cheio de obrigações e tributado de multas.

Sistema colonial de administrar, profícuo e razoável nos meios de origem, e a seu tempo, mas irritante e insuportável como adaptação. Só a sua influência, servida pela férrea vontade de que dispunha, conseguiu impô-lo, com resultados pecuniários, mas indizíveis sacrifícios morais. De resto, como a disciplina, a economia que ele lhe impunha, condição precípua para a ordem e para a independência, era a mesma que ele cultuava, exemplificando rigorosamente, mas naturalmente, porque lhe era peculiar; simples e parco, de uma frugalidade e de uma parcimônia ingênitas, exercia-a com certo requinte ostensivo, dando-lhe uns laivos de tacanhismo ([141]) que era, naquela terra de viciados e esbanjadores, como uma forma exótica de miséria, incompatível com a abundância do meio.

---

[141] Tacanhismo: mesquinhez.

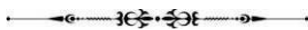
Não tinha vícios; detestava o álcool como o tabaco, o jogo como a indolência, e como lhe sobravam as amarguras da vida, amenizava-as com as doçuras da pastelaria, de que abusava sempre. Era um adepto fervoroso da temperança, praticante e propagandista, obrigando-a, quanto possível, entre o seu pessoal.

E por mais que isto pareça odioso, essa imposição de sovinagem ([142]), revelava, entretanto, um interesse justo e nobre em favor do freguês, quase sempre humilde campônio ([143]), produto atávico de uma degradação secular, emigrado da fome e da subserviência, ignorante e explorável, de quem as liberalidades do meio, em flagrante contraste com a miséria nativa, tinham feito um perdulário e um voluntarioso.

Além desses fatores, que tanto concorreram para a decantada fortuna de Plácido, outros, de ordem natural, vinham-lhe ao encontro da ambição com que sabia utilizá-los, e que, até então, eram descurados ou inexequíveis ali. As suas explorações de seringais na fronteira, forneceram-lhe dois, de máxima importância: o comércio do gado boliviano e a exportação da borracha, em trânsito. Nelas ficaram encravados, como oásis de luz em desertos de sombra, enormes campos naturais enriquecidos de abundante pastagem e de águas salubres, açoitados por um vento constante, suavizando-lhe os calores do Sol tropical, dando aquela zona, imensa clareira perdida entre florestas e pântanos, um aspecto ridente de extensas savanas, lembrando onduladas campinas do Sul, ou altos sertões do Norte, na quadra luxuriante do inverno.

[142] Sovinagem: avareza.
[143] Campônio: camponês.

Propícios à indústria da pecuária, e onde o clima, ameno e seco, tinha a influência salutar e vivificadora que oferece do Ceará, ali Plácido, com o amor e o cuidado que votava à lavoura e à indústria pastoril, que foram o seu enlevo na terra do berço, fundara os rudimentos de fazendas de criação, que serviam ao mesmo tempo de sanatório às vítimas das sezões e de outras moléstias da região.

E foi ali, já no recolhimento da paz, que Plácido, esquecido das agruras da guerra, na nostalgia dos pagos nativos, no amanho ([144]) carinhoso dos seus campos, expandiu toda a sua alma de gaúcho, repousando o olhar saudoso na verde ondulação daquela planície sem fim, aberta ao Sol e ao vento, e nas noites de verão, à luz das estrelas que velavam no céu, na contemplação satisfeita dos rebanhos que dormiam na terra.

O comércio de gado com o Brasil fazia-se dificilmente, e parcamente, por via fluvial, em viagens demoradas, subindo o Purus, a bordo de vapores impróprios; e com a Bolívia, iniciado quando o Acre lhe fora entregue, quase nulo então, era feito morosamente e dispendiosamente, atravessando matas e alagadiços, por veredas intransitáveis e Rios profundos, à mercê de perigos sem conta, numa travessia de três meses, tão cansadiça como onerosa.

O gado era, pois, muito raro no Acre, onde não se obtinha um boi por menos de um conto de réis, preço que embora pareça exorbitante, não compensava, às vezes, os prejuízos que acarretava o transporte das boiadas, reduzidas que eram, sempre dizimadas pelos transvios e acidentes da viagem.

[144] Amanho: cultivo.

Plácido, que tudo provia, procurando remover obstáculos que a outros pareceriam insuperáveis, desde logo abriu um varadouro, que partindo de "*Capatará*", na margem do Acre, pelo Rapirran, atravessou os campos do "*Gavião*"; indo à Santa Rosa, no Rio Abunã, e daí, cortando o "*Corichon–Vial*" alcançou "*Palestina*", no Rio Orton, já em comunicação com "*Maraviçha*" centro de imensas fazendas de criação, no Madre de Dios, que deságua no Rio Madeira. Estava, portanto, resolvido o problema de alimentação no Acre; a introdução do gado boliviano, tão desejado de há muito tornara-se fácil e cômoda, e nos campos de "*Capatará*", único Seringal da zona que os tinha naturais, havia logradouro para milhares de reses.

Desde logo, com o crédito de que dispunha, que mesmo na Bolívia o tinha ele como ninguém, entabulou negociações com diversas firmas bolivianas, entre as quais a mais rica e conceituada delas, "*Suarez y Hérmanos*", e começou a receber numerosas manadas de gado bovino e muar, que lhe chegavam a preço reduzido; internando-as nas suas fazendas, onde se refaziam, revendia-as depois, parcialmente, com lucro, nunca inferior, de cento por cento. Uma rês que custara dantes um conto de réis, ficara valendo menos da metade, ou seja quatrocentos mil réis, e já se a obtinha em qualquer quantidade. Assim beneficiava ele a população, facilitando-lhe alimentação sadia e barata, e usufruía, além do proveito pecuniário, o bem estar que lhe permitia a abundância de carne saudável, para o gasto de sua casa e fornecimento da freguesia e a fartura que tinha dos frescos laticínios.

Quanto à exportação da borracha, em trânsito, fácil é compreender as vantagens que dela lhe advieram, sabendo-se que a produção dos seus seringais era quase toda boliviana, e como tal pagava somente

12% de imposto àquele país, quando a brasileira, que tinha pouca, estava sujeita a 23%, tributo excessivo, consumindo quase um quarto do seu valor.

Muita acusação se há feito a Plácido de Castro pelos dinheiros da revolução, provenientes da borracha tomada por ele à Bolívia, e das indenizações pagas pelo Governo Federal. Não posso precisar a quanto montaram esses recebimentos, mas o que é verdade, é que deles nunca dispôs a seu livre arbítrio, pois desde a criação do Governo Revolucionário, por Decreto de 26.01.1903, ficaram os negócios pecuniários da República, afetos ao Ministério da Fazenda, pasta que sempre ocupou o Coronel Rodrigo de Carvalho, ficando as outras duas, da Guerra e da Justiça, a cargo dele, Governador aclamado, Coronel Plácido de Castro.

Em Manaus foi nomeado um encarregado financeiro, que tinha sob a sua guarda os dinheiros pertencentes à revolução, efetuava compras e pagamentos por ordem superior, o sr. Domingos Queiroz, que, diga-se de passagem, exercia essa incumbência com máxima lisura e sem a menor remuneração. As despesas da campanha foram enormes, mesmo após a rendição boliviana, não só com a mobilização das tropas, no Acre, como durante o interregno do "*modus vivendi*". Muito se despendeu com a viagem que Plácido foi obrigado a fazer, nesse tempo, ao Rio de Janeiro, com cerca de 50 oficiais do seu exército, quando o General Olympio da Silveira invadiu indebitamente o Acre Meridional, em maio de 1903.

Vivi em estreita comunhão com ele e esses oficiais, quando dali regressaram, e sei quanto custou essa viagem triunfal, que, aliás, lhe não compensou dos desgostos sofridos anteriormente.

Diversas comissões foram enviadas ao Rio, antes e depois dela, afim de tratar com o Governo Federal dos interesses dos acreanos em armas, as quais eram dispendiosíssimas, havendo algumas que custaram cerca de cem contos de réis. Se houve desvios, que só podiam ser efetuados de conivência com outros, até agora não se lhe tem feito carga deles com documentação que mereça fé, mas com acusações infundadas e medrosas, filhas da inveja falaz e da raiva impotente, senão da ingratidão que na calúnia se justifica, e do mesquinho despeito que se abriga na difamação. É sabido que no remate das contas da revolução, havia em cofre uma certa importância que foi equitativamente dividida com aqueles que maiores serviços prestaram à campanha; é justo e humano que, daqueles que não foram contemplados na partilha, alguns, mais levianos, fizessem acusações a Plácido; que, porém, os aquinhoados, os secundassem, fazendo coro com a maledicência despeitada, é o que há de mais revoltante em matéria de ingratidão e vileza.

Plácido, que tanto se impôs à admiração dos seus contemporâneos, pelo seu gênio guerreiro, nem sempre foi um revoltoso, um desses caudilhos turbulentos e agressivos, de arma engatilhada por qualquer motivo, como geralmente se supõe; era, ao contrário, um espírito calmo mas altivo, de ânimo sempre pronto a repelir qualquer ofensa, suscetível e insubmisso, revoltado contra os abusos da autoridade, e a prepotência legal, que lhe feriam a vaidade e os pundonores de chefe exclusivo e autocrata que fora daquela terra. Sabia acatar o poder, mas que esse lhe não fosse abalar o prestígio, chocando-se com a autoridade moral que exercia no Acre.

Amando a luta, que nela se afizera desde mui jovem, e tendo por ela irresistível pendor, sabia, entretanto, evitá-la, quando se lhe afigurava improfícua, zelando assim a responsabilidade do seu nome e prevenindo, porventura, o fracasso das glórias adquiridas. Para isto empregava todo o seu estorço, desde a cabala à surdina, à propaganda pública; do argumento convincente à súplica comovente, em nome dos altos interesses da pátria, junto àqueles que a exigiam.

Disto deu cabal prova no Congresso de Bagé, em maio de 1906, quando, numa assembleia tumultuária, de representantes de todos os Seringais do Acre, se propôs a revolta do Departamento em represália ao descaso do Governo Federal às exigências do Território.

A esse tempo, com a morte do Coronel Pedro Braga, ocorrida a 5 de março desse ano [1906], entrara em liquidação a firma de que faziam parte ele e o Coronel João Rôla; Plácido comerciava, pois, por sua conta exclusiva, e, embora, como político, o seu prestígio estivesse abalado com a surda guerra que lhe moviam os prefeitos, comercialmente, o seu conceito crescera, e era a ele ainda, que tantos interesses tinha agora na região, a quem se recorria nos momentos difíceis para a vida econômica e social do Departamento

Venceram as suas razões, ponderadas e oriundas que eram de quem as sabia emitir e sustentar; e o Acre, sempre ludibriado, contemporizou ainda uma vez com as decepções que lhe infligia o governo, para dentro de dois anos apenas, com o assassinato que já lhe tramavam, ficar privado do seu maior defensor.

Eis aí, em pálido bosquejo, a personalidade extraordinária desse insigne patriota, a quem já hoje, que nem sempre ela é tardia, fazem justiça os seus próprios inimigos, O Acre presta-lhe agora as mais subidas e sinceras homenagens, como o seu libertador que foi, o seu reformador, o palinuro ([145]) que o guiou à conquista da liberdade e do progresso; e como o momento é de reparação, justo é que se diga também, fazendo-lhe ainda justiça, que ele não foi o fundador do Estado Independente do Acre, cujo advento tivera lugar três anos antes, proclamado a 14.07.1899, por Luiz Galvez Rodrigues de Árias, mas o seu restaurador a 06.08.1902 com o início da revolução que triunfou a 24.01.1903. [...]

E, por último, quem foi tão ativo e econômico, e simples e sóbrio, e resistente e pertinaz, e ousado e previdente; tão ambicioso para adquirir como quase avarento para guardar; quem soube aproveitar todas as circunstâncias favoráveis e vencer todos os obstáculos para chegar ao seu fim, numa terra onde outros, sem tais elementos, chegaram a ricos, estaria fora das previsões humanas e das leis naturais que regem o destino das coisas, se não conseguisse fazer razoável fortuna dentro de um longo lustro, próspero e fecundo, talvez o mais próspero para a Amazônia e o mais fecundo para o Brasil. Plácido de Castro, com toda a probidade que eu lhe proclamo, não estaria logicamente dentro do que é natural e humano, se tivesse morrido na pobreza, que nem a sua fortuna foi tal que o indenizasse do demasiado que fez para consegui-la.

Soares Bulcão. (JAP, N° 305)

[145] Palinuro: piloto.

Panteão da Pátria e da Liberdade

Demorou mais de um século para o Brasil fazer, finalmente, justiça a um dos seus mais bravos heróis. Plácido de Castro – o Libertador do Acre, foi entronizado no Panteão da Pátria e da Liberdade e teve seu nome escrito no Livro dos Heróis da Pátria como o mais novo herói brasileiro.

O Panteão, construído entre 1985 e 1986, idealizado como um espaço para homenagear os heróis nacionais, está localizado no subsolo da Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Atos do Poder Legislativo

Lei N° 10.444, de 02.05.2002

Inscreve o nome de Plácido de Castro no "*Livro dos Heróis da Pátria*".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° – Será inscrito no "*Livro dos Heróis da Pátria*" que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Plácido de Castro, o Libertador do Acre, Plácido de Castro.

Art. 2° – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de maio de 2002; 181° da Independência e 114° da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Canção do Tamoio
(Gonçalves Dias)

VIII

Porém se a fortuna,
Traindo teus passos,
Te arroja nos laços
Do inimigo falaz!
Na última hora
Teus feitos memora,
Tranquilo nos gestos,
Impávido, audaz.

IX

E cai como o tronco
Do raio tocado,
Partido, rojado
Por larga extensão;
Assim morre o forte!
No passo da morte
Triunfa, conquista
Mais alto brasão.

X

As armas ensaia,
Penetra na vida:
Pesada ou querida,
Viver é lutar.
Se o duro combate
Os fracos abate,
Aos fortes, aos bravos,
Só pode exaltar.

Bolivian Syndicate

Territorio do Acre BRAZIL Amazonia

O CRUZEIRO DO SUL

ORGÃO DO DEPARTAMENTO DO ALTO JURUÁ

1906

Cruzeiro do Sul, 3 de maio

Num. 1--Anno I

Imagem 18 – O Cruzeiro do Sul, n° 1, 03.05.1906

Um artigo atual, com o passar dos anos, deixa de ser notícia e passa a ser um documento histórico. (Hiram Reis)

Em cada um de nossos livros recorremos a artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros para reportar a história contada por escritores que tiveram a oportunidade de vivenciar cada um daqueles históricos momentos. Para ressaltar a importância de cada uma dessas gazetas vamos repercutir a notícia de um destes diários muito especiais – "*O Cruzeiro do Sul*", fundado pelo Cel Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá, cujo lançamento ocorreu no dia 03.05.1906.

"*O Cruzeiro do Sul*" era um semanário, sendo excepcionalmente editado duas vezes por semana, com um número de laudas que variava de quatro a seis páginas. Num período extremamente conturbado da nova República onde os jornais eram manipulados pelos governantes estaduais de acordo com seus interesses pessoais, como vimos em páginas anteriores, tendo, não raras vezes sido fechados ou incendiados, suas prensas apreendidas e redatores presos, "*O Cruzeiro do Sul*", porém, conseguiu manter sua linha editorial livre dessas funestas influências, pelo menos durante a excepcional gestão de Thaumaturgo de Azevedo.

"*O Cruzeiro do Sul*" foi suspenso, definitivamente, por determinação do Ministro do Interior Carlos Maximiliano, em 10 de março de 1918.

O Cruzeiro do Sul, n° 1
Cruzeiro do Sul, AC – Quinta-feira, 03.05.1906

Ao Nascer

Noutros tempos, quando se inaugurava uma povoação, os seus primeiros sinais de vida eram anunciados aos ventos pela construção de um fortim, pelo sinistro levantamento de um patíbulo ou pela criação de um eremitério ([146]).

O mundo mudou. Ainda se assentam fortalezas, mas com intuitos meramente defensivos, por mera precaução, e não já para atacar os vizinhos por instinto de rapina e de predileção pelo canibalismo guerreiro; ainda se erguem cadafalsos em países atrasados ou apegados aos processos correcionais da inquisição e do feudalismo, mas já se prefere a prisão educadora à reclusão exclusivamente penitenciária, que acirra o criminoso, em vez de o morigerar ([147]); ainda se edificam presbitérios, mas a carreira eclesiástica deixou de ser um privilégio e os fiéis trocaram os sermões de pregadores fementidos ([148]) pelas conferências livres de espíritos emancipados.

Hoje, com a transformação dos costumes, das instituições e dos conhecimentos humanos, são muitos outros os meios de existência.

---

[146] Erimitério: convento.
[147] Morigerar: educá-lo e ensiná-lo.
[148] Fementidos: falsos.

Antigamente lutava-se a valer pela vida: no estágio atual da civilização cuida-se apenas de trabalhar pela vida. Noutras eras nascia-se e morria-se no fragor de pelejas sangrentas; o triunfo pertencia ao mais feroz. Atualmente nascesse e morresse em plena paz; a vitória cabe ao mais sociável.

Na desordem permanente, grassante nos lares, nos hábitos e nas ideias, consistia a norma das sociedades pretéritas. Não se adiantava: estacionava-se ou retrogradava-se ([149]). A ordem, em que se baseiam os progressos estáveis, é ao contrário o gonfalão ([150]) hasteado pelas camadas sociais do presente.

A remodelação foi morosa, mas adquiriu em intensidade e extensão o que perdeu em anos. Só é duradouro, desafiando o perpassar dos séculos, o que se prepara calmamente, sem sofreguidões. As conquistas precipitadas ruem com a mesma facilidade com que se alcançaram. Alexandre e Napoleão caíram tão depressa como subiram, porque foram afogueados. Cromwell e Bismarck fizeram obra para ser contemplada pelas gerações vindouras, porque souberam esperar e perseverar. Devagar se vai ao longe, dizia Pombal.

"*Toute passe...*" ([151])

E as fortalezas e as forcas e as igrejas, tidas e havidas como indispensáveis, essenciais na fundação de qualquer cidade, também passaram. O povo dos nossos dias pede rapidez nos movimentos, luz nas almas, liberdade no pensamento.

---

[149] Retrogradava-se: retrocedia-se.
[150] Gonfalão: estandarte, de três ou quatro pontas pendentes, sob o qual se alinhavam, na Idade Média, os vassalos convocados pelo suserano.
[151] Toute passe: Tudo passa.

E assim, ao iniciar a cidade do Cruzeiro do Sul, os marcos inapagáveis que nela se assentam são o jornal, a escola, a eletricidade, – o jornal que orienta e propaga as boas novas, a escola que instrui e disciplina, a eletricidade que ameniza e robustece o trabalho, jornal, escola e eletricidade que ligam os continentes e confraternizam as nações, instrumentos inestimáveis de aproximação e de riqueza, de cultura e de pacificação, de tolerância e de solidariedade.

O período que se abre promete-nos uma série infindável de melhorias morais, intelectuais e materiais. Não uma esperança vã a que alimentamos. A realidade, mostrando-nos cometimentos nunca dantes sonhados nestas plagas tão produtivas quanto desajudadas dos aperfeiçoamentos a que tem incontrastável direito, assegura-nos que bastará um lustro ([152]) para este Departamento se modificar fundamentalmente.

Possui-se aqui a matéria prima das ativas rasgadas – a opulência. Haja sempre na administração superior personalidades como a que hora nos dirige, inabalável nos seus nobres desígnios, incomparável na ação indefessa ([153]), inexorável na repressão dos transviados, zelosíssima na gerência dos dinheiros públicos, e dentro de pouco o Estado do Acre deixará de ser um projeto querido, para se tornar um fato radioso, igualando a ubertosa Região Acreana, em regalias e progredimento, aos cantões mais felizes da União Brasileira.

O Cruzeiro do Sul, despontando com a garridente cidade que lhe deu o nome, surge aparelhado para uma salutar propaganda valorizadora desta zona e

[152] Lustro: quinquênio.
[153] Indefessa: incansável.

para os debates leais e serenos em prol do departamento do Juruá em particular e do Território do Acre em geral, esperando merecer o apoio da população da região acreana e contando, na exposição das suas legitimas aspirações, que são as de um povo até ontem menosprezado, com o prestigioso concurso de seus prezados confrades de toda a República. (OCS, N° 1)

Territorio do Acre BRASIL Alto Juruá

O CRUZEIRO DO SUL

ORGAM OFFICIAL

1907

Cruzeiro do Sul, 3 de Março

Num. 34--Anno II

O TERRITORIO DO ACRE

RESUMO HISTORICO DA QUESTÃO

Imagem 19 – O Cruzeiro do Sul, n° 34, 03.03.1907

O Bolivian Syndicate ocupa espaço relevante nas páginas do jornal "*O Cruzeiro do Sul*", nas tiragens de número 34, 35, 36 e 37 nos dias 03, 10, 17 e 24.03.1907, sob o título "*O Território do Acre – Resumo Histórico da Questão*" que, dada a sua relevância histórica, fazemos questão de reproduzir na íntegra:

O Cruzeiro do Sul, n° 34

Cruzeiro do Sul, AC – Domingo, 03.03.1907

O Território do Acre

Resumo Histórico da Questão

[...] Extraímos este trabalho do Diário Oficial, de 14 de novembro do ano próximo passado ([154]).

Eis o resumo histórico da "*Questão do Acre*", desde o seu início até a final solução diplomática:

Ao começar o período presidencial, avultava entre as dificuldades de nossa política interna, a todas elas sobrelevando pela própria complexidade, como pela superexcitação a que chegara a opinião nacional, a "*Questão Acreana*", que vinha engravescendo ([155]) desde 1899 através alternativas cada vez mais inquietantes para a ordem interior do País e talvez para a paz sul-americana.

Estavam os brasileiros, habitantes do Acre, pela terceira vez a contar do estabelecimento da alfândega de Porto Alonso, em luta armada contra a Bolívia, cuja soberania, firmada no Tratado de 27.03.1867, apenas, havia conseguido curtos intervalos de autoridade pacífica naquela região.

O último levante em guerra dos acreanos, cujo comando Plácido de Castro assumiu a 06.08.1902, em Xapuri, estendeu-se por toda a vasta zona acima e ao Sul do Paralelo 10°20', dominando-a inteiramente após o combate da Volta da Empresa, em 14 de outubro, com exceção apenas da povoação denominada Porto Alonso, que afinal, sitiada pelos revolucionários, teve de capitular a 24.01.1903, ficando a alfândega boliviana, ali instalada, em 1899, de acordo com o governo brasileiro, em poder da revolução triunfante. Em consequência destes sucessos o Governo da Bolívia aprestou uma Expedição Militar, que viria submeter os revolucionários e restabelecer a sua autoridade eliminada pela força.

---

[154] 1906.
[155] Engravescendo: agravando-se.

A esse tempo já era lei da Bolívia, promulgada em 21.12.1901, o Contrato Aramayo-Whitridge, assinado em Londres a 11 de junho do mesmo ano, que arrendava ao "*Bolivian Syndicate*" toda aquela região denominada na legislação administrativa interna da Bolívia "*Territorio de Colonias*". Fora a iminência da execução desse Contrato, quando desfeita a esperança de que a, Bolívia abrisse mão dele, que havia levantado em armas a população acreana e exacerbado ao extremo a opinião em nosso País.

Logo que o Ministro das Relações Exteriores, na presidência anterior, teve ciência da existência daquele arrendamento e da sua apresentação ao congresso boliviano, agiu junto ao governo de La Paz no sentido de ser ele rejeitado pelo Poder Legislativo da República vizinha; e aqui, em conferência com o representante diplomático da Bolívia, manifestou o pensamento contrário do governo do Brasil, passando-lhe um memorando que teve esta resposta do Sr. Claudio Pinilla, em data de 09.12.1901:

> No tengo conocimiento algún de tal contracto, pero puedo garantir la inexactitud, pues conozco las ideas de mi gobierno e de mi país contrarias a toda enajenación de territorio.

Era essa a linguagem da Bolívia sempre que se falava na devolução do Acre ao Brasil. Aquelas palavras lembravam estas outras de seu antecessor o Sr. Salinas Vegas:

> Nunca a Bolívia venderia o seu território.

Seria uma execração.

Não obstante, em dezembro estava aprovado pelo Congresso Boliviano e promulgado pelo General Pando o contrato de arrendamento de toda a região do Acre a um sindicato estrangeiro, ao qual era assinado o prazo de um ano para organização da Companhia.

Não podia ser mais lesivo aos direitos patrimoniais dos brasileiros, primeiros ocupantes e civilizadores daquela região, esse contrato que os entregava indefesos, por meio de processos violentos e iníquos, ao alvedrio ([156]) sem contraste dos arrendatários, e que, por outro lado, encerrava uma ameaça à ordem política continental. Era a implantação na América do sistema dos "*charterd companies*", empregadas nas terras da Ásia e da África.

Ao lado do Brasil outros países tiveram também a compreensão de que semelhante contrato, pelas franquias e poderes outorgados, importava em abdicação da soberania, devendo gerar fatalmente complicações perigosas para a América do Sul.

A impressão causada em nosso país foi de verdadeiro pasmo, e em breve a indignação contra aquele arrendamento, que vinha sacrificar milhares de nacionais e perturbar a nossa política geral, repercutia na imprensa, nas sociedades científicas, nas reuniões populares, nas câmaras legislativas, em todos os círculos da opinião.

A vulgarização das cláusulas da concessão boliviana, até então imperfeitamente conhecida, veio exacerbar os ânimos, elevando à mais alta tensão a hostilidade geral que desde alguns anos fermentava no país em consequência dos acontecimentos que se desenrolaram no vale amazônico.

Nos termos do contrato do arrendamento, a companhia teria durante cinco anos o direito exclusivo de comprar em propriedade todas as terras ou qualquer parte delas, compreendidas no território, com os seringais que não estivessem legalmente adjudicados a outros indivíduos ou companhias [cláusula 2ª], até

---

[156] Alvedrio: bel-prazer.

encerrar-se a legislatura que deliberou sobre o contrato, não poderia o congresso boliviano, sem prévio consentimento do sindicato, dispor ou comprometer-se a dispor de seringais de terras de espécie alguma e para qualquer fim que fosse, dentro dos limites do território. A companhia [dispõe a "*letra D*" do memorando anexo] respeitará os atuais legítimos possuidores de terras e exigirá deles que registrem devidamente seus títulos. À companhia, logo que fosse incorporada, eram concedidos todos os direitos sobre minas, ficando suspensa durante o prazo do contrato [30 anos] toda a legislação minerária da Bolívia [cláusula 5ª].

A companhia assumiria o governo civil e a administração do território e teria o poder e autoridade, únicos, absolutos, exclusivos e independentes [cláusula 7ª e 8ª] para arrecadar as rendas, regalias, impostos, direitos e contribuições "*e geralmente para fazer administrar, exercer e executar pôr, em vigor, velar e possuir dentro dos limites do território e com sujeição as leis do Estado, todos os negócios, atos, funções, obrigações, direitos, poderes e privilégios de qualquer espécie, que ora competem ou venham a competir ao Governo e que lhe pertençam ou sejam por ele possuídos [...] e, o governo transferirá à companhia, pelo tempo da concessão, todas as terras públicas ou do Estado, edifícios, propriedades e direitos de todo gênero dentro dos limites do território. A companhia [letra g] pagaria os salários do delegado nacional e dos juízes e mais empregados nomeados pelo governo, como também as despesas da Comissão de Limites com o Brasil. Se, em qualquer tempo e a juízo do governo, tivesse a companhia de equiparar e manter força armada ou Barcos de Guerra além da Força do Polícia, seriam as respectivas despesas pagas pelo modo que se indica, sendo a Companhia imediatamente embolsada pelo governo*".

Aprovado definitivamente este contrato, isto é, tendo sido ineficaz a ação do Governo do Brasil para o fim de não ser ele realizado, e ainda improfícua a nossa interferência para que o Congresso Boliviano o não aprovasse ou nele fizesse, quando menos, alterações substanciais, intentou por fim o Brasil conseguir modificações na execução do arrendamento, antes de organizada a Companhia. Assim é que, em nota de 14.04.1902, respondendo ao memorando de 1° do mesmo mês, "*em que o governo boliviano oferecia ao governo do Brasil a subscrição de uma parte do capital do 'Bolivian Syndicate', não excedente a £100.000*", declarou o nosso Ministro das Relações Exteriores recusar o oferecimento, porque "*aceitando a participação oferecida, os acionistas brasileiros e o Governo do Brasil, como intermediário oficial, admitiriam como bom um contrato que lhes é prejudicial e se privavam do direito de reclamar contra as suas consequências*".

E fazendo notar que o Contrato Aramayo-Whitridge poucas alterações havia recebido no Congresso Boliviano, remanescendo os inconvenientes apontados pelo Governo Brasileiro em dezembro do ano anterior [1901], acrescentava o Ministro na mesma nota de 15 de abril:

> O governo boliviano, confiando à Companhia o uso da Força Militar e Naval, condição essencial de uma soberania real e efetiva, transfere de fato uma parte de seus direitos soberanos [aliás expressamente ressalvados], de sorte que no caso de abuso o Governo Brasileiro se encontraria em frente à autoridade que ele não pode reconhecer e nem reconhecerá. Deste modo a Bolívia encontrar-se-ia em uma situação em que lhe não seria possível salvar as suas responsabilidades com um país vizinho e amigo. A sua personalidade internacional ficaria enfraquecida com essa delegação de uma autoridade soberana.

> O Contrato nenhuma precaução toma para evitar, quanto for possível, que a linha divisória seja ultrapassada por propostos da Companhia; apenas diz que ela deve respeitar os Tratados de Limites. Esta recomendação é insuficiente, porque a linha não está demarcada e nestas condições estão desconhecidos no terreno os limites dentro dos quais teria de exercer jurisdição o sindicato.

Um mês depois, a 14.05.1092, o Sr. Claudino Pinilla respondia nos seguintes termos a nota anterior do Ministro de Estado do Brasil:

> Acho injustificado o temor de que os atributos e obrigações da Companhia se possam tornar gérmen de dificuldades internacionais.

O Sr. Ministro Magalhães, tratando de fundamentar suas apreensões, diz:

> Assim, a Companhia terá o direito de organizar Força Policial, e o Governo, quando julgar conveniente, "*lhe permitirá*" manter Força Armada e Barcos de Guerra, para a defesa dos Rios, e conservação da ordem interna e outros objetos. Esta última cláusula [acrescenta o Sr. Ministro] dá à concessão, já em si extraordinária, uma amplitude que pode abranger o curso brasileiro dos Rios e ocasionar atos de hostilidade.

O Sr. Ministro há de permitir-me expressar-lhe que a possibilidade remota de um dano não pode justificar a exclusão de atos em si mesmos inocentes. Na existência da humanidade tudo é suscetível de um perigo: o comércio que radica entre nós interesses estranhos, a colonização, que cria núcleos do população estrangeira: o crédito, que nos obriga diante de financeiros e capitalistas poderosos, etc ..., e não obstante isso, ninguém consideraria judicioso repudiar o comércio, a colonização e o crédito, porque contém o gérmen de dificuldades que se podem tornar internacionais.

Afora isto, desejo chamar a atenção ilustrada do Sr. Ministro para a seguinte circunstância:

> Quase todas as estipulações do Memorando, anexo ao Contrato, são regras de economia administrativa e entre as "*obrigações*" que se impõem à Companhia estão as de prover e manter sob a supervigilância do Delegado Nacional uma Força suficiente da Bolívia para a proteção dos habitantes do indicado território, e para manter a devida obediência às leis da Bolívia [Item C. do Memorando].
>
> A Guarnição Militar será sempre boliviana.
>
> As Forças de Polícia auxiliares da Administração Nacional que a Companhia tem a obrigação de prover e manter estarão debaixo da, supervigilância do Delegado e "*se em qualquer tempo [acrescenta o Contrato] surgir, a juízo do Governo, a necessidade de que a Companhia mantenha uma Força Armada ou Barcos de Guerra para a defesa dos Rios, ou conservação da ordem interna, ou outro objeto, em adição à Força Policial antes referida, as despesas que estas ocasionarem serão também retidas e pagas dos 60% que correspondem ao Governo*".
>
> É pois, o Governo quem julga da conveniência de aumentar suas Forças: a Companhia quem provê os fundos para sua sustentação, como agente financeiro do Governo, a cargo das rendas deste e que devem reembolsar aquela.
>
> Não é um direito da Companhia a organização destas Forças, porém uma obrigação que contraiu para mantê-la e equipá-la.
>
> Assim explicado o sentido das estipulações supraditas, penso que desaparecerá o temor de que elas possam ocasionar atos de hostilidade.
>
> A Bolívia não é um país agressivo. Seu constante empenho tem sido o de marchar de acordo e harmonia com o vosso ilustrado Governo, e por isso

concordou com todas as suas exigências, quer para definir a fronteira em 1867, quer para demarcá-la até hoje.

Firme nessa linha de conduta, espera que a mútua consideração que se devem dois povos amigos e vizinhos lhe indicará sempre o caminho da retidão e da harmonia.

O Contrato de que me tenho ocupado não é uma medida do momento, de aplicação imediata e único, é um convênio de vastas proporções, que irá se desenvolvendo, à medida que as circunstâncias o indiquem. Destinado a regular as relações do Governo com a Companhia em um lapso regular de tempo, promovendo o desenvolvimento do país para assegurar sua tranquilidade, contém estipulações de previsão que podem ou não ter efeito, segundo os acontecimentos.

Uma dessas é o aumento da Força Pública e o equipamento de vasos de guerra. Se como espero, a Bolívia e o Brasil, no interesse da sua própria tranquilidade e em benefício do comércio e da indústria dos seus habitantes, adotarem as medidas necessárias para impedir que do território de uma se vá perturbar a ordem pública da outra nação; que aventureiros irresponsáveis cometam depredações contra o comércio internacional em suas águas territoriais, pode estabelecer-se que nunca se necessitará de elementos de Forças Navais ou Terrestres para garantir a vida e a propriedade dos habitantes.

Mas, se por desgraça, aquelas eventualidades possíveis se realizarem, a Bolívia, no cumprimento do dever capital que têm todos os povos que vivem na comunidade do direito, estaria obrigada à defesa e segurança dos interesses acolhidos à sua bandeira. Para essa hipótese, ela tratou de se habilitar, impondo à Companhia a obrigação de ministrar-lhe os meios eficazes de desempenhar o seu dever internacional.

As forças organizadas deste modo, debaixo da responsabilidade e direção do Governo, seriam sempre respeitosas dos direitos e atributos do Brasil. O perigo suposto pelo sr. Ministro é, pois, mui remoto e estimo que em sua alta probidade assim haja de reconhecê-lo.

Meu governo, longe de cometer um ato censurável, prepara-se para cumprir seus iniludíveis deveres e o desta nação que recorda que "*o Acre é dependente em todas as suas relações do Brasil*" seria olhar com simpatia os esforços da Bolívia para garantir a vida e os interesses dos seus nacionais ali residentes.

Esse Contrato corresponde à ideia de impulsionar seriamente o processo material da região, arrancando-o do Estado embrionário em que até hoje se encontra. Tratasse de aproveitar suas naturais riquezas, para a fazer entrar na economia boliviana como elemento de atividade. O propósito do governo é o de atrair para ali as correntes fecundas do capital e do esforço civilizador da imigração, a exemplo das demais nações da América, e espera que o inteligente e progressista Governo que rege os destinos deste povo não quererá obstruir o desenvolvimento a que aspira um país, por tantos motivos a ele vinculado, obrigando-o a enlanguescer no abandono e no esquecimento.

Se, para alcançar tão altos fins, outorgou a Bolívia concessões, mais ou menos amplas, no uso de seus direitos de povo livre e independente, a apreciação de sua conveniência é função de ordem constitucional interna que escapa à competência de poderes estranhos por mais vinculados que estejam a seus vizinhos. As francas e sinceras explicações que antecedem manifestam que a Bolívia não "*delega sua autoridade soberana a funcionários irresponsáveis*". A Administração Nacional há de se exercer em todos os ramos por seus legítimos representantes, de tal maneira que, como já disse em outro documento, e julgo conveniente reiterá-lo aqui, meu Governo, consciente de manter íntegra a sua

soberania, se considera o único responsável dos atos praticados pelas autoridades que ele nomeia e constitui em seu território e aceita a obrigação de resolver todas as reclamações que se lhe dirijam, por abusos ou faltas daquelas.

Neste empenho considerar-me-ia muito feliz, se pudesse levar ao ânimo do Sr. Ministro a segurança de que meu Governo, não transfere do de nenhum modo parte alguma de seus direitos soberanos, assim como a força pública será supervigiada e regida pelo Delegado Nacional, que é autoridade superior da região.

Nas sensíveis emergências desses assuntos do Acre [há de me permitir o Sr. Ministro], mais de uma vez as autoridades inferiores do Brasil se consideraram habilitadas para contrariar a política honesta e justiceira da União. Meu Governo se viu em frente de elementos obstrucionistas e não pensou sequer por um momento que a personalidade internacional do Brasil ficava debilitada em termos que escusavam a inteligência de ambos os governos.

Quanto ao mais, qualquer dificuldade que se possa apresentar, o que não é de esperar, será removida conforme o remédio radical que o Sr. Ministro indica, efetuando a demarcação da fronteira, ou para melhor dizer a locação dos Marcos Divisórios, como a Bolívia o tem solicitado há vários anos. Assim, cada um conhecerá à simples vista o que lhe pertence e o poderá explorar tranquilamente em benefício do comércio e da indústria.

Impugnar o Contrato Aramayo pela anormal situação que cria em um território não limitado, e não limitá-lo por causa deste mesmo Contrato, é colocar a Bolívia em uma situação sem saída, que o ilustrado Governo desta República não quererá certamente perpetuar, à custa de um país que foi sempre bom amigo do Brasil.

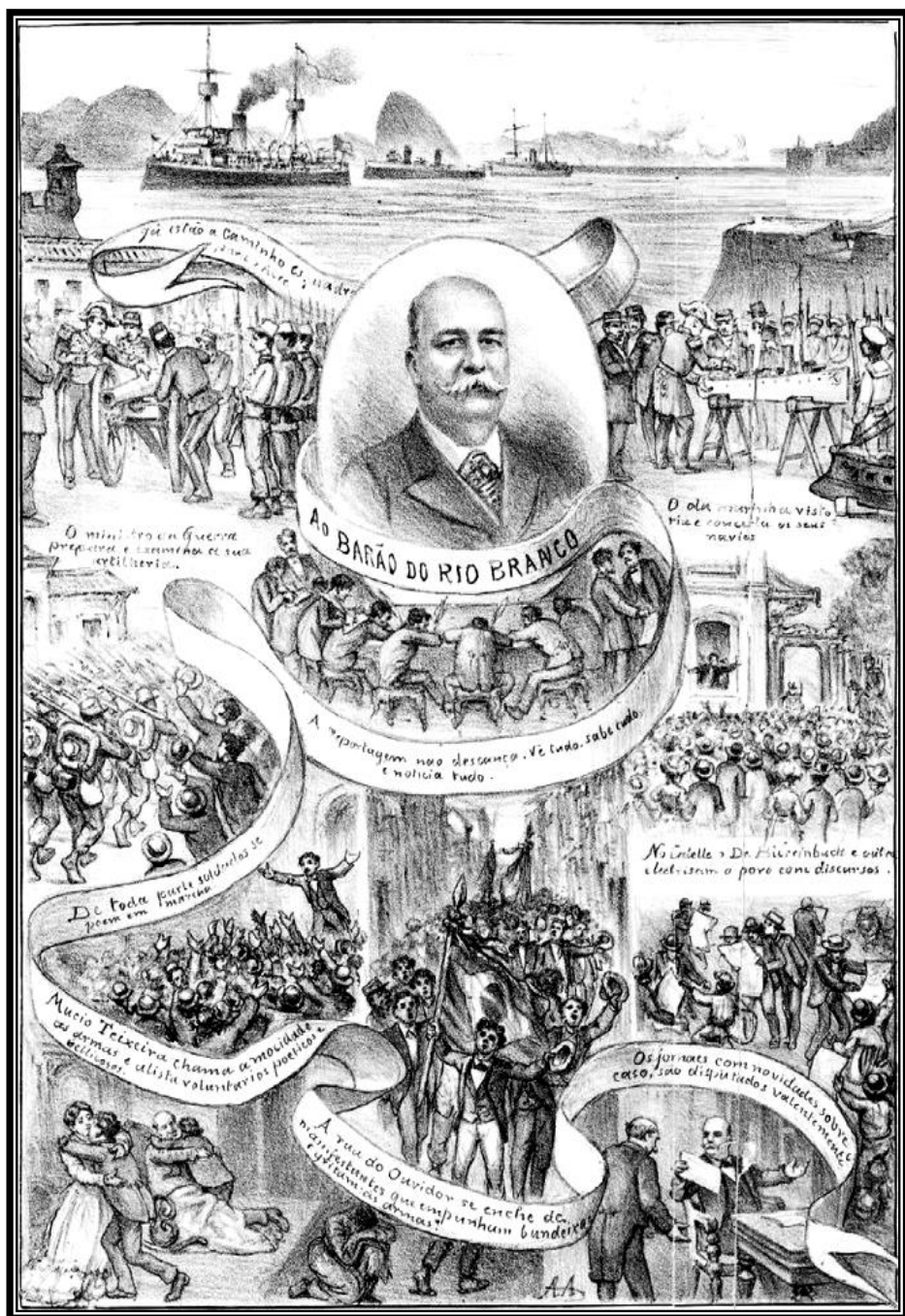



Imagem 20 – D. Quixote, 14.02.1903

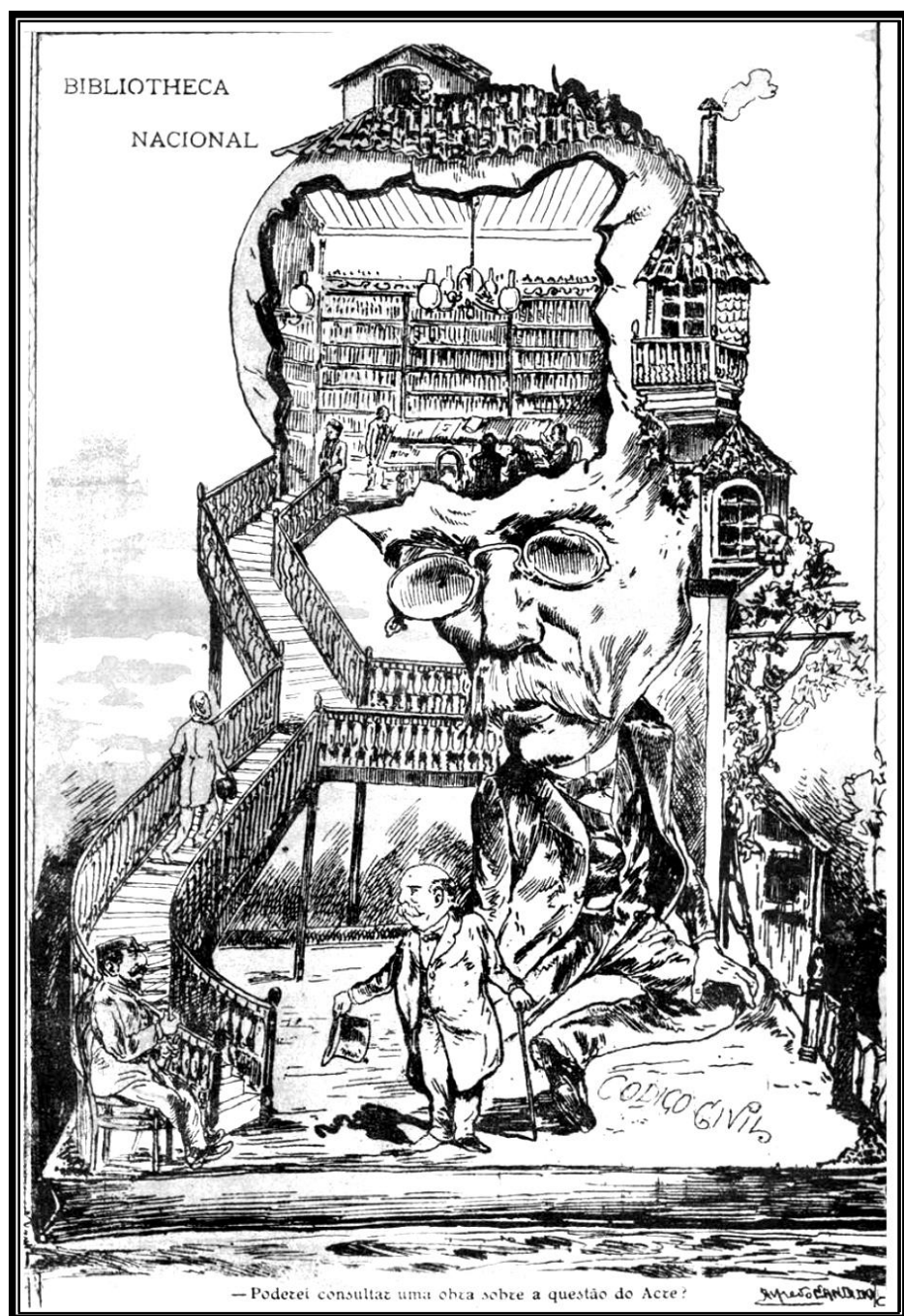



Imagem 21 – A Larva, 18.09.1903

O Cotejo destas duas notas, – escreveu na imprensa da época um ex-Vice-Presidente da República:

> É um dos mais rudes golpes que já jamais sofreu o nosso patriotismo.

Reunido pouco depois em sua sessão ordinária o Congresso Nacional da Bolívia, nenhuma providência foi sugerida ou solicitada pelo Chefe do Estado, no sentido de modificar e menos rescindir o Contrato com o Bolivian Syndicate. Nem essa ilusão era mais lícito entreter em face da nota Pinilla. Nesse documento é categórica e formal a afirmação de que a Bolívia não estava disposta a permitir que outro poder do seu direito de celebrar aquele Contrato, nem pretendesse autoridade para ajuizar do mérito ou das conveniências dela.

Mais claro se torna o pensamento do Governo boliviano na Exposição que o Congresso Nacional, em La Paz, na sessão de 1901, fez o Sr. Aramayo, Ministro da Bolívia em Londres, incumbido oficialmente de negociar o arrendamento do "*Territorio de Colonias*". Assim, a Bolívia afirmava, sem refolhos, o propósito em que estava de manter e executar o Contrato, expondo francamente quais os motivos e quais os fins que a induziram a celebrá-lo. Perante o Congresso Nacional Boliviano, reunido em Comissão Geral, em setembro de 1901, para deliberar sobre o aludido Contrato, fez o Sr. Aramayo uma clara e minudente exposição, da qual são os trechos seguintes:

> Entre estes encargos, senhores, aprouve ao governo transmitir-me instruções e bases amplas, acordadas em Conselho de Gabinete, em data de 15.03.1900, para a organização de uma companhia que se encarregasse da exploração e colonização das regiões do Noroeste da República, conhecidas sob a denominação de "*Territorio do Acre*", e politicamente demarcadas como Delegação do Purus.

Dava-me o Governo autorização suficiente para estabelecer as condições desta negociação, e entre elas a de adjudicar terrenos e seringais à título gratuito, com o objetivo de amparar sua posse e a de promover a colonização e povoamento daquelas terras; a de entregar a administração das alfândegas e a arrecadação das rendas fiscais sob condições adequadas; a de procurar e fomentar a construção de ferro-carris, aberturas de estradas a navegação de Rios; finalmente tudo quanto fora conducente ao desenvolvimento e progresso daqueles territórios, assim como a sua conservação debaixo do domínio da República.

Mais previsoras foram estas instruções, ilustres senhores; e, compreendendo seu vasto alcance, me dediquei com o maior anelo a buscar os meios de pôr em execução os desejos do governo.

Várias vezes cheguei a formular Contratos que pareciam viáveis, com diversos indivíduos e corporações da alta finança, e outras tantas vi frustrados meus planos e dissipadas minhas esperanças. Os Estados da América do Sul não oferecem garantias, dizem uns, estão em contínuas revoltas: suas instituições não são estáveis, as indústrias estão continuamente expostas a novos impostos, cada vez mais arbitrários e caprichosos.

A Bolívia está muito sequestrada ([157]), reflexionam outros, são raros não só os que tem conhecimento de seu solo e posição geográfica, como até os que sabem de sua existência.

Estas ideias são as que predominam e com as quais se tem que lutar. Quando iniciei estas negociações o Acre estava ocupado por aventureiros, que o declararam República Independente.

---

[157] Sequestrada: isolada.

Depois da ocupação militar de nossas tropas, veio todavia a grande cruzada organizada em Manaus pôr em prova nossa força de resistência. Em tais condições não era possível organizar nada sério. Quase que não havia a quem recorrer para peleja com o fim de nos restituir o território usurpado. Triunfaram, enfim, nossos soldados, marcando uma fase gloriosa, como nenhuma, nos anais da história pátria; estabeleceu-se a Alfândega de Porto Acre, reconheceu-se nossa autoridade e soberania naquele território e acreditei então chegado o momento de fazer um esforço supremo.

Circunstâncias excepcionais, e verdadeiramente providenciais, puseram-me em contato com um grupo capitalista norte-americano, que já havia tido ocasião de se informar sobre as riquezas naturais que encerra o nosso solo e ajudado pelo prestigioso explorador Sr. Martin Conway, vantajosamente conhecido em nosso país, consegui interessá-los a tal ponto com as minhas informações, que um deles, o distinto advogado da casa Vanderbilt, Mr. Willingford Whitridge, foi delegado para tratar comigo em Londres. Resultados dessas conferências é o Contrato que o Governo submeteu à vossa consideração. As bases desse Contrato foram formuladas por mim, em consulta com homens experimentados nesta classe de empresas e, em vista das cartas constitutivas de sociedades análogas, como a Companhia das Índias, a Companhia do Sul da África e outras.

Procurei alegar todas as condições que, além de resguardar nossa soberania naquelas afastadas regiões, dessem amplo desenvolvimento às suas riquezas naturais. Consultei a maneira de obter para o Estado a maior renda possível, conciliável com o êxito da empresa. Aquelas bases me ofereceram grande dificuldade; elas foram aceitas no fundo e só exigiram modificações na forma e em alguns pontos Referentes à arbitragem e concessões minerárias, etc., que meu zelo pelos interesses nacionais havia um pouco exagerado.

Formulado o Contrato, o Sr. Whitridge partiu para Nova Iorque, reuniu os membros do sindicato, conseguiu sua aprovação e mandou-me um exemplar assinado, que recebi em Buenos Aires, de onde lhe devolvi um outro exemplar firmado por mim, como havia sido combinado. Tão transcendental me parecia a negociação, honrados senhores, que logo se assentaram as bases do convênio preliminar, telegrafei ao Sr. Presidente da República, dando-lhe conta dele e pedindo-lhe seis meses de licença para vir pessoalmente explicar o seu alcance.

Um negócio desta magnitude não teria importância se não fosse posto em mãos de capitalistas e empresários de primeira ordem, e se me decidi a prestar-lhe todo o meu apoio e a recomendá-lo eficazmente ao governo, é porque estou convencido de que o "*The Bolivian Syndicate*" está formado de banqueiros poderosos e de grande prestígio no mundo das finanças, como poderá informar o Dr. Bridgman, Ministro dos Estados Unidos.

Tenho pela minha parte a firme convicção de que estamos preparando neste negócio uma transformação rápida de todo o ser da Bolívia. O Sindicato Boliviano a que me refiro é composto de alguns dos banqueiros mais poderosos ou influentes de Nova Iorque, tais como Twombley e Whitridge, que manejam todos os negócios da família Wanderbilt, B. J. Cross, que representa a firma bancária Bliss & Ciª; Emilio Roosevelt, primo do atual Presidente da República e chefe da casa Roosevelt & Filhos. etc.; Iselin, banqueiro; F. P. Olcott, Presidente da Central Trust Company; Brown, Brothers, banqueiros que na Inglaterra dirigem sob a razão de Brown, Shipley & Comp. Qualquer destas firmas por si tem os meios de dar o capital que este negócio requer, e sem embargo convidaram a Pierpont Morgan e outros capitalistas ingleses, com o propósito de dar a empresa o espírito cosmopolita.

É mui provável que, o domínio legal da empresa seja em Londres, e nesse caso se me convidou a tomar assento no diretório em resguardo dos interesses da República.

Trata-se de conseguir que o delegado da Companhia do Acre seja um chefe militar inglês, científico e organizador, que se distinguiu na Guerra do Transvaal.

O embaixador americano em Londres, Mr. Choate, consultado sobre o sindicato, declarou que não era possível formar outro mais poderoso. Mr. Hay, Ministro das Relações Exteriores na grande República, em carta dirigida ao Dr. Bridgman disse textualmente o seguinte:

Departamento do Estado – Washington

Caro Dr. Bridgman

Tenho o prazer de recomendar-lhe o Sr. Frederico W. Whitridge, de Nova Iorque, que é interessado no Sindicato Boliviano composto dos seguintes cavalheiros:

Mr. F. P. Olcott, do Central Trust & Company;

Mr. Adrian Iselin Jr;

Mr. W. William A. Reid Messers Varmelja & Company;

M. R. J. Cross, que representa Mr. Jorge Bliss, que era antes sócio de Messers Morton, Bliss & Company;

Messers, Roosevelt and Sons, especialmente Mr. Emilio Roosevelt, que é primo do nosso vice-Presidente;

Messers, Brown Brothers & Company;

Mr. Frederick W. Whitridge;

Mr. K. Twombly;

Mr. John R. Hageman, presidente da Metropolitan Ld. Insurance Company e também;

Mr. Augusto Belmont.

Informam-me de que foi organizada uma companhia sujeita às leis do estado da Virgínia com um milhão de dólares de capital.

Pelos nomes que lhe indiquei verá que o sindicato está composto de homens da mais alta posição e de grande fortuna. Compreenderá que esta carta não é de maneira alguma oficial e que o Governo dos E.U.A. não toma parte em qualquer petição de concessões que estes cavalheiros possam fazer ao governo da Bolívia. Só desejo dar testemunho da alta posição destes cavalheiros, cujos nomes citei e que ficarei muito obsequiado por qualquer conselho que lhes possa prestar.

John Hay.

O Sr. Dr. Fernando Guachala, nosso Ministro em Washington, consultado pelo Sr. Presidente da República, deu-lhe em carta recente as mais amplas e satisfatórias informações sobre o poder do sindicato e a alta posição de seus membros. Graças à influência deste sindicato, podemos, sem dúvida, contar de hora em diante com o apoio moral da Chancelaria Americana em nossas questões, ante o Governo do Brasil, referentes à livre navegação dos rios que dão acesso ao nosso território.

Que direis honrados Srs. representantes, sobre o alcance do plano que havemos traçado? Basta lançar a vista sobre os acontecimentos que se desenrolaram naquelas regiões onde £ 70.000, pelo menos, produziu a alfândega do Acre no último ano financeiro. Tudo se consumiu com a sua defesa e mais de um milhão e tanto de bolivianos arrancados de um orçamento exíguo, com prejuízo dos serviços mais urgentes.

O tributo de sangue nós o havemos pago em proporções alarmantes que confrangem a alma.

Se o resultado desses sacrifícios fosse definitivo, se a posse perpétua daquelas ricas comarcas fosse assegurada, poderíamos nos consolar com a ideia de que a consolidação de um Estado não se pode conquistar sem o sacrifício de vidas e de capitais; examinemos, porém, friamente a situação. Por enquanto ocupamos o Acre. Manaus se mantém tranquilo porque não conta com aventureiros bastante arrojados para afrontar de novo nossos heróis, por mais que suas forças se hajam exagerado pelo cansaço e pelas enfermidades. O Brasil respeita as tradições honradas de sua chancelaria e se conforma que ocupemos o território que recebemos como nosso por força dos Tratados, mas espera que se há de produzir de novo o conflito e que havemos de ir "*motu proprio*" ([158]) lhe oferecer o Acre em troca de outras compensações.

O Peru nos ameaça e, vendo que não nos há de vencer, no terreno diplomático, adota o plano de ocupar de fato tanto terreno quanto pode, chegando as suas pretensões até o Madeira. Ainda no Alto Acre se apresentaram expedições que pretendem exercer atos de soberania. Nos afluentes do Juruá existem corregedores nomeados pelo Governo do Peru.

[158] Motu proprio: de livre vontade.

Cada passo que dermos no sentido de fixar nossas alfândegas no Ituxi, no Iaco, no Purus, no Embira, no Tarauacá, que produzem borracha e que são férteis e ricas regiões, há de oferecer um novo obstáculo, quer seja pelos povoadores brasileiros alentados por Manaus, que percebe atualmente os direitos sobre a borracha dessas regiões, quer seja pelo Peru, que pretende direitos de soberania, como tem feito constar o Cônsul peruano Sr. Pezet, em repetidos protestos contra o Sindicato.

Se não mantivermos ali um exército, a ocupação do solo e a percepção das rendas serão ilusórias. E a ninguém se oculta hoje a dificuldade de equipar, transportar e sustentar um exército naqueles longínquos e mortíferos climas. Por conseguinte, a ocupação daqueles imensos e ricos territórios é insustentável com os elementos que atualmente conta o país.

Muitos há que, convencidos disso, propõem sua venda ao Brasil, como única solução. O governo encontrou um meio eficaz, não só de ocupar e defender aqueles territórios, como de convertê-los em um centro de prosperidade, em uma fonte importantíssima de riqueza que há de inundar gradualmente todo o resto do país, mediante o estabelecimento de vias férreas e companhias de navegação.

O grande movimento de capitais e de energia industrial que se inicia há de marcar indubitavelmente o princípio de uma nova era de progresso para a República.

Não escapou aos legisladores bolivianos o perigo da absorção americana consequente ao arrendamento Aramayo: no parecer do Congresso Nacional é prevista e estudada a hipótese e o relator frisa bem que "*entre essa ameaça remota e a perda imediata do território a que a que a Bolívia estaria condenada com as sucessivas revoltas promovidas ou auxiliadas pelos interesses dos brasileiros, não havia que hesitar*".

Em nota ao nosso Ministro das Relações Exteriores, que faz alusão à eventual atitude do Governo dos Estados Unidos de frente à repulsa do Governo do Brasil ao Bolivian Syndicate, o Sr. Page Bryan declarava, em suma, que o Governo Americano não podia ser indiferente aos interesses dos seus nacionais. Entretanto, se desde a publicidade do Contrato não podia restar dúvida quanto aos intuitos do Governo Boliviano, os seus atos e negociações precedentes eram de molde a desviar a vigilância do Governo Brasileiro. Com efeito, o confronto de alguns fatos é expressivo.

Em 12.03.1900 [a 15 do mesmo mês e ano tinha o Sr. Aramayo as instruções para negociar o arrendamento de todo o Território pelo período de 60 anos], o Sr. Salinas Vegas, Ministro Diplomático da Bolívia, celebrava em Petrópolis um Contrato de arrendamento da alfândega de Porto Alonso [então em poder de Luiz Galvez] pelo período de três anos, obrigando-se o arrendatário, como condição para vigência do Contrato, a pacificar o território do Acre "*mantendo a ordem e fazendo respeitar a pacificar o território do Acre mantendo a ordem e fazendo respeitar a soberania da Bolívia no Acre e seus afluentes*".

Nesse Contrato, de Petrópolis, é ressalvada a hipótese de cessão de território pela Bolívia.

"*En el caso en que por alguna razón o acuerdo, la Bolivia renuncie espontánea y voluntariamente al territorio de Acre, obliga-se, etc., etc*". O Contrato feito em Petrópolis era, pois, um arranjo preparatório do Contrato Aramayo e aplainaria dificuldades ao "*Bolivian Syndicate*".

Por esse tempo também o Sr. Salinas Vegas conferenciava com o nosso Ministro das Relações Exteriores Sr. Magalhães sobre permuta de território na região acreana. Em carta datada de 31.03.1900, positivando ideias expendidas em conferências com o Ministro de Estado do Brasil, o Sr. Salinas Vegas propunha para limite entre os dois países uma linha quebrada, a Leste do Iaco, traçada perpendicularmente da oblíqua do Tratado de 1857 [linha Cunha Gomes] no paralelo 10°20´.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil pretendia outra linha perpendicular mais a Oeste, a qual o representante da Bolívia objetava que ela iria obrigar a criação de duas alfândegas, uma na confluência do Purus com a linha Cunha Gomes, outra na confluência do Purus com o Iaco. Esta negociação não prosseguiu, alegando, em certo ponto, o Sr. Salinas Vegas que não tinha os plenos poderes. Que, se houvesse, porém, levado a termo a projetada permuta – um pequeno trecho de território que tínhamos reconhecido boliviano no vale do Acre, 15 milhas, por cerca de 50 milhas de território nosso no Amazonas – é intuitivo que tal arranjo não resolveria, antes viria piorar a situação.

A maior parte do Acre, cerca de 250 milhas quadradas – a mais produtiva e a mais povoada de brasileiros – continuava boliviana; como boliviano permanecia o trecho abaixo do paralelo 10°20′ igualmente ocupado e explorado por brasileiros.

Do que vem exposto resulta que a Bolívia realizava no arrendamento do seu "*Territorio de Colonias*" uma ideia governamental maduramente meditada e aceita no país. Outros planos anteriores de colonização particular do Acre já se haviam estudado e resolvido na Bolívia.

A última combinação era, sem dúvida, mais vasta e poderosa; não era, todavia, a primeira: em 1880 fora sancionado o Contrato Bravo com a anuência dos diretores políticos da Bolívia.

Para a Bolívia era um ato feito e acabado o arrendamento do Bolivian Syndicate. Seriam inúteis junto ao Governo Boliviano quaisquer protestos ou tentativas nossas. E a desesperança de alcançar modificações na execução do Contrato, como já antes falhou a expectativa de ver desaprovado pelo Congresso Nacional da Bolívia seguiu-se aos últimos esforços empregados então pelo nosso Governo.

Escritor bem informado, que em uma série de comunicados ao "*Jornal do Commercio*" fizera a defesa dos atos do nosso Governo referentes a Questão do Acre, escrevia por fim estas palavras de resignado desalento, que importavam o reconhecimento do fato consumado:

> Hoje, que este assunto – o arrendamento – se acha, ao que parece concluído, torna-se preciso que façamos à Bolívia a justiça a que tem direito. É nossa crença que, em circunstâncias idênticas, qualquer outro país teria tido igual procedimento. A Bolívia viu povoado por cidadãos de um país vizinho e mais forte uma parte de seu território.
>
> Sabe que nesse país existem homens de imputabilidade que levantam a opinião no sentido da reivindicação deste mesmo território, positivamente seu, pelo Tratado de 1867 e como tal considerado pela nossa chancelaria desde 40 anos passados.
>
> Considera que nesse território fez-se uma revolução que se afirmava ser fomentadas pelo estado brasileiro vizinho. Com grande sacrifício de homens e de dinheiro envia àquelas longínquas paragens duas expedições militares.

> Sente-se ameaçada na sua propriedade e vê-se na impotência de fazer face à novas eventualidades. Que fazer? Foi sua inspiração buscar proteção de um país forte, por meio de um contrato com cidadãos desse mesmo país. Persiste a propaganda injusta que se tem feito entre nós e surta ela efeitos positivos, que a Bolívia, ferida em sua impotência, será capaz, não já de arrendar, mas de vender e até fazer doação daquele território a uma nação mais poderosa, cravando-nos destarte um espinho em carne viva.
>
> Poderíamos protestar, alegando pertencer-nos parte desse território; mas essa nação mais poderosa, quando muito, propor-nos-ia o arbitramento, que nos é imposto pela própria Constituição, e neste a nossa perda seria evidente, clara como a luz meridiana. Ato de patriotismo seria, pois, na hora atual, estimularmos o nosso Governo a mandar traçar, o mais breve possível, a nossa linha divisória.

Não poderia ser mais inquietadora a situação pública do país. Era extrema a exaltação dos ânimos irritados pela iminência do arrendamento e manifestavam-se ardorosamente todos os órgãos de opinião. Um brasileiro ilustre na política do país desde o Império, assim se exprimiu em artigo da imprensa:

> Confrange o coração o modo como o Governo encara o desastre do Acre. Não afronta a gravidado de uma situação que cria em nossas fronteiras indefesas e no coração do continente sul-americano um Sindicato territorial estrangeiro, à imitação de outros *idênticos*, estabelecidos no continente sul-africano, de tristes funestas recordações.
>
> Não se eleva à altura do dever de dar ao incidente enquanto é tempo a condigna solução que resguarde o mais vasto, o mais rico e o mais indefeso estuário do mundo, como é a região amazônica, e com ela a integridade da Pátria!

Ou porque sentindo o peso das responsabilidades o queira repartir com outros, ou porque dando o desastre por consumado o queira dissimular com impertinentes e irritantes demonstrações, o Governo diverte-se em recordar-nos os antecedentes da Questão do Acre e fazer caretas pueris à Bolívia de mal dissimulado despeito de um logrado, desaconselhando aos brasileiros a menor coparticipação no Sindicato e repudiando o Tratado de Comércio celebrado com aquela República!

Outra e não essa é a questão que agita o espírito público, que preocupa o patriotismo brasileiro, que ameaça e sobressalta toda a América do Sul.

Os antecedentes da questão do Acre são assaz conhecidos. Nossos limites com a Bolívia foram fixados pelo Tratado de 1867, ao qual até hoje se não deu execução, e sem essa execução não é possível determinar definitivamente a qual das potências confinantes pertence a região do Acre.

As divergências manifestadas pelos comissários brasileiros sobre a nascente do Javari, estavam impondo a necessidade de uma demarcação regular por uma Comissão Mista Internacional.

Em vez desse processo regular para a execução do Tratado, preferiu-se adotar arbitramento, no infeliz protocolo de 1895, o errado Marco Tefé, aliás plantado com o Peru e não com a Bolívia.

Reconhecido o erro, o protocolo de 1895 foi substituído pelo não mais feliz protocolo de 1898, que adotou "*provisoriamente*" a linha Cunha Gomes por fronteira.

Felizmente tais protocolos não se continham no Tratado, virtualmente sequer, não criavam nem suprimiam direitos contra ou além do Tratado de 1867, por cuja execução somente se poderá demarcar definitivamente a linha divisória que, partindo do Madeira, vá ter às nascentes do javari, onde se achassem.

> Menos podem criá-los ou suprimi-los simples notas ministeriais infelicíssimas, como foram as duas famosas da chancelaria brasileira, uma relativa à Alfândega de Porto Alonso, outra em resposta à nota de 7 de março, do Ministro boliviano nesta Capital.

"*O Paiz*", em editorial de 27.07.1902, referindo-se ao ato do nosso Governo, sujeitando à legislação fiscal da União e do Estado do Amazonas as mercadorias procedentes do Acre e retirando de Porto Alonso o Cônsul brasileiro ali estabelecido, escrevia:

> Este processo de resolver uma questão delicada como a delimites, depois das declarações feitas pela nossa chancelaria e dos solenes compromissos por ela tomados à face de todo o mundo, não nos parece digno da nossa cultura política e das nossas tradições diplomáticas.
>
> É preciso salientar que, como toda a gente, julgamos ser da maior utilidade para o País que o Acre volte à nossa jurisdição; como toda a gente, entendemos que o Governo do Brasil se deve opor por todos os meios à execução do arrendamento a bem da sua própria integridade, ameaçada por uma vizinhança importuna e usurpadora; mas isso não quer dizer que aprovemos as deploráveis chicanas em que a nossa chancelaria se tem envolvido em desespero de causa; o desembaraço com que o atual Governo repelia a sua orientação e considera nulos atos internacionais, praticados por sua livre vontade, e que já produziram os seus efeitos; e a inconsciência com que por fim se lança em uma aventura séria como essa da renacionalização do Acre por uma simples nota, e que obrigará talvez ao extremo de uma declaração de guerra. (OCS, n° 034)

O Cruzeiro do Sul, n° 35
Cruzeiro do Sul, AC – Domingo, 10.03.1907

O Território do Acre
Resumo Histórico da Questão

Por esse processo S. Exª não resolveu o assunto: agravou-o, ao contrário. Desde que não queria ou não podia, por já ser tarde entrar em negócios com o Governo do Bolívia para a reaquisição do Acre – e esta política devia ser tentada com habilidade e firmada antes de um passo extremo como o que agora foi dado – o que lhe competia era falar franco ao Congresso, expor-lhe a situação e aguardar que ele o autorizasse a defender pelas armas, se todos os recursos tivessem falhado, a integridade do Brasil ameaçada pelos sindicateiros acreanos.

Isto ao menos era nobre e digno de nossas tradições de seriedade internacional.

O Governo, ao declarar que considerava nacional a produção do Acre, quis naturalmente levar a Bolívia a um ato de desforço ([159]), obrigá-la a agredir-nos, provocando-nos à luta na defesa da nossa honra.

A Bolívia continuará a considerar boliviana a borracha que nós reputamos brasileira e a cobrar em Porto Alonso direitos do exportação, exatamente como nós, passamos a fazer em Manaus. E o seu raciocínio será este: o Brasil declarando-se soberano no Acre – e a sua soberania afirma-se pela cobrança de impostos – não pode permitir que uma outra nação taxe como sua, para os efeitos da exportação, a borracha que nessa zona se produz.

---

[159] Desforço: represália.

> É ao Brasil, realmente, que compete fazer valer agora, pela força, a sua autoridade, impedindo que agentes fiscais bolivianos tributem produtos nacionais dentro do nosso território e desalojando-os pelas armas dos lugares em que usurparem os nossos direitos e afrontarem a nossa soberania.
>
> Isto será a guerra, guerra que terá de ser por nós declarada, em circunstâncias desagradáveis para o nosso nome, sempre aureolado de estima e respeito pelas provas constantes de circunspecção, de lealdade, do inalterável sentimento de justiça nas nossas negociações internacionais. Decerto sobra a todos os brasileiros, na hipótese de uma campanha, o valor para defender a Pátria, mas as espadas têm outro fulgor quando as fazem saltar das bainhas a razão e o direito.

Distinto brasileiro que neste regime ocupou as mais altas posições e sustentou na imprensa diária viva discussão a respeito dos acontecimentos do Acre, assim analisou a situação naqueles dias agitados:

> É realmente das mais melindrosas a situação atual, nesta questão do Acre! Não é tanto pela perda de uma vasta extensão territorial explorada e habitada quase que exclusivamente por brasileiros, que sempre se reputaram em solo pátrio, quanto pela responsabilidade que vai pesar sobre o Governo de ter sido indiretamente quem franqueou aos Americanos do Norte a invasão da América do Sul; com o estabelecimento de um poderoso centro de influência política, geográfica e comercial, cuja expansão mais se poderá calcular, atendendo à riqueza da região e às tendências imperialistas do poderoso país...
>
> Parece que começa a empalidecer a nossa boa estrela, que com tanto brilho nos levou a resolver as questões da Trindade, das Missões, do Amapá. A Questão do Acre, qualquer que seja o aspecto em que a queiram encarar, é uma questão gravíssima.

> É a morte comercial de dois Estados importantes; é a invasão norte-americana na América do Sul, é o maior domínio fluvial do mundo que se escapa de nossas mãos para cair em poder de um povo poderosíssimo, com o qual dificilmente nos sentimos aparelhados para concorrer ou lutar. Eis ao que nos levou a nossa improvidência.
>
> Os demais povos sul-americanos não nos perdoarão essa falta que os ameaça mais tarde ou mais cedo: falta que é mais nossa que dos Bolivianos.
>
> Desde o decurso de 1900, quando corriam vagas notícias de um plano esboçado de arrendamento daquele território, o sentimento nacional se lhe mostrava hostil e alarmava-se com a eventualidade daquele ato da Bolívia.

Já na "*Imprensa*", sob a redação luminosa do Sr. Ruy Barbosa, a previsão desse temeroso perigo suscitava o seguinte protesto em 1900:

> Quando aqui, há algum tempo, ventilávamos de espaço a Questão do Acre chamamos a atenção do País e do Governo para a possibilidade, talvez bem provável, de recorrer a Bolívia à intervenção de alguma potência estrangeira, associando-a aos seus interesses no território controverso.
>
> A indigitada pelas suas tradições no continente, pelas aspirações de sua política expansionista e pelos cálculos de sua ambição mercantil, era naturalmente os Estados Unidos.
>
> Ora, no Amazonas, o Acre é por excelência a região da borracha. Porque motivo não haverão de os Estados Unidos absorvê-la agora, se agora para absorver-lhe bastaria um ajuste, uma transação pecuniária?
>
> É a borracha do Acre. Mas o Acre é o Amazonas e o Amazonas é o Brasil...

Se a notícia que nos chega ainda não é realidade, bem perto dela deve estar. E quando a for teremos a cunha americana cravada no coração da América do Sul, no seio do Brasil...

A situação criada pelos atos recentes do Governo do Brasil, decorrente de nova atitude no Acre, depois do arrendamento ao "*Bolivian Syndicate*", era assim apreciada na "*Prensa*", do dia 06.08.1902:

> Persiste o boato de que o Governo do Brasil fez insinuações ao Argentino no sentido de sondar a sua opinião a respeito da Questão do Acre. As versões correntes são vagas e incompletas; a própria negativa de sua veracidade faz supor que alguma coisa realmente existe. O que parece fora de dúvida e pode ser aceito como certo é que a diplomacia brasileira está em campo para impedir a execução do contrato celebrado pelo Governo da Bolívia com um poderoso sindicato norte-americano para exploração dos valiosos produtos naturais do Acre, principalmente da borracha. Não só não é improvável como lógico que o Brasil invoque o princípio solidariedade sul-americana contra o perigo que parece de absorção, do potente Norte.
>
> O Brasil não faz mistério da sua oposição ao mencionado contrato desde que se principiou a falar nele. Em termos bem claros deu a conhecer à Bolívia o seu desagrado, assim como o propósito em que está do impedir a realização do negócio, alegando direitos ao território em questão e principalmente invocando o risco que corre com o estabelecimento de uma semissoberania em sua vizinhança.
>
> Sabe-se que ainda não está delimitada a fronteira do Brasil com a Bolívia nas regiões aludidas; a questão, porém, é mais do trabalho geodésico do que de títulos de posse. Assim, pelo menos, o demonstrou o General Cerqueira, profundo conhecedor do assunto, em um notável discurso que pronunciou, há poucos anos, no Congresso Federal.

O Brasil reconhece a soberania boliviana no território que o contrato abrange, sem prejuízo das retificações da linha limítrofe definitiva. Em virtude desse reconhecimento foi que o Governo da Bolívia lutou contra a insurreição que se assenhoreara da comarca, dominou-a e estabeleceu as suas próprias autoridades, que são as que a governam.

"*De meritis*" ([160]) é lógico supor que se o Governo Boliviano não tivesse celebrado o Contrato com o sindicato norte-americano e preferisse explorar por si mesmo a borracha hipotecada, não teria formulado o protesto com que hoje preocupa o mundo diplomático e que está destinado a causar, talvez, complicações internacionais de extraordinária gravidade.

Tanto quanto possível temos acompanhado a viva discussão travada, no último mês, na imprensa brasileira e boliviana. A argumentação da primeira nos deixou a impressão que o fundamento principal da sua oposição é o perigo que resulta da influência política dos Estados Unidos no Amazonas, no coração de uma grande parte dos seus domínios territoriais.

O "*Bolivian Syndicate*" adquire direitos semissoberanos que lhe dão faculdades de Governo na extensa zona entregue à sua exploração comercial. Os seus interesses, como é natural, ficarão sob a égide protetora, do caráter diplomático, dos Estados Unidos da América.

Eis aí o perigo entrevisto pelos governantes do Rio de Janeiro. O Brasil se entendia, sem embaraços, com a Bolívia, no debate da demarcação da fronteira, mas teme que a presença do mencionado interesse, com tão poderoso patrocínio, lhe crie dificuldades que deseja previdentemente eliminar.

---

[160] De meritis: pelo mérito ou merecimento. Resolvidas as questões prévias da causa, examina-se o mérito, ou seja, a questão de fundo.

A imprensa boliviana está dividida: uma parte da referida imprensa defende o Contrato e outra parte o impugna com calor, chegando – até a acusar de alta traição aqueles que o sustentam, porquanto ele importa na abdicação da soberania nacional em favor de um Sindicato estrangeiro.

É preciso, porém, ouvir serenamente a defesa do negócio; não se pode desconhecer que promete argumentos dignos de consideração.

As razões invocadas para justificar as enormes concessões que explicam a delegação e imolação da soberania do Estado em uma parte do seu território, são equivalentes à força maior. O Acre é boliviano, mas a sua posição o coloca fora do raio de ação administrativa ordinária do país.

As autoridades e tropas que para lá se destinam devem seguir pelo Atlântico até a embocadura do Amazonas. Na própria região é preciso lutar tenazmente contra toda a sorte de dificuldades, entre as quais figuram as do mortífero clima.

Os habitantes dos Estados brasileiros limítrofes são talvez os que opõem maiores embaraços, porque tem na ausência do dono, aproveitado a riqueza da borracha.

Como prova da riqueza que representa a produção da borracha se invoca uma informação publicada no "*L'Économiste Français*", da qual se verifica que 1901 entraram nos mercados europeus 47.000 toneladas de borracha avaliadas em 18.000:000 de libras, e em que sustenta que pelo menos metade dessa quantidade provém do território boliviano, sub-repticiamente extraída com prejuízo da sua administração.

Não se pode desconhecer a força dessas observações.

> Bastaria que tivessem algum fundamento para suster o juízo definitivo dos neutros e também para ter conta do Brasil poderá ser inspirado por uma conveniência econômica, fora das considerações de outra natureza publicamente expostas.

"*El Tiempo*", em sua edição da mesma data, aludindo à possível consulta do Brasil ao Governo Argentino no intuito de interessá-lo na oposição ao "*Bolivian Syndicate*", não dissimula a sua opinião, assim manifestada:

> Qual seria a resposta do nosso Governo no caso de serem exatas as notícias, ainda não desmentidas, relativas às consultas por parte do Brasil? Tendo em vista a política internacional claramente definida nos últimos pactos celebrados com o Chile, poderíamos predizer que o Governo se limitaria a expender as suas ideias de respeito a todas as soberanias e de abstenção nos atos praticados pelos Estados no livre exercício dessas mesmas soberanias.
>
> E máxime ([161]) neste caso, em que, nas regiões diplomáticas, se apresenta como concluído o Contrato realizado pela Bolívia com o Sindicato norte-americano, agindo a referida República em cumprimento de uma política do expansão comercial, procurando garantir uma saída fácil e permanente para o Atlântico, pelo Amazonas.
>
> O Território do Acre, tão rico em borracha, está isolado do resto da Bolívia.
>
> Para vencer a insurreição que ali se deu, o Governo teve que mandar, por via terrestre, as suas tropas, as quais, foram antes da luta, quase todas dizimadas pelas febres palustres, que são mortais nas pessoas mal afeitas ao clima. O Amazonas, que sonha a vida de comunicação mais rápida, pelo Atlântico, não é acessível ao trânsito de forças militares, porque o Brasil não consente.

---

[161] Máxime: sobretudo.

> Nada mais natural, por conseguinte, do que procurar a Bolívia, dentro de suas conveniências, arrendar esses territórios a quem possa se interessar por eles tanto ou mais do que ela, e conseguir franca saída para o Atlântico por esse Rio Amazonas de tão complicada navegação.
>
> Não cremos que o conflito tenha maior transcendência; não é difícil que acabe por um Tratado Comercial. Como quer que seja, porém, repugnam sempre essas concessões que trazem consigo o perigo da intervenção de poderosas nações estrangeiras.

O tom da imprensa americana afirmava-se por este editorial da "*New York Tribune*" de 25.06.1902:

> Acre – A controvérsia sobre uma concessão mercantil americana no Acre envolve uma das regiões menos conhecidas do Hemisfério Ocidental.
>
> Mesmo nos mais modernos mapas os Estados ou departamentos do Amazonas, no Brasil, de Loreto e Cuzco, no Peru e de La Paz e Beni, na Bolívia, estão marcados, em grande extensão, como "*inexplorados*" e as linhas dos limites e cursos dos Rios estão indicados muito variada e vagamente.
>
> As divisas das três Repúblicas encontram-se na nascente do Rio Javari. Em rumo do Norte o Rio forma o limite natural do Peru com o Brasil, mas nos rumos de Sul e Leste as duas linhas, entre o Peru e a Bolívia e entre a Bolívia e o Brasil, não seguem acidentes naturais e são, ao contrário, traçadas arbitrariamente.
>
> Esta última, entre a Bolívia e o Brasil, corre conforme o Tratado, em linha reta, da nascente do Javari até o ponto em que o Beni e o Mamoré confluem para formar o Rio Madeira.
>
> A este respeito parece que há motivo para disputa. (OCS, n° 035)

O Cruzeiro do Sul, n° 36
Cruzeiro do Sul, AC – Domingo, 17.03.1907

O Território do Acre
Resumo Histórico da Questão

Tudo o que há a fazer é os demarcadores correrem essa linha reta. Quanto a outra, entre o Peru e a Bolívia, há disputa. Os mapas bolivianos a representam como correndo, apenas um pouco para Leste do rumo Sul, em linha reta para o Lago Titicaca até esbarrar na serra Carabaia, ao passo que os mapas peruanos fazem-na correr quase exatamente em rumo do Sueste até a Longitude 60°30' O, e daí quase em rumo Sul até o Lago Titicaca.

Assim, o ângulo formado pelas linhas de limites do Peru e do Brasil com a Bolívia é de 52 graus, segundo os mapas bolivianos, e só de 28 graus, segundo os mapas peruanos.

O Acre jaz dentro desse ângulo. Forma um imenso triângulo, grosseiramente isósceles tendo por base o Rio Beni. É atravessado por muitos dos mais remotos tributários do Amazonas e desta parte acessível para o mundo exterior. De fato, seria enormemente difícil na atualidade, o acesso por qualquer outra via. O Brasil tem, portanto, em suas mãos, estrategicamente, a chave da situação.

Concedida a livre navegação do Amazonas e de seus tributários, o Acre está aberto ao comércio do mundo. Fechada tal navegação o Acre será um livro lacrado até a época em que a Estrada de Ferro Boliviana for prolongada desde Oruro através da Cordilheira e dali para Norte e Oeste quatrocentas milhas; e assim as condições comerciais serão muito menos favoráveis do que pelas vias fluviais naturais.

Há, pois, as mais fortes razões para se desejar um acordo amigável com o Brasil. Disso grandemente depende o desenvolvimento dos grandes recursos naturais do Acre. Não parece haver motivo plausível pura que semelhante acordo deixe de ser preferível. Nem há, aparentemente, causa para o Brasil opor-se à proposta exploração do Acre.

Deve, ao contrário, acolhê-la bem, visto que dela lhe advirá muito comércio, e com ela promoverá o desenvolvimento de seus próprios Estados do Amazonas e de Mato Grosso. Justamente três razões têm sido sugeridas para a relatada oposição.

Uma é a questão da linha de limites, com a reclamação de que parte do Acre está em território do Brasil. Esta é, contudo, insustentável desde que o Presidente do Brasil anunciou a final e satisfatória solução da questão de limites. A segunda é que o Brasil quer continuar a colher furtivamente borracha nas reservas do Acre, o que terminaria em face da concessão americana. Esta sugestão é demasiadamente indigna do Brasil para poder ser tomada em consideração.

A terceira razão é que o Brasil julga que a concessão comercial americana é uma cunha para abrir a conquista daquele continente pela política americana.

Ainda que a primeira vista ela pareça desarrazoada, devemos acreditar que semelhantes ideias absurdas são tomadas em consideração.

Os jornais do Rio de Janeiro tem estado ultimamente a manifesta-las.

Assim a "*Gazeta de Notícias*" declara que aos Yankees em breve serão os reais possuidores de muitas regiões da América do Sul e outros jornais, no Brasil e fora dele, tem dito coisas semelhantes; e sobre tais fundamentos têm levantado protestos contra esta concessão do Acre.

> Semelhantes ideias são certamente encorajadas por outros países, especialmente pelos próprios que mais diligentemente estão se esforçando por obter o predomínio dos territórios da América do Sul, e todos os preconceitos e rivalidades são postos em jogo até o extremo, no intuito de despertar suspeitas e receios dos sul-americanos.
>
> Deve ser, todavia, possível corrigir impressões tão completamente falsas como estas.
>
> A ideia que os Estados Unidos têm em mira aquisição territorial no coração do continente sul-americano ou que quaisquer concessões, comerciais ali tenham ulteriores objetivos políticos, é tão louca como qualquer outra praticada em Potsdam.
>
> Se o protesto brasileiro contra a concessão do Acre não assenta em base melhor do que essa, não é digno do um Estado esclarecido.

Trasladamos ainda o seguinte artigo do "*Morning Post*", que concorre para revelar a corrente de ideias que se ia avolumando no exterior:

> O desacordo entre a Bolívia e o Brasil, acerca da concessão do Território do Acre feita pela Bolívia a um Sindicato norte-americano, torna-se cada vez mais grave e poderá dar ensejo a um verdadeiro conflito. É possível também que esta questão tenha grande repercussão na política de todas as repúblicas sul-americanas e chegue a despertar séria atenção dos Estados Unidos e de todas as grandes potências europeias.
>
> O negócio já saiu do período das recriminações polidas o dos protestos diplomáticos. O Brasil adotou a princípio uma atitude muito enérgica, agora cessou as suas ameaças, guardando, entretanto, uma reserva pouco simpática à Bolívia.
>
> Pode-se dizer que do ponto de vista do direito internacional o Brasil não podia manter a sua atitude francamente hostil.

O Cônsul boliviano no Pará informou ao seu Governo, em data de 15 de julho, que os vapores "*Taunay*" e "*Brasil*", vindos do Acre com carregamento de borracha, em trânsito, chegando a Manaus com os papéis perfeitamente regulares e tendo as autoridades aduaneiras dali reconhecido que a borracha era efetivamente em trânsito e permitido que os referidos navios seguissem seu caminho, as autoridades do Pará retiveram a carga, exigindo pagamento de direitos de exportação como se a mercadoria fosse de procedência brasileira.

O Ministro da Bolívia no Rio do Janeiro protestou vivamente e obteve esta resposta do Governo Brasileiro:

> O Brasil reconhece a ilegalidade do recebimento dos direitos de exportação, mas não tomará nenhuma resolução favorável enquanto o governo da Bolívia não tiver anulado a concessão feita ao Sindicato norte-americano.

Foi provavelmente em seguida à reclamação do Ministro da Bolívia, que o Sr. Bryan teve uma longa entrevista com o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Governo Brasileiro consentiu e deu ordem para que deixassem passar os dois navios sem o pagamento dos direitos, mas acrescentou que para o futuro não admitiria no Amazonas o livre trânsito das mercadorias provenientes do Acre.

O Governo Brasileiro justificou essa resolução dizendo que o Congresso não adotou o Tratado de Comércio e de Navegação que estava em negociação, desde 1896. Essa manobra anulava por conseguinte o "*modus vivendi*", adotado em 1899, e o Governo do Brasil podia assim rejeitar o Tratado que concede a liberdade de trânsito. Esse sistema é muito engenhoso ou muito ingênuo.

O Rio Amazonas está, portanto, trancado aos produtos provenientes da Bolívia e isso é contrário ao espírito das leis internacionais relativas à navegação dos Rios.

A teoria da lei internacional concernente à navegação dos rios que correm por diferentes países, não está ainda definitivamente assentada; mas na prática, os usos são uniformes.

O Brasil não pode recusar à Bolívia acesso para o Oceano, pois que ele próprio se aproveita da saída dos Rios Paraná e Paraguai.

Agora esta questão não é mais para ser tratada unicamente entre o Brasil e a Bolívia.

A concessão foi feita com todas as formalidades legais e os concessionários conquistaram direitos que devem ser respeitados e entre esses direitos o primeiro o do acesso à região.

O Brasil agora não está somente em conflito com o vendedor, que é o Governo mas também com o comprador, que é o Sindicato norte-americano.

Os grandes capitalistas de países como a Inglaterra e os Estados Unidos não podem tolerar que os esforços legítimos de seus compatriotas para abrir ao comércio e à indústria e para a prosperidade ainda superficialmente, apenas conhecidos, sejam aniquilados pelo Governo Brasileiro.

Ainda não se sabe exatamente que observações o Governo dos Estados Unidos fez ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, mas pode-se estar certo de que a opinião pública norte-americana não permitirá que os concessionários sejam despojados dos privilégios que conquistaram da maneira mais legal.

O Brasil procura simplesmente impedir o acesso ao Território do Acre e, entretanto, tem o maior interesse em ver os concessionários ali se estabelecerem. Estando livre o caminho do Atlântico, o porto de Manaus tomará uma importância extraordinária.

Se o Brasil fechar a livre navegação, cometerá uma violação de todos os usos internacionais. Em meio desta agitação é aberto de novo em nossas Câmaras o debate sobre o incandescente problema do Acre.

Em Maio de 1902, quando o Governo pediu a retirada do Tratado de Comércio com a Bolívia, pendente a deliberação de Câmara dos Deputados, discutiu-se calorosamente o assunto, em sessões públicas e secretas, com uma veemência que as graves circunstâncias de então justificavam. E já se afigurava a muitos, como contingência inevitável a que seríamos infelizmente arrastados, um conflito armado entre as duas nações.

Já na sessão de 18 de abril desse ano o Sr. Deputado Bueno de Andrada apresentava o seguinte requerimento de informações:

> 1° quando sujeitará ao conhecimento do Congresso as transações entabuladas entre as Repúblicas dos Estados Unidos do Brasil e da Bolívia para demarcação de suas fronteiras entre o Rio Madeira e a principal origem do Rio Javari?
>
> 2° quais os trabalhos executados pela última Comissão Brasileira para a determinação de uma parte dessa linha divisória?
>
> 3° se tem conhecimento de qualquer transação, projetada ou já realizada, entre o Governo Boliviano e cidadãos da República dos Estados Unidos, da América para exploração industrial dos produtos do vale do Rio Acre?

Fundamentando o requerimento, disse o Deputado por S. Paulo:

> A questão que me traz à tribuna é da mais alta importância, é da mais pavorosa gravidade. Diz a imprensa e a população alarma-se com as notícias de que a República da Bolívia acaba de arrendar a um Sindicato norte-americano, a cidadãos da poderosa República, terrenos litigiosos, solo que, tenho certeza, depois da discussão sobre o assunto, continuarão a pertencer à nossa Pátria.
>
> A questão é grave; afeta a integridade do Território Brasileiro, e, portanto, a paz da Nação. Não podemos ficar indiferentes. A nós cabe a mais alta, a mais direta responsabilidade na solução desse grande problema nacional. Assim, nos animamos a apresentar à consideração da Casa um requerimento, que entregamos ao exame e ao patriotismo dos Srs. Deputados.

O discurso do Deputado paulista terminava assim:

> Nenhuma nação vê aproximar-se sem apreensão do coração de suas terras, colocarem-se no centro de seu País, ambições tão demasiadas de gente tão poderosa como são as dos filhos dos conquistadores da Índia. As vastas conquistas das raças saxônicas começaram sempre, Sr. Presidente, por simples empresas comerciais. Lord Clive, Harring Hastings, os quais presentearam a Inglaterra com o Império da Índia, começaram sua carreira de glória como simples caixeiros de uma companhia.
>
> Estas são as bases do nosso requerimento. Esperamos do patriotismo da Câmara a sua aprovação. Deste fato depende um dos modos pacíficos de resolver este problema. É preciso esgotar todos os meios suaves antes de precipitarmo-nos nas soluções extremas. Não que as temamos; mas o apurado grau de civilização a que atingiram nossas leis, os nobres sentimentos de amor, de paz, de fraternidade, que ditaram a nossa Constituição Republicana nos impõem a máxima tolerância para com todos os povos e zelo de manter a paz ao continente. (OCS, n° 036)

O Cruzeiro do Sul, n° 37

Cruzeiro do Sul, AC – Domingo, 24.03.1907

O Território do Acre
Resumo Histórico da Questão

> Se no entanto, invadido nosso território, ameaçada a vida nacional, desrespeitados nossos direitos, formos obrigados a consentir em soluções sangrentas, não as tememos. O ousado marujo de nossas praias, o duro montanhês de nossas serras, o campônio valoroso de nossos pampas, toda essa população tão brava e tão patriótica, se juntará impávida às fileiras do nosso Exército ao redor da nossa Bandeira.
>
> Então não será a pena dos diplomatas que marcará os limites do Território Nacional. A ponta da baioneta de nossos soldados, tinta no sangue dos invasores, traçará as fronteiras de nossa Pátria. "*Spoliatis arma supersunt*" – "*Aos espoliados restam as armas*". Senhores Deputados, entrego ao vosso patriotismo a sorte do nosso requerimento. [Muito bem! Muito bem! O orador é abraçado e cumprimentado].

O Sr. Deputado Lamenha Lins, Presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, membros da maioria, deu o seu voto ao requerimento, proferindo estas palavras:

> Sr. Presidente, poucas palavras direi sobre o assunto. Penso que em matéria que entende com a nossa integridade territorial não pode haver nesta Câmara, nem em todo o Território da República, opiniões divergentes. [Apoiado! Muito bem!] Estou convencido de que o Governo da República, que soube defender e levar afinal à vitória os nossos direitos quanto às terras das Missões e do Oiapoque, há de demonstrar ao País inteiro que não descurou da defesa dos interesses nacionais.

> É por esta razão que, na qualidade de amigo do Governo, e certo de que ele saberá utilizar-se desta oportunidade para justificar-se plenamente, voto pelo requerimento do meu ilustre colega Sr. Bueno de Andrada.
>
> De passagem direi que existem sobre a mesa documentos enviados pelo Executivo que devem ser submetidos à consideração da Comissão de Diplomacia e Tratados, documentos, por sua natureza secretos ainda, que talvez elucidem em parte algumas dúvidas apresentadas pelo meu digno colega.
>
> Com a possível celeridade a Comissão de Diplomacia se desempenhará da missão que lhe incumbe e apresentará à Câmara dos Deputados, em sessão pública ou secreta, os resultados do seu estudo. Seja-me permitido dizer que confio na habilidade e na pena dos nossos diplomatas.
>
> Julgo que é cedo ainda para apelarmos para a indômita bravura dos nossos compatriotas e para as baionetas dos nossos soldados.

O Sr. Bueno de Andrada:

> Em última hipótese. Foi neste caso que falei nisto.

O Sr. Lamenha Lins:

> [...] e direi ao ilustre orador que me precedeu na tribuna que os nossos vastos Territórios do Sul e os ainda mais vastos do Norte foram conquistados apenas depois de derramado muito sangue dos brasileiros que os defendiam o dos estrangeiros que os disputavam. Tenho concluído. [Muito bem! Muito bem!]

Os papéis a que se referia o Sr. Deputado Lamenha Lins consistiam em uma mensagem reservada, recebida na Câmara a 16 de abril, e que foi sem demora remetida à Comissão de Diplomacia, na qual se pedia a retirada do Tratado do Comércio com a Bolívia ainda não aprovado polo Congresso. A Câmara discutiu o assunto em sessões secretas, consecutivas de 7 a 19 de maio.

Na sessão do dia 19 a Câmara dos Deputados votou um requerimento do Sr. Serzedello Correia, do qual foi publicado o 8° item, assim concebido:

> Que a Câmara aprove a atitude do Governo, opondo-se com toda a energia e solicitude que o caso requer, ao ato impolítico do Governo Boliviano, arrendando o Território do Acre.

De 23 de maio a 27 de julho do 1902, estiveram a Câmara e o Senado reunidos em Congresso para a apuração da eleição presidencial.

Em 11 de julho, foi apresentado à Câmara, pelo Sr. Cincinato Braga, um projeto pelo qual:

> eram rejeitados os protocolos relativos ao Javari e a demarcação da fronteira com a Bolívia, na parte entre esse Rio e o Madeira, assinados em 19.02.1895, 19 de maio do mesmo ano, 30.10.1899 e 01.08.1900.

O projeto foi logo julgado objeto de deliberação.

A Comissão de Diplomacia adiou seu parecer, tanto sobre este projeto como sobre o que o Sr. Bueno de Andrada apresentou na sessão de 1° de maio "*autorizando o Poder Executivo a mandar proceder a estudos completos na região onde estão situadas as origens do Rio Javari*", por entender ela, conforme informou à Câmara, na sessão de 10 de outubro, o Deputado relator Sr. Gastão da Cunha, que qualquer deliberação seria prematura antes de conhecidos os documentos que deviam ser remetidos pelo Ministério das Relações Exteriores por força do voto da Câmara.

Em outubro chegaram à Câmara todos os documentos existentes no Ministério das Relações Exteriores referentes ao conjunto dos assuntos que se prendem aos nossos limites com a Bolívia. Os motivos e o alcance dessa requisição, feita pela Câmara a requerimento, do Sr. Deputado Serzedello Correia, estão expostos nas seguintes considerações do Sr. Deputado Presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, Sr. Lamenha Lins:

O que o S. Exª Bueno de Andrada, em seu requerimento de 16 de abril, pediu foi o cumprimento de uma disposição constitucional; durante mais de uma hora, S. Exª aqui se esforçou em demonstrar que os protocolos assinados em 1895 entre os Srs. Medina e Carlos de Carvalho, assim como os formulados em 1899 e 1900 pelos Srs. Salinas Vega e Olyntho de Magalhães não podiam ter validade enquanto não se cumprisse a formalidade essencial de submeter à nossa apreciação todas as questões internacionais, ajustes ou Tratados, porque todas essas expressões são sucessivamente empregadas no art. 48, parágrafo último, da Constituição Federal. Vencedora a opinião do ilustre Deputado, o honrado representante do Pará Sr. Serzedello Correia entendeu e assim o declarou que, em vista do Congresso assumir tamanha responsabilidade em uma questão desta magnitude, não convinha absolutamente privá-lo de todos os elementos necessários ao seu esclarecimento. Por esta razão, S. Exª apresentou o seguinte requerimento:

> Vê-se, por consequência que o intuito dos dois ilustres Deputados não foi pedir esclarecimentos pessoais, a fim de dissipar dúvidas que ocorressem aos seus espíritos, mas sim habilitar a Câmara dos Deputados, habilitar o Congresso Nacional a pronunciar-se a respeito com inteiro, amplo e perfeito conhecimento de causa. E tanto assim compreendeu o Governo da República, que remeteu à Câmara dos Deputados documentos originais, insubstituíveis, documentos importantíssimos, alguns datados dos tempos coloniais, por não haver tempo de copiá-los, e se assim agiu é porque estava convencido de que não ia satisfazer a curiosidade de um ou dois membros desta casa, mas sim esclarecer o Congresso Nacional. É por isso que aqui se tem dito, e todo e mundo repete, que o Congresso Nacional avocou a si a solução dos protocolos e sobre este terreno gira a questão.

O Sr. Gastão da Cunha:

> Aí, de acordo!

O Sr. Lamenha Lins:

> A Comissão de Diplomacia e Tratados não podia agir de forma alguma, embora solicitada pela apresentação de projetos, uma vez que estava adstrita ao item 6° do requerimento do Sr. Serzedello Correia, que, apesar de competente, apesar de haver escrito um livro sobre o assunto, apesar do ser um dos mais interessados na questão, como representante da zona mais diretamente afetada, entendeu que não convinha precipitar uma resolução sem exame demorado, longo e esclarecido, e a tal ponto levou seus escrúpulos que propôs até que a Câmara silenciasse a respeito de uma possível resolução, não tomando deliberação alguma sobre esta importante questão dos limites brasileiros e bolivianos.

Os debates parlamentares da época refletem o estado de agitação do País aos últimos dias do quatriênio anterior, no que concerne à pendência acreana. Enfrentar resolutamente a temerosa questão que se erguia em nosso horizonte como uma cratera inflamada, tornara-se uma necessidade instante e urgente. Com razão dizia, em notável documento político, referente ao assunto o eminente político brasileiro:

> O conflito entrava em um período candente, cujos episódios abalariam a paz americana ou constrangeriam o nosso Governo a se desdizer, repudiando a obra de 1895 e 1899.

Qual pudera ter sido a iniciativa do Poder Legislativo ou qual a altitude da Câmara depois do exame dos documentos que lhe foram enviados? A verdade é que o estudo atento de todas as peças oficiais e dos antecedente todos da questão, desde 1867, levaria forçosamente à convicção de que, no estado a que havíamos chegado, só pela ação da diplomacia, vigorosa, decidida e pronta, no terreno político, entabulando negociações diretas para um acordo entre os dois países, seria possível conseguir a solução satisfatória.

Qualquer das providências sugeridas até então, tirante uma nova negociação direta com a nação limítrofe, mesmo que pudesse trazer vantagens, o que é discutível, deixaria que continuasse indefinidamente e se fosse continuamente agravado, até ser irremediável, a situação precária dos brasileiros no vale do Acre.

Novos estudos da região, como propunha o Sr. Deputado Bueno de Andrada.

Ora, estudos regulares e consecutivos trouxeram a certeza absoluta de que o Jaquirana era a nascente principal e a mais Meridional do Javari, e que o Rumiac, afluente secundário do Jaquirana, tinha sua nascente mais ao Norte.

Embora a diferença da posição astronômica, explicável por defeito ou incorreção dos aparelhos, coincidam perfeitamente no solo as indicações dadas pelas Comissões Cunha Gomes e Cruls.

Positivamente que a mais Meridional das nascentes do Javari demora a alguns graus acima do Paralelo 10°20'. Que faria a Câmara em face dos protocolos que o projeto, apresentado a 11 de julho, declarava rejeitados?

Aprová-los, seria dar às reivindicações da Bolívia o voto favorável do Congresso Brasileiro; prestigiando afinal, o que jamais havia feito, a interpretação uniforme, constante, reiterada do Governo do Brasil à discutida cláusula do Tratado de 1867 no sentido da oblíqua Javari-Beni.

Rejeitados, opinando assim expressamente pela interpretação da linha paralela ao Equador, conforme começaram a sustentar no Brasil a partir de 1900, era provocar da parte da Bolívia uma proposta de arbitramento, que não poderíamos razoavelmente recusar.

Alguns apelavam, entretanto, para a solução do arbitramento, que aliás os periódicos argentinos insistentemente aconselhavam estimulando o Governo de La Paz a reclamá-la sem hesitação.

Ora, o Governo do Brasil tinha motivos para não esperar confiantemente, em 1903, após 33 anos de declarações positivas, em cartas geográficas, em instruções a seus diplomatas o comissários, em notas trocadas com a chancelaria boliviana, em documentos numerosos e inequívocos, que o juízo arbitral desse ganho de causa à nova interpretação que ele só em janeiro daquele ano adotara, quando notificou à Bolívia que passava a considerar litigioso o Território compreendido entre a oblíqua tradicional e o Paralelo.

Bem provável é que o árbitro julgasse procedente o que se escreveu então, isto é, que o Brasil só começara a procurar o pensamento real dos negociadores do Tratado, depois que viu que da sua execução resultava para o Brasil a perda de um Território ubérrimo, cuja renda se avaliava já em milhares de contos, e que o Brasil [embora uma nota recentíssima de seu Governo, a 14 de novembro de 1902, ainda se mostrasse fiel à antiga inteligência tantos anos consagrada] só afirmara a nova interpretação a 3 de Fevereiro de 1903, quando sentira que lhe era indispensável, embora na defesa de direitos sagrados ocupar militarmente o Território.

Além do que, conforme observava o próprio Ministro de Estado, o Sr. Barão do Rio Branco, na exposição de motivos que precede o Tratado de 17.11.1903:

> O recurso ao arbitramento teria o inconveniente de retardar de quatro ou cinco anos, senão mais, a desejada solução e de, mesmo no caso de nos ser favorável o laudo do juiz, não trazer decisão alguma radical e definitiva, porquanto ele não suprimiria ou resolveria as dificuldades com que os dois países lutavam desde 1899. Iríamos ao arbitramento abandonando e sacrificando os milhares de Brasileiros que de boa-fé se estabeleceram ao Sul do Paralelo de 10°20’. O árbitro só nos poderia atribuir o território que havíamos declarado em litígio ao Norte desse paralelo e é ao Sul que está a maior parte do Acre, sendo também aí muito mais numerosos os estabelecimentos brasileiros.

Durante o processo arbitral continuariam esses nossos compatriotas em conspirações e revoltas contra a autoridade boliviana.

Persistiria, portanto, entre nós a agitação política em torno da questão do Acre e na Bolívia, talvez, a tentação de algum novo arrendamento para, com recursos do estrangeiro, subjugar uma população que lhe era decididamente infensa.

E, dada a volubilidade da opinião em alguns dos nossos meios políticos e a influência que ocasionalmente poderia ter na da maioria real ou aparente da nação, era impossível prever a que decisões nos poderiam levar em momentos de exaltação patriótica, o espetáculo da constante revolta desses brasileiros ou o da sua final submissão pelo quase extermínio. Por outro lado, era muito provável que, mais do que as boas razões que pudéssemos alegar, pesasse no ânimo do árbitro a tradição constante de trinta e cinco anos, durante os quais o Governo Brasileiro, não somente considerou ser incontestavelmente da Bolívia o território entre a linha oblíqua Javari-Beni e o citado Paralelo, mas também chegou até a praticar atos positivos de reconhecimento da soberania boliviana, antes de ultimada a demarcação, concordando na fundação de uma alfândega em Porto Alonso, depois Porto Acre, e estabelecendo ali um consulado brasileiro. [...] (OS, n° 037)

Iñapari, Peru – Epitaciolândia, Brasil

Jasão e os Argonautas
(Menelaos Stephanides)

– Do apoio de Hera vocês já sabem, mas vocês também têm Atena a seu lado.

– Todas as noites, a deusa da sabedoria aparecia em meus sonhos e me aconselhava sobre o que eu devia fazer para tornar nosso navio ainda mais forte e seguro.

– Pois, embora Atena sempre ajude os artesãos, ela também protege os corajosos e destemidos.

– Vocês fizeram do velo de ouro sua meta.

– Essa é uma ambição elevada, justa e que vale qualquer risco.

– Vocês são fortes e corajosos, os deuses estão com vocês, e os homens admiram sua coragem.

– Vocês têm um navio como jamais o mundo viu igual.

– Sigam corajosamente e, então, a labuta de meus artesãos e a minha estarão verdadeiramente recompensadas, quando vocês retornarem vitoriosos.

– Suas boas palavras nos deram confiança e coragem, mestre construtor – disse Jasão em resposta.

– No início nós esperávamos ter sucesso; agora temos certeza disso.

– Mas eu tenho algo a acrescentar: agora que o navio está pronto, precisamos dar-lhe um nome.

– Argo! – gritou alguém.

– Argo! – disse outra voz.

– Argo! – gritaram todos.

– E todos nós seremos argonautas – completou Jasão, abraçando Argos.

A logística para o cumprimento desta missão, coordenada pelo 2° Grupamento de Engenharia, comandado pelo meu amigo de longa data e de outras eras General de Brigada Paulo Roberto Viana Rabelo, teve início em julho deste ano com o transporte, pelo Rio Amazonas, do meu caiaque "*Argo*" que se encontrava no 8° Batalhão de Engenharia de Construção (8° BEC – Santarém, PA) para o 2° Gpt E (Manaus, AM), daí, pelo Rio Madeira, para o 5° Batalhão de Engenharia de Construção (5° BEC – Porto Velho, RO), seguindo via rodoviária (BR-364) até o 7° Batalhão de Engenharia de Construção (7° BEC – Rio Branco, AC). Uma manobra que aproveitou o transporte de cargas efetuado regularmente por estas unidades sem ônus para os cofres públicos.

Enquanto meu caiaque seguia seu curso rumo ao Acre eu participava no final de julho, como palestrante, do aniversário do 2° Gpt E, no início de agosto de um Simpósio no Forte Copacabana, RJ, e, logo em seguida, da 3ª Fase da Expedição Centenária Roosevelt-Rondon, desde a Foz do Rio Apa no Rio Paraguai até a Cidade de Cáceres, MS.

Concluída a Expedição Centenária, parti para Rio Branco, AC, onde cheguei na madrugada de 02 de setembro. No aeroporto me aguardavam um motorista do 7° BEC e Coronel QOBM Flávio Ferreira Pires que fora contatado pelo meu dileto amigo e grande Navegador Coronel Sérgio Pastl, ex-instrutor do Cel Pires.

O Cel Pires me obsequiou, no almoço, com um excelente churrasco e, de sobremesa, um delicioso açaí cremoso e à noite acompanhei o Cel Luís Henrique Santos Franco, Comandante do 7° BEC, e sua querida família até o Shopping Via Verde.

Domingo (03.09) ultimei os preparativos para a jornada e, no dia seguinte, 04 de setembro, de manhã, o Major Luciano Flávio Almeida de Lima me apresentou Cel QOBM Roney Cunha da Conceição, Comandante dos Bombeiros Militares do Acre, que hipotecou total apoio à nossa missão em Epitaciolândia e Xapuri e acompanhou passo a passo nossa jornada. O Cel Luís Henrique Santos Franco, Cmt do 7° BEC designou o Major Luciano Flávio e a Sargento Andréia Pontes de Oliveira, da Comunicação Social, como nossos elementos de ligação.

Por volta das 10h00, partimos, para Assis Brasil, AC, eu e o Cabo Alexandre Soares Peixoto, do 7° BEC, levando o caiaque, equipamentos eletrônicos, tralhas de navegação e acampamento. Chegamos à tarde ao nosso destino, 2° Pelotão Especial de Fronteira, onde fomos cordialmente recebidos pelo 1° Tenente Cesse que me levou pessoalmente até cidade para adquirir alguns itens farmacêuticos e à noite e brindou-me com um excelente jantar em Iñapari, no restaurante "*Cesar Pizzarian*", onde degustei, seguindo orientação de meu anfitrião, um delicioso prato chamado "*Lomo saltado*".

O Coronel Francisco Djalma Cesse da Silva, hoje na reserva, pai do Tenente Cesse, foi Cadete de infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando eu era instrutor do Curso de Engenharia daquela modelar Organização Militar.

05.09.2017 – Partida de Iñapari

Acordei às 04h30, carreguei as tralhas no caiaque que continuava embarcado no caminhão e, às 05h00, fomos até a margem do Rio Acre, no Peru, de onde parti às 05h30.

Como nos encontrávamos na estiagem o Rio apresentava extensos bancos de areia que dificultavam bastante a navegação. O Argo ia arrastando o casco e o leme na areia e esse atrito exigia um esforço maior na remada. Fazia um ano que não me dedicava à canoagem e, por isso mesmo, tinha decidido iniciar num ritmo mais lento adaptando-me progressivamente ao esforço contínuo de remar, no mínimo, 08h30 por dia. Passei, logo adiante, pela confluência do Rio Yaberija com o Rio Acre – ponto que materializa a Tríplice fronteira entre as cidades de Assis Brasil (Brasil), Bolpedra (Bolívia) e Iñapari (Peru).

A fauna neste trecho é extremamente rara. A quantidade de troncos bloqueando o canal, parcial ou totalmente é enorme, a mata primária das margens inexiste. A presença massiva de embaúbas (Cecropia pachystachya), que em Tupi-Guarani significa "*árvore de tronco oco*", também conhecida como embaúva, imbaúba, umbaúba ou ainda "*árvore da preguiça*", era significativa.

As preguiças adoram as folhas jovens e frutos delas e descansam dolentemente nos seus galhos. São as árvores pioneiras no processo da formação florestal, resistentes ao Sol intenso, crescem rapidamente em solos pobres, e, por isso mesmo, verifica-se uma alta concentração delas em áreas recém desmatadas.

Os extensos bancos de areia e troncos forçavam-me, constantemente, a desembarcar do caiaque e arrastá-lo sob o Sol intenso. A progressão era lenta e penosa e eu começava a ter dúvidas se conseguiria vencer os quase 190 km que me separavam de Brasileia em apenas três dias.

Avistei uma pequena lontra empoleirada em um galho alisando os bigodes, a bombordo, justamente quando enveredava por um labirinto de troncos, distrai-me e acabei montado sobre um vigoroso caule, desci, com cuidado, do caiaque me equilibrando no obstáculo, empurrei o Argo, saltei para o cockpit e continuei minha exaustiva jornada.

Os Rios não bebem sua própria água; as Árvores não comem seus próprios frutos. O Sol não brilha para si mesmo; e as Flores não espalham sua fragrância para si. Viver para os outros é uma regra da natureza. [...] A vida é boa quando você está feliz; mas a vida é muito melhor quando os outros estão felizes por sua causa. (Papa Francisco)

Como bom gaúcho, ia cumprimentando e acenando para os ribeirinhos que encontrava e raramente meu cumprimento era correspondido, principalmente quando se tratava dos emburrados bolivianos. Lembrei-me das palavras do Papa Francisco, e continuei saudando a todos mesmo assim.

Por volta das 13h00, cruzei por um grupo bastante heterogêneo de pescadores formado por homens mulheres e crianças embarcados em um grande bote. Extenuado aportei, às 13h30, em uma praia à margem esquerda de onde se avistava uma pequena moradia no enorme barranco.

Montei a barraca preparei o material para o pernoite e escalei o barranco de mais de 30 metros até a pequena casinha com o intuito de conseguir um pouco d'água. Não havia ninguém na residência, resignado voltei ao acampamento, colhi água do Rio, com o cantil, e adicionei uma pílula de cloro.

Estava descansando na tórrida barraca quando apareceu um jovem chamado Paulo, morador do sítio Bom Jardim, que me convidou a ir até ao seu domicílio para abastecer o cantil. O Paulo era um dos pescadores que eu avistara pouco antes de aportar, sua mãe encheu meu segundo cantil e convidou-me a jantar com eles.

Agradeci a gentileza, o cansaço era tal, que eu não tinha fome, só queria descansar. Por volta das 20h30, caiu uma chuva torrencial, tive de ficar secando a barraca por dentro com uma toalhinha, a chuva amainou mas, no intervalo de 30 minutos, caíram mais duas pancadas.

Total do 1° Dia – Iñapari / AC 01 = 47,6 km

06.09.2017 – Partida do AC 01

Achei que podia aproveitar a Lua cheia para recuperar o tempo perdido no dia anterior, afinal o pôr da Lua ocorreria às 04h59 e como começa a clarear por volta das 05hh0 (nascer do Sol – 05h31) eu teria claridade suficiente para navegar à noite.

Parti às 03h50, infelizmente o céu estava totalmente encoberto por plúmbeas nuvens e eu não podia, infelizmente, contar com claridade do luar.

No mapa, o curso do Rio logo à frente, apresentava, nitidamente, uma longa angustura que certamente deveria resultar da mudança do solo marginal. Logo confirmei minhas expectativas ao encontrar um extenso lajeado, navegando quase às escuras ouvi um som conhecido de pequenas corredeiras mais à frente.

Acabei com o caiaque acavalado de lado nas pedras. Abandonei o cockpit, sequei-o, arrastei o caiaque para longe das pedras e continuei minha viagem. Mais alguns pequenos contratempos, fruto da escuridão que me cercava, vários desembarques em bancos de areia e, no resto, a viagem seguia seu curso lento e fatigante como no dia anterior.

Depois do quilômetro 90, os bancos de areia foram progressivamente diminuindo, ainda que volta e meia tivesse de desembarcar. Toda a rotina de tentar identificar o talvegue, pela correnteza que se formava ao encontrar os entulhos encravados no leito do Rio ou pelas bolhas ou espumas que acompanham a torrente, tinha falhado.

Aportei no quilômetro 100, para esticar as pernas, depois de percorrer pouco mais de 52 km. Tinha de continuar mais um pouco para diminuir a distância a ser percorrida no terceiro dia. Acampei numa ilhota próxima à margem direita do Rio, num ermo sem fim. Passei o dia inteiro sem avistar viva alma.

Total do 2° Dia – AC 01 / AC 02 = 55,2 km
Total Parcial – Iñapari / AC 02 = 102,8 km

07.09.2017 – Partida do AC 02

Parti às 05h10. A navegação transcorreu sem problemas. Os bancos de areia e os troncos eram raros e podiam ser desviados facilmente. Aportei, por volta das 17h00, depois de remar quase 12 horas sem parar, logo depois da Ponte Binacional Wilson Pinheiro, que atravessa o Rio Acre ligando a cidade brasileira de Brasileia à cidade de Cobija, na Bolívia.

Telefonei para o Comandante do 5° Batalhão de Educação, Proteção e Combate ao Incêndio Florestal (5° BEPCIF), 1° Ten BM Maricélio Saturnino Souza, e ele destacou uma equipe de resgate para me levar até a sede do Batalhão.

Fui devidamente alojado em um quarto com ar-condicionado, banheiro privativo e, além disso, foi-me colocada uma viatura, que fiz questão de dispensar.

Tinha programado descansar por um dia, ou dois caso conseguisse contatar o pessoal da Prefeitura, mas, com o feriadão (08 de setembro era uma sexta-feira) tive de me contentar com a primeira alternativa. Graças ao 3° Sgt BM Adacir Vivan tive a oportunidade de conhecer Cobija e o mau humor endêmico dos nativos bolivianos, à noite jantamos no Restaurante Amarelinho.

Entre os bombeiros havia um Soldado de Ipixuna, AM, Sd BM José da Cruz Santos da Silva, que estava estudando medicina em Cobija. Mostrei-lhe um vídeo que fizera da sua cidade quando desci o Rio Juruá, em 2013, e ele reconheceu a Dona Consuelo, uma gentil senhora que nos ofereceu a primeira refeição quando ali aportamos no dia 07.01.2013.

Total do 3° Dia – AC 02 / Epitaciolândia = 85,4 km

Total Geral – Iñapari / Epitaciolândia = 188,2 km

Assis Brasil, Acre

O Município de Assis Brasil recebeu este nome, em 1958, em homenagem ao Embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil, Secretário do Barão de Rio Branco, que era na época Ministro das Relações Exteriores.

Assis Brasil participou ativamente para o equacionamento da Questão Acreana, que culminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, entre o Brasil e a Bolívia, anexando o Acre ao Brasil.

Assis Brasil teve sua origem no antigo Seringal Paraguaçu, desbravado por três irmãos maranhenses: Bellarmino Freire, Durval Freire e Policarpo Freire, nos idos de 1908. O Seringal, que possuía luz elétrica, telefone e um pequeno alambique, situava-se à margem esquerda do Rio Acre, próximo ao Marco Rondon.

Em 1958, o Seringal foi elevado à categoria de Vila mudando seu nome para Vila Assis Brasil. O artigo n° 55, de 01.03.1963, da Constituição Estadual, decretou sua autonomia municipal, mas só efetivou sua emancipação, desmembrando-se de Brasileia, após a assinatura, em 14.05.1976, do Decreto-Lei n° 588, quando foi elevado à categoria de Município.

Sua população, estimada em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], era de 6.863 habitantes e sua área é de 2 875.915 km² [1,9 hab./km²]. A cidade está localizada na tríplice fronteira entre o Brasil, o Peru e a Bolívia, e por isso mesmo é conhecida como a cidade das "*Três Fronteiras*", a peruana de Iñapari e a boliviana de Bolpebra. O acesso rodoviário ao município é realizado pela BR-317, que liga o Brasil ao Peru.

Gentílico: assis-brasilenses.

Festejos

O Carnavassis, que acontece nos dias próximos ao aniversário do município dia 14 de maio, trata-se de um carnaval fora de época durando até três dias dependendo do ano.

O Festival de Praia, que acontece nos dias de Julho, devido à grande baixa no Rio Acre que deixa uma grande área de areia para os banhistas, os festejos também duram aproximadamente três dias. (Wikipédia)

Localização

A cidade situa-se a 345 km ao oeste da capital do Estado, na fronteira com Peru, à margem esquerda do Rio Acre. As suas coordenadas geográficas são 10°56’29” de Latitude Sul e 69°34’01” de Longitude a Oeste de Greenwich.

Limites Territoriais

Assis Brasil faz fronteira com o município de Brasiléia ao Leste. Ao Sul têm fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia; ao Oeste só com o Peru. Ao Norte o separa o Rio Iaco do território municipal de Sena Madureira.

Recursos Hídricos

Na parte Sul do território municipal se estende a bacia do Alto Rio Acre com a sua cabeceira. O Norte do território municipal está ocupado pela margem Sul do Rio Iaco. Os mananciais do Igarapé São Pedro e do Igarapé Grande são utilizados para o abastecimento da população urbana.

Durante o período de chuvas nos meses de novembro a março, chamado "*inverno amazônico*", é possível navegar pelo Rio Acre em pequenas embarcações até a cidade, a Estação Ecológica do Alto Rio Acre [Unidade de Conservação da União] e às Terras Indígenas. No município de Assis Brasil, parte das ações humanas ocorre nas margens dos Rios e Igarapés, causando erosão e assoreamento em consequência da remoção da mata ciliar.

Vegetação

As associações vegetais mais frequentes na região são Floresta Ombrófila Aberta com Palmeiras e Floresta Ombrófila Densa. Em áreas aluviais encontra-se seringueira, mais representada nos municípios de Xapuri e Epitaciolândia.

Potenciais Econômicos

O extrativismo é uma atividade tradicional em todos os municípios do Alto Acre. O povoamento foi iniciado com o extrativismo da borracha e a história está ligada a esta atividade econômica. Atualmente ela se encontra em declínio, embora sendo ainda fonte de renda para 25% da população rural dos municípios da região. Hoje se pratica o agroextrativismo, onde os agricultores familiares simultaneamente extraem Castanha-da-Amazônia, látex, óleos vegetais, resinas, cipós e frutas silvestres. Existem atividades de criação de bovinos, pequenos animais, comércio em geral e recentemente projetos turísticos. Os principais atrativos turísticos do município são o balneário Quincas no Igarapé São Pedro; o circuito trinacional que conecta Inãpari no Peru pela Ponte da Integração com Assis Brasil e San Pedro de Bolpebra na Bolívia e a Cachoeira dos Ingleses, a 3 horas de barco pelo Rio Acre. (www.assisbrasil.ac.gov.br)

Calendário de evento

As datas mais significativas em Assis Brasil são 14 de maio, aniversário do município, e 31 de maio, festa da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Durante os meses de julho e agosto o município realiza o seu tradicional Festival de Praia, que conta com várias atrações regionais, e em agosto a Festa Folclórica (Portal Amazônia).

Meio Ambiente

Assis Brasil guarda a Reserva Extrativista Santa Quitéria, importante unidade de conservação de uso integral onde é realizado o manejo de produtos agro-florestais.

A Estação Ecológica Rio Acre é uma Unidade de Conservação de proteção integral, criada em 1981 que visa proteger o ambiente ecológico excepcional e de grande beleza natural do Alto Acre para fins de pesquisa. Localizada em área de fronteira internacional com o Peru, a Estação ainda faz limite com duas grandes Terras Indígenas, formando um mosaico de áreas protegidas. O acesso a esta unidade com extensão de mais de 77 mil hectares é por via fluvial a partir de Assis Brasil.

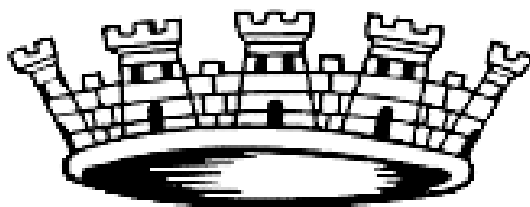
A Reserva Extrativista Chico Mendes é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, habitada por famílias de seringueiros que vivem em colocações dentro de diversos seringais.

A reserva ocupa parte do Município, no qual ela é vizinha de uma Terra Indígena e chega até a fronteira internacional com o Peru. Ela é acessível pelo Rio Xapuri, ou por um ramal que ligam alguns seringais à sede do Município durante a época seca.

Limites

Assis Brasil limita-se ao Norte, com o município de Sena Madureira; ao Sul, com o Peru e a Bolívia; a Leste, com o Município de Brasiléia e a Oeste, com o Peru.

Acesso

O acesso ao município é feito por meio aéreo através de um aeródromo e por meio rodoviário através da BR-317. (www.assisbrasil.ac.gov.br)

José Bonifácio I
(Machado de Assis)

De tantos olhos que o brilhante lume ([162])
Viram do Sol amortecer no ocaso,
Quantos verão nas orlas do horizonte
Resplandecer a aurora?

Inúmeras, no Mar da eternidade,
As gerações humanas vão caindo;
Sobre elas vai lançando o esquecimento
A pesada mortalha.

Da agitação estéril em que as forças
Consumiram da vida, raros apenas
Um eco chega aos séculos remotos
E o mesmo tempo o apaga.

Vivos transmite a popular memória
O gênio criador e a sã virtude,
Os que o pátrio torrão honrar souberam,
E honrar a espécie humana.

Vivo irás tu, egrégio e nobre Andrada!
Tu, cujo nome, entre os que à Pátria deram
O batismo da amada independência,
Perpetuamente fulge ([163]).

O engenho, as forças, o saber, a vida,
Tudo votaste à liberdade nossa,
Que a teus olhos nasceu, e que teus olhos
Inconcussa ([164]) deixaram. [...]

---

[162] Lume: clarão.
[163] Fulge: brilha.
[164] Inconcussa: incontestável.

Joaquim Francisco de A. Brazil

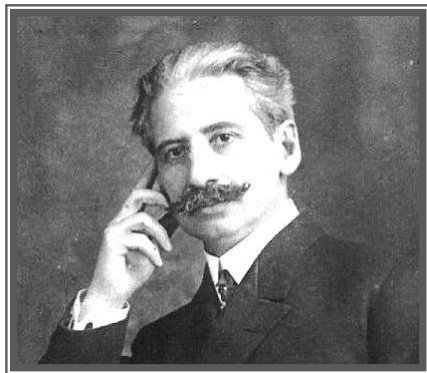



Imagem 22 – Joaquim Francisco de Assis Brazil

Filho de Francisco de A. Brazil e da Sr.ª Joaquina de A. Brazil, nasceu na Estância de S. Gonçalo, Município de S. Gabriel, RS, no dia 29.07.1857. Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito S. Paulo, onde se formou em 20.11.1882. O poeta e dramaturgo, em 1879, foi um dos fundadores do "*Clube Republicano Acadêmico*" e do jornal "*Evolução*". Foi eleito Deputado Estadual do RS, por dois biênios: 1884/1886 e 1886/1888. Logo depois de proclamada a República, entrou para a carreira diplomática, e foi o Ministro encarregado de restabelecer as relações de amizade do Brasil com Portugal, estremecidas durante o governo de Floriano Peixoto que não admitia o fato de terem sido acolhidos pela Marinha de Guerra Portuguesa os revoltoso da esquadra brasileira de 06.09.1893. Em 1903, o Presidente Rodrigues Alves o convocou para trabalhar com do Barão do Rio Branco na questão de limites com a Bolívia que culminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17.11.1903.

Alzira Alves de Abreu, no seu "*Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República (1889 - 1930)*", faz o seguinte relato:

A EVOLUÇÃO

Periodico redigido pelos academicos Assis Brazil, P. da Costa, J. de Castilho

Anno 1 — S. Paulo, 15 de Abril de 1879 — N. 1

Imagem 23 – A Evolução, n° 01, 15.04.1879

A QUESTÃO DO ACRE E O TRATADO DE PETRÓPOLIS

Em março de 1898, no momento em que o Brasil iniciava uma aproximação maior, tanto política quanto econômica, com o governo norte-americano, Assis Brasil foi removido para os EUA, país no qual a representação brasileira se encontrava ainda em nível de Legação.

Em 1901, licenciando-se por curto prazo do Itamarati, viajou para o Amazonas e, motivado pelo acordo entre Campos Sales e Júlio de Castilhos, escreveu a Prudente de Morais, no dia 27.10.1901, propondo a criação de um partido nacional de oposição, uma vez que o ex-presidente, além de se encontrar em atrito com o Governo Federal, já vinha articulando a formação de um novo partido em São Paulo.

Prudente de Morais não viu qualquer inconveniente em vincular Assis Brasil a uma organização nacional, e recomendou-lhe apenas que retornasse ao Rio Grande do Sul e ali criasse um partido de oposição.

Tais entendimentos, contudo, não tiveram prosseguimento, de vez que, no ano seguinte, faleceu o político paulista. Logo após o retorno de Assis Brasil aos Estados Unidos, foi divulgada a notícia da assinatura – pela Bolívia e o "*Bolivian Syndicate*", empresa

formada por poderosas companhias internacionais, em particular norte-americanas – de um contrato de arrendamento da região que viria a constituir o Território do Acre.

O Contrato dava à empresa o direito de ocupar, administrar e explorar o território em questão, bem como de comprar todas as terras do governo na região. A posse desse território, entretanto, era objeto de uma disputa entre Brasil e Bolívia, iniciada ainda nos primeiros tempos do Império e acirrada com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, que tornou a região alvo do imperialismo internacional.

Poucos dias depois da aprovação desse acordo por parte do Congresso boliviano, em dezembro de 1901 Assis Brasil recebeu orientação do Ministério das Relações Exteriores no sentido de se aproximar do secretário de Estado norte-americano, John Hay, e, através dele, avaliar as possibilidades de os Estados Unidos intervirem na questão favoravelmente ao Brasil.

Assim, ao longo de todo o ano de 1902 – durante o qual passou a acumular também a chefia da Legação do Brasil no México –, Assis Brasil empenhou-se em sua missão, em grande parte dificultada pela ação dos incorporadores do "*Bolivian Syndicate*", que pressionavam o governo norte-americano para que este interviesse junto ao Brasil de modo a obter um recuo.

Em virtude dessa pressão, o chanceler brasileiro, Olinto de Magalhães, enviou a Assis Brasil extenso relatório sobre as origens e o desenvolvimento da Questão do Acre, além de mantê-lo sempre a par de cada fato novo que surgia, de modo a capacitá-lo a uma ampla argumentação.

A atuação da Legação Brasileira em Washington tornava-se assim primordial para que o Brasil mantivesse possibilidades de vitória na disputa, já que o apoio do governo norte-americano ao "*Bolivian Syndicate*" em muito enfraqueceria a posição brasileira.

Idêntica instrução foi dada ao chefe da Legação na Alemanha, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, pois também ali havia grupos financeiros vinculados ao "*Bolivian Syndicate*".

Já no mês de julho de 1902, devido ao aumento das pressões da empresa internacional sobre o governo norte-americano, o secretário John Hay alterou sua posição inicial, passando a defender a validade do contrato de arrendamento.

Essa mudança levou Assis Brasil a uma nova investida: além de criticar o caráter secreto que norteara o desdobramento das negociações entre a Bolívia e o "*Bolivian Syndicate*", reafirmou ele a disposição do Governo Brasileiro de manter fechado o acesso fluvial àquele território, sem o que a Companhia não teria como escoar sua produção.

Foi nessa ocasião que Assis Brasil sugeriu a Hay a possibilidade de se pagar [a Bolívia, ou mesmo o Brasil] uma indenização ao "*Bolivian Syndicate*" em troca de sua renúncia ao Contrato, o que traduzia bem a urgência que tinha o governo brasileiro na solução do caso, já que a posse do Acre representava um significativo aumento em suas exportações de borracha.

Esse produto, ao lado do café, atingia mais de 75% da exportação global do país. Em novembro de 1902, teve início o período presidencial de Francisco de Paula Rodrigues Alves [1902-1906].

Logo após tomar posse como ministro das Relações Exteriores, em 3 de dezembro, Rio Branco telegrafou a Assis Brasil, autorizando-o a contratar como consultor jurídico da Legação para a Questão do Acre o internacionalista Bassett Moore, ex-Subsecretário de Estado norte-americano.

Ao mesmo tempo, o chanceler fazia por seu lado mais uma tentativa de negociação de um acordo direto, propondo à Bolívia a compra do Território do Acre, o que foi recusado.

Os contatos de Assis Brasil com Rio Branco relativamente ao problema do Acre datavam de antes da posse deste último, quando o ex-líder republicano se colocou a favor de uma política de "*não permitir soberanias estrangeiras no continente, em forma de companhias privilegiadas*".

Assis Brasil defendia a ideia da indenização, não apenas como expediente para a rescisão do Contrato de arrendamento, mas também para predispor a Bolívia no sentido de que esta definisse sua doutrina em relação ao Brasil.

No início de 1903, Assis Brasil enviou ofício ao chanceler brasileiro sugerindo-lhe a criação de uma embaixada em Washington.

Sua proposta tinha por base as observações feitas ao longo dos entendimentos desenvolvidos no ano anterior: segundo o diplomata, a criação de outras embaixadas deixava em situação inferior os Ministros Plenipotenciários como ele, que vinha enfrentando dificuldades em sua missão por não ter fácil acesso ao Presidente norte-americano.

A embaixada brasileira nos Estados Unidos, contudo, só seria criada mais tarde, em 1906.

Em 23.02.1903, Assis Brasil assinou em Nova Iorque, como representante do Brasil, uma declaração através da qual o "*Bolivian Syndicate*" renunciava, mediante indenização, à concessão que obtivera da Bolívia em 1901.

O fator decisivo para a obtenção dessa renúncia foi, segundo Victor Valia, a utilização, por parte do governo brasileiro, da Doutrina de Monroe, o que converteu a solução definitiva da Questão do Acre em elemento crucial para a consolidação do papel do Brasil como aliado dos Estados Unidos.

Somente a partir do momento em que perigou a aliança com o Brasil – fato este em parte evidenciado até mesmo pela proibição do tráfego comercial no Amazonas, inclusive às nações amigas –, foi que o governo norte-americano se decidiu a interferir favoravelmente aos brasileiros, apesar da pressão exercida pelos grupos financeiros dos Estados Unidos vinculados ao "*Bolivian Syndicate*".

Por outro lado, a assinatura dessa declaração foi decisiva para que Rio Branco obtivesse do governo boliviano, em março de 1903, a aceitação de um acordo provisório [modus vivendi] que assegurava a suspensão das hostilidades entre a Bolívia e os revolucionários brasileiros – liderados por Plácido de Castro, agrimensor gaúcho de São Gabriel –, além de permitir ao Brasil a ocupação administrativa e territorial da região.

Com a remoção desses obstáculos, Assis Brasil foi chamado ao Rio de Janeiro, a fim de receber novas instruções.

Em 14 de abril, foi substituído na chefia da legação brasileira em Washington por Alfredo de Morais Gomes Ferreira.

Cerca de três meses depois, iniciaram-se as negociações para o estabelecimento das bases de uma permuta equitativa de territórios.

Caso não se chegasse a nenhum acordo, Brasil e Bolívia recorreriam ao arbitramento internacional para decidir sobre a interpretação do discutido Tratado de 1867.

Do lado brasileiro, as negociações ficaram a cargo de Rio Branco, a quem o governo associou, a pedido seu, Assis Brasil, que acompanhou os trabalhos até a ultimação do acordo, e o Senador Ruy Barbosa – que se exonerou em outubro, por discordar das concessões feitas pelo Brasil, por ele consideradas extremamente onerosas à economia do país.

As conversações se prolongaram por quatro meses, ao fim dos quais foi assinado, em 17 de novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis.

Por esse acordo, o governo boliviano cedia a região do Acre ao Brasil mediante compensações territoriais em vários pontos da fronteira entre os dois países, a construção pelo governo brasileiro da estrada de ferro Madeira-Mamoré e o pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, entre outras exigências.

Após a assinatura do Tratado, Assis Brasil não mais retornou aos Estados Unidos, muito embora permanecesse formalmente vinculado à chefia da legação brasileira em Washington até abril de 1904. (ABREU)

Como um Rio
(Thiago de Mello)

Ser capaz, como um Rio
Que leva sozinho
A canoa que se cansa
De servir de caminho
Para a esperança.
E de lavar do límpido
A mágoa da mancha,
Como o Rio que leva
E lava. [...]

Se tempo é de descer,
Reter o dom da força
Sem deixar de seguir.
E até mesmo sumir
Para, subterrâneo,
Aprender a voltar
E cumprir, no seu curso,
O ofício de amar.

Como um Rio, aceitar
Essas súbitas ondas
Feitas de águas impuras
Que afloram a escondida
Verdade da fundura.

Como um Rio, que nasce
De outros, saber seguir
Junto com outros sendo
E noutros se prolongando
E construir o encontro
Com as águas grandes
Do Oceano sem fim.

Mudar em movimento.
Mas sem deixar de ser
O mesmo ser que muda.
Como um Rio.

Imagem 24 – Acampamento 01 – Bom Jardim

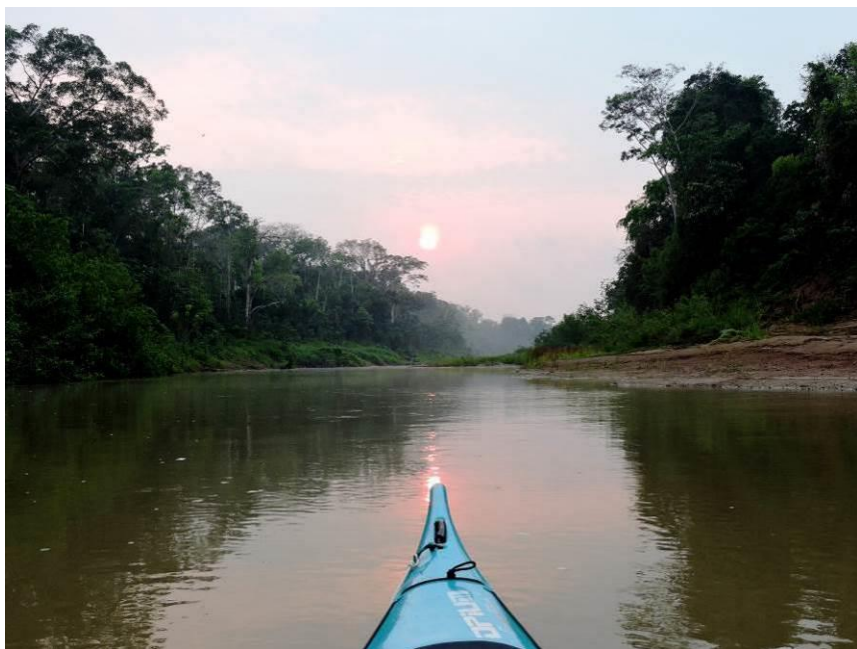



Imagem 25 – Amanhecer no Rio Acre

Imagem 26 – Ponte Binacional Wilson Pinheiro

Imagem 27 – Cobija, Bolívia

Imagem 28 – Despedida dos amigos do 5° BEPCIF

Imagem 29 – Acampamento 03

Imagem 30 – Amigos da 1ª Cia do 5° BEPCIF

Imagem 31 – Casa de Chico Mendes

Imagem 32 – Antônio Teixeira Mendes (Duda Mendes)

Imagem 33 – Raimundo Mendes de Barros (Raimundão)

Mapa 01 – Iñapari – Brasileia

Mapa 02 – Brasileia – Xapuri

Mapa 03 – Xapuri – Rio Branco

Epitaciolândia, Acre

O nome Epitaciolândia é uma homenagem ao Ex-Presidente da República Epitácio Pessoa. Aos poucos a comunidade foi se desenvolvendo formando um pequeno vilarejo, onde foram instalados comércios, igrejas, escolas, etc. O que lhe deu estrutura para passar a categoria de vila recebendo o nome de vila Epitácio Pessoa, isto por volta de 1958. Seu desenvolvimento sócio-político-econômico se deu ao longo de vários anos, com a criação de escolas e instituições como: Subdelegacia, Subprefeitura, instalação da 4ª Companhia Especial de Fronteira, fundação do Campo de Aviação, Posto de Fiscalização na Fronteira, expansão do comércio e organização política, etc. Sua emancipação política se deu através de plebiscito entre os moradores.

Formação Administrativa

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Epitaciolândia, pela Lei Estadual n° 1.026, de 28.04.1992.

Alterado em seus limites, pela Lei Estadual n° 1.061, de 09.12.1992, desmembrado de Brasiléia e Xapuri. Sede no atual distrito de Epitaciolândia (ex-localidade). Constituído do Distrito sede. Instalado em 01.01.1993.

Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Gentílico: epitaciolandense (Prefeitura Municipal)

José Bonifácio II

(Machado de Assis)

[...] Nunca interesse vil manchou teu nome,
Nem abjetas paixões; teu peito ilustre
Na viva chama ardeu que os homens leva
Ao sacrifício honrado.

Se teus restos há muito que repousam
No pó comum das gerações extintas,
A Pátria livre que legaste aos netos,
E te venera e ama,
Nem a face mortal consente à morte
Que te roube, e no bronze redivivo
O austero vulto restitui aos olhos
Das vindouras idades.

"Vede [lhes diz] o cidadão que teve.
Larga parte no largo monumento
Da liberdade, a cujo seio os povos
Do Brasil se acolheram."

"Pode o tempo varrer, um dia, ao longe
A fábrica robusta; mas os nomes
Dos que o fundaram viverão eternos,
E viverás, Andrada!"

Brasileia, Acre

Brasília, como era chamada Brasiléia, foi fundada nas terras dos índios Catianas e Maitenecas, no Seringal Carmem, quando o Acre já era Território do Brasil.

Foi criada por homens da classe dominante da sociedade acreana da época, seringalistas e autoridades constituídas, que habitavam no Alto Acre, vinculados à exportação de borracha para Belém e Manaus.

No Seringal Carmem foi escolhida uma área para instalação da Paiva, que já havia sido expulso das terras do Seringal Nazaré. Eram os primeiros passos da fundação de Brasília, que contou com a participação de brasileiros como João Cordeiro Barbosa, José Antônio de Almeida, Olegário de Araújo França, Augusto de Melo Azevedo, Dr. Luiz Barreto Correa de Menezes, da justiça do 3° Termo Judiciário da Comarca de Xapuri e do Juiz Fulgêncio de Ronaldo Melo, Raimundo Furtado, Fulgêncio Cruz, José Bernardo e outros.

Brasília foi assentada à margem esquerda do Rio Acre, de frente à cidade boliviana de Cobija, onde moravam a maioria dos brasileiros que a fundaram no dia 03.07.1910, data em que braços de seringueiros, sob as ordens dos doutores e seringalistas, derrubaram as primeiras árvores no local em que hoje está situada a cidade de Brasileia.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Brasília, pela Resolução n° 22, de 09.05.1911, subordinado ao município de Alto Acre.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Brasília, figura no município de Alto Acre. O Decreto-Lei Federal n° 9.831, de 23.10.1912, transfere o distrito Brasília do município de Alto Acre para o novo município de Xapuri.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Brasília figura no município de Xapuri. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas 31.12.1936 e 31.12.1937.

Elevado à categoria de município com a denominação de Brasília, pelo Decreto-Lei Federal n° 968, de 21.12.1938, desmembrado dos municípios de Xapuri e Sena Madureira. Sede na Vila de Brasília. Constituído do distrito sede. Instalado em 01.01.1939.

Em divisão territorial datada de 01.07.1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Gentílico: brasileense (www.brasileia.ac.cnm.org.br)

G1 (Grupo Globo), 03.07.2015

Nascida da "*Indignação*" de Acreanos, Brasileia faz 105 Anos Nesta Sexta

[...] O município acreano de Brasileia, distante 232 km da capital Rio Branco, completa 105 anos de fundação nesta sexta-feira [03.07.2015].

Segundo o historiador Marcus Vinícius das Neves, a cidade nasceu de uma "*indignação*" de acreanos e teve uma relação direta com a Revolução Acreana.

Para comemorar a data, a prefeitura organizou uma festa voltada à população. De acordo com Neves, Brasileia é um dos municípios acreanos que tem a história mais original de todas. Segundo ele, foi lá que ocorreu o combate do Igarapé Bahia, que acabou definindo a fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

Vinícius diz ainda que foi após esse combate, que o então presidente boliviano, José M. Pando, percebeu a necessidade de fundar uma cidade naquele lugar, assim surgiu a cidade de Cobija, em 1906. Conta:

> Em seguida, aconteceu algo inusitado. Um juiz de paz ia até o local de tempos em tempos para realizar casamentos e ficava hospedado nos seringais. Mas, ele brigou com o seringalista e acabou sem ter onde ficar. Foi quando em 1910 os próprios habitantes da região, indignados, compraram uma área de terra e espontaneamente fundaram um povoado, que se chamou Brasília, e mais tarde viraria a cidade de Brasileia.

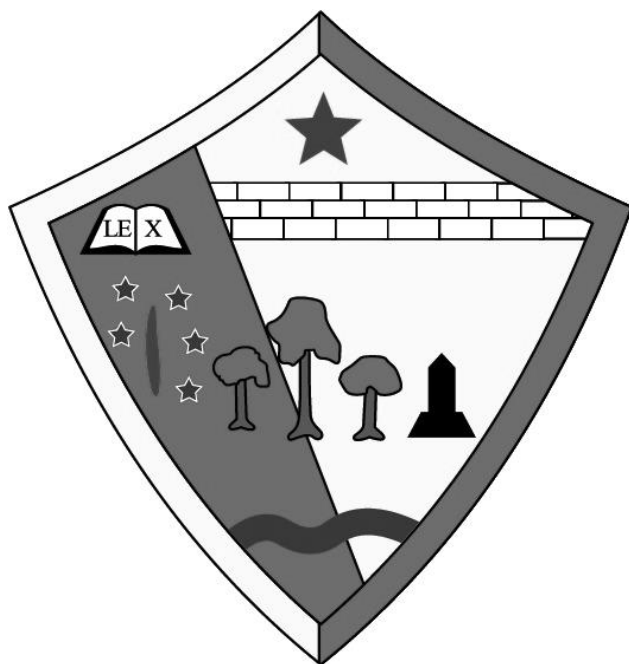
Ainda segundo o historiador, embora muitas pessoas acreditem que a mudança de nome tenha ocorrido por causa da Capital Federal, fundada em 1960, a mudança, ocorrida em 1943, ocorreu por causa de uma outra cidade chamada Brasília. Explica Neves:

> O município teve que mudar de nome, porque já tinha um outro com esse mesmo nome e na época isso não podia. Quando a mudança ocorreu, Juscelino Kubitschek provavelmente nem pensava ainda em construir a atual Brasília.

Impedidos de "*viver*" em Brasília, os habitantes, então, pensaram em um novo nome. Optaram por manter o Brasil, porém resolveram unir a palavra a outra, "*hileia*", que significa floresta, e é também uma das denominações da Amazônia. O historiador ressalta também que Brasileia é o berço do Santo Daime:

> foi lá que o seringueiro Raimundo Irineu Serra, fundador da doutrina, experimentou o chá ayahuasca, bebida produzida a partir da junção do cipó-mariri e da folha chacrona, pela primeira vez e acabou transformando em uma doutrina religiosa e depois trouxe para Rio Branco.

Neves conta ainda que como a cidade foi construída em um local baixo e às margens do Rio, sempre sofreu com as alagações ao longo de sua história, mas nunca nas proporções das duas últimas, de 2012 e 2015. Afirma:

> Se as alagações continuarem como essa última, talvez seja preciso rever a questão da localização da cidade e quem sabe seja preciso mudar a cidade de lugar. Mas, é importante ressaltar que é muito difícil que isso seja possível. (RODRIGUES)

Brasiléia, AC – Xapuri, AC

09.09.2017 – Partindo de Brasileia

Os amigos bombeiros acompanharam-me até a margem. Depois de conceder uma entrevista a uma emissora local, parti às 06h00. As condições de navegabilidade eram bem mais favoráveis agora, os bancos de areia eram raros e facilmente transpostos, as tão decantadas "*cachoeiras*" eram apenas corredeiras transpostas sem qualquer dificuldade.

Os ribeirinhos eram um pouco mais amistosos que os desconfiados bolivianos que olhavam de soslaio e raramente correspondiam ao cumprimento. Numa longa curva à direita avistei duas belas jovens pescando. Vestidas de modo a se proteger do Sol e dos mosquitos deixavam entrever apenas os belos e sorridentes rostos. Ambas corresponderam com extrema cortesia ao meu cumprimento desejando sucesso ao meu empreendimento. Senti uma nova energia percorrer meu corpo e arremeti com mais vigor.

No meu planejamento eu previra remar 60 km, acampar nas proximidades de uma moradia e no dia seguinte alcançar Xapuri remando apenas uns 45 km. O Sol causticante minava minha energia e o cansaço foi aos poucos tomando conta de mim, de repente, parece que o Patrão Celestial compadecendo-se de minha sorte enviou duas graciosas mensageiras em forma de borboletas que posaram na minha camiseta e começaram a sugar a água que eu jogava no corpo, tentando arrefecer o calor, misturada com o meu suor. As criaturinhas me acompanharam por mais de hora fazendo-me momentaneamente esquecer o cansaço e o desconforto.

Nos Rios Solimões, Negro, Amazonas e Juruá os emissários divinos assumiam a forma de botos e além de transmitirem muito de sua energia eram, não raras vezes, meus guias mostrando a melhor rota a ser seguida. Por volta das 14h00, decidi acampar, o local era adequado embora ermo (AC 03 – 10°47’34,6” S / 68°33’38,7” O)

Total do 4° Dia – Brasileia / AC 03	= 59,6 km
Total Parcial – Iñapari / AC 03	= 247,8 km

10.09.2017 – Partindo para Xapuri

Acordei tarde, por volta das 05h00, e parti, às 05h50, sem pressa, Xapuri estava a pouco mais de 45 km e, portanto, podia ser alcançada facilmente na parte da manhã. A viagem transcorreu sem grandes alterações. Às 10h30, liguei para o Ten BM Marcelo Melo de Andrade, Cmt da 1ª Cia do 5° BEPCIF avisando que chegaria antes do meio-dia na Prainha onde estava ocorrendo o Carna-Xapuri – era um festivo domingo. Novamente a cortesia dos Bombeiros Militares se fez presente. Fui conduzido ao Quartel, tomei um banho e fomos juntos almoçar.

Parto somente dia 14 (quinta-feira) para Rio Branco. Previsão de chegada na segunda-feira (18) por volta do meio-dia. Continuamos visitando lugares históricos e entrevistando pessoas interessantes no Município de Xapuri. A permanência aqui tem sido extremamente gratificante. Agradeço o apoio incondicional dos amigos Bombeiros Militares do Acre e da Secretaria de Cultura de Xapuri. Que o Grande Arquiteto do Universo vos abençoe ilumine e guarde é o que deseja este humilde Canoeiro eternamente em busca da Terceira Margem.

Princípios Éticos

A Falta de Justiça, a Fonte de Todo o Nosso Descrédito

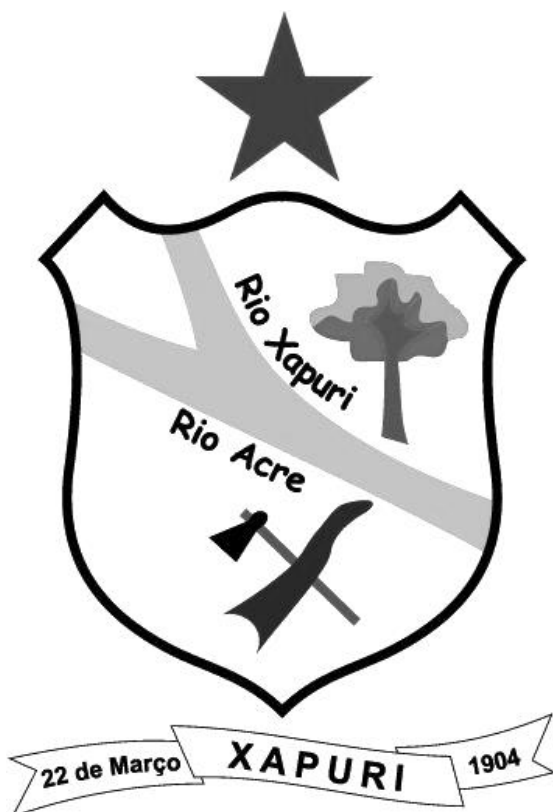
A falta de justiça, Srs. Senadores, é o grande mal da nossa terra, o mal dos males, a origem de todas as nossas infelicidades, a fonte de todo nosso descrédito, é a miséria suprema desta pobre nação. A sua grande vergonha diante o estrangeiro, é aquilo que nos afasta os homens, os auxílios, os capitais. A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a honestidade, o bem; cresta em flor os espíritos dos moços, semeia no coração das gerações que vem nascendo a semente da podridão, habitua os homens a não acreditar senão na estrela, na fortuna, no acaso, na loteria da sorte, promove a desonestidade, promove a venalidade promove a relaxação, insufla a cortesania, a baixeza, sob todas as suas formas. De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto. (Ruy Barbosa)

Percorrendo caminhos fluviais, ou não, desta imensa Terra Brasilis o encantamento e o desencanto acompanham a par e passo, dia a dia, hora a hora nossa jornada e aqui no Acre não seria diferente.

Desde Assis Brasil as plantações de melancias às margens do Rio Acre chamaram minha atenção. As margens arenosas, preparadas com esmero para o cultivo, mostravam o esforço enorme deste brioso povo na busca de um recurso importante para complementar sua parca renda.

Infelizmente em alguns locais notava-se o deslize moral de piloteiros que aportando naqueles sítios se apropriavam indevidamente daquele produto tão arduamente cultivado.

Estes mesmos indivíduos são aqueles que se mostram indignados com a postura de nossos políticos como se o seu procedimento fosse diverso daqueles. O desvio de conduta é o mesmo e independe do valor do bem alheio que foi desviado. Acredito apenas que a "*oportunidade*" é que determina o montante a ser desviado.

Total do 5° Dia – AC 03 / Xapuri)	= 45,6 km
Total Parcial – Iñapari / Epitaciolândia	= 188,2 km
Total Parcial – Epitaciolândia / Xapuri	= 105,2 km
Total Geral – Iñapari / Xapuri	= 293,4 km

Xapuri I

Os primeiros habitantes da região foram os índios das tribos dos xapurys [mais numerosa e que deu origem ao nome da cidade], catianas e moneteris. A excursão de Manuel Urbano da Encarnação à foz do Rio Xapuri, em 1861, foi o início da colonização da região. As terras, onde atualmente se localiza a cidade, eram de propriedade do cearense Manuel Raimundo, seringalista que chegou à região durante o Ciclo da Borracha. Os seringais da região do atual município de Xapuri eram os mais produtivos do planeta, fazendo com que a região se tornasse a principal referência [em termos sociais, culturais e econômicos] do Acre em outras regiões do país e também do mundo. Toda essa importância fez com que a região fosse palco de intensos conflitos com a Bolívia e os moradores que ali habitavam, sendo grande parte composta por brasileiros oriundos do Nordeste. O povoado surgiu logo depois de Volta da Empreza [Rio Branco], no ano de 1883, em um local estratégico na confluência do Rio Xapuri com o Rio Acre. A localidade tornou-se um dos principais entre-postos comerciais do Acre no Ciclo da Borracha. Durante o período da Revolução Acreana, Xapuri foi ocupada por autoridades bolivianas que passaram a chamá-la de Mariscal Sucre. Em 06.08.1903, as tropas do Coronel Plácido de Castro tomaram o povoado marcando o início da última vitoriosa etapa da Revolução Acreana, que culminou com a Anexação do Acre ao Brasil. Na década de 1980 a cidade também foi palco do movimento de resistência dos seringueiros em defesa dos seringais nativos da região. O principal líder desse movimento, cuja luta culminou na criação das reservas extrativistas, foi o sindicalista xapuriense Francisco Alves Mendes Filho. (www.xapuri.ac.gov.br)

O patrulhamento ideológico dos sites oficiais acreanos eliminou da história do Acre e de Xapuri, em especial, a carismática figura do ilustre militar e político brasileiro Jarbas Gonçalves Passarinho, nascido em Xapuri, nos idos de 11.01.1920. Passarinho foi Governador do Estado do Pará, Ministro do Trabalho, da Educação, da Previdência Social, da Justiça e Presidente do Senado Federal.

11.09.2017 – Conhecendo Xapuri

Na segunda-feira de manhã, a Diretora de Cultura da Prefeitura Municipal de Xapuri Sr.ª Alarice Botelho Nunes e o seu Secretário de Esporte e Cultura Sr. Jorge Alves Ferreira vieram até o Quartel da 1ª Cia do 5ª BEPCIF para nos acompanhar em um tour cultural pela cidade em que fomos gentilmente conduzidos, na viatura dos bombeiros, pelo Ten BM Marcelo Melo de Andrade.

Museu Casa Branca

Ainda em reforma, consta ter sido sede da antiga intendência boliviana e abriga no seu acervo pinturas, documentos, armas, máquinas e livros históricos. Foi tombada como patrimônio histórico em 17.01.1985.

Igreja de São Sebastião

A construção da igreja teve início em 1910. Foi projetada pelos Padres Felipe Gallerane e Carlos Zucchini. Seu acervo mais importante é a imagem de São Sebastião manufaturada na Itália e doada à igreja pelo Dr. Epaminondas Jácome em 1915. Depois de passar por uma grande reforma foi reinaugurada em 1953.

Anos depois, recebeu os sinos da torre e as estátuas Santa Inês e de São Sebastião, que guarnecem a Igreja.

Museu Chico Mendes

Instalado na casa onde viveu e foi assassinado Chico Mendes.

Rua do Comércio (06 de agosto)

Região mais antiga da cidade e recentemente restaurada. Nesta rua localizavam-se as grandes casas comerciais do Alto Acre. No apogeu da borracha foi importante palco comercial de produtos provenientes de Belém, Manaus e do exterior. Aqui ancoravam as embarcações abarrotadas de mercadorias destinadas aos seringais da região.

Museu Particular Cezar Zaine

O Ten BM Marcelo notou minha relutância em adentrar ao Museu cujo cadeado aberto permitia sem maiores empecilhos o acesso. A Sr.ª Alarice tranquilizou-me afirmando que a família franqueava a entrada ao Museu a todos interessados.

Princípios Éticos

Minha relutância em adentrar ao Museu Cezar Zaine me fez engarupar na memória e lembrar da última Fase da Expedição Centenária Roosevelt-Rondon percorrendo as águas do Rio Paraguai há um mês atrás. Ao percorrermos, de madrugada, as instalações históricas dos Descalvados, nas proximidades de Cáceres, sentimos uma compulsão quase incontrolável de adentrar nas históricas instalações.

Nelas tinham pernoitado há cem anos o ex-Presidente Theodore Roosevelt e o então Coronel Rondon, que mais tarde seria conhecido internacionalmente como o Marechal da Paz, mas como não tínhamos conseguido autorização isto caracterizaria invasão de propriedade privada. Minha educação familiar não me permitia adotar tal procedimento. A formação recebida na caserna apenas reforçara aquilo que aprendera de meus saudosos pais.

Em 1972, o Capitão Wantuil Ferreira de Camargo, Comandante da 2ª Companhia do Curso Básico da Academia militar das Agulhas Negras, afirmava:

> Aqui não corrigimos "*Defeitos*", apenas aprimoramos "*Virtudes*".

Aqueles que tiveram o privilégio de dar os primeiros passos no caminho da honra e do dever com seus progenitores sabem do que estou falando. Sou do tempo, graças a Deus, em que a palavra de um Homem valia mais do que qualquer documento oficial – um compromisso assumido era cumprido a qualquer custo.

Temos a obrigação de nortear nossas ações de maneira a respeitar, acima de tudo, os direitos do nosso próximo em qualquer circunstância, principalmente quando não estamos sendo vigiados ou observados, sendo assim, só adentramos nas Centenárias instalações depois que o caseiro Jeferson acordou e nos acompanhou na visita.

12.09.2017 – Entrevista com Duda Mendes

O Ten BM Marcelo agendou uma entrevista com o Sr. Antônio Teixeira Mendes, primo de Chico Mendes no Seringal Cachoeira:

Antônio Teixeira Mendes

Eu sou Antônio Teixeira Mendes, conhecido como "*Duda*", nasci no dia 19.04.1960, no Seringal Santa Fé, onde hoje é uma fazenda, numa colocação ([165]) chamada "*Cachorra Magra*", de lá fui para outra colocação, do mesmo Seringal, mais próxima daqui, chamada "*Jubaia*", mais tarde vim para cá quando tinha nove anos de idade. Meu pai é cearense e minha acreana, descendente dos Colhas, minha vó era da etnia Colha, de La Paz, Bolívia. Meu pai sempre procurava um patrão bom, porque naquela época a maioria deles tratava mal os seringueiros. Ele teve notícia, então, de que o patrão do Seringal Cachoeira era bom e resolveu vir para cá e comprou a colocação. Este local onde moro hoje era a sede do Seringal. Aqui nos criamos eu e meus irmãos, eu cortava seringa desde os nove anos de idade. O patrão realmente era o melhor que ele tinha encontrado até então, pagava salário, aviava bem seus seringueiros e a mercadoria era em conta.

Este Seringal é chamado hoje de "*Pai Chico Mendes*", um Projeto, criado em 1990, que, através das lutas, a gente conseguiu tirar da mão dos fazendeiros. O Governo Federal desapropriou a terra e deixou a gente morando, sem delimitar as áreas de cada um. Na época eram 55 famílias e hoje são 88 porque a gente vai casando formando família, e ao lado de uma colocação grande vai abrindo outra. É um projeto com 24.000 hectares, um Seringal chapadão, não é muito acidentado, tem dois Igarapés, Chora Menino e Grande que o cruzam e deságuam em um terceiro que faz a extrema da Bolívia que é o Rio Xipamano.

---

[165] Colocação: trecho de seringal, constando de barraca e algumas estradas de seringa. Cada seringueiro trabalha em três estradas. Às vezes, na mesma colocação moram dois seringueiros, que trabalham de sociedade. (POTYGUARA)

Extrativismo e Manejo

A principal renda do Projeto continua sendo o extrativismo, aqui todo mundo sobrevive do látex, da seringa e da castanha, só que hoje a gente cria um pouco de gado, planta também um milho, arroz que vai vendendo além do manejo florestal. No manejo só se retorna à mesma área após 25 anos, e se todo mundo trabalhar conscientemente pra mim é a coisa mais importante que tem porque a gente vende legalmente. A minha casa de Xapuri foi comprada praticamente com os recursos advindos do manejo florestal. No manejo florestal, a floresta tem mais vida, você vai retirando as árvores mais velhas deixando as mais novas e com isso você vai ganhando dinheiro com a sua sabedoria. Só que lidar com gente é complicado, alguns no meio do caminho começam a achar que estão ganhando pouco e resolvem vender ilegalmente. O manejo florestal que nós implantamos aqui não foi para deixar ninguém rico, mas apenas para complementar a renda familiar, mas muitos não veem as coisas dessa maneira e resolvem ganhar dinheiro.

Eu gosto muito de morar aqui, tenho casa na cidade, mas só vou até lá para buscar algo e volto para cá. Eu e minha esposa temos sete filhas, ela nasceu no Seringal Cachoeira e o resto da minha família mora aqui no Seringal, em Rio Branco e Xapuri. Minha propriedade produz muita castanha, umas 1.000 latas de castanha por safra e hoje a castanha está com um preço muito bom. Nosso Seringal é talvez o que apresenta a melhor qualidade de vida de todo o estado do Acre, isso significa dizer que o nosso Projeto deu certo. Atualmente estamos pensando em reflorestar mais, porque a terra não cresce, mas a população sim, por exemplo, a minha família é de sete filhos e alguns vão querer vir morar com a gente, mas como eu tenho só três estradas de

seringa isso só dá para sustentar uma família, mas se eu plantar cinco ou seis hectares de seringa e de castanha, estarei dando condições de sustento para mais umas três famílias. Embora a propriedade permaneça do mesmo tamanho eu consigo com a minha sabedoria tornar aquela área mais produtiva e, com certeza, com isto eu estou contribuindo para com o meio ambiente porque em vez de derrubar a floresta eu estou plantando.

Queimadas

O que a gente vê muito nesse período é queimada, tem dias que até para abrir os olhos de tardezinha é difícil, Vai chegar a hora de morrermos todos sufocados com fumaça – acho isso um absurdo. Nosso povo não tem consciência, ele não sabe que queimando está prejudicando a saúde de todo mundo, mas eu espero que os jovens cresçam com certa consciência. Porque se vacilarmos vamos ter seca no Acre, porque se você só abre e não planta nada, primeiro vão secar os igarapés e vai virar um sertão. A solução pra mim é o manejo, a palavra manejo para mim significa muito.

Tenho discutido com doutores que falam mal do manejo e eu peço para eles apontarem qual o manejo que eles condenam. O manejo a gente emprega na própria casa, para não ter muitos filhos, na criação de galinhas – sacrificando aquela que não bota ovos, de gado – quando uma vaca não é boa de leite ou de cria, tudo é manejo. Então não se pode de antemão dizer que se tem raiva de manejo. Todo mundo precisa de madeira, porque então ter raiva do manejo florestal? A maioria das casas da região são de madeira que não foram retiradas através do manejo. O nosso manejo é certificado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola [Imaflora] e orientado pela Cooperafloresta. [...]

Chico Mendes

Chico Mendes era meu primo, uma pessoa muito humilde, nasceu no Seringal Equador, cortava seringa numa colocação aqui ao lado. Na década de 70, ele começou a participar do movimento sindical e fundaram, entre 1970 e 1977, o Sindicato de Brasileia e depois Xapuri. Estes Sindicatos foram fundados porque os patrões tinham vendido suas propriedades para os fazendeiros e eles não queriam trabalhar com extrativismo, queriam derrubar a mata para botar o boi e isso desencadeou um movimento pra garantir o futuro dos moradores das colocações.

Graças a isso conseguimos a demarcação de uma reserva livre dos fazendeiros lá do outro lado e o Seringal Cachoeira foi criado na base da união, dos "*empates*" ([166]) porque os fazendeiros queriam derrubar o Seringal todinho. Eram cinco proprietários, cada um com sua parte, cada um querendo derribar a mata da sua parte e nós resolvemos, através do sindicato, dar um basta a isso, para poder assegurar um meio de sobrevivência para esse povo.

Podemos dizer que o Chico Mendes morreu para dar uma vida digna para todos nós, porque só depois da morte dele que o Governo Federal se viu obrigado a regularizar a questão fundiária dos extrativistas, criando a Reserva Chico Mendes com um milhão de hectares para 1.500 famílias.

[166] Empates: estratégia de luta criada pelos seringueiros para evitar o desmatamento. Era uma manifestação pacífica – a comunidade, sob as ordens do sindicato, deslocava-se para a área onde os pecuaristas pretendiam desmatar, bloqueavam o acesso colocando-se à frente dos peões com suas famílias e, logo em seguida, as lideranças do movimento tentavam mostrar a eles como o desmatamento da floresta, colocaria a vida de todos em risco. Chico Mendes achava que o discurso dissuadiria os peões de cumprir as ordens dos seus patrões. (Hiram Reis)

Darcy A. da Silva – Assassino de Chico Mendes

Eles vão me matar. O nome deles eu digo: Darly e Alvarino Alves da Silva. Eles já mandaram matar mais de trinta trabalhadores e a Polícia Federal não fez nada. Se descesse um enviado dos céus e me garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta, até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero viver. (Chico Mendes)

O Darly, pai do Darcy, não tinha comprado nenhuma colocação aqui dentro. Os fazendeiros tinham medo de enfrentar os extrativistas e resolveram usar o Darly para tirar o povo à força. Na época contrariamos até Ordens Judiciais, veio um oficial de justiça com a Ordem para deixar o pessoal passar e nós impedimos. Até que um Decreto criou o Projeto, e, logo em seguida, assassinaram o Chico e aí sim as coisas começaram a melhorar para nós.

Chico sempre dizia não vamos atirar nem bater em ninguém vamos apenas impedir a derribada, tomar a foice dos peões e tentar explicar pra eles. Eles também não tinham culpa porque estavam ganhando o dinheirinho deles. Mas graças a Deus, depois que tiraram a vida do Chico eles começaram a entender.

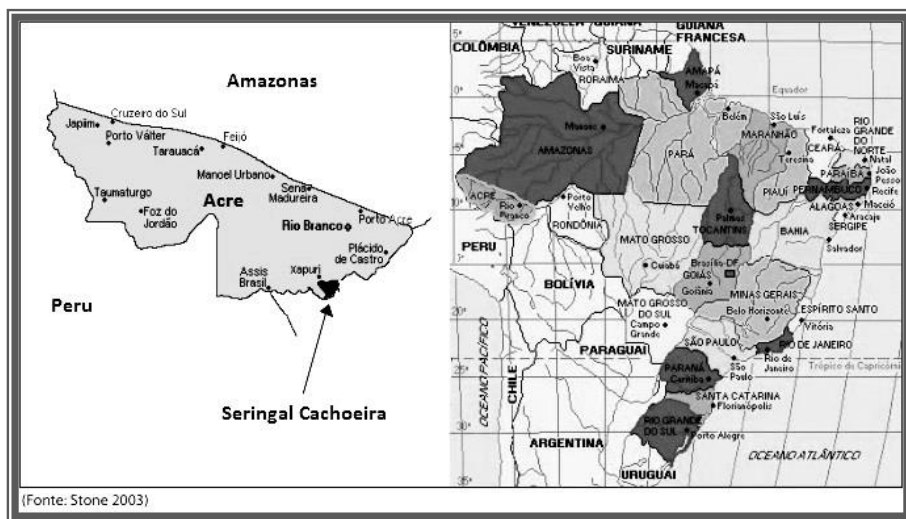



Imagem 34 – Seringal Cachoeira

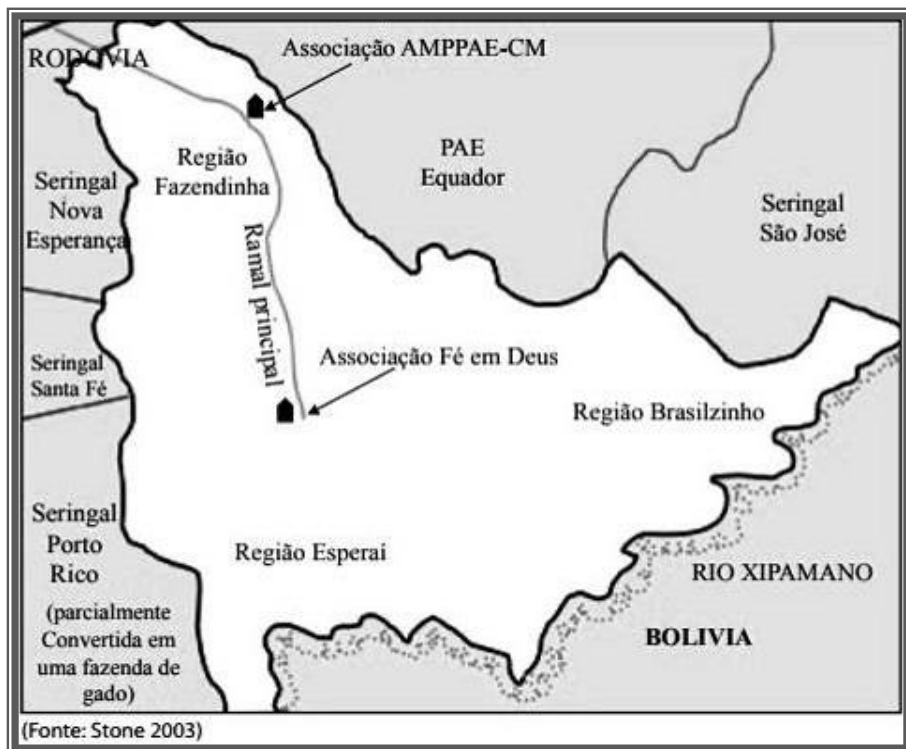



Imagem 35 – Seringal Cachoeira

Xapuri II

Ninguém produz riqueza, mas vive com a barriga cheia e corpo coberto. Hoje, vemos nossos filhos ir para a escola e voltar porque a escola está aqui na casa dos seringueiros. A cada três horas de caminhada tem escola e também temos ônibus escolar. [...] É uma vida que nem se compara com a vida que nós tínhamos aqui há dez, 20, 50 anos.
(Raimundo Mendes de Barros)

13.09.2017 – Entrevista com Raimundão

O Ten BM Marcelo agendou uma entrevista com o Sr. Raimundo Mendes de Barros, mais conhecido como Raimundão, primo de Chico Mendes, no Assentamento Rio Branco:

Raimundo Mendes de Barros

Eu sou Raimundo Mendes de Barros, seringueiro de nascimento e descendente de nordestino. Minha mãe chegou do Nordeste ainda criança, vinda do Ceará e meu pai era filho daqui, do Seringal São Francisco, lá do Alto Acre, onde hoje é o Município de Assis Brasil.

Nasci no Município de Xapuri, Seringal Santa Fé, de uma irmandade de 14 irmãos, sendo que apenas oito deles meus pais conseguiram criar, seis faleceram ainda muito jovens ou nasceram mortos. Minha vida sempre foi ligada ao Seringal, com sete anos de idade já andava na floresta junto com meus pais e meus irmãos tirando leite de seringa, colhendo castanha, alumiando com facho ([167]) de sernambi ([168]) pra o meu pai e os meus irmãos riscarem as seringueiras de onde era tirado o leite da borracha.

---

[167] Facho: lanterna.
[168] Sernambi: pedaços de placas não defumadas de látex coagulado nas tigelas e não prensadas.

Antes de a fábrica abrir, conheci um monte de gente que até parou de cortar seringa. Eu mesmo parei. A fábrica reviveu o corte. Deram o material e o dinheiro, deram uma animada pra gente recomeçar.

Venho do tempo da borracha coagulada na fumaça e passei para o processo da borracha coagulada na tigela. Cheguei até aos dias de hoje ao fornecimento de leite ([169]) pra fábrica de preservativos ([170]). Mas voltemos um pouco no tempo e vamos para a época da borracha coagulada, uma época do domínio dos patrões que, na época da infância dos meus pais, eram conhecidos como coronéis de barranco.

Coronéis de Barranco

Por que Coronel de barranco? Por que os patrões naquela época compravam a patente de Coronel e as residências deles eram na barranca dos Rios. Não havia rodovias, os Rios eram as estradas, eles aportavam nas barrancas dos Rios onde construíam seus armazéns e residência. No armazém eram colocadas as mercadorias e a borracha, sendo que a borracha era armazenada em um depósito separado devido ao cheiro dela. Essa era uma época de muita exploração. O patrão pesava a borracha de acordo com o seu critério e pagava conforme seu juízo e assim era feito também com a mercadoria.

O seringueiro não opinava por preço ou peso de borracha ou de mercadoria porque se ele se manifestasse o patrão o reprimiria.

---

[169] Leite: látex. (Hiram Reis)

[170] Natex: é a primeira fábrica no mundo a produzir preservativos a partir do látex de seringal nativo. A produção da Natex atende a 20% do mercado de preservativos distribuídos gratuitamente no Brasil pelo Ministério da Saúde. Das 2.500 famílias residentes da Reserva Chico Mendes, aproximadamente 500 colhem o látex e repassam para a Cooperacre que transporta o produto até a fábrica.

A maioria dos seringueiros era analfabeta, poucos tinham algum estudo, por que o ser humano sabendo ler e escrever fica mais fácil para ele entender algumas coisas. E o patrão não queria que o seringueiro tivesse muita compreensão a não ser produzir borracha e comprar a mercadoria dele. Essa trajetória durou aproximadamente 100 anos até que resolveram trocar, no Acre e em toda a Amazônia, o extrativismo pela criação de bois. Se na época dos patrões a vida não era boa como acabei de relatar em decorrência da dominação, da exploração e o isolamento em que se vivia, no latifúndio foi pior. Porque na época do patrão quando ele não queria mais que o seringueiro permanecesse naquela colocação por estar produzindo pouco mandava-o embora e o seringueiro conseguia uma colocação noutro lugar. Depois que chegou o latifúndio não, você sai daqui e vai para a beira da estrada ou para a periferia das cidades porque lá no outro Seringal não tinha como ser aproveitado porque também tinha gente sendo mandada embora.

Não compravam o produto da gente, que era a borracha e a castanha, e nem traziam mercadoria, foi uma fase em que muitos pais de família deixaram a floresta e foram para a periferia das cidades ou para a beira da estrada. Mas teve um grupo que resolveu resistir e foi se agrupando, primeiro através da orientação um tanto tímida que a igreja trazia como o conhecimento do Artigo 4° da Lei 4504/64, que se refere ao Estatuto da Terra, que dizia que cada cidadão que estiver ocupando uma gleba e não tenha outra, só pode sair dali se for indenizado ou lhe oferecerem outra terra, Isso começou a dar um certo Horizonte, uma certa esperança para os seringueiros e eles foram se juntando mais e mais até que aportou aqui no Acre a CONTAG, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, propondo a criação dos sindicatos.

Sindicatos

Os sindicatos começaram então a ser criados, o primeiro a ser criado foi no município de Brasiléia o segundo foi o de Xapuri e foram se alastrando até atingir todos os municípios. [...] O Chico foi secretário do Sindicato de Brasileia, três anos depois de sua criação.

No 4° ano ele veio para Xapuri porque ele era daqui e a gente queria que ele viesse para Xapuri porque o Sindicato daqui andava meio fraco e a gente confiava muito nele porque ele era uma pessoa muito serena, muito séria, muito segura, um homem zeloso, dedicado, corajoso, uma pessoa muito pacata mas muito corajosa. [...]

Através do sindicato o Chico conseguiu apoio para começar um processo alfabetização de adultos com participação das crianças. [...]

Hoje, graças a Deus, conseguimos o reconhecimento do Estado e do próprio Município e consideramos que a vida aqui é muito melhor que na cidade. Estamos aqui na tranquilidade, na convivência, na disciplina, produzindo uma agricultura de subsistência, mandioca, arroz, melancia, extraímos também a castanha, a borracha, já iniciamos a criação de peixes, abelhas e aqueles que querem trabalhar com o gado podem ter de 15 a 20 cabeças porque isso é o que se pode criar dentro das regras da reserva.

Antigamente levávamos de 6 a 7 horas até a cidade e hoje eu o faço apenas em meia hora, no passado só se tomava água gelada quando era época do frio, hoje temos geladeira, a escola está bem pertinho, em tudo que é canto tem escola e transporte escolar para levar os alunos, hoje a vida nem se compara com a dos meus tempos de criança.

Mas é de fundamental importância que se diga que tudo o que se tem hoje não se conseguiu de graça, foi com muito sacrifício, foram noites de sono perdido, dias de barriga seca, perda de vidas preciosas, acusações de que nós éramos um bando de desocupados, de invasores do alheio, que o Chico era um comodista, um vagabundo que só prestava para fazer agitação, esse era o tipo de tratamento que a gente recebia, mas nós tínhamos consciência de que se nós não lutássemos nossa vida ia piorar muito. [...]

Reflorestamento

A seringueira nativa já está cansada ela é muito dispersa dentro da floresta e essa nova geração é muito desligada, o que eles aprendem na escola não é uma educação ligada às coisas da floresta [...], isso é muito ruim é um aprendizado desligado da realidade de onde vivemos [...]

Esse projeto de reflorestamento é uma coisa super boa a seringa gosta de uma sombrinha a gente aproveita o terreno, primeiro bota o milho, o arroz, a mandioca, banana e depois bota seringa, a castanha, o açaí e vai se montando uma espécie de mosaico com árvores frutíferas. [...]

Assassinato de Chico Mendes

Os assassinos do Chico tinham matado gente no Paraná, Minas Gerais e pararam de matar aqui no Acre. Eles eram contratados pelos fazendeiros como jagunços, compraram uma fazenda onde havia um Projeto de Colonização, com certeza já encomendado, porque já tinha iniciado a luta dos seringueiros com os fazendeiros que, ao chegar na região, começaram a comprar algumas colônias ao redor de forma intimidatória.

A briga deles com Chico se deu a partir da resistência do Chico e dos meus primos lá do Seringal Cachoeira porque um tal de Japonês queria desmatar o cachoeira. O Cachoeira é um Seringal muito rico, de muita castanha, muita seringa boa de leite onde o Chico tinha uma família muito grande. No Seringal Cachoeira tinha uma colocação chamada Brasil e Brasilzinho tinha duas famílias de seringueiros Agripino e Zé Brito. O Zé Brito começou arrumar uma amizade com os fazendeiros. Quem sabe de que forma eles conseguiram isso? O Japonês queria entrar no Seringal Cachoeira, e o Zé Brito se rebelou contra o Agripino resolvendo vender a colocação. O Agripino correu para a cidade e foi avisar o Chico Mendes:

> – Chico, pelo amor de Deus! O Zé Brito está arranjando uma confusão desgraçada! Diz que vai vender a colocação para o pessoal da Fazenda Paraná.

O Chico manda o Agripino voltar e reunir o pessoal todo. Na reunião o Zé Brito diz não era nada daquilo que falou em vender num momento de raiva. Um mês depois o mesmo boato surge e o Zé Brito afirma ao Chico que não era nada daquilo, mas, na verdade ele já tinha vendido a colocação. O Chico desconfia da tramoia e começa a averiguar a vida do Darcy e Darly e verifica que eles tinham matado muita gente lá no Sul e que eram tidos pela polícia como mortos. [...]

A Gonçalves Dias I

(Machado de Assis)

Assim vagou por alongados climas,
E do naufrágio os úmidos vestidos
Ao calor enxugou de estranhos lares
O luzitano vate ([171]). Acerbas ([172]) penas

Curtiu naquelas regiões; e o Ganges,
Se o viu chorar não viu pousar calada,
Como a harpa dos êxules ([173]) profetas,
A heroica tuba. Ele a embocou, vencendo
Com a lembrança do ninho seu paterno,
Longas saudades e misérias tantas.
Que monta o padecer? Um só momento
As mágoas lhe pagou da vida; a Pátria
Reviu, após a suspirar por ela;
E a velha terra sua
O despojo mortal cobriu piedosa
E de sobejo o compensou de ingratos.

---

[171] Vate: poeta.
[172] Acerbas: amargas.
[173] Êxules: exilados.

Mas tu, cantor da América, roubado
Tão cedo ao nosso orgulho, não te coube
Na terra em que primeiro houveste o lume
Do nosso Sol, achar o último leito!
Não te coube dormir no chão amado,
Onde a luz frouxa da serena Lua,
Por noite silenciosa, entre a folhagem
Coasse os raios úmidos e frios,
Com que ela chora os mortos... derradeiras
Lágrimas certas que terá na campa
O infeliz que não deixa sobre a terra
Um coração ao menos que o pranteie. [...]

[...] Vinha contudo o pálido poeta
Os desmaiados olhos estendendo
Pela azul extensão das grandes águas,
A pesquisar ao longe o esquivo fumo
Dos pátrios tetos. Na abatida fronte
Are de morte as asas lhe roçara;
A vida não cobrou nos ares novos,
A vida, que em vigílias e trabalhos,
Em prol dos seus, gastou por longos anos,
Com essa largueza de ânimo fadado
A entornar generoso a vital seiva.

Mas, que importava a morte, se era doce
Morre-la à sombra deliciosa e amiga
Dos coqueiros da terra, ouvindo acaso
No murmurar dos Rios,
Ou nos suspiros do noturno vento,
Um eco melancólico dos cantos
Que ele outrora entoara? Traz do exílio
Um livro, monumento derradeiro
Que à Pátria levantou; ali revive
Toda a memória do valente povo
Dos seus Timbiras... [...]

Xapuri, AC – Rio Branco, AC

O Boto Cor de Rosa
(Hull de La Fuente)

Tua pele é cor de rosa,
Como da rosa em botão,
Contou-se estórias gloriosas
De sua grande sedução. [...]

14.09.2017 – Partindo de Xapuri

Acordei às 04h22. Partimos, eu e os diletos amigos Bombeiros Militares, Sd BM Valderli, Sd BM Adélcio e Sd BM Antônio, para a rampa de acesso à balsa da Sibéria, às 04h50. Descarregamos o caiaque e comecei logo o aprestamento do mesmo.

Estávamos tirando uma foto da equipe quando surgiu o repórter Cássio da TV Acre. Informei-lhe do que se tratava e ele prontamente fez algumas anotações a respeito da minha jornada. Quem sabe em Rio Branco possamos contar com o apoio da mídia?

A jornada foi tranquila até às 11h00 quando a canícula começou a castigar meu corpo e minha vontade. Foi exatamente nessa hora que comecei a ouvir alguns movimentos na água e uns bufos bastante conhecidos (10°37’23,1” S / 68°21’35,7” O) dos meus amigos botos vermelhos. Aportei e fiquei assobiando procurando identificar quantos eram. Eram apenas três botos jovens e brincalhões, continuei minha descida acompanhado, durante uns 25 minutos, pelos gentis animaizinhos. Momentaneamente esquecera do desconforto proporcionado pelo Sol abrasador e a dor nas costas. Estava remando há quase seis horas.

O local que eu determinara para acampar estava próximo e comecei a prestar a atenção nas alternativas que se apresentavam – proximidade de moradias, margens baixas e arenosas e, sobretudo uma sombra para montar a barraca. Nenhum deles atendia a todos estes requisitos e acabei acampando no local programado (AC 04 – 10°35’36,96” S \ 68°16’02,84” O) onde cada um dos itens especificados fora contemplado. Montei a barraca, na sombra de um pequeno arbusto puxei o caiaque para o barranco e amarrei-o a um tronco. Tentei contato telefônico subindo o barranco mais alto e nada. Estava voltando para tomar um revigorante banho de Rio quando avistei meus queridos amigos botos brincando a poucos metros da margem em que me encontrava e após algumas sutis e pouco audaciosas piruetas partiram. Foi uma noite tranquila e sem estranhos ruídos.

Total do 6° Dia – Xapuri / AC 04 = 58,8 km

Total Geral – Iñapari / AC 04 = 352,2 km

15.09.2017 – AC 04 ao AC 05

Parti às 05h40. Uma fina névoa encobria tudo. Em princípio era um tiro curto de 51 km até o local que eu marcara para acampar. A chuvinha fina da noite anterior não comprometera meu sono, pelo contrário, refrescara o ambiente e a noite foi muito agradável.

Novamente as borboletas pousavam no caiaque ávidas pela água e pelo sal. Os jacarés, desde que parti de Xapuri, apareciam em maior número e cada vez mais displicentes. Atiravam-se das barrancas e troncos na água logo que o caiaque se aproximava por demais deles ou submergiam preguiçosamente ao passar por demais perto deles.

Cheguei antes do meio-dia ao local que marcara como próprio para acampamento. As margens eram adequadas, mas de um barro muito pegajoso. Resolvi seguir em frente. Um belo boto vermelho macho de quase dois metros sinalizou um local favorável e montei o acampamento 5 quilômetros a jusante (AC 05a – 10°20’57,4” S / 67°52’29,7” O). Coloquei a barraca para secar enquanto me refrescava nas águas do Rio Acre.

Montei a barraca, colocando, previdentemente um grande saco plástico estendido sob a loninha da barraca, coloquei a tralha de dormir e material eletrônico dentro dela e estava enchendo o colchão inflável quando chegou um forte temporal. Fiquei do lado de fora segurando os estais até o vento e a chuva pararem. Sequei a barraca, não entrou muita água, graças ao saco plástico improvisado. Terminei de inflar o colchão, fiz alguns exercícios aeróbicos, sequei o caiaque, tomei meus remédios e vitaminas, recalculei as próximas metas e me preparei para mais uma noite.

Total do 7° Dia – AC 04 / AC 05a = 56,0 km

Total Geral – Iñapari / AC 05a = 408,2 km

16.09.2017 – AC 05a ao AC 06a

Por volta das 03h00 da manhã começou a relampejar. Estava muito escuro, lua minguante encoberta pelas nuvens. Tentei dormir, mas por volta das 04h00, como o tempo ainda estivesse estranho resolvi preparar minha partida antes que começasse a chover e atrapalhasse a desmontagem do acampamento. Precisava sair cedo, a jornada era longa (mais de 70 km), resolvera suprimir o pernoite no AC 06 para abordar Rio Branco em apenas quatro dias e não cinco como anteriormente planejara.

A manhã foi por demais agradável, a chuva torrencial de ontem criara uma névoa protetora contra os tenebrosos raios solares tropicais e uma brisa fresca soprou até às 10h00 proporcionando uma navegação amena e relaxante.

Estava apreciando a paisagem quando observei, a uns 300 metros, um curioso tronco sendo levado pela torrente. Não prestei muita atenção ao mesmo, pois era um fato corriqueiro nestas paragens, mas, quando olhei novamente para o tal "*tronco*" notei que o mesmo não acompanhava a correnteza, mas se deslocava perpendicularmente a ela.

Foi só então que me apercebi se tratar de uma jovem lontra, com a cabeça, o dorso e a ponta do rabo para fora d'água. Tentei então sacar minha máquina fotográfica que estava na caixa à prova d'água no convés do Argo. Neste ínterim o afoito animalzinho chegara à margem direita e tentou subir em um paredão vertical de arenito por duas vezes sem sucesso caindo n'água desajeitadamente em cada uma das tentativas. Quando me preparei para fotografar a lontrinha já havia mergulhado desaparecendo sem deixar vestígios.

Por volta das 14h30, aportei 500 metros a montante (AC 06a – 10°10'48,2" S / 67°48'18,8" O) do AC 06. Um ribeirinho, dono da plantação de melancias, ficou conversando por uma hora contando sua história de vida e os efeitos da grande "*alagação*" de 2015. Mostrou-me sua plantação de bananeiras e feijão de corda. As melancias estavam passadas e não valiam mais nada, o preço oferecido pelos atravessadores de 2 reais por unidade, não compensava o transporte e toda a plantação estava se deteriorando.

Consegui contato com o 7° BEC e familiares pelo WhatsApp informando a hora prevista de minha chegada a Rio Branco, Acre, onde pretendo recompor as energias durante três dias para depois prosseguir para a última etapa até Porto Acre, AC, e Boca do Acre, AM.

Total do 8° Dia – AC 05a / AC 06a = 70,5 km

Total Geral – Iñapari / AC 06a = 478,7 km

17.09.2017 – AC 06a – Rio Branco.

Foi uma noite calma, sem ruídos estranhos ou relâmpagos. Por volta das 22h00, a temperatura caiu o suficiente para que eu vestisse a minha gandola e fizesse uso do saco de dormir. A imagem de meu amigo ribeirinho colhendo cachos de banana a bordo de uma voadeira, na alagação de 2015, volta e meia retornavam à minha mente. Ele gentilmente convidara-me para jantar com sua família e eu agradecera o convite. Minha dieta durante a navegação ficou reduzida a bananas e castanhas. A ingestão de proteínas, de origem animal, ficou limitada apenas aos locais de repouso – Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco, Porto Acre e Boca do Acre.

Dormi bem. Às 04h00, o despertador tocou e iniciei a arrumação das tralhas no interior da barraca. Era um processo mecânico, automatizado mesmo, mas que precisava ser meticulosamente executado já que a escuridão fora da barraca era total. A encabulada Lua minguante escondia-se por detrás das poucas nuvens que embuçavam o céu. Parti às 04h45. Uma brisa fresca convidava-me a picar a voga. Recusei a oferta e parti no meu costumeiro ritmo cadenciado aquecendo progressivamente a musculatura antes de forçar o ritmo.

Estava de calção e camiseta fina de meia manga, enquanto os ribeirinhos portavam roupas bem mais pesadas. Durante a jornada recebi uma mensagem do Major Luciano Flávio informando o local em que estaria me aguardando (Gameleira – Rio Branco – 09°58’38,1”S / 67°48’27,8”O) com o pessoal de apoio. Na hora, não atentei para o detalhe do mapa e achei que o mesmo ficava à jusante das três pontes.

A viagem foi tranquila, o meu destino ficava a apenas 47 km. Chamava a atenção o grande número de dragas ao longo do Rio. Quando estava próximo das três pontes um enorme boto vermelho, me fez volver a vista para a margem direita e avistar o Major Lúcio Flávio que me aguardava na Gameleira, do contrário teria passado direto.

Felizmente o Major também viu o meu amigo boto para não acharem que estou inventando. Fui transportado e devidamente alojado no Hotel de Trânsito (Albergue) do 7° BEC, onde permanecerei até quarta-feira.

A programação é chegar sexta-feira (dia 22) em Porto Acre, onde, se conseguir apoio da Prefeitura, permanecerei um dia, partir domingo (24) para a Boca do Acre onde deverei aportar na terça-feira (26), permanecer lá um dia, apoiado pela Marinha do Brasil e Prefeitura local até ser resgatado pelo 7° BEC (28).

Total do 9° Dia – AC 06a / Rio Branco	= 47,0 km
Total Parcial – Iñapari / Epitaciolândia	= 188,2 km
Total Parcial – Epitaciolândia / Xapuri	= 105,2 km
Total Parcial – Xapuri / Rio Branco	= 232,3 km
Total Geral – Iñapari / Rio Branco	= 525,7 km

Rio Branco, AC

Histórico

Em 1882, o vapor Anajás sobe o Rio Acre e desembarca os irmãos Leite no "*Seringal Bagaço*". Neutel Maia decide ficar algumas milhas acima e, no dia 28.12.1882, funda o "*Seringal Empreza*", na volta do Rio onde está situada a Gameleira. Depois o Anajás ainda deixa Manuel Damasceno Girão na Foz do Xapuri, onde fundou o "*Seringal Xapuri*".

Nesse momento de expansão do extrativismo da borracha, quando o Acre era ainda considerado território boliviano, o "*Seringal Empreza*", na rota entre Porto Acre e Xapuri, núcleo dinâmico da atividade econômica que dava a lógica à invasão da floresta, vai se constituindo no núcleo de um entreposto comercial.

Paralelamente, na fronteiriça margem do mesmo Rio Acre, um novo centro se formava, dando lugar ao nascimento de um pequeno burgo comercial, livre, com o nome de "*Empreza Nova*" ou simplesmente "*Empreza*", ao passo que o primitivo passava a ser conhecido como "*Empreza Velha*".

Em 1904, o atual Município de Rio Branco torna-se sede do Departamento do Alto Acre. Excepcionalmente, a sede da Prefeitura do Alto Acre funcionou em "*Empreza Nova*", que desde então foi denominada Vila Rio Branco, compreendendo, então, já os dois bairros do mesmo lado, ligados por um projeto da avenida.

Desde o estabelecimento da sede administrativa do Território, em 1903, quando então foi denominada Vila Rio Branco, até 1912, quando se estabelece definitivamente a denominação do futuro Município.

Sua denominação oscilou entre uma homenagem ao Barão de Rio Branco e Penápolis, em homenagem ao Presidente Afonso Pena. Em 23.10.1912, por força do Decreto Federal n° 9.831, passa à categoria de cidade com o nome de Rio Branco.

Gentílico: rio-branquense. (IBGE)

O Acreano Dr. Enéas F. Carneiro

Roberto Bruce, Presidente do PRONA Municipal de Guarulhos/SP e Coordenador Nacional de Marketing do Partido, produziu uma interessante biografia deste grande brasileiro que foi o Dr. Enéas Carneiro:

Dr. Enéas Carneiro

Enéas Ferreira Carneiro [Rio Branco, 5 de novembro de 1938 – Rio de Janeiro, 06.05.2007] foi um médico cardiologista e político brasileiro. Como político, fundou o Partido de Reedificação da Ordem Nacional, o Prona. Após se candidatar três vezes à Presidência da República [1989, 1994 e 1998], e uma vez à prefeitura de São Paulo [2000], em 2002, foi eleito Deputado Federal pelo estado de São Paulo, recebendo votação recorde: mais de 1,57 milhão de votos, a maior votação já registrada no país. Tornou-se muito famoso em todo o Brasil a partir de 1989 [em sua candidatura à Presidência da República daquele ano], por seu bordão "*Meu nome é Enéas!*", usado sempre ao término de seus pronunciamentos no horário eleitoral gratuito brasileiro.

Infância e vida profissional

Enéas Ferreira Carneiro nasceu na cidade de Rio Branco, no estado Acre, em 1938. Filho de Eustáquio José Carneiro, barbeiro, e Mina Ferreiro Carneiro, dona de casa. Perdeu o pai aos nove anos de idade, sendo obrigado a trabalhar desde essa idade para sustentar a si e à sua mãe. Em 1958 iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, na Escola de Saúde do Exército. Em 1959 formou-se terceiro-sargento auxiliar de anestesiologia, sendo primeiro lugar de sua turma. Em 1960 iniciou seus estudos na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1962 prestou exame vestibular para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara [atual UERJ], curso de licenciatura em matemática e física.

Aprovado em primeiro lugar. No mesmo ano iniciou atividade como professor destas disciplinas, preparando alunos para vestibulares.

Em 1965 formou-se médico pela já citada Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, pedindo então baixa do Exército, após 8 anos de serviço ativo no Hospital Central do Exército, onde auxiliou os médicos em mais de 5.000 anestesias, já tendo recebido a medalha Marechal Hermes.

Em 1968 diplomou-se licenciado em Matemática e Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara e fundou o Curso Gradiente, pré-universitário, do qual foi diretor-presidente e onde lecionou matemática, física, química, biologia e português.

Em 1969 fez o curso de especialização em cardiologia na 6ª Enfermaria da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e, a partir daí, foi integrado como assistente naquele Serviço de Cardiologia.

De 1973 a 1975 fez um mestrado em cardiologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse período ministrou também aulas de fisiologia e semiologia cardiovascular na mesma universidade. Em 1975 apresentou a primeira versão de seu famoso curso "*O Eletrocardiograma*", no Rio de Janeiro, mais tarde ministrado em São Paulo [1983], Quito – Equador [1985] e novamente no Rio de Janeiro [1986], dessa vez como curso nacional, ocorrido no Copacabana Palace.

Em 1976 defendeu sua dissertação de mestrado, "*Alentecimento da Condução AV*", e recebeu o título de mestre em cardiologia pela UFRJ. Ainda em 1976 escreveu o livro "*O Eletrocardiograma*", referência no gênero. Publicado em 1977 e reeditado em 1987 como "*O Eletrocardiograma: 10 anos depois*", essa obra é conhecida no meio médico como a "*Bíblia do Enéas*".

Carreira política

Enéas fundou, em 1989, o Prona, lançando-se imediatamente candidato à presidência nas primeiras eleições diretas do Brasil, após o período da Ditadura Militar. O seu tempo na propaganda eleitoral gratuita era de dezessete segundos. Todavia, sua aparência exótica [um homem pequeno, calvo, com enorme barba cerrada e grandes óculos], aliada a uma fala rápida e a um discurso inflamado e ultranacionalista [terminado sempre por seu bordão: "*Meu nome é Enéas*"], fez com que o então desconhecido político angariasse mais de 360 mil votos, colocando-o em 12° lugar entre 21 candidatos.

A propaganda vinha sempre acompanhada pela Sinfonia n° 5 de Ludwig van Beethoven.

Percebendo a penetração de sua imagem junto ao eleitorado, Enéas voltou a se candidatar em 1994, dispondo então de 1 minuto e 17 segundos no horário eleitoral. Mesmo sendo o Prona um Partido ainda sem expressão, o resultado surpreendeu os especialistas em política. Enéas foi o terceiro mais votado, com mais de 4,6 milhões de votos [7%], posicionando-se à frente de políticos consagrados, como o então governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola e o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia, ficando atrás apenas de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 1998, com 35 segundos disponíveis no horário eleitoral – na soma total, um tempo menor do que em 1989 –, Enéas expôs seu discurso em que defendeu questões polêmicas como a construção da bomba atômica, a ampliação do efetivo militar e a nacionalização dos recursos minerais do subsolo brasileiro. Nas eleições presidenciais daquele ano, foi o quarto colocado, com um total de 1.447.090 votos.

Em 2000, candidatou-se à prefeitura de São Paulo, obtendo 3% dos votos, e conseguiu reunir votos para a eleição de sua candidata a vereadora Havanir Nimtz. Em 2002, candidatou-se a Deputado Federal por São Paulo, obtendo a maior votação da história brasileira para aquele cargo: cerca de 1,57 milhão de votos, recorde que permanece não superado. Seu partido obteve votos suficientes para, através do sistema proporcional, eleger mais cinco deputados federais, todos homens fundadores do partido, para atuação em Brasília [mesmo com votações inexpressivas, abaixo dos mil votos]. Este episódio ficou marcado pela polêmica de que alguns destes candidatos teriam mudado de colégio eleitoral de forma ilegal apenas para serem eleitos pelo princípio da proporcionalidade, confiando nos votos conferidos ao partido através de Enéas. Enéas também participou ativamente das eleições para prefeitos e vereadores em 2004, ajudando a eleger vereadores em várias capitais, como Rio e São Paulo, e prefeitos em pequenas cidades.

Enéas Carneiro apresentava-se como um político nacionalista e radicalmente contrário ao aborto e à legalização de drogas. Muitos o acusavam de ser contra a união civil homoafetiva, fato que ele próprio desmentiu publicamente em uma de suas entrevistas. Outros críticos, ainda, tentaram associá-lo a uma espécie de novo símbolo do Movimento Integralista.

Analistas enxergam Enéas como um fruto da democracia moderna, alegando que sua imagem excêntrica e seu bordão [“*Meu nome é Enéas*”] se sobrepõem ao seu discurso hermético e intelectualizado frente às classes mais pobres da sociedade brasileira.

No início de 2006, Enéas passou por sérios problemas de saúde, uma pneumonia e uma leucemia mieloide aguda, fazendo com que ele optasse por retirar sua emblemática barba, antes que a quimioterapia o fizesse. Ainda em função de seus problemas de saúde, em junho de 2006 Enéas anunciou que desistiria de sua candidatura à Presidência da República e que concorreria novamente à Câmara de Deputados.

Na nova campanha, mudou seu bordão para “*Com barba ou sem barba, meu nome é Enéas*”. Foi reeleito com a quarta maior votação no estado de São Paulo, atingindo 386 905 votos, cerca de 1,90% dos votos válidos no Estado. Após o primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, seu partido, o Prona, se funde com o PL e então é fundado um novo partido, o Partido da República.

Morte

No dia 6 de maio de 2007, aos 68 anos, Enéas Carneiro faleceu em sua casa, vitimado pela leucemia mieloide aguda, após ter desistido do tratamento quimioterápico e abandonado o hospital onde era tratado, o Hospital Samaritano, por acreditar que seu tratamento não mais surtiria efeito. Seu corpo foi velado na manhã do dia 7 de maio no Memorial do Carmo [que fica no Cemitério São Francisco Xavier], e cremado, na tarde do mesmo dia, no crematório da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

O último pedido de Enéas foi que sua família jogasse suas cinzas na Baía de Guanabara. Sua suplente na Câmara foi Luciana Castro de Almeida [PR, candidata pelo Prona], que conseguira apenas 3.980 votos na eleição de 2006.

Discurso do Dr. Enéas Ferreira Carneiro

A Nação Brasileira está sendo dessangrada. Escolas caindo aos pedaços. Hospitais apodrecendo. Nosso povo morrendo de fome.

Um grande esforço deve ser feito, neste momento, em prol da unidade e da salvação nacional.

É hora de unir, não de desunir.

Vamos nos unir, todos nós, cidadãos comuns da nossa terra, que estivemos até agora observando a História.

Vamos, nós mesmos, fazer a nossa História.

Vamos unir, portanto, rua com rua, bairro com bairro, cidade com cidade, estado com estado, todos falando a mesma língua, a língua de uma grande nação, próspera e rica, que será a maior nação do mundo no século XXI.

É preciso mudar toda a concepção política atual, a fim de que se possa revigorar, fortalecer, engrandecer e salvar nossa Pátria.

Rio Branco, AC – Porto Acre, AC

O sábio teme o céu sereno; em compensação, quando vem a tempestade ele caminha sobre as ondas e desafia o vento. (Confúcio)

Ama as águas! Não te afastes delas! Aprende o que te ensinam! Ah, sim! Ele queria aprender delas, queria escutar a sua mensagem. Quem entendesse a água e seus arcanos – assim lhe parecia – compreenderia muitas coisas ainda, muitos mistérios, todos os mistérios. (HESSE)

Quando parto às escuras, lembro-me de minhas jornadas anteriores em que faço sempre questão de sair antes do amanhecer. Na descida dos Rios Aquidauana-Miranda, no Mato Grosso do Sul, meu parceiro, menos propenso à "*Litania das Horas Mortas*", amedrontado, abandonou a jornada no terceiro dia.

Gosto de navegar solitariamente usufruindo das belezas naturais que me cercam e enfrentar todo tipo de obstáculos acompanhado de longe pelo Supremo Arquiteto. Saindo antes do amanhecer tenho a rara oportunidade de me entranhar nos sutis meandros aquáticos, de imergir literalmente no momento mágico que é o despertar de um novo dia. A uniformidade da flora vai ganhando novos contrastes, novas cores, novas luzes, numa invulgar explosão que apresenta progressivamente a pujança extrema da biodiversidade tropical. A fauna preguiçosa, acorda entoando uma maravilhosa ode sob a batuta do Astro-rei, tons diversificados, emitidos pelas mais diversas gargantas, irmanadas numa sinfonia única acompanhada eventualmente, de longe, pelo som melancólico dos bugios.

Nestas horas adentro solenemente nos umbrais de um templo sagrado e avisto, extasiado, a "*Terceira Margem do Rio*".

Somente os verdadeiros canoeiros são capazes de aprender humildemente com as águas, com os ventos, e entender suas sutis mensagens observando as nuvens e os seres da mata.

Aprendi com eles a reconhecer minha capacidade e minhas limitações, a fazer companhia a mim mesmo e me alegrar com isso, a refletir sobre minhas ações ou omissões. A declamar poesias educando a respiração enquanto pico a voga.

Meu coração e minha mente seguem a par e passo, literalmente, as estrofes da "*Litania das Horas Mortas*" de Da Costa e Silva, o Príncipe dos Poetas Piauienses e autor da letra do Hino do Piauí.

Litania das Horas Mortas
(Antônio Francisco da Costa e Silva)

Por estas horas de silêncio e solidão,
Eu gosto de ficar só com o meu coração.
É nestas horas de prazer quase divino
Que eu me sinto feliz com o meu próprio destino.

Por estas horas é que a cisma me conduz
Por estradas de treva e caminhos de luz.
É nestas horas, quando em êxtase medito,
Que sinto em mim a nostalgia do infinito.

Por estas horas, quando a sombra estende os véus,
A fé me leva além dos mais remotos céus.
É nestas horas de tristeza e de saudade
Que desperta em meu ser a ânsia da Eternidade. [...]

É nestas horas de tristeza e esquecimento
Que eu gosto de ficar só com o meu pensamento. [...]

Por estas horas transitórias e imortais
Se desvanecem minhas dúvidas fatais. [...]

Por estas horas, meu instinto morre, com
A intenção de ser justo, o anseio de ser bom. [...]

Por tuas horas silenciosas, benfazejas,
Deusa da Solidão, Noite! bendita sejas!

21.09.2017 – Partindo de Rio Branco

A estada em Rio Branco foi providencial. As dores musculares diminuíram, fiz minhas marchas diárias de três horas, ao alvorecer, abandonei a dieta a base de castanhas e bananas, dormi em uma cama seca, tomei banho quente e bebi água insípida, inodora e incolor, tudo de bom.

Estabelecemos contato com a Prefeitura de Porto Acre e a Agência Fluvial de Boca do Acre da Marinha do Brasil, esperando que os apoios sejam concretizados para que possamos pernoitar um dia em cada uma destas cidades mais confortavelmente.

A barraca, que me abriga contra os mosquitos antes do entardecer transforma-se literalmente em uma sauna seca. Não existem árvores e os arbustos são raros, é época da seca, acampo onde, no período da alagação, é o leito do Rio.

Acordei às 04h22 e parti às 05h15, apoiado, mais uma vez, pelo 7° Batalhão de Engenharia de Construção.

Em vez da costumeira e agradável névoa da evapotranspiração o que se via e sentia era a macabra fumaça das queimadas que dificultam a visibilidade, a respiração e irritam os olhos. Um costume ancestral arraigado nos corações e mentes dos trabalhadores rurais que teimosamente persistem nesta prática extremamente criminosa.

O reflexos desta deletéria prática são, a longo prazo, o empobrecimento do solo, degradando e afetando sua fertilidade, e, em consequência, diminuindo a produção agrícola em virtude da eliminação de nutrientes essenciais como nitrogênio, potássio e fósforo, além de reduzir a umidade da terra acarretando sua compactação, desencadeando, com isso, um processo erosivo, que, certamente, estará comprometendo o futuro e a segurança alimentar da humanidade.

Outro grande malefício oriundo desta infeliz prática é a liberação de uma grande quantidade de CO2, – principal gás do efeito estufa, sem mencionar os efeitos altamente nocivos à saúde humana e à sobrevivência de nossa biofauna.

Avistei um ribeirinho que carregava sua canoa com bananas para vendê-las em Rio Branco e comprei-lhe duas pencas por quatro reais. As bananas que ganhei em Xapuri, do amigo Duda Mendes, tinham acabado.

Um enorme boto vermelho fez uma evolução a bombordo do caiaque balançando a embarcação. Mais adiante, a uns 2 km, não sei se o mesmo boto realizou manobra semelhante a bombordo e boreste.

Avistei, ao longe, três homens em uma canoa e, ao me aproximar, identifiquei dois idosos, um na proa e outro na popa e um rapaz de pé empunhando uma espingarda calibre vinte (09°53’35,90” S / 67°38’13,70” O).

A cachorrada latindo em ambas as margens chamou minha atenção para um enorme capincho macho (capivara – Hydrochaeris hydrochaeris) que nadava rapidamente no talvegue do Rio tentando escapar dos seus vis algozes.

Acampei, na margem esquerda (09°47’37,70” S / 67°34’57,80” O), adiante do ponto marcado, e montei a barraca à sombra de uma embarcação encalhada no banco de areia. Conversei, aos berros, com o Sr. Cid e esposa, que moram na margem direita defronte ao meu acampamento, eles empoleirados no alto do barranco eu na praia da margem esquerda.

Mais tarde o Cid apareceu para conversar e me mostrou uma gigantesca cabeça de Jau que ele tinha encontrado. Estávamos conversando animadamente quando, por volta das 16h00, de repente, o tempo mudou e caiu uma tremenda borrasca.

Consegui escorar a barraca para que ela não fosse arrastada pela força do vento. Entrei na barraca e segurei firmemente os estais para que não dobrassem. Meia hora depois a chuva acalmou. A vantagem da repentina chuvarada foi que a temperatura amainou e pude relaxar um pouco.

Total 10° Dia – Rio Branco / AC 07a = 63,2 km

Total Geral – Iñapari / AC 07a = 588,9 km

22.09.2017 – AC 07a – Porto Acre

Depois da chuvarada da tarde passada a temperatura ficou bem mais agradável e dormi bem. Alvorada às 04h20, como sempre começo arrumando a tralha de dormir na mochila vermelha. O aprestamento foi lento e minucioso, tinha previsto minha chegada em Porto Acre antes das 13h00, portanto, não havia pressa, eram pouco mais de 50 km. Parti às 05h10, graças à chuva o ar estava bem mais puro embora volta e meia ainda se pudesse sentir o cheiro da vegetação queimada. Deixei o celular ligado para que ele identificasse os raros locais onde tivesse sinal e com isso conseguir saber se o Cb Rogério da Silva Ribeiro, do 7° BEC, que mora em Porto Acre, tinha conseguido contatar a Srtª Leidiany Honório Rodrigues a respeito do apoio da Prefeitura em alojamento e alimentação.

Hospitalidade
(Jayme Caetano Braun)

No linguajar barbaresco
E xucro da minha gente
Teu sentido é diferente,
Substantivo bendito,
Pois desde o primeiro grito
De "o de casa" dado aqui,
O Rio Grande fez de ti
O mais sacrossanto rito!

Não há rancho miserável
Da nossa terra querida,
Onde não sejas cumprida
No mais campeiro rigor,
Porque Deus Nosso Senhor
Quando te botou carona,
Já te largou redomona
Sem baldas de crença ou cor! [...]

Hospitalidade é o mate
Da chaleira casco preto,
É a graxa que do espeto
Vai respingando na brasa,
É o truco, que a casa vasa,
Sempre está pintando "Flor",
É Rancho do corredor
E sombra de oitão de casa! [...]

É o charque de carreteiro
Picado sobre a carona;
É o lamento da acordeona
Que se perde campo fora;
É a china linda que chora
Num derradeiro repique
Pedindo que a gente fique
Até que se rompa a aurora!

Mas porém, sintetizada,
Num traste de uso machaço
A hospitalidade é um laço
Bem grosso e de armada grande
Que Deus trançou, pra que ande,
Apresilhado ao cinchão
Nos tentos do Coração
Dos gaúchos do Rio Grande!

A viagem transcorreu sem alteração. Os ribeirinhos são desconfiados e muitas vezes não respondem a um simples bom dia ou a um aceno de mão. Que diferença do nosso Gaudério que já mandaria o Taura passar para diante, lhe mandaria tomar acento e estenderia de pronto um mate amargo em nome da nossa proverbial hospitalidade.

Como seria bom se todos fossem capazes de corresponder a um aceno, um cumprimento, um sorriso. O dia ficaria mais alegre, mais leve e matizado com cores mais cordiais.

Nas proximidades de Porto Acre o tempo fechou, nuvens escuras e vento vindo de Este a mais de 40 km/h. Segurei o remo com força e me aproximei ao máximo da margem direita. Piquei a voga de maneira a vencer logo a curva à esquerda (09°38'40,06" S / 67°32'06,34" O) que estava logo à minha frente e que me permitiria ficar protegido do vendaval. Logo que consegui meu intento uma chuvinha gelada e fina caiu. O corpo cansado e castigado pela canícula recebeu sofregamente aquele providencial fluído.

Falei com o Cabo Rogério da Silva Ribeiro pelo celular e o mesmo me indicou o local onde deveria aportar. Ele e o irmão carregaram o caiaque até a residência de amigos, Sr. Admilson e Sr.ª Maria José, e depois fomos procurar o hotel providenciado pela Prefeitura. Fui hospedado no "*Hotel e Restaurante 03 Irmãos*" administrado pela Dona Francisca (Chica) e sua fiel escudeira Sr.ª Raquel.

Visitei, mais tarde, a Sala Memória e acompanhado pelo Sr. Artur Sena, seu titular, fomos até a Prefeitura agradecer à Srtª Leidiany Honório Rodrigues, Chefe de Gabinete do Prefeito Benedito Cavalcante Damasceno o apoio prestado.

Esta é a primeira vez, no Acre, desde nossa Descida pelo Rio Juruá que recebemos apoio de uma Prefeitura. Sempre tivemos o suporte do Exército, Polícia Militar, Bombeiros Militares em cada cidade acreana pela qual passamos, mas como nenhuma dessas instituições se faz presente em Porto Acre a única alternativa seria essa.

Agradecemos sinceramente ao Prefeito Bené e sua equipe pela cordial acolhida.

Graças ao amigo Antônio Jony da Costa Noronha, o Capitão-Tenente (AA) Gerson Garcia de Carvalho, Agente Fluvial de Boca do Acre, contatou-nos e nos aguarda, é a Marinha do Brasil apoiando nosso Projeto.

Total 11° Dia – AC 08a / Porto Acre	= 54,2 km
Total Parcial – Rio Branco / Porto Acre	= 117,4 km
Total Parcial – Iñapari / Epitaciolândia	= 188,2 km
Total Parcial – Epitaciolândia / Xapuri	= 105,2 km
Total Parcial – Xapuri / Rio Branco	= 232,3 km
Total Geral – Iñapari / Porto Acre	= 643,1 km

A Gonçalves Dias II
(Machado de Assis)

[...] Súbito, nas ondas
Bate os pés, espumante e desabrido,
O corcel da tormenta; o horror da morte
Enfia o rosto aos nautas... Quem por ele,
Um momento hesitou quando na frágil
Tábua confiou a única esperança
Da existência? Mistério obscuro é esse
Que o Mar não revelou. Ali, sozinho,
Travou naquela solidão das águas
O duelo tremendo, em que a alma e corpo
As suas forças últimas despendem
Pela vida da terra e pela vida
Da eternidade. Quanta imagem torva,
Pelo turbado espírito batendo
As fuscas ([174]) asas, lhe tornou mais triste
Aquele instante fúnebre! Suave
É o arranco final, quando o já frouxo
Olhar contempla as lágrimas do afeto,
E a cabeça repousa em seio amigo.

Nem afetos nem pranto; mas somente
A noite, o medo, a solidão e a morte.
A alma que ali morava, ingênua e meiga
Aquele corpo exíguo, abandonou-o
Sem ouvir os soluços da tristeza,
Nem o grave salmear ([175]) que fecha aos mortos
O frio chão. Ela o deixou, bem como
Hóspede mal aceito e mal dormido,
Que prossegue a jornada, sem que leve
O ósculo da partida, sem que deixe
No rosto dos que ficam, – rara embora, –
Uma sombra de pálida saudade. [...]

---

[174] Fuscas: sombrias.
[175] Salmear: cantar em forma de salmo.

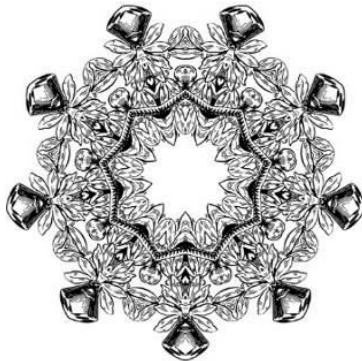
Porto Acre, AC

Histórico

Ocupado por migrantes nordestinos no século XIX e tendo como atrativo a extração da borracha, o Município de Porto Acre apresenta-se no contexto histórico do estado como marco de luta pela independência de seu povo.

Fundada, em 03.01,1899, pelo Ministro Plenipotenciário José Paravicini, sob a égide do Presidente da Bolívia, com o nome de Puerto Alonso. Com a expulsão dos bolivianos e a proclamação, por Galvez, da República do Acre, passa a ser sede do governo e denominar-se Porto Acre. Com a deposição e prisão de Galvez por ordem do Presidente do Brasil, Campos Sales, retornam os bolivianos e a cidade volta a ser Puerto Alonso.

Em 24.01.1903, com a rendição das tropas bolivianas, após uma sucessão de vitórias acreanas, Plácido de Castro ocupa definitivamente o povoado que passa a denominar-se Cidade do Acre, depois Porto Acre.

Gentílico: portoacrense. (IBGE)

A Gonçalves Dias III
(Machado de Assis)

[...] Oh! sobre a terra em que pousaste um dia,
Alma filha de Deus, ficou teu rasto ([176])
Como de estrela que perpétua fulge!
Não viste as nossas lágrimas; contudo
O coração da Pátria as há vertido.
Tua glória as secou, bem como orvalho
Que a noite amiga derramou nas flores
E o raio enxuga da nascente aurora.

Na mansão a que foste, em que ora vives,
Hás de escutar um eco do concerto
Das vozes nossas. Ouvirás, entre elas,
– Talvez, em lábios de indiana virgem!
Esta saudosa e suspirada nênia ([177]):

"Morto, é morto o cantor dos meus guerreiros
Virgens da mata, suspirai comigo!"

"A grande água o levou como invejosa.
Nenhum pé trilhará seu derradeiro
Fúnebre leito; ele repousa eterno
Em sítio onde nem olhos de valentes,
Nem mãos de virgens poderão tocar-lhes
Os frios restos. Sabiá da praia
De longe o chamará saudoso e meigo,
Sem que ele venha repetir-lhe o canto.
Morto, é morto o cantor dos meus guerreiros!
Virgens da mata, suspirai comigo!"

Ele houvera do Ybake ([178]) o dom supremo
De modular nas vozes a ternura,
A cólera, o valor, trisleza e mágoa,
E repetir aos namorados ecos
Quanto vive e reluz no pensamento. [...]

---

[176] Rasto: rastro.
[177] Nênia: canção fúnebre.
[178] Ybake: céu.

Imagem 36 – Acampamento 04

Imagem 37 – Cercanias de Rio Branco, AC

Imagem 38 – Reportagem

Imagem 39 – Acampamento 07a

Imagem 40 – Porto Acre – Sala Memória

Imagem 41 – Porto Acre

Imagem 42 – Boca do Acre

Imagem 43 – Boca do Acre

Mapa 4: Rio Branco – Porto Acre

Mapa 5: Porto Acre – Boca do Acre

Porto Acre – Boca do Acre

Porque toda a lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. (Gálatas – S. Paulo – 5:14)

Deem e será dado a vocês: uma boa medida, calcada, sacudida e transbordante será dada a vocês. Pois a medida que usarem também será usada para medir vocês. (Lucas – 6:38)

Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a lei e os profetas. (Mateus – 7:12)

Vivemos dias tensos, resultado não apenas dos desmandos políticos que mergulharam a nação numa verdadeira "*saeculum obscurum*" ([179]), inundada de interesses espúrios e ações vis. Nossos representantes possuem as virtudes, defeitos e vícios da sociedade a que pertencem, não são diferentes da maioria de nós mesmos como alguns pretendem afirmar.

A cortesia é irmã da caridade, que apaga o ódio e fomenta o amor. (São Francisco de Assis)

Nossa sociedade está terrivelmente enferma, é necessário que receba dosagens massivas de honra, civismo, desprendimento, compaixão dentre outros tantos atributos há muito olvidados.

A maioria dos indivíduos que hoje esbravejam, lutam e defendem tão apaixonadamente seus direitos é egoísta e não cumpre suas mais simples obrigações esquecendo-se que "*o direito de cada um termina onde começa o dos demais*".

---

[179] "*Saeculum obscurum*": era das trevas.

Os cidadãos parecem ter perdido a fé uns nos outros e tratam-se com indiferença e muitas vezes escárnio. Embora todos reconheçam o valor da cortesia, poucos a praticam preferindo semear e cultivar o individualismo, o egoísmo ou mesmo a indiferença em relação ao seu próximo.

A cortesia se manifesta nas ações mais simples, como dar prioridade aos idosos, gestantes e crianças, cumprimentar as pessoas com um aceno ou sorriso, dar o destino correto ao lixo, não bloquear acessos públicos, amparar, doar, ceder.

24.09.2017 – Porto Acre – AC 08a

Acordei às 04h00, tinha deitado cedo me preparando para mais esta jornada. Precisava esticar um pouco o primeiro tiro para chegar na manhã da terça-feira na Boca do Acre. Na programação original marcara apenas 51 km para hoje. Arrumei com calma meu material, tomei uma ducha fria, me hidratei bastante e arrumei o quarto.

Às 04h30, me dirigi para o local onde combinara com o Cb Rogério da Silva Ribeiro – casa do Sr. Admilson e da Sr.ª Maria José onde ancorara o nobre Argo (meu veterano Caiaque).

O Cabo Rogério e seu irmão Rovede da Silva Ribeiro chegaram, de moto, pontualmente, às 05h00, como havíamos acordado. Carregamos o material e o caiaque para o porto e, às 05h20, parti deixando para trás dois grandes amigos. A receptividade por parte do Prefeito e o pessoal de seu gabinete, o carinho com que fomos tratados pelo Sr. Artur Sena (sem "*h*" mesmo, como ele enfatiza) coordenador da Sala Memória, na

pensão em que pernoitamos e almoçamos, pela D. Chica e sua fiel escudeira Sr.ª Raquel ficará guardada eternamente na nossa memória e materializado nas páginas do livro "*Descendo o Acre*", ainda em elaboração.

O céu estava fechado, garantindo uma manhã amena com bom rendimento. Quando adentrava nos trechos do Rio voltados para o Poente, uma doce e refrescante brisa envolvia ternamente meu corpo.

Cumprimentei três ribeirinhos, dois piloteiros e um outro encarapitado no alto de um barranco a mirar o Rio. Todos corresponderam educadamente ao meu aceno e eu me surpreendi com isso.

Mais adiante, um mulato simpático ou seria um "*afrodescendente*", deixa pra lá! Além de me desejar um bom dia, entabulou uma rápida conversação em que me identifiquei, falando de minha descida. O Eduardo, esse era seu nome, me ofereceu café e um cacho de bananas. Agradeci emocionado a gentileza desejando-lhe uma boa jornada até Porto Acre e continuei a navegação.

Ganhei meu dia, uma confiança e uma alegria intensa invadiram todo meu ser e deram novo ânimo à minha combalida alma, este é o valor da cortesia que tão insistentemente apregoo. Obrigado Eduardo, você é um ser humano diferenciado, guarde esta alegria de ser e este poder de se comunicar com o próximo como um bem precioso e tente ensinar isto aos demais.

Os botos e pescadores estavam muito agitados com a piracema dos mandis e uma garoa fina caia tornando mais fresca e agradável a manhã.

Passei, pelo AC 08, antes do meio-dia e continuei remando. Aportei, às 13h00, no AC 08a (09°14'10,7" S / 67°26'27,1" O). Uma bela praia com uma grande plantação de melancias. Um simpático ribeirinho veio prosear e indagar um pouco. Contou que há alguns anos passaram por aqui dois canoístas, segundo ele peruanos. Antes de partir o gentil senhor disse que se eu quisesse podia colher uma melancia para comer.

Minha fé na humanidade crescera no dia de hoje. Logo que ele se afastou entrei rapidamente na barraca para digitar o diário de bordo e fugir dos famigerados maruins ou muruins que infestam a área. Até agora eu me considerara a salvo destas ferinhas aladas, que, diferentemente dos outros mosquitos, picam sem injetar na vítima nenhum elemento analgésico provocando muita dor, coceira e inchaço.

Total 12° Dia – Porto Acre / AC 08a = 61,2 km

25.09.2017 – AC 08a – AC 09a

Como sempre acordei antes do despertador tocar o alarme. Comecei a arrumação às 04h00 e parti às 04h50. As poucas nuvens no firmamento prenunciavam forte canícula.

Encontrei o Sr. Amâncio empoleirado no 2° piso de sua embarcação, aportada na margem esquerda do Rio Acre, Trocamos algumas palavras e ele reportou nunca ter visto um caiaque por estas bandas. Surgiram também os primeiros alegres e travessos botos tucuxis (Sotalia fluviatilis). Parei para fotografar uns botos e mais adiante um bando de cabeças-secas (Mycteria americana), os primeiros que avistei desde Assis Brasil.

Avistei três gaivotas Talha-mar (Rynchops niger), também pela primeira vez. O avistamento de jacarés tornou-se mais frequente e os animais ao contrário dos encontrados a montante de Porto Acre entravam n'água calmamente sem grande estardalhaço, por certo não são objeto de caça desenfreada por estas bandas.

O tempo foi agradável até às 09h00, quando então o Sol forte começou a castigar sem dó nem piedade. Passei pelo ponto de Acampamento programado – AC 09, Vila Antimary e Foz do Rio Antimary (09°04'10,13" S / 67°24'00,63" O), depois de percorrer apenas 38,9 km, às 11h00. Continuei a viagem com o objetivo de abreviar ao máximo a última jornada até Boca do Acre. A partir das 13h00, comecei a analisar as opções de acampamento e, por fim, aportei em uma pequena prainha à jusante de Senápolis (AC 09a – 08°59'02,0" S / 67°19'34,7" O) por volta das 13h30.

Recebi a visita do Josiel e seu irmão que são filhos do Sr. Chiquinho, dono da plantação de melancias onde estacionei. Ficamos conversando longamente e por mais de uma vez os dois insistiram que eu aceitasse uma melancia de presente, agradeci a oferta tentadora e gentil dos jovens. Eu dispunha apenas de um canivete e comer melancia debaixo de um Sol escaldante atacado pelos minúsculos maruins não fazia sinceramente parte de meu cardápio. Após a visita entrei para minha escaldante barraca aguardando o pôr do Sol.

Total 13° Dia – AC 8a – AC 09a = 65,2 km

Total Parcial – Porto Acre – AC 09a = 126,4 km

26.09.2017 – AC 09a – Boca do Acre

Acordei às 03h30, com alguns relâmpagos ao longe, mas nenhum trovão. Às 04h00, comecei a arrumar a tralha preocupado que a chuva chegasse quando eu ainda estivesse desmontado o acampamento.

Parti às 04h40, tempo nublado, fresco e sem chuva. Avistei mais duas gaivotas Talha-mar e alguns pequenos jacarés.

As 08h30 (08°50’23,9” S / 67°19’37,7” O), estava navegando seguindo a rota traçada no mapa de número 21, o derradeiro. Lembrei-me então de meus fiéis escudeiros Mário e Marçal que acompanhavam a par e passo a troca dos mapas na nossa Descida pelo Rio Juruá e vibravam quando chegávamos ao último mapa antes de cada uma das cinco cidades amazônicas separadas, em média, por mais de 500 km umas das outras.

Aportei, às 11h00, na Boca do Acre (08°45’11,67” S / 67°23’58,10” O) e fui imediatamente orientado aonde aportar pelos amigos da Marinha do Brasil comandados pelo Capitão-Tenente (AA) Gerson Garcia de Carvalho.

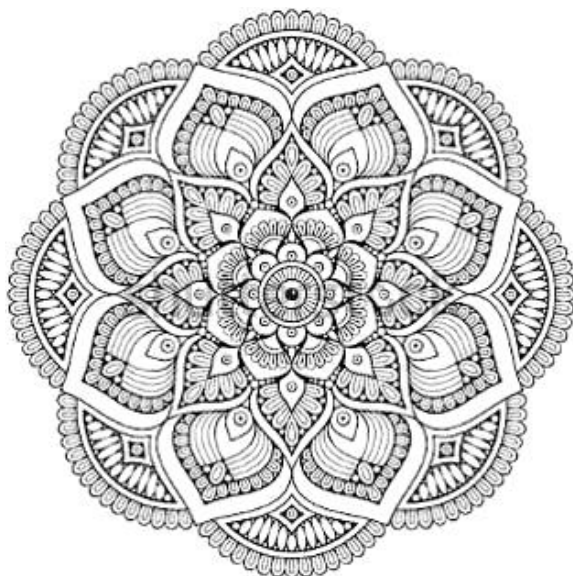
Após o banho, meu contato em Boca do Acre, indicado pelo Cel BM Roney, Antônio Jony da Costa Noronha me levou para almoçar no Hotel e Churrascaria Pantanal, administrado pela Sr.ª Maria Lígia Perdigão Pantoja, que fora gentilmente disponibilizado pelo Prefeito José Maria Silva da Cruz para meu pernoite e refeições.

MISSÃO CUMPRIDA!!!

Agradecemos sinceramente o apoio de cada uma das amigas e amigos de Assis Brasil à Boca do Acre que tão gentilmente nos receberam.

Total 14° Dia – AC 09a – Boca do Acre	= 45,7 km
Total Parcial – Porto Acre / Boca do Acre	= 172,1 km
Total Parcial – Iñapari / Epitaciolândia	= 188,2 km
Total Parcial – Epitaciolândia / Xapuri	= 105,2 km
Total Parcial – Xapuri / Rio Branco	= 232,3 km
Total Geral – Iñapari – Boca do Acre	= 815,2 km

27.09.2017 – Boca do Acre – Rio Branco

Retornei para o 7° Batalhão de Engenharia de Construção, em Rio Branco, em uma viatura do 7° BEC conduzida, mais uma vez, pelo Cabo Alexandre Soares Peixoto.

A Gonçalves Dias IV
(Machado de Assis)

[...] Sobre a margem das águas escondidas,
Virgem nenhuma suspirou mais terna,
Nem mais válida a voz ergueu na taba,
Suas nobres ações cantando aos ventos,
O guerreiro Tamoio. Doce e forte,
Brotava-lhe do peito a alma divina.
Morto, é morto o cantor dos meus guerreiros!
Virgens da mata, suspirai comigo!

"Coema, a doce amada de Itajubá,
Coema não morreu; a folha agreste
Pode em ramas ornar-lhe a sepultura,
E triste o vento suspirar-lhe em torno;
Ela perdura a virgem dos Timbiras.
Ela vive entre nós. Airosa e linda,
Sua nobre figura adorna as festas
E enflora os sonhos dos valentes. Ele,
O famoso cantor quebrou da morte
O eterno jugo; e a filha da floresta
A de a história guardar das velhas tabas
Ainda depois das últimas ruínas".
"Morto, é morto o cantor dos meus guerreiros
Virgens da mata, suspirai comigo!"

"O piaga, que foge a estranhos olhos,
E vive e morre na floresta escura,
Repita o nome do cantor; nas águas
Que o Rio leva ao Mar, mande-lhe ao menos
Uma sentida lágrima, arrancada
Do coração que ele tocara outrora,
Quando o ouviu palpitar sereno e puro,
E na voz celebrou de eternos carmes ([180]).
Morto, é morto o cantor dos meu guerreiros
Virgens da malta, suspirai comigo!"

---

[180] Carmes: cantos.

Boca do Acre, AM

Histórico

As terras que constituíam o Município de Boca do Acre eram habitadas pelos índios Capanãs e Aripuanãs.

Em 03.02.1878, ancorou nas proximidades da confluência dos Rios Acre e Purus o navio a vapor Anajás, da Companhia de Navegação do Rio Amazonas, sob o comando do piloto Carepa, tendo como chefe da expedição o Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, que já havia adquirido fortuna explorando borracha, vinha também explorar as terras de boca do Acre.

Ele e seus companheiros instalaram-se em diversos pontos do território que hoje constitui o Município de Boca do Acre. Onde se acha situada a cidade, instalou-se Alexandre de Oliveira Lima, cognominado o Barão de Boca do Acre. Na Vila de Floriano Pexoto [ex-Antimari] que foi primitivamente a sede do Município, instalaram-se Antônio Escolástico e Firmino Alves dos santos.

Gentílico: bocacrense. (IBGE)

Fragmento
(Antônio Gonçalves Dias)

[...] Eis que entre os de Tupã filhos revoltos,
Prodígio estranho – de melenas brancas,
Alvo o semblante, venerando o aspecto.
Forasteiro ancião se mostra súbito;
Mas válido e robusto envelhecera
Como envelhece o ipê. Deram-lhe os anos
Mais cerne ao tronco – majestade às ramas.

Traz mau conselho a frouxidão do ócio,
O velho assim se exprime: "os dons do Ybake,
São do Ybake outra vez, já não são vossos;
Mas tende franca a terra, livre a escolha
Da sorte [eu vo-la dou] que mais vos praza,
Podeis rasgar-lhe o seio, fecundá-la
Com ímprobo ([181]) trabalho: as louras messes ([182]),
Que ora vicejam, só virão à custo
Do parco agricultor em prêmio à lide;
Talvez, porém, malsazonados ([183]) murchem,
Ou no verdor das folhas mentirosas
Poreis esperança vã de larga ceifa".

Detêm-se o velho aqui – turvos semblantes
Contempla em torno de si: porém mais turvos
Nota que são depois que a voz lhe ouviram.
"Loucos, que rejeitais de um Deus a oferta,
Mal sabeis quanto é grato ver a planta
Crescer, vingar à força de cuidados,
Hoje verde e viçosa – amanhã triste
E murcha um pouco – já retoma o viço,
Alarga os ramos – copa-se frondosa,
Matiza-se de flores embalsamam ([184]),
E enfim de frutos carregada verga. [...]

---

[181] Ímprobo: árduo.
[182] Messes: safras.
[183] Malsazonados: que ainda não estão maduros.
[184] Embalsamam: exalam bom aroma.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. ***Dicionário Histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2015.*

AGE, 16.06.1903. ***Telegrama do Ministro da Guerra Francisco de Paula Argolo ao General Olympio Silveira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Arquivo Geral do Exército, 16.06.1903.*

AHI, 09.06.1903. ***Carta do Barão do Rio Branco ao Presidente Rodrigues Alves*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Arquivo Histórico do Itamarati, 09.06.1903.*

AMARAL, Anselmo F. ***Múcio Scevola Lopes Teixeira - Patrono da Cadeira 15*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – Revista da Academia Rio-Grandense de Letras, 2007.*

ARAÚJO LIMA, José Francisco de. ***Amazônia - a Terra e o Homem*** *– Brasil – São Paulo, SP – Companhia editora Nacional, 1937.*

AZEVEDO, Aroldo de. ***Brasil: a Terra e o Homem. As Bases Físicas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1964.*

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. ***Dicionário Bibliográfico Brasileiro - 6° Volume*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Conselho Federal de Cultura, 1970.*

BORGES, Antônio Pedro de Carvalho. ***O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Filadélfia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia Nacional, 1878.*

CASCUDO, Luís da Câmara. ***Superstição no Brasil*** *– Brasil – Belo Horizonte, MG – Editora Itatiaia, 1985.*

CASTRO, Genesco de Oliveira. ***O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excertos Históricos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia São Benedicto, 1930.*

CAVALCANTE, Rogério. ***Manoel Urbano, Ontem e Hoje*** *– Brasil – Rio Branco, AC – Editora do Autor, 2014.*

*CDA, n° 426. **A "Wilmington"** – Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 426, Sábado, 25.03.1899.*

*CDA, n° 431. **A "Wilmington"** – Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 431, Domingo, 02.04.1899.*

*CDA, n° 433. **A "Wilmington"** – Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 433, Quarta-feira, 05.04.1899.*

*CDA, n° 451. **A "Wilmington"** – Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 451, Quinta-feira, 27.04.1899.*

*CDA, n° 508. **A Revolução de Iquitos** – Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 508, Sexta-feira, 14.07.1899.*

*CDM, n° 270. **Acre e Azedo** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio da Manhã, n° 270, Terça-feira, 11.03.1902.*

*CDM, n° 966. **Francisco Mangabeira** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio da Manhã, n° 966, Quarta-feira, 03.02.1904.*

*CDN, n° 058. – **Coluna Acreana - Território do Acre** – Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 058, 29.03.1905.*

*CDR, n° 135. **A Fé Americana** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 135, Quarta-feira, 07.06.1899.*

*CDR, n° 151. **Telegramas - Serviço Especial da Cidade do Rio** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 151, Segunda-feira, 26.06.1899.*

*CDR, n° 176. **Cuba Livre** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 176, Sábado, 23.04.1898.*

*COINTE, Paul Le. **O Estado do Pará: a Terra, a Água e o ar; a Fauna e a Flora; Minerais** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1945.*

*COSTA, João Craveiro. **A Conquista do Deserto Ocidental: Subsídios para a História do Território do Acre** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1940.*

CUNHA, Euclides da. ***Os Sertões*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia Laemmert & C., 1905.*

CUNHA, Euclides da. ***Os Sertões*** *(Campanha de Canudos) – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Laemmert & C. Livreiros – Editores, 1905.*

DINIZ, Almachio. ***Francisco Mangabeira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia da Escola Profissional, 1929.*

DOE, n° 1539. ***Canhoneira "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – Diário Oficial, n° 1539, Sábado, 25.03.1899.*

Fonte: RODRIGUES, Iryá. ***Nascida da "Indignação" de Acreanos, Brasileia faz 105 Anos Nesta Sexta*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/07/nascida-da-indignacao-de-acreanos-brasileia-faz-105-anos-nesta-sexta.html, 03.07.2015.*

GOMES, Padre Misael. ***Soares Bulcão*** *– Brasil – Fortaleza, CE – Revista do Instituto do Ceará, 1942.*

GOYCOCHÉA, Luís Felipe de Castilhos. ***Fronteiras e Fronteiros*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1943.*

HARTT, Charles Frederick. ***Geologia e Geografia Física do Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1941.*

IMG, 24.05.1903. ***Instruções ao Ministro da Guerra*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Arquivo Geral do Exército, 24.05.1903.*

JAF, N° 379. ***Canhoneira Norte-Americana*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 379, Sábado, 25.03.1899.*

JAF, N° 380. ***Almoço*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 380, Domingo, 26.03.1899.*

JAF, N° 384. ***Wilmington*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 384, Quinta-feira, 30.03.1899.*

JAF, N° 391. ***Protesto*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 391, Sábado, 08.04.1899.*

JAF, N° 404a. ***Regresso da "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 404a, Domingo, 23.04.1899.*

JAF, N° 404b. ***Capitania do Porto*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 404b, Domingo, 23.04.1899.*

JAF, N° 405. ***O Sr. Chapman Todd*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 405, Segunda-feira, 24.04.1899.*

JAF, N° 406. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 406, Quarta-feira, 26.04.1899.*

JAF, N° 407. ***O Incidente da "Wilmington" - I*** *– Brasil – Manaus – A Federação, n° 407, Quinta-feira, 27.04.1899.*

JAF, N° 408. ***O Incidente da "Wilmington" - II*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 408, Sexta-feira, 28.04.1899.*

JAF, N° 418. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 418, Quarta-feira, 10.05.1899.*

JAP, N° 305. ***Plácido de Castro*** *– Brasil – Sena Madureira, AC – Jornal Alto Purus – n° 305, 09.08.1914.*

JCA, N° 002. ***Plácido de Castro*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 002, 04.01.1904.*

JCA, N° 017. ***Ineditoriais - O Acre*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 017, 21.01.1904.*

JCA, N° 024. ***O Acre*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 024, 29.01.1904.*

JCA, N° 032. ***Acre - Resposta ao Tenente Alípio Bandeira*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 032, 07.02.1904.*

JCA, N° 063. ***Contra um Farsante*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 063, 13.03.1904.*

JCA, N° 070. ***A Verdade dos Boatos*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 70, 23.10.1900.*

JCA, N° 100. ***O Mucuripe*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 100, 23.11.1900.*

JCA, N° 102. ***O Acre*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 102, 25.11.1900.*

JCA, N° 123. ***Ecos do dia - Prisões de Brasileiros*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 123, 16.12.1900.*

JCA, N° 409. ***Importante Interview*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 409, 05.03.1899.*

JCA, N° 428. ***A Questão com a Bolívia*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 428, 26.03.1899.*

JCA, N° 483. ***O Acordo Bolívio-Americano - Minuta de Paravicini*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 483, 09.06.1899.*

JCA, n° 508. ***Ecos do dia - Mouros na Costa*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 508, 14.07.1899.*

JCA, n° 552. ***Plácido de Castro*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Commércio do Amazonas – n° 552, 28.09.1905.*

JCA, N° 1.609. ***Assassinato de Plácido de Castro – A Notícia do Fato...*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 1609, 14.09.1908.*

JCA, N° 1.612. ***Plácido de Castro – Novas Informações...*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 1612, 17.09.1908.*

JCR, N° 248. ***República Independente do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio, n° 248, 06.09.1899.*

JDB, n° 186. ***Pela Diplomacia - No Consulado Americano*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil n° 186, Quarta-feira, 05.07.1899.*

JDB, n° 186. ***Pela Diplomacia - No Consulado Americano - O Comandante da Wilmington*** *– Brasil – Belém, PA – Jornal do Brasil, n° 186, Quarta-feira, 05.07.1899.*

JDB, n° 196. ***Charge de C. Miragy*** *– Brasil – Belém, PA – Jornal do Brasil, n° 196, Terça-feira, 15.07.1899.*

JDB, n° 231. ***Das Forças no Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil – n° 231, 19.08.1903.*

JDC, N° 140. ***Marechal Antônio Olympio da Silveira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Comércio, n° 140, 20.05.1912.*

JDP, n° 144. ***O Acre*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco, n° 144, 01.07.1903.*

JDR, n° 225. ***O Acre*** *– Brasil – Recife, PE – Jornal do Recife - n° 225, 03.10.1902.*

JOP, n° 388. ***O Banquete Oficial*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 388, Sábado, 11.03.1899.*

JOP, n° 415. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 415, Terça-feira, 18.04.1899.*

JOP, n° 425. ***O Caso da "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 425, Sábado, 29.04.1899.*

JOP, n° 7.110. ***Heróis Acreanos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal O País, n° 7.110, 27.03.1904.*

JP, n° 213. ***O Acre*** *– Brasil – Recife, PE – Jornal Pequeno, n° 213, 23.09.1903.*

JQV, N° 183. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 183, 17.10.1903.*

JQV, N° 186. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 186, 21.10.1903.*

JQV, N° 187. ***Ao Sr. Tenente A. Bandeira*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 187, 22.10.1903.*

JQV, N° 187. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 187, 22.10.1903.*

JQV, N° 188. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 188, 23.10.1903.*

JQV, N° 189. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 189, 24.10.1903.*

JQV, N° 229/230. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 229/230, 06 e 09.12.1903.*

JQV, N° 232. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 232, 11.12.1903.*

JQV, N° 234. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 234, 13.12.1903.*

JQV, N° 235. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 235, 15.12.1903.*

JQV, N° 236. ***No País da Miséria*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 236, 16.12.1903.*

JQV, N° 239. ***No País da Miséria – Catão ou Tartufo*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal Quo Vadis – n° 239, 19.12.1903.*

LETRIA, José Jorge. ***Quem Assim Falou - Grandes Frases de Todos os Tempos*** *– Portugal – Lisboa – Oficina do Livro, 2012*

LIMA, Cláudio de Araújo. ***Plácido de Castro, um Caudilho Contra o Imperialismo*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1952.*

MELO, Isaac. ***Francisco Mangabeira: Um Poeta Baiano na Revolução Acreana*** *– Site Alma Acreana, 28.02.2011.*

MRE, n° 99. ***N° 99 – XI – Ata De Inauguração de Três Marcos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Relatório do Ministério das Relações Exteriores, Exposição e Anexo A, 1923.*

O PAIZ, N° 5.917. ***O Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 5.917, 19.12.1900.*

O PAIZ, N° 5.938. ***O Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 5.938, 10.01.1901.*

O PAIZ, N° 5.940. ***A Luta no Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 5.940, 12.01.1901.*

O PAIZ, N° 7.071. ***Norte do Brazil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 7.071, 17.02.1904.*

O PAIZ, N° 7.110. ***Heróis Acreanos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 7.110, 27.03.1904.*

OAC, n° 008. ***O Rio Acre*** *– Brasil – Belém, PA – O Apologista Cristão, n° 008, Terça-feira, 01.08.1899.*

OAP, n° 293. ***Coronel João de Oliveira Rôla*** *– Brasil – Sena Madureira, AC – O Alto Purus – n° 293, 17.05.1914.*

OCS, n° 001. ***Ao Nascer*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 001, 03.05.1906.*

OCS, n° 007. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 007, 24.06.1906.*

OCS, n° 008. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 008, 30.06.1906.*

OCS, n° 009. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 009, 07.07.1906.*

OCS, n° 12. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 12, 29.07.1906.*

OCS, n° 34. ***O Território do Acre*** *–* ***Resumo Histórico da Questão*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 34, 03.03.1907.*

OCS, n° 35. ***O Território do Acre*** *–* ***Resumo Histórico da Questão*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 35, 10.03.1907.*

OCS, n° 36. ***O Território do Acre*** *–* ***Resumo Histórico da Questão*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 36, 17.03.1907.*

OCS, n° 37. ***O Território do Acre*** *–* ***Resumo Histórico da Questão*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – O Cruzeiro do Sul, n° 37, 24.03.1907.*

OLIVEIRA. ***Ruy Caetano Barbosa de. Obras Completas de Ruy Barbosa*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ministério da Educação e Cultura – Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1975.*

OS ANNAES, N° 98. ***A Livraria*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Os Annaes, n° 98, 13.09.1906.*

O SÉCULO, N° 653. ***Cartas do Amazonas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Século, n° 653, 13.10.1908.*

POTYGUARA, José. ***Terra Caída: Romance*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Globo, 2007.*

RPE, n° 001. ***Mensagem Lida Perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão ordinária, em 10.07.1899, pelo Exm° Sr. José Cardoso Ramalho Júnior - Governador do Estado*** *– Brasil – Manaus, AM – Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – Mensagem, n° 001 – Imprensa Oficial, Segunda-feira, 10.07.1899.*

RVM, n° 231. ***Chapman Todd*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Marítima Brasileira, Volume 12, n° 231, janeiro a junho de 1992.*

STEPHANIDES, Menelaos. ***Jasão e os Argonautas*** *– Brasil – São Paulo, SP – Odysseus Editora Ltdª, 2016.*

STONE, Samantha Sara. ***From Tapping to Cutting Trees: Participation and Agency in Two Community Based Timber Management Projects in Acre, Brazil*** *– USA – Flórida – Tese de Doutorado – Universidade da Flórida, 2003.*

TELLES, Bazílio. ***A Questão Religiosa*** *– Portugal – Porto – Revista Católica Mensal – Companhia Portuguesa Editora, 01.01.1914*

TOVAR, Oscar. ***Las Gramíneas [Poaceae] del Perú*** *– Espanha – Madri – Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Ruiza, Tomo 13, 1993.*

ZIBETTI, Darcy Walmor. ***Trabalhador Rural: uma Análise no Contexto Sociopolítico, Jurídico e Econômico Brasileiro*** *– Brasil – Curitiba, PR – Editora Juruá, 2007.*

Canção do Exílio
(Antônio Gonçalves Dias)

Minha Terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha Terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.

Minha Terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer encontro eu lá;
Minha Terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem que ainda aviste as palmeira
Onde canta o sabiá.

JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO, FUNDADOR DE ESTADO INDEPENDENTE DO
PRUDENTE DA FONSECA CASTRO E DE ZEFERINA DE
DE 1873 EM SÃO GABRIEL ESTADO DO RIO
BEMFICA,